



"A carta constitucional e os inícios da câmara dos pares em Portugal (1826-1836)"

Oudinot Larcher Nunes, Fernando Augusto

Abstract

A tese aborda a instauração e as duas primeiras vigências da primeira experiência bicameral em Portugal: a Câmara dos Pares surgida com a outorga, em 1826, da Carta Constitucional por D. Pedro IV, rei de Portugal e simultaneamente imperador do Brasil e directamente inspirada no modelo da Carta Constitucional francesa de 1814: câmara alta constituída pela nobreza com grandeza e pelo episcopado residente. Percorre-se o funcionamento durante a primeira vigência da Câmara (1826-1828) enredada entre as tensões que a adopção desta solução liberal criara. Constata-se a queda da Carta constitucional resultante do reconhecimento nas Cortes de Lisboa de 1828, e da reinstauração da Constituição tradicional, com o apoio da grande maioria do pariatto. Merecem especial atenção, no período de interregno da Carta (1828-1834) cinco aspectos: - o comportamento do pariatto; - o confronto doutrinário entre os absolutistas e as facções liberais, que desemboca na guerra c...

Document type : *Thèse (Dissertation)*

Référence bibliographique

Oudinot Larcher Nunes, Fernando Augusto. *A carta constitucional e os inícios da câmara dos pares em Portugal (1826-1836)*. Prom. : Delpérée, Francis ; Servais, Paul

UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN
Faculté de Philosophie et Lettres

**A CARTA CONSTITUCIONAL
E OS INÍCIOS DA CÂMARA DOS PARES
EM PORTUGAL
(1826 - 1836)**



VOLUME I

I

Tese de doutoramento em Ciências Históricas
Fernando Augusto Desterro Oudinot Larcher Nunes

Louvain-la-Neuve
2006

À Madalena

À Inês, Leonor, Isabel e Teresa

AGRADECIMENTOS

Ao fim de um longo percurso, as primeiras palavras são inevitavelmente de gratidão. Em primeiro lugar, para os Prof.Doutores Paul Servais e Francis Delpérée, a quem devo o zelo de uma cuidadosa orientação, na troca de impressões e nas oportunas sugestões à tese. Ao Prof. Delpérée, que a foi relendo ao longo de sucessivas versões, desde os primeiros tempos da minha estadia na Universidade; ao Prof. Servais a quem, para além de todo o atento acompanhamento, devo as iniciativas e o incentivo com que tão empenhadamente determinou a sua sempre adiada conclusão. Agradeço-lhes ainda, ao decidir-se a recente limitação da tese a uma das partes já escritas, o precioso conselho no critério da selecção, considerando a importância do decénio 1826 a 1836 no interesse das perspectivas que nele se cruzam. A ambos manifesto algo que se não agradece: a inesquecível marca da amizade pessoal com que me acolheram sempre, com total disponibilidade e compreensão, face às interrupções com que este trabalho se defrontou, durante os quais outros estudos e investigações vieram também prestar o contributo de um alargamento de horizontes.

Também não esqueço a orientação e as revisões feitas nos primeiros anos do Prof.Jacques Lory.

Ao Prof.Roger Aubert, de quem senti, desde o primeiro dia, um forte encorajamento, afirmo o meu reconhecimento pela forma com que me acolheu, a mim e à minha família, e como guiou os meus primeiros contactos na Universidade.

Ao Prof.Joaquim Veríssimo Serrão agradeço a disponibilidade com que, no meio dos seus intensos trabalhos, logo aceitou o convite da Universidade de Louvain para integrar o júri, e todo o calor humano e estímulo académico com que me recebeu.

Agradeço à nossa grande amiga Hélène Godart os variadíssimos apoios, estendidos a toda a família, ao longo de todo este percurso.

Agradeço muito especialmente à Madalena todo o enormíssimo e permanente apoio humano e académico, nesta imensa caminhada.

Agradeço por fim às minhas filhas a paciência com que desde tão pequenas conviveram com esta infindável absorção, cujo início as precedeu.

Igualmente agradeço à Família, e aos Amigos que me acompanharam e que tanto insistiram para que me decidisse a pôr um termo à investigação.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

- I. As Razões do Tema
- II. As Grandes Opções Metodológicas
- III. Fontes e Bibliografia
- IV. Plano Adoptado
- V. Os Grandes Quesitos

AS RAZÕES DO TEMA

A Razão do Bicameralismo
A Razão dos Inícios da Câmara
dos Pares Portuguesa

A Razão do Bicameralismo

1. O tema e a sua problematização: complexidade e pluricromatismo; 2. diversidade e riqueza da experiência portuguesa; 3. um tema a desbravar; 4. o percurso do tema; 5. a geração espontânea do bicameralismo em Portugal; inexistência de tradição sua na experiência nacional.

1. A segunda câmara¹ não constituiu em Portugal excepção. Em redor da sua existência, estrutura, atribuições e composição, desencadearam-se fortes discussões, sobre ela soprando ventos de doutrinas e ideologias. Foco de polémicas entre publicistas e de discursos apaixonados de políticos, foi argumento de revoluções e espelho de regimes.

Com efeito, o bicameralismo jamais foi um problema isolado, nem se esgota em torno da discussão dos aspectos orgânicos e funcionais que invocam os seus defensores². Não seria preciso testemunharem-no os ecos dos seus debates. A garantia de complexidade do seu estudo assegura-a o universo de questões sumamente rico que arrasta consigo, e que se jogam na sua natureza. Se os problemas constitucionais não se podem isolar da estrutura social, económica e política que lhe são subjacentes, temos aqui uma das mais fortes expressões dessa interdependência.

Nele se engloba o jogo do equilíbrio dos poderes constitucionais. Representação duma força estamental ou social, base da monarquia hereditária, sustentáculo de reflexão e maturidade da legislação, espaço de manifestação de interesses regionais ou profissionais, conforme o modelo adoptado, nele se conjugam os problemas da representatividade, de tão significativo papel na história social, e da filosofia do regime, com o qual o bicameralismo se identifica sempre, consubstanciando-o mesmo por vezes.

¹ Impõe-se uma precisão terminológica: a de segunda câmara.

Não pode deixar de considerar-se como ironia do tema escolhido que a maior dificuldade terminológica que encontramos, de tal monta que a não podemos resolver com inteira satisfação, foi a designação de segunda câmara.

É certo que superabunda a favor desta designação o costume da sua utilização. Mas, se à partida existe como consenso identificar este conceito ao objecto que nos propusémos analisar, não é menos verdade que o seu rigor não é absoluto. Mais do que uma vez nos vimos confrontados com o ter que traduzir por segunda câmara aquilo que os próprios documentos designavam por primeira. Referimo-nos a diversas experiências do século passado em que a câmara alta aristocrática, era designada, segundo uma lógica que se alicerçava em dados históricos e na precedência derivada da importância político-social dos seus membros. Esta designação aparece-nos, nomeadamente em Portugal, na globalidade dos textos resultantes dos trabalhos e reflexões que surgiram após a restauração da monarquia tradicional em 1823, como que marcando a própria natureza desta.

Foi contudo um problema do qual não podemos nem achamos vantajoso sair, dada o peso da consagração da expressão. Qualquer outro sinónimo utilizado traduziria sempre uma experiência circunscrita, como é nomeadamente o caso de Câmara Alta, que embora empregue frequentemente no sentido que procuramos precisar, retracta, em rigor, uma concepção bem específica doutrinal e historicamente. Segunda câmara tem ao menos sobre ela a vantagem de abstracção conceptual.

² A este respeito vide, como síntese, JEAN-PIERRE MARICHY, *La Deuxième chambre dans la vie politique française depuis 1875*, Paris, 1969, p.18.

E não nos parece discipiendo referir aqui que as virtualidades de vitalidade desta questão perduram ainda. Não é pois uma questão encerrada no passado histórico, distante e esvanecido. A sua actualidade metamorfoseada continua a ter o seu espaço no vulcão das permanentes reflexões das mutações institucionais e constitucionais que são irmãs gémeas da própria história social e política.

Razões estas suficientes para que o tema nos atraísse pela sua riqueza, permitindo uma viva reflexão entre três prismas da realidade que, desde longo tempo, nos interessam: o direito constitucional comparado, a história institucional e a filosofia política. Permitia-nos pois fugir à ilusória facilidade dum tema monocromático.

2. Acresce que Portugal, salvo para o bicameralismo de raiz federal ou regional, que não faria sentido num Estado de tão arreigada tradição unitária, apresenta, sem dúvida, excelentes condições para esta observação. Uma experiência diversificada, que permite estudar, entre outros, quatro dos aspectos que nos parecem mais relevantes:

- compreender, e mesmo reinterpretar o tema em grandes linhas, através dos ciclos em que se irmanam as várias experiências comparadas europeias;
- ultrapassar as fronteiras do continente e traçar as relações com outros, como é o caso destacado da íntima interinfluência com a *América Ibérica* ao tempo do alvor das suas nacionalidades;
- sublinhar os contributos originais, que momentaneamente não faltaram à experiência portuguesa;
- ultrapassar a mera análise estática das instituições integrando-os numa, por vezes, agitada vida política, marcada por momentos de profunda transformação sócio-económica.

Estas condições para uma observação, deve-as Portugal ao facto de, apesar de ser na Europa central e ocidental o mais retardatário dos Estados na adopção do constitucionalismo, se depararem, nos quase dois séculos que decorrem desde 1820, nada menos de cinco experiências bicamerais, conquanto a última não represente a integralidade

das exigências. Cinco experiências sustentadas por nada menos de três filosofias diferentes de bicameralismo unitário³:

- bicamaralismo aristocrático;
- bicameralismo democrático;
- bicameralismo corporativo.

3. Havia sobre todos estas questões de fundo, uma circunstância que nos convidada a avançar no tema. O facto de ser espaço da história praticamente inexplorado em Portugal, não havendo nenhum estudo de fundo, ou mesmo uma genérica análise de conjunto.

Estavam pois por desbravar as suas ramificações no direito, na história política e na história social comparadas. Mais, estava por explorar a interligação, que por si ultrapassa o próprio interesse de cada um destes prismas que a compõem. E não se trata duma mera ilusão de quem analisa uma realidade do seu ângulo de vista, mas resulta indubitavelmente dos passos que se percorrem logo numa primeira abordagem.

4. Encontrado o tema e assentes as grandes linhas e objectivos das intenções metodológicas, foi longo o percurso que trilhámos e que conduz à apresentação final desta tese, itinerário que julgamos ter-nos facultado uma visão que ultrapassa em muito a dimensão do texto apresentado.

Certo, que dada a extensão do tema proposto, e a sua novidade como objecto de estudo, havia duas opções a fazer:

- primeira: abordar a experiência portuguesa duma forma autónoma ou integrá-la numa perspectiva de história constitucional comparada. Em boa verdade, seria para nós um contra-senso admitir prescindir desta perspectiva
- segunda: limitar o trabalho a uma das experiências bicamerais da historia constitucional portuguesa, ou mesmo a parte duma delas, ou tentar orientá-lo antes no sentido duma visão global observando o seu fenómeno evolutivo, com as rupturas e as diversas influências. Opção mais ambiciosa, conquanto mais arriscada, pareceu-nos ser este o projecto mais interessante, e que mais perspectivas abria ao estudo da questão, podendo aliás funcionar como uma

³ As concepções federais nunca fizeram parte da tradição do direito público português.

abertura a posteriores análises parcelares. Apresentava-se-nos, aliás, quase como uma condição fundamental para poder compreender verdadeiramente cada uma das experiências.

Escolhemos pois o caminho mais longo.

A um primeiro tempo, abordámos a totalidade da experiência bicameral portuguesa, os seus antecedentes, o seu contraponto monocameral nas Constituições de 22 e 76, e ambicionámos compreendê-la no contexto comparado e numa vasta pluralidade de ângulos de visão.

Foi um primeiro tempo que acabou por ocupar a quase totalidade destes longos anos, acabando por se conjugar com uma aparente dispersão que foi a regência de algumas cadeiras, nomeadamente de história contemporânea, onde nos orientámos assumidamente para a história institucional, e onde tivemos de deambular por espaços mais vastos, que frequentemente nos permitiram vistas bem mais amplas para muitos dos aspectos que íamos tratando na tese.

O trabalho a que nos tínhamos proposto apresentou-se desde logo fecundo. Das seis Constituições portuguesas, três tinham adoptado o bicameralismo: as de 1826, 1838 e 1911. No caso da Carta, na fórmula da câmara alta hereditária, nos outros casos na feição de Senado democrático. E a estas experiências havia ainda a acrescentar a do efêmero Senado sidonista.

Ainda que unicameral no sentido preciso, a Constituição de 1933 consagra a existência duma Câmara Corporativa, que ainda que destituída de poderes legislativos apresenta enorme proximidade com uma segunda câmara.

Por último, se as Constituições de 1822 e 1976 se apresentam claramente como monocamerais, havia que compreender a razão desta opção. Nas constituintes da primeira debateu-se com vivacidade o problema bicameral e falou-se em dar ao Conselho de Estado atribuições legislativas, e embora tal não tenha tido qualquer concretização, o que é facto é que não foi negligenciável a força dos argumentos aduzidos num e noutro sentido. Nas constituintes de 1976 o problema estava facilitado porquanto o bicameralismo é um problema em absoluto ausente. Se existiu até 1982 um Conselho da Revolução que detém poderes legislativos, em nada ele pode prefigurar uma segunda câmara. Punha-se, ainda assim, o problema duma explicação.

A análise da panóplia destas experiências portuguesas conjugada com as experiências comparadas bicamarais foi um longo desafio praticamente até ao fim, o fim que se traduziu na apresentação dum dos volumes escritos.

E para que o quadro ficasse completo houve ainda um estudo preliminar sobre os antecedentes do bicameralismo em Portugal que nos merece duas linhas de referência.

5. Se a experiência bicameral se inicia efectivamente, em Portugal, em data bem precisa, a da outorga da Carta, uma das primeiras interrogações do historiador ou do jurista, por de mais ciente de que o modelo é decalcado de experiência externa como referiremos, é se esta geração espontânea é tão absoluta que não tenha sido precedida por quaisquer antecedentes nacionais.

E esta questão a que os trabalhos preparatórios da tese nos obrigaram a escrevinhar mais de quinhentas páginas, justifica as tais duas linhas a que aludíamos.

A primeira constatação é a da inexistência de tradição bicameral em Portugal. A semelhança do que se passa com a totalidade dos outros modelos continentais europeus, exceptuada a Hungria, nem o bicameralismo existira em Portugal, nem é introduzido em 1826 por uma evolução das instituições tradicionais.

Nem sequer é permitido falar da efectiva e contínua evolução das Cortes triestamentais para o bicameralismo, dado que estas, face à afirmação progressiva do absolutismo real, deixam mesmo de reunir a partir dos finais do século XVII, e quando reaparecem sob o espírito liberal são filhas duma outra filosofia de representatividade.

Tivemos oportunidade de constatar que três vezes o bicameralismo foi negado na experiência histórica portuguesa:

- foi-o no regime tradicional, onde as Cortes eram triestamentais;
- foi-o no ciclo do despotismo iluminado, duma forma ainda mais absoluta pela negação pura dos corpos intermédias;
- foi-o no dealbar do primeiro liberalismo, porque a força da torrente radical gaditense com que ele entra em Portugal arrasta na enxurrada os argumentos do bicameralismo.

Destes três períodos a que fizemos alusão, o mais fértil para a problemática do tema foi sem dúvida o último, o da vitória do monocameralismo nas constituintes de 1821-22 não pode vencer, mas não pode silenciar a argumentação dos sectores mais moderados, que aduziam as experiências europeias e os seus frutos que tinham constituído passado e presente dessa Europa que desde 79 tinha aberto progressivamente as portas às múltiplas experiências do constitucionalismo clássico, de que Portugal esteve sistematicamente arredado até Agosto de 1820, não podendo sequer ser excepção um fugidio projecto durante as invasões napoleónicas, ao qual ainda antes de começarmos a tese dedicámos um artigo.

Impedidos de nos alongarmos nesta introdução, não queremos deixar de salientar quanto, perante o ciclo radical gaditense ibérico, foi invocado, quer internamente quer pela diplomacia europeia, a necessidade da introdução da segunda câmara como bálsamo apaziguador das fatais tensões que se geravam no seio da nação e no seio duma Europa controlada pela Santa Aliança.

Também não foi tempo perdido o longo percurso que calcorreámos pela estruturação das assembleias representativas. Não o foi por ele, e não foi pelo claro contraste que imprimiu nas instituições liberais, o bicameralismo aí compreendido, face ao Portugal da Constituição histórica.

Sem dúvida, a ruptura com o passado institucional foi condição do bicameralismo em Portugal, mas afinal não foram todas as instituições que o constitucionalismo clássico trouxe à Europa continental e às Américas filhas da ruptura do grande ciclo revolucionário atlântico⁴, que serve de abertura àquele?

A Razão dos Inícios da Câmara dos Pares Portuguesa

1. O tema final da tese como período fértil no cruzamento de problemáticas fulcrais do bicameralismo; 2. problemas essenciais do bicameralismo em Portugal na década em questão; 3. mudança de ciclo constitucional e confluência de três linhas de bicameralismo;

⁴ A este respeito vide o que escrevemos in *H.C.*, t.I.

4. relevância de aspectos sociais decorrentes do tema: velho e novo pariató e transformação social da aristocracia portuguesa.

1. Afastadas as considerações envolventes, fixemo-nos na época e no contexto do tema apresentado. O volume que materializou a tese que se apresenta não é extenso cronologicamente, não ultrapassa uma década, mas compensa a escassez dos anos, o cruzamento, que neles se encontra, de algumas questões fulcrais do bicameralismo português, num período de significativas mutações europeias, aquele, sem dúvida, em que o liberalismo se estabelece de forma irreversível em Portugal.

Em termos estritos de bicameralismo, e deixando agora os aspectos funcionais da segunda câmara, a década escolhida torna-se atraente pela sucessão rápida de três passos: adopção dum bicameralismo aristocrático *versus* esquecida estruturação estamental dos braços das Cortes do Antigo Regime; rejeição temporária e interregno do novo modelo; sua reinstauração com uma natureza de bicameralismo liberal.

A história ora protagonizada pela Câmara dos pares, torna-se a própria história profunda da revolução, porque é de revolução no profundo sentido etimológico que se trata, a história da transformação da sociedade estamental portuguesa numa sociedade individualista, classista e liberal.

Dez anos agitados que levam um Portugal de Antigo Regime, restabelecido em 24 do sobressalto dum primeiro e arrebatado triénio liberal monocameral, ao liberalismo já enraizado e dividido em facções.

2. Voltemo-nos, pois, mais directamente para o cerne da experiência portuguesa, os dez anos que se seguem à outorga da Carta constitucional e da sua Câmara dos pares aristocrática, marcados pelos dois primeiros períodos de vigência daquelas, intervalados pela restauração do Antigo Regime e pela consequente guerra civil.

Para não antecipar o que se escreve na tese, enuncie-se, por ora, apenas o rol sem fim de problemas essenciais, alguns dos quais são implícitos na referência ao enquadramento comparado que acabámos de fazer, agrupando-os em três grandes questões:

Primeira, os que se reportam às raízes da solução adoptada pela Carta:

- a importância da realidade brasileira e da questão sucessória portuguesa no contexto da outorga da Carta;
- a própria Carta constitucional, com o seu paríato, outorgada em terra estrangeira, por um monarca de legitimidade passível de discussão, que é imperador de nação estrangeira, texto decalcado com emendas duma Constituição estrangeira por um secretário estrangeiro, trazida para Portugal por um outro estrangeiro, em navio estrangeiro; Carta e paríato, cuja genealogia, sem tradição portuguesa, é preciso ir buscar à Inglaterra, através da leitura de Montesquieu e da adaptação francesa;
- a consequente integração do modelo português num dos subciclos restauracionista: o cartista;

Segunda, os que dizem respeito à aceitação das novas instituições:

- o mau acolhimento no contexto da Santa Aliança e particularmente da Espanha coeva de Fernando VII à Carta outorgada;
- a atitude dos bastidores da política e da diplomacia europeia;
- o problema da real identificação com o novo regime deste novo paríato, oriundo dos titulares com grandeza e dos bispos residentes, à imagem da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Pares francesa;
- o categórico desmentido dessa identificação do paríato, pelo seu comprometimento face à restauração do Antigo Regime e à negação do próprio texto constitucional que o criara, implicando uma ruptura irreparável entre a alta nobreza tradicional e o regime liberal que ia triunfar, não restando pouco mais do que uma escassa dezena de pares cartistas, ao tempo da guerra civil;

Terceira, as que dizem respeito ao desfasamento entre a solução cartista de 26 e as rápidas transformações do modelo bicameral e do seu enquadramento, quatro anos volvidos, no centro da Europa e na própria Península ibérica:

- o impacto da ruptura do regime cartista na evolução da instituição;

- as implicações das mudanças políticas europeias, resultantes do ciclo revolucionário de 1830, no Brasil e em Portugal, quer na realidade política imediata quer na solução constitucional portuguesa;
- as novas matrizes bicamerais, francesa e belga, resultantes daquelas mudanças políticas, e a sua imediata influência sobre os emigrados liberais;
- a transformação social do patriato que as circunstâncias obrigam a adoptar em 1834-1836;
- o desfasamento português face à evolução constitucional e política da Europa ocidental entrada no ciclo constitucional liberal ao qual os países ibéricos irão aderir episodicamente anos mais tarde, nomeadamente Portugal após a revolução setembrista de 1836; abrindo o campo ao Senado electivo, que sob clara inspiração belga, a Constituição de 1838 adoptará;
- a transfiguração económica e social do mundo peninsular em que se inseria a segunda câmara.

3. Em termos de enquadramento externo tem esta década a virtualidade de todos os períodos de mudança, ao englobar a passagem do ciclo restauracionista ao ciclo liberal. Não só nos permite encarar o final do ciclo restauracionista, como a viragem do ciclo revolucionário de 30, e os primeiros anos do ciclo liberal.

E seja-nos permitido traçar a este respeito algumas considerações de enquadramento e sistematização, sob as quais temos vindo a insistir em outras ocasiões, e que são subjacentes ao texto agora apresentado.

Consideramos indispensável para a cabal compreensão do ciclo constitucional restauracionista (1814-1830) a consciência da coexistência nele de três linhas diversas e bem nítidas, à constatação das quais é impossível fugir sem fatal prejuízo:

- a manutenção pura e simples do antigo regime;
- a constitucionalização das leis tradicionais;
- a instauração do regime cartista.

Embora as três linhas estejam sob o manto do ciclo restauracionista, existe entre elas e nomeadamente entre a última e as antecedentes um abismo doutrinário que não seria possível por muito tempo ignorar.

Com efeito, se a Carta, como referiremos no texto, é por si um exercício de soberania real, ela representa no plano das realidades uma autolimitação. O carácter unilateral das Cartas breve se patenteia uma ficção. E esta ficção da outorga, se tranquiliza o amor-próprio real, está virtualmente condenada a ver-se substituir por um contrato ligando o rei à nação. Estava certo, do seu ponto de vista, Metternich, no seu exercício de vigília sobre as terras germânicas e a Europa circundante ao ser avesso a qualquer Carta Constitucional.

Esta patente diversidade de correntes do período restauracionista, se é indispensável para uma plena compreensão da Europa e, parcialmente, do Continente Americano, no caso português surge como a própria essência dos problemas. É no seio destas correntes que se vive a dramática tensão política de que a sanguienhenta guerra civil é o desfecho. Confronto entre linha restauracionista e linha revolucionária existira, certo, mas no triénio vintista, integrada no que classificamos como subciclo constitucional de Cádiz Agora, após a "Restauração" de 1823, as opções em Portugal são as daqueles três rumos que acima identificámos. Primeiro aflora a constitucionalização das leis fundamentais, depressa esquecida; depois, franqueado o pórtico aos ventos da instabilidade com a morte de D. João VI, o confronto radical é entre cartismo e Antigo Regime, personificados em dois irmãos de percursos e sensibilidades muitas vezes contrastantes.

Em 1830, com nova passagem dos remoinhos do constitucionalismo por Paris, que, note-se, já tinham tido antecedente, praticamente despercebido para a Europa, dois anos antes nos Estados Unidos, abre-se um novo ciclo.

A monarquia tradicionalizante de Carlos X é derrubada, abrindo exemplo e precedente para vários Estados. A Santa Aliança depressa tem de se consciencializar da sua incapacidade de oposição face à revolução.

O movimento irradia. As jornadas de Julho são para além do facto em si uma marca de forte repercussão nos meios liberais, meios estes que contam com elementos vários de países do sul, e não só portugueses, emigrados em Londres e Paris. Assiste-se então a um

crecendo de actividade de alguns partidos liberais ou nacionais. A Alemanha, a Itália, a Suíça e até a Inglaterra são palco de desordens mais ou menos violentas. Em duas nações as perturbações assumem mesmo a envergadura de revoluções, que se afirmam com o carácter de reivindicação de independência nacional: que terão desenlaces diversos que têm a ver com o seu enquadramento geo-político: uma será esmagada - a polaca, a outra sairá vitoriosa, trazendo consigo uma matriz constitucional que percorrerá parte do mundo.

Mil oitocentos e trinta, para além de todas as suas consequências bem conhecidas, demarca dois espaços geopolíticos, e podemos dizê-lo, dois espaços geo-constitucionais, que só sofrerão aleração significativa em 48:

- as três potências do centro e do leste - Áustria, Prússia e Rússia - reunidas por oposição à revolução, reconstituem em 1833, nas Conferências de Münchengraetz, como que uma Santa Aliança reduzida;
- no ocidente constitui-se, em 1834, a *Quádrupla Aliança* - Inglaterra, França e Estados Ibéricos, onde campeia a guerra civil entre liberais e absolutistas, em Portugal até 1834, e na Espanha de 1834 a 1839 - à qual se vai ligar também a Bélgica.

É certo que a abertura deste ciclo não tem imediatas repercussões de modelo constitucional em Portugal, mas em boa verdade nunca os grandes focos europeus o tiveram. Portugal foi sistematicamente retardatário: foi com a Rússia o país a mais tenazmente resistir à introdução dos princípios liberais, recebeu o modelo cartista numa fase avançada do ciclo restauracionista, e apenas porque um rei além atlântico o outorgou como acto de vontade isolada. Agora, além de tudo, as preocupações prioritárias eram outras: o confronto entre liberais cartistas e tradicionalistas que tinha rasgado profundamente a nação e que depressa, auxiliada por um príncipe a cuja abdicação do trono imperial do Brasil não era estranha a repercussão dos acontecimentos europeus de 30, se traduz nas chamadas guerras liberais.

Mas a revolução repercutia-se desde logo em Portugal, pelas novas circunstâncias geo-políticas em que o país se passava a enquadrar, e estas eram vincadamente e empenhadamente liberais. Mas, a revolução de 30 deixava desde logo a semente duma outra mudança. Com efeito, com o novo ciclo constitucional depressa os liberais se

separaram em duas correntes de confronto doutrinário persistente que tinham como polos mais visíveis, em linguagem corrente, os moderados e os radicais. Precisando o pouco e aproximando estas linhas dum dos seus aspectos cruciais que é a forma de encarar a segunda câmara, podemos tipificar na Europa ocidental e liberal, além da experiência inglesa, agora reenquadrada pelo *reform bill*, três grandes modelos continentais do pariato:

- o modelo hereditário cartista originário de 14, próximo do inglês;
- o modelo francês vitalício da carta revista;
- o novo modelo electivo belga.

Esta questão do bicameralismo e do seu correspondente liberal é o epicentro das correntes fulcrais no ciclo liberal. Portugal, sob o impulso da influência externa, não lhe escapará, já em 36. Veremos ainda as tensões a este respeito desenharem-se nos finais da segunda vigência da Câmara dos pares, deixando para publicação oportuna os acontecimentos do *Setembrismo*, em que, após um regresso episódico à Constituição monocameralista de 22, as constituintes geram, no equilíbrio de correntes, o Senado da Constituição de 1838, que vigorará até à restauração pura da Carta e da sua Câmara dos pares em 1842, e em que o modelo belga teve um peso decisivo.

Deixamos também para outra ocasião as páginas em que deambulámos pela evolução que durante a longa terceira vigência da Câmara dos pares, de 1842 a 1910, ela ensaia adaptações às novas correntes doutrinário-institucionais, que a evolução do ciclo democrático traz consigo, mormente a partir dos anos 70, ciclo em que se inclui ainda a adopção do modelo do Senado republicano de 1911.

4. Um dos aspectos que solicita particular atenção e que é um campo que merece uma cuidada exploração é o da problemática da transformação social da aristocracia portuguesa actuante.

O problema exige desde logo acuidade, porque é um reflexo dum percurso de longa duração, com particular destaque no final da história moderna e na história contemporânea até, talvez, à Grande Guerra, que consiste na mudança progressiva da forma de estratificação social dominante. Estamos perante a passagem entre duas das formas de

estratificação classicamente tipificadas. Duma sociedade estamental, de fraca mobilidade e fundada fortemente na hereditariedade caminha-se irreversivelmente para uma sociedade de classes, de grande mobilidade e em que o aspecto económico e o acesso à instrução são os fundamentos essenciais.

Com efeito, a Câmara dos pares, a mais longa das experiências bicamarais portuguesas, é um campo fértil de estudo desta transformação no alto estrato da sociedade portuguesa. Estudo que deve ser naturalmente complementado com o do episódico Senado monárquico. Tivemos oportunidade de reunir largas centenas de páginas de processos do pariato que permitem, à conta de requisitos exigidos, analisar as propriedades, os rendimentos, as habilitações de novos pares, quer sejam de nomeação régia, sucessores ou electivos.

Centremo-nos agora na década concreta de 1826-1836 e no passo fulcral de mudança que o pariato protagoniza.

O pariato de nomeação régia de 26 procura assumidamente ser o da alta nobreza hereditária, os titulares com grandeza, aqueles que se vêem como a primeira nobreza do reino. Procura no espírito do *Dador* da Carta corresponder ao modelo idealizado duma nobreza histórica, vista quase como intemporal, e dizemos idealizado porque nem sempre os títulos são tão antigos quanto o seu peso institucional os faz crer. Na lógica restauracionista, ela surge quase como de direito natural, dando voz a um braço da sociedade, que além do direito histórico de desempenhar um papel legislativo que lhe advém duma tradição externa - inglesa seguramente e não portuguesa - ocupa lugar por direito próprio, mesmo pelo papel de equilíbrio político e até pela legítima garantia da sua liberdade como tão bem o referenciou Montesquieu.

Esta nobreza, pelo seu chamamento a um elevado papel na engenharia constitucional cartista, visualiza-se como um corpo altamente aristocrático com uma correspondente função própria, que o Antigo Regime jamais lhe dera desta forma institucional, e que nunca fora tão marcada face à tantas vezes altamente prestigiada nobreza não titular.

Esta estratificação social reforçada com função de corpo de Estado, não estava, porém, como vimos, destinada a perdurar. A roda da fortuna moveu-se com inexorável

rapidez, desafiada pelos confrontos político-dinásticos. A alta nobreza, malgrado o alto privilégio concedido com o pariato, continuava na sua maioria a identificar-se mais com a alma do Portugal histórico em que germinara. Ao optar por esta sensibilidade condenou-se, ou, como gostava de escrever alguma historiografia coeva, suicidou-se.

Ao condenar-se ela abria espaço e caminho a uma aristocracia de segundo plano, que se notabilizara pelos serviços prestados à causa liberal a que a Câmara dos pares dá guarida através das fornadas da sua segunda vigência.

São os passos que desenvolvemos no corpo da tese, e que são os primeiros dum longo caminho que tivemos oportunidade de percorrer, em que a estratificação da Câmara "Alta" se vai sucessivamente liberalizando, substituindo bastas vezes a aristocracia pela oligarquia.

AS GRANDES OPÇÕES METODOLÓGICAS

1. A opção pela história institucional integrada; 2. as bases metodológicas adoptadas.

1. Pertence o autor destas páginas a uma geração em que a história institucional e sobretudo a história constitucional eram anatemizadas com severidade, referenciadas como uma história de pouco ou nulo interesse social, envelhecida e ultrapassada. A hora era então da história económica.

Foi juízo que instintivamente, sem desprimor do reconhecimento da importância dos aspectos económicos, nunca acolhemos.

Nem nos podiam aconselhar tal caminho os resultados de histórias interpretativas desfalcadas da estrutura sólida da história jurídica e institucional.

O facto de termos precedido os estudos da história, pelos do direito, e desde o início nos orientarmos instintivamente para a história do direito e para o direito público teve seguramente influência nesta orientação. Quando depois nos congraçámos com a filosofia através da leccionação da cadeira de história das ideias e da filosofia política, levando-nos a cursar a filosofia, apresentou-se-nos claro o interesse de explorar o triângulo história institucional, direito público, filosofia política.

Sem dúvida, aparecia-nos assim com outra dimensão e interesse a abordagem das instituições, e a história constitucional não era seguramente mais uma análise das instituições desligadas da realidade como alguns queriam estigmatizar, mas assumia-se como algo de complexo e vivo, partilhando inclusivamente dum dos mais arriscados objectivos da história, que é o de permitir extrapolar lições.

2. Feita esta opção, conscientes das consequências da sua globalidade e vastidão, assentamos na conveniência de a matricular sob bases e posições metodológicas, que procurassem fazer avultar a interpenetração e a complexidade dos diversos factores na simbiose evolutiva da instituição estudada. Dentro desta linha de fundo tomámos por evidente a adopção das três seguintes bases:

- procurar multiplicar os ângulos de visão, não só no mencionado triângulo histórico, jurídico e filosófico, mas não descurando outras realidades como a sócio-económica;

Tentámos, assim, passo a passo, evitar que a instituição jurídica surja desfasada da realidade em que se inseriu, procurando detectar a verdadeira justificação da sua existência, o seu comportamento perante as realidades institucionais e sociais, as suas evoluções e adaptações, as leituras doutrinárias que dela foram sendo feitas;

- fundamentar esta abordagem numa análise sistemática das fontes, consciente de que é nela, e indubitavelmente na sua pluralidade, que se encontra um dos mais seguros caminhos para a aproximação duma mais rigorosa leitura histórica. Além do mais vemos neste princípio uma das mais fortes garantias da defesa contra as ideias préconcebidas que condicionam, ofuscam e frequentemente dificultam a lucidez da leitura institucional.

Procurámos pois adoptar aquilo em que há anos insistimos nos nossos cursos: a desconfiança em relação às sínteses de ilusória clareza e simplicidade, escassas em fundamentação, frequentemente atractivas pela fácil apreensão,

tantas vezes ditadas por modelos ideológicos que se aplicam como um molde quase indiscutível ao qual a realidade deve subordinar-se.

Quantas vezes foi no pequeno, minucioso e particular facto que conseguimos vislumbrar e compreender as dimensões mais vastas. Quantas vezes uma perda notícia num jornal nos permitiu não embarcar em ideias facilmente feitas, fazendo-nos compreender as especificidades e as particularidades que não eram uma mera, ocasional e irrelevante excepção às grandes linhas, mas que manifestavam elas em si uma linha própria.

- integrar as instituições nos ciclos constitucionais que claramente se desenham irmanando de forma tão precisa experiências que a historiografia tem abordado, por vezes, isolando-as na sua história nacional, como se fosse criação isolada, sujeita a não mais do que meras influências externas.

Procurámos, pois, através do, nunca esgotável, recurso ao direito comparado, integrar, na realidade indesmentível dos ciclos constitucionais, a compreensão da experiência portuguesa. Sem ele, esta jamais pode ser verdadeiramente compreendida, o que foi ressaltando do reeditado aprofundamento a que fomos procedendo. Impôs-nos este exercício, por vezes, a releitura dalgumas linhas gerais e a frequente introdução de subciclos no nosso modelo de análise para que a realidade aí se pudesse plenamente encontrar. E foi este, sem dúvida, um dos aspectos deste trabalho que mais nos agradou ao longo destes anos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Ponto da situação; 2. a bibliografia; 3. a multiplicidade dos documentos impressos coevos: 3.1. documentos legais; 3.2. manuais de direito constitucional; 3.3. panfletos e escritos políticos; 3.4. artigos de imprensa periódica; 3.5. pastorais; 3.6. documentação respeitante aos pares individualmente; 4. as fontes manuscritas impressas; 5. as fontes manuscritas.

1. Em termos sintéticos podemos dizer que o bicameralismo em Portugal é um tema em que escasseia a bibliografia e superabundam fontes por trabalhar.

A própria história constitucional portuguesa aguarda a sua elaboração. Além da síntese, aliás apreciável, elaborada por Marcelo Caetano, *História Breve das Constituições*

Portuguesas, e da tese policopiada de Christian du Saussay apresentada em Nice em 1973, *L'Evolution Constitutionnelle du Portugal Contemporain. De la Révolution de 1820 a l'Estado Novo*, nada mais existe do que apontamentos acidentais em sumários da cadeira de direito constitucional e notas dispersas.

O problema da escassez de bibliografia, aliás é mais vasto, pois são poucas as histórias constitucionais globais.

A bibliografia geral respeitante às segundas câmaras não é também vasta, conquanto nalguns países, como na vizinha Espanha, se assista a uma grande vitalidade de estudos constitucionais nas últimas décadas. Para além das referências em manuais de direito constitucional, e de obras resultantes das próprias circunstâncias, merecem menção como monografias nacionais para as experiências da Europa continental ocidental, as obras de JEAN-PIERRE MARICHY, *La Deuxième Chambre dans la vie politique française depuis 1875*, Paris, 1969, e as de PAUL BERTELSEN REPETTO, *El Senado en España*, Instituto de Estudios Administrativos, Madrid, 1974.

Para a Câmara dos lordes que marcou duradouramente a evolução histórica e constitucional experiência britânica, existem inúmeras obras escritas ao longo dos tempos, de muitas das quais damos notícia nos nossos apontamentos policopiados sobre a *Experiência Constitucional Inglesa* para os quais remetemos.

Para a experiência brasileira do Senado Império, aquela, das exteriores à Europa que mais nos interessa aqui, existem vários estudos publicados pelo Senado federal, que aduzimos em lugar oportuno.

2. Concentremo-nos particularmente no período de 1826 a 1836.

Com efeito, no campo bibliográfico não só não existe qualquer estudo de conjunto, como não se encontram monografias dedicadas às várias experiências que constituíram a sua evolução. Têm surgido escassos artigos de revista sobre aspectos datados, dos quais apenas um sobre o período de que nos ocupamos.

3. Existe, é certo, um campo abundante de documentos impressos coevos, que nos permitem analisar a instituição em si, as ideias a seu respeito, o seu funcionamento, a actividade dos seus membros, e a personalidade destes.

3.1. Desde logo, os documentos legais respeitantes à instituição e funcionamento da Câmara dos pares, e os respectivos documentos parlamentares, com destaque para as actas das sessões da Câmara, bem como, para a contextualização, os da Câmara dos deputados.

A legislação e os actos oficiais podem consultar-se nos múltiplos diários oficiais do período:

- a *Gazeta de Lisboa* de 1826 a 1828;
- além do órgão oficial do poder instituído no Reino, os sucessivos órgãos liberais, na Terceira, no Porto e em Lisboa, durante o interregno da vigência da Carta;
- a *Gazeta Oficial do Governo* já em 1834

As actas das Câmaras de 26 a 28 e de 34 a 36, não só da *Câmara dos Dignos Pares do Reino*, como as da dos *Senhores Deputados*, foram objecto de publicação oficial, bastante incompleta para a legislatura de 1828, podendo consultar-se também nos diários oficiais e em vários órgãos da imprensa, muitas vezes acompanhados de análises.

3.2. Do estrito ponto de vista jurídico-institucional, existem os manuais de direito constitucional, escritos com a finalidade de ensino em Coimbra durante a longa experiência da Carta, em que a solução originária da Câmara dos pares é sempre naturalmente objecto de tratamento. Nas investigações que fizemos sobre o bicameralismo na terceira vigência da Carta, cobrindo os anos de 1842 a 1910, demos especial atenção à evolução das concepções através do ensino coimbrão, referindo os manuais, a maioria dos quais é do final da experiência. A mais importante das obras é sem dúvida a de Lopes Praça, *Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e do Acto Adicional de 1852*, composta por três volumes publicados entre 1878 e 1880. Ainda no final do séc.XIX, são publicados os *Princípios de Direito Politico* de Frederico Laranjo. Nos primeiros anos do séc.XX, em 1905, surge o *Direito Constitucional (applicado especialmente à legislação portuguesa)*, e

já no final do regime da Carta, nos últimos dois anos que antecedem a implantação da República assiste-se a uma proliferação de manuais: José Tavares publica as lições feitas para o curso do 2º ano de Direito de 1909 *O Poder governamental no Direito Constitucional Portuguez*, José Alberto dos Reis, *Direito Constitucional*, Lições feitas ao curso do 2º ano jurídico de 1908-1909, e Marnoco e Sousa, já em 1910, dá à estampa o seu *Direito Político*.

Existe depois uma imensidade de documentação de indispensável consulta para o conhecimento da vida da instituição:

3.3. Os abundantes panfletos e escritos políticos. As grandes questões do período: juramento da Carta, confrontações em torno da legitimidade sucessória, regência de D.Miguel, dissolução das Cortes, reunião e deliberações das Cortes tradicionais, resistência e cisões na época no período da emigração liberal em França e Inglaterra, questão da regência de D.Pedro, medidas dos liberais vitoriosos, são momentos privilegiados de profusão deste tipo de literatura. Neste âmbito são de destacar os manifestos em prol dos direitos de D.Miguel ou de D.Pedro e D.Maria, editados, muitas vezes com fins diplomáticos, em português, francês e inglês.

3.4. Os artigos e as notícias de jornal, que se revelam uma fonte capital e imprescindível para a compreensão das instituições, da sua concretização, de vários dos seus aspectos quotidianos, das facções partidárias que nela se movem, e das correntes políticas e doutrinárias em seu redor. Vitalizada pelas grandes questões do período a que fizemos alusão, a imprensa periódica prolifera quer em Portugal, quer na emigração.⁵

À imprensa oficial já nos referimos.

A imprensa não oficial retoma grande expansão a partir da morte de D.João VI.

⁵ Para a imprensa nesta época vide as sínteses de *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ªed., 1989, e ALBERTO PENA RODRÍGUEZ, *História do jornalismo português* in ALEJANDRO PIZARROSO QUINTERO, *História da Imprensa*, p.351-396, maxime, p.358-359. Lisboa, 1996.

No reinado de D.Miguel (1828-1834) surgem vários jornais em prol do regime, com destaque para os de três eclesiásticos: de José Agostinho de Macedo, *A Besta Esfolada* (Lisboa, 1828) e *O Desengano* (Lisboa, 1830); do futuro bispo Frei Fortunato de São Boaventura: *A Contra*; e de Alvito Buela Pereira de Miranda, *O Cacete* (Lisboa, 1831). Assiste-se, neste período, como é natural, a uma recessão da imprensa em Portugal, mas em contrapartida, no seio da designada segunda emigração, vemos surgir um largo número de periódicos: *O Português Emigrado*, Plymouth e Paris (Outubro de 1828 a Abril de 1824), *O Padre Malagrida* (Plymouth e Paris de 1828 a Abril de 1829), *O Chaveco Liberal* (Setembro a Dezembro de 1829), *O Correio dos Açores* (Junho a Outubro de 1830), *O Palmeiro* (Agosto a Dezembro de 1830), *O Pelourinho* (1831-1832), *A Aurora* (Setembro de 1831 a Junho de 1832), *Correio dos Portugueses Emigrados* (Setembro de 1831), *O Precursor* (Setembro a Outubro de 1831), *O Português Constitucional em Londres* (Março a Junho de 1832) e o *Ininimado* (1832).

Em 1834, surgem vários jornais: o cartista *O Periódico dos Pobres no Porto* (Porto), o mais radical *O Nacional* (Lisboa), o *Jornal do Comércio* (Lisboa), e a *Flôr do Oceano* (Funchal).

E a este enorme volume de escritos há ainda que acrescentar a útil consulta de órgãos estrangeiros, principalmente espanhóis, ingleses e franceses, nas suas análises da situação portuguesas, em muitos das quais há a mão portuguesa, nas influências, nos financiamentos e mesmo nos escritos.

3.5. Oriunda do pariato eclesiástico, merecem a devida atenção as pastorais, que retractam a sensibilidade e a posição do episcopado face aos acontecimentos.

3.6. Ficaria incompleto o rol, sem a documentação impressa que diz respeito aos pares individualmente.

Além de escritos das próprios, há a referir as biografias coevas das personagens, baseadas em conhecimentos pessoais. De escasso valor informativo são infelizmente as do

par bispo de Vizeu sobre o presidente da Câmara dos pares, duque de Cadaval. Em contrapartida, bem detalhadas são as do segundo presidente da Câmara, duque de Palmela, por Maria Amália Vaz de Carvalho. Refiram-se também as do duque de Saldanha, da pena de seu sobrinho D. António da Costa, e do Marquês de Sá da Bandeira, de Luz Soriano.

3.7. A estas fontes há que acrescentar as aduzidas das experiências comparadas que são fulcrais para a compreensão do processo português, com especial destaque para as que dizem respeito às experiências brasileira, à francesa, da Carta de 1814 e da Carta revista de 1830, à espanhola, e à belga de 1831.

4. Uma ampla área de trabalho, é constituída pelas fontes manuscritas impressas, em que há a destacar várias colecções editadas ainda no século XIX ou próximo dele, por vezes no rescaldo e sob a influência dos acontecimentos.

Destas refiram-se desde já, pelo seu character genérico, e pela sua importância:

- os *Documentos para a historia das Cortes geraes da Nação portuguesa*, da autoria de Clemente José dos Santos, director geral graduado da repartição tachygraphica da camara dos senhores deputados, mais tarde feito em função destes seus trabalhos barão de S. Clemente, e cuja edição foi aprovada por unanimidade na sessão da câmara dos deputados de 4 de Junho de 1881.

O primeiro tomo está pronto em Fevereiro de 1882 e a câmara por unanimidade delibera mandá-la imprimir a obra por sua conta. Do projecto que visava editar seis volumosos tomos que compreenderiam a documentação até ao ano de 1881, vieram a sair oito, mas que se ficam pelo ano de 1831. Trata-se duma valiosa e ampla recolha de documentos, que engloba proclamações, officios, actas, correspondência, notas diplomáticas, pastorais, artigos de imprensa...; e

- a *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Constitucional em Portugal, comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*, cujo tomo VII da terceira época contém uma "Collecção de documentos historicos officiaes" respeitantes aos anos de 1826 a 1834, da autoria de Simão José da Luz

Soriano, o mesmo que dirigiu a *Cronica da Terceira*, cujo primeiro número saiu em 17 de Abril de 1830, no mês seguinte à instalação da regência na Terceira.

Em segundo lugar, salientem-se as recolhas da correspondência diplomática, absolutamente indispensável para a compreensão das grandes questões políticas, de que são de destacar as de dois diplomatas e ministros dos negócios estrangeiros: os quatro volumes dos *Despachos e Correspondencia do Duque de Palmella*, coligidos e publicados por Reis e Vasconcellos sob empenho do próprio duque, e os oito volumes da *Correspondência do 2º Visconde de Santarém*, coligidos por Rocha Martins e publicados pelo 3º visconde do mesmo título, já em 1918-1919.

Também impressas estão as memórias de várias personagens, testemunhos importantes da época, de que frisaremos quatro, cujos autores foram pares: o marquês de Fronteira, o conde do Lavradio e Trigo de Aragão Morato, ainda que estas se ficam por 1826, a que há a acrescentar alguns estratos impressos das do conde de Vila Real.

5. As fontes manuscritas abundam.

Avulta imediatamente o Arquivo Histórico Parlamentar, integrado na Assembleia da Republica onde se avolumam milhares e milhares de documentos à espera que um dia o destino lhes dê ordem. Com um escasso quadro de funcionários este arquivo foi somando ano sobre ano toda a documentação inerente às funções do parlamento, sem que um inventário pormenorizado possa desvendar essa estratificação acumulada.⁶

Projectos de Constituição, actas parlamentares, trabalhos constituintes, processos individuais dos parlamentares, é um mundo sem fim, e de escassa identificação.

⁶ Do *Arquivo histórico parlamentar* não existe um catálogo detalhado. Servimo-nos de um *Inventário geral* manuscrito, com uma enumeração sumária da documentação existente em cada secção, de que a então responsável Dra. Maria das Dores Lopes Silva nos ofereceu fotocópia. Foi esse texto que serviu de base à informação dada in JOEL SERRÃO, MARIA JOSÉ SILVA LEAL e MIRIAM HALPERN PEREIRA, *Roteiro de Fontes de História Portuguesa Contemporânea*, III, 1985, p.21-117.

Além deste arquivo capital, consultamos com proveito outros núcleos: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontra, no fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, significativa documentação sobre a regência de D.Isabel, a regência e o reinado de D.Miguel, a regência de D.Pedro, e o início do reinado de D.Maria II, e no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, praticamente toda a documentação diplomática para o nosso período⁷; Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, bem como alguns arquivos privados, se bem que estes em geral se limitem, no estritamente respeitante ao pariato, à existência da Carta de nomeação de par.

Tivemos oportunidade de consultar ainda bibliotecas e arquivos estrangeiros, com especial destaque para o das Cortes em Madrid, que se revelou frutuoso no direito comparado, bem como os arquivos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros da mesma cidade, de Paris e de Bruxelas.

PLANO ADOPTADO

O plano que adoptámos respeita a periodificação político-institucional do período de 1826 a 1836, constituída por três realidades claramente distintas: as das duas primeiras vigências da Carta intervaladas pelo seu primeiro interregno.

Assim, dividimos o tema em três partes.

A primeira, que intitulámos o da Câmara aristocrática pura, ocupa-se da criação da Câmara dos pares, pela outorga da Carta em 1826, do seu espírito e fisionomia, do funcionamento durante a sua primeira vigência, através das três sessões legislativas que tiveram lugar, e, por fim, dos passos que depois da sua dissolução levaram à sua supressão.

Neste período que não perdura mais do que os dois anos, vimo-nos na necessidade de distinguir fases bem distintas que correspondem a realidades e problemas concretos:

⁷ Dentre as poucas excepções refira-se a correspondência da legação de Portugal em Bruxelas, que se

- a génese da Câmara, através da outorga da Carta, dando particular relevo às suas fontes, à sua natureza e às suas características;
- o funcionamento das duas primeiras legislaturas, que têm como carácter de homogeneidade a regularidade dos trabalhos, apesar das convulsões que a rodeiam, e a fidelidade que a quase totalidade dos pares apresenta em relação às novas instituições e ao seu instituidor;
- o longo interregno entre a segunda e a terceira legislatura, marcado pela decisão da atribuição da regência a D.Miguel;
- a terceira legislatura marcada primeiro pela expectativa da chegada do infante, e depois do início da sua regência, pelo rápido percurso para a dissolução;
- por fim, o trimestre que vai da dissolução das Cortes à abolição do regime, assinado pelo regresso à Constituição tradicional.

A segunda parte ocupa-se do interregno da Carta, o primeiro da sua história, correspondente ao sexénio do reinado de D.Miguel, 1828-1834, com a observação, ao longo da sua evolução, dum triplo ângulo de visão: do Reino de D.Miguel, das oposições liberais, dos gabinetes da diplomacia internacional.

Procura-se, em particular:

- acompanhar o percurso dos pares, quer dos que, aderindo ao trono de D.Miguel, consideram extinto o pariato, quer dos fiéis à Carta, que apenas consideram suspenso o exercício da sua função, através dos acontecimentos;
- observar o impacto da coeva transformação das grandes linhas do bicameralismo, provocada pelo ciclo revolucionário liberal europeu, e perscrutar as correntes a que dão origem;
- sublinhar as profundas transformações políticas, sociais e económicas, na realidade portuguesa, na qual se insere o pariato;
- analisar a reacção conjunta dos pares liberais no contexto das afirmações e das concretizações do liberalismo, nomeadamente face à dominância dum sector mais radical.

A terceira parte ocupa-se dos anos 34 a 36, correspondentes à segunda vigência da Câmara, em que esta ressurge, sem sofrer a mais pequena alteração no seu regime jurídico, mas se vê transformada na composição e no seu carácter de funcionamento.

Subdivimos este período em duas fases de grande diversidade temporal:

- o escasso período de pouco mais de duas semanas, em que a câmara funciona com a totalidade dos seus pares sobreviventes, que não são mais do que 13, pelo que designámos o período por da *Câmara Exígua*;
- um segundo período posterior à primeira grande nomeação de pares, a de 1834, depois dos originais e a que consequentemente chamámos da *Câmara Renovada*.

Dedicamos as páginas finais desta parte às repercussões em Portugal das transformações político constitucionais em Espanha, que vão conduzir ao fim da segunda vigência da Carta e à abertura dum segundo interregno, também de seis anos, em que serão adoptados, primeiro, o monocameralismo, e, depois, uma experiência senatorial electiva.

OS GRANDES QUESITOS

Do calcorrear, nesta intensa década de 1826 a 1836, da experiência da Câmara dos pares, observando a sua instituição, as suas duas vigências e o período intercalar entre elas, constatando as atitudes dos seus membros, as acusações recíprocas de partidários opostos, e os juízos dos contemporâneos, meditando as leituras e releituras que dela se vieram a fazer, inventariando os grandes problemas, foi passo a passo surgindo o desafio da resposta a treze grandes quesitos, que passamos a formular, nos quais pensamos estarem consubstanciadas as traves mestras da análise que nos propusémos fazer:

Correspondem os cinco primeiros à introdução da Câmara dos pares, à sua natureza e ao comportamento do pariatto originário, e os seguintes às transformações que se vão operar a partir de 1828.

I. A Carta e as suas instituições, nomeadamente a Câmara dos pares, têm alguma raiz nacional, ou são algo de estranho à tradição portuguesa? Serão mera importação estrangeira, por voluntariedade dum monarca estrangeiro, como referem os opositores de D.Pedro, ou traduzirão alguma adaptação das instituições tradicionais, como invoca a infanta D.Isabel Maria ao anunciar a Carta? Se estranhas, qual o seu modelo?

II. A natureza do recrutamento dos pares é marca clara do Antigo Regime ou compromisso entre este e o novo?

III. A alta nobreza e o alto clero estão preparados para as funções que são chamados a desempenhar?

IV. Os Pares, na sua globalidade, integram-se naturalmente na nova ordem cartista, ou são hostis *ab initio* a D.Pedro e às novas instituições liberais?

V. Que sequelas tem a "criação" deste novo corpo dos "Grandes" com atribuições legislativas próprias, na nobreza de segunda linha que nunca tinha sido tão manifestamente marginalizada no Antigo Regime.

VI. Se os pares se integraram naturalmente, quando e porquê mudam de posição?

VII. Quando se dá a ruptura entre a maioria do pariatto e o liberalismo?

VIII. Que efeitos tem esta ruptura e a consequente anulação da Câmara dos pares, nos anos seguintes, como corpo do poder legislativo?

IX. Como se comporta e adapta o pariató subsistente, liberal e fiel à Carta, perante as transformações jurídicas, económicas e sociais, que o sector liberal dominante impõe?

X. Por que reformulação da Câmara opta D. Pedro quando reabre as Cortes?

XI. Que dimensão e significado tem a alteração da composição da Câmara?

XII. Além da transformação na composição, que outras características passa a assumir a Câmara?

XIII. Porque vai a segunda vigência da Câmara perdurar apenas até 1836?

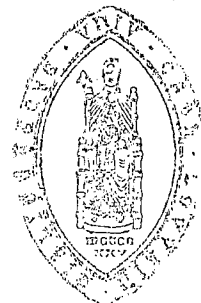
Impõe-se peregrinar pela história antes de chegar às conclusões...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- I. Fontes Manuscritas
- II. Fontes Impressas e Trabalhos Coevos
- III. Bibliografia

I

FONTES MANUSCRITAS



Arquivos Portugueses
Arquivos Estrangeiros

ARQUIVOS PORTUGUESES

Arquivo Histórico-Parlamentar
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa

ARQUIVO HISTORICO-PARLAMENTAR

1. Documentos Avulsos
2. Livros de Registo
3. Correspondência da Câmara dos Pares

1. Documentos avulsos

Sobre a Câmara em Geral
Sobre Pares

Sobre a Câmara em Geral

Actas das Comissões. (1826)
Secção VI, caixa 44, documento 9.

Relatório dos Pares. (1826/1841)
Secção VI, caixa 36.

Sessão Extraordinária de 1826. Sessão Legislativa de 1824/25 - Projectos de Regimento Interno. (1826/1845)
Secção V, caixa 3, documento 10.

Actas das sessões da Câmara dos Pares. (1826/1874)
Secção VI, caixas 85-93.

Minutas de officios. (1826/1881)
Secção VI, caixas 39; 45; 79.

Comissão de Verificação de Poderes dos Pares do Reino. (1826/1908)
Secção IX, caixas 1-9.

Discursos da Coroa e suas respectivas respostas. (1826/1910)
Secção VI, caixa 37.

Requerimentos vários. (1826/1910)
Secção VI, caixas 64-78; 80-83.

Regimento Interno da Câmara dos Pares. (1827/1836)
Secção V, caixa 3, documento 3.

Decretos de convocação, prorrogação, adiamento, dissolução e dispersos. (1827/1910)
Secção VI, caixa 38.

Projectos para a formação de vias de exploração de Minas. (1828)
Secção V, caixa 1, documento 23.

Infracções a Carta Constitucional. (1828)
Secção V, caixa 3, documento 4.

Projectos, propostas e pareceres das Comissões. (1828/1861)
Secção VI, caixas 104-157.

Cartas régias. (1828/1890)
Secção V, caixa 3, documento 5.

Auto de proscricção de D.Miguel de Bragança, firmado pela Câmara dos Deputados. (1834)
Secção V, caixa 1, documento 19.

Resolução da Comissão Administrativa da Fazenda (1834/1835)
Secção VI, caixa 44, documento 17

Representações diversas (1834/1910)

Secção VI, caixas 49 a 63

Constituição do Ministério e suas alterações (1835/1836)
Secção VI, caixa 44, documento 35

Administração económica da Câmara dos Pares
Secção VI, caixa 44, documento 29

Sobre pares

Vários processos de crimes (21) relativos a pares (1827/1907)
Secção V, caixa 2, documentos 7-12.
Secção VI, caixas 96-97.

Incidentes sobre a Carta Régia, que elevou a par do Reino o visconde do Rio Seco. (1828)
Secção V, caixa 1, documento 26

Copia do decreto que revogou a Lei de 28 de Maio de 1834, excluindo da Câmara dos Pares alguns dos seus membros. (1834)
Secção VI, caixa 44, documento 8.

Carta de D. Pedro IV à Câmara dos Pares, participando-lhes não poder tomar conhecimento dos negócios públicos, pela sua moléstia (1834)
Secção VI, caixa 44, documento 28

Regalias e honras dos pares (1834/1835)
Secção V, caixa 1, documento 18

Pariato - assentamento do pariato hereditário, por carta régia; boletins manuscritos sobre o pariato. Estatísticas do Pariato Português desde a sua fundação até 1909.
Diversos assuntos sobre os pares e Câmara dos Pares.
Secção V, caixa 1, documentos 1,4,5,8,20,21,22,24,28,31,32.
Secção V, caixa 2, documentos 1-6.

Certidões médicas; procurações para receber vencimentos e estatística do pariato português desde a sua fundação até 1898.
Secção VI, caixa 44, documentos 2-4.

Certidões de casamentos registadas.
Certidões de baptismo registadas.
Certidões de obito registadas.
Secção V, caixa 1, documentos 9,15-17.

Copia do discurso do par, o príncipe D. Augusto quando tomou assento na Câmara. (1835)
Secção VI, caixa 44, documento 13.

2. Livros de Registo

Deputações e programas da Câmara dos Pares. (1834/1910)

Livros 795-796.

Índices dos projectos de lei da Câmara dos Pares. (1834/1910)
Livros 839, 3303-3314.

Actas das sessões da Câmara dos Pares. (1826-1910)
Livros 246-342.

Decretos da Câmara dos Pares enviados à sanção real e cartas reais para a Câmara. (1826/1910)
Livros 360-363, 365-366, 376, 1547-1550.

Resoluções da Câmara e da Mesa. (1826/1836)
Livro 810.

Alocações de S.Majestade. (1826/1910)
Livros 794, 789-791.

Arquivo da Câmara dos Pares. (1826/1876)
Livros 1053-1058.

Índice do pariato.
Livros 1109-1110.

Assentamento dos nascimentos dos pares.
Livros 1534-1535.

Assentamento dos casamentos dos pares, e de seus descendentes.
Livros 1536-1537.

Óbitos dos pares.
Livros 1538-1539.

Cartas régias de nomeação dos pares.
1540-1541.

Bispos nomeados para a Câmara dos Pares.
Livro 1546.

3. Correspondência da Câmara dos Pares.

Com Entidades Diversas
Com Entidades Internas
Entre as Duas Câmaras
Livros de Registo da Correspondência Entre as Duas Câmaras

Com Entidades Diversas

Autoridades diversas. (1833/1912)
Livros 563-568; 603-604.

Com Entidades Internas

Com os seus membros. (1826/1911)
Livros 510-515.

Entre as Duas Câmaras

Leis e Resoluções que da Câmara dos Deputados iam à apreciação da Câmara dos Pares.
Correspondência trocada entre as duas Câmaras.
Secções I e II:

Caixa 24, documento 27.

Caixa 83, documentos 99-186.

Caixa 116, documentos 1-180. (1826/1828)

Caixa 411, documentos 1-108. (1834/1836)

Correspondência dos Pares do Reino dirigida à Câmara dos Deputados e vice-versa. (1826/1910)
Secção VI, caixas 29-35.

Projectos de lei da Câmara dos Deputados alterados pela Câmara dos Pares. (1826/1910) [E.B.]

Projectos de regimento das duas câmaras legislativas.
Secção V, caixa 3, documento 9.

Livros de Registo da Correspondência Entre as Duas Câmaras

Da Câmara dos Deputados para a Câmara dos Pares. (1826/1869)
Livros 387-405.

Da Câmara dos Pares para a Câmara dos Deputados. (1826/1911)
Livros 516-517; 519-528; 706.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

1. Ministério do Reino
2. Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da
Justiça
3. Ministério dos Negócios Estrangeiros
4. Arquivos Particulares

1. Ministério do Reino

Abertura e encerramento das Cortes - Sessões de juramento
Livro 1

Actas do Conselho de Estado e de Ministros
Livro 3

Felicitações pelo regresso de D.Miguel, de várias personalidades e terras. Autos de Aclamação de D.Miguel 1828
Maço 9 I série

2. Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça

Papéis políticos

Regência de D.Pedro
Governo liberal dos Açores (1828-1831)
Maços 134, 136, 139, 140, 141, 142

Governo liberal do Porto (1832-1833)
Maços 98, 152, 174, 194, 197

Governo liberal da Terceira (1832-1833)
Maço 151

Governo liberal de Lisboa (1833-1834)
Cx.28, 29, 30, 93

Regência e Reinado de D.Miguel (1828-1834)
Maços 127, 128, 132, 133, 135, 138, 143 a 150, 154 a 156, 161, 180 e 181, 349
Caixas 26, 27, 29

3. Ministério dos Negócios Estrangeiros

Reunião dos Três Estados
Cx.78, M.4.

Regência de Angra e duque de Bragança<. Registo de correspondência da Secretaria de Estado com as diferentes missões de S.M. Fidelissima e mais passoaas empregadas no seu serviço fora da ilha Terceira. 1830-1831
Maço 153

Regência da Terceira e do duque de Bragança: Registo vários de correspondência
Maço 154

Arquivo da Legação em Londres
Registo de correspondência sobre assuntos política durante a regência de D.Pedro
Maço 173

4. Arquivos Particulares

Espolio de Antonio Saldanha da Gama, Conde de Porto Santo (1778-1839)¹

Aviso do Marquês de Tancos informando o conde de Porto Santo da sessão na Câmara dos Pares em 17.1.1828.

Convocação para o conde de Porto Santo assistir às Cortes que se haviam de reunir em Lisboa no prazo de 30 dias. Palacio da Ajuda, 6 de Maio de 1828. Assinado: "O Infante Regentê (D.Miguel).

Copia do protesto dos pares do Reino (duques) Terceira, Palmela, (marqueses) Fronteira, Lima, Loulé, Santa Iria, (condes) Lumiares, Ficalho e Paraty, a propósito da prisão do conde da Taipa

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, RESERVADOS

MORATO, FRANCISCO TRIGOSO DE ARAGAO, *Memoria, Em Que se Mostra Qual He a Forma de Governo Monarchico Mais Appropriada as Instituições Antigas de Portugal, a Mais Digna de se Adoptar nas Nossas Actuaes Circunstâncias.*

¹ Integrado no A.N.T.T., por aquisição aos herdeiros.

ARQUIVOS BRASILEIROS

ARQUIVO DO PALÁCIO GRÃO PARÁ

Copiador dos atos de D.Pedro, duque de Bragança, em Paris, como regente de Portugal (1831-1832).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATI

Missões diplomáticas brasileiras

Londres, 226-1-1 a 216-1-12

Viena, 232-4-1 a 232-4-2

Missões especiais do Brasil no estrangeiro

Marquês de Resende

Marquês de Barbacena

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Projeto de Constituição do Conselho de Estado: L.399, 17

MUSEU IMPERIAL

Documentos Vindos do Arquivo do Castelo de Eu

Maço LV, doc.2580

OUTROS ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES A BRUXELLES (A.E.B.)

Correspondance Diplomatique. Légations. Portugal.

Série reliée:

1. 1834-1840.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE ASSUNTOS EXTERIORES (MADRID)

Correspondencia. Embajadas y Legaciones. Portugal.

H 1683 (1834-1835)

H 1684 (1836-1837)

Politica. Portugal.

H 2607 (1820-1826)

H 2626 (1834-1847)

ARCHIVE DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES A PARIS (A.E.P.)

Correspondence Politique.

Portugal.

141 (Janvier-Aout 1826)

142 (Septembre 1826 - Avril 1827)

II

FONTES IMPRESSAS E TRABALHOS COEVOS

- A. Experiência Portuguesa
- B. Experiências Comparadas

A. EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

1. Normas Constitucionais e Outras Disposições Aplicáveis à Câmara dos Pares
2. Documentos Parlamentares
3. Manuais Universitários de Direito Constitucional e Teoria Política
4. Jornais e Revistas
5. Panfletos, Memórias, Correspondências, Testemunhos, Pastorais e Trabalhos Coevos

1. NORMAS CONSTITUCIONAIS E OUTRAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS À CÂMARA DOS PARES

Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa, decretada e dada pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro, Imperador do Brazil, aos 29 d'Abril de 1826, Lisboa, 1826.

Collecção de legislação especial para a Camara dos Dignos Pares do Reino até ao Anno de 1851, Lisboa, 1851.

Collecção de Legislação Portuguesa, 7 v., Lisboa, 1904-1915.

Formula adoptada para recepção, juramento e posse dos principes ou infantes na Camara dos Dignos Pares do Reino. Relação dos factos ocorridos em 1835-1875-1891, Lisboa, 1891.

PRAÇA, LOPES, *Colecção de Leis e subsidios para o estudo do direito constitucional português*, 2 t., Coimbra, 1893-1894.

Regimento Interno da Câmara dos Dignos Pares, Imprensa Nacional, Lisboa, 1835.

2. DOCUMENTOS PARLAMENTARES

Actas das Sessões Publicas da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Impressão Régia, Lisboa:

- Sessão do Anno de 1826
- Sessão do Anno de 1827
- Sessão do Anno de 1828

Actas das Sessões Publicas da Câmara dos Dignos Pares do Reino na Sessão Extraordinaria do Anno de 1836, Lisboa, 1838.

Diario da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa,

- I Legislatura, Primeira Sessão Extraordinaria de 1826, Contendo as Actas das Sessões Publicas, projectos de lei, officios, e mais documentos, Lisboa, 1827.
- 1ª Legislatura, Sessão Ordinaria do Anno de 1827, Coimbra, 1827.
- Sessão Ordinaria do Anno de 1828, Lisboa, 1828.
- 2ª Legislatura, Lisboa, 1835-1836.

Epocas legislativas 1834-1901 para uso da Comissão de verificação de poderes da Camara dos Dignos Pares do Reino, Lisboa, 1901.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 29 de Março de 1884 [De facto é até 29 de Fevereiro de 1884], Imprensa Nacional, Lisboa, 1884.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1884, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1885.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1886, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1887.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 11 de Junho de 1889, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1889.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 8 de Março de 1891, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1891.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 14 de Novembro de 1898, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1899.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1901, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1902.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1905, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1906.

Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910.

Estatistica Methodica do Pariato Civil e Ecclesiastico desde a sua fundação até 26 de Fevereiro de 1863, Imprensa Nacional, Lisboa, 1863.¹

Estatistica Methodica do Pariato Civil e Ecclesiastico desde a sua fundação até 9 de Julho de 1866, Imprensa Nacional, Lisboa, 1866.

Estatistica Methodica do Pariato Civil e Ecclesiastico desde a sua fundação até 8 de Julho de 1870, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870.

Estatistica Methodica do Pariato Civil e Ecclesiastico desde a sua fundação até 11 de Setembro de 1873, Imprensa Nacional, Lisboa, 1873.

Estatistica Methodica do Pariato Civil e Ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de Maio de 1875, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875.

Pariato Civil e Ecclesiastico desde a sua fundação até 31 de Janeiro de 1879, Imprensa Nacional, Lisboa, 1879.

Relação dos Dignos Pares por Antiguidade de Posse, Imprensa Nacional, 1881.

3. MANUAIS UNIVERSITÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL E TEORIA POLITICA

FERREIRA, JOSÉ EUGÉNIO, *Direito constitucional (applicado especialmente à legislação portuguesa)*, Coimbra, 1905.

LARANJO, JOSÉ FREDERICO, *Direito politico e direito constitucional (Lições)*, s.l.,s.d.

LARANJO, FREDERICO, *Principios de direito politico*, 1887.

PRAÇA, LOPES, *Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852*, 3 v., 1878-1880.

REIS, JOSE ALBERTO DOS, *Direito constitucional, Lições feitas ao curso do 2º anno juridico do anno de 1908-1909*, Coimbra, 1909.

RIBEIRO, THOMAZ, *Historia da legislação portuguesa*, 2 v., Lisboa, 1891-1892.

SOUSA, MARNOCO E, *Direito politico*, Coimbra, 1910.

TAVARES, JOSÉ, *O Poder governamental no direito constitucional portuguez*, Lições para o curso do 2º anno de Direito, no mez de Maio de 1909 edição do auctor, Coimbra, 1909.

¹ INNOCENCIO, D.B.P., t.IX, p.120 refere DIOGO AUGUSTO DE CASTRO CONSTANCIO, do Conselho de S.M., Commendador da Ordem de Christo, Official-maior e Director da Secretaria da Camara dos Pares, etc., *Estatistica...*, 1863, observando que "Nem sempre se pôde confiar nas suas indicações, sendo algumas inexactas, como tive occasião de verificar; o que todavia não obstou a que este trabalho fosse muito elogiado em uma portaria de louvor, que vi publicada no *Diario de Lisboa*."

4. JORNAIS E REVISTAS

4.1. Jornais Oficiais

4.2. Jornais Não Oficiais Editados em Portugal

4.3. Jornais Portugueses Editados no Estrangeiro

4.4. Jornais Estrangeiros com Referências a Portugal

4.1. Jornais Oficiais²

Chronica Constitucional de Lisboa, Lisboa, 1833-1834.

Chronica Constitucional do Porto, Porto, 1832-1833.

Chronica da Terceira, 1831-1832.

Diario do Governo, Lisboa, 1835-1836.

Diario do Porto, s.n., Porto, 1828.

Gazeta de Lisboa, Lisboa, 1826-1828, 1833.

Gazeta Official, Porto, 1828.

Gazeta Official do Governo, Lisboa, 1834.

4.2. Jornais Não Oficiais Editados em Portugal

O Amigo da Carta, Lisboa, 1826.

Borbolota, Porto, 1826.

O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional, *Semanario politico, publicado para advogar a causa e interesses da Nação Portuguesa em ambos os mundos, e servir de continuação ao Campeão Portuguez em Londres*, v.II, Lisboa, 1822.

Chronista Constitucional, Lisboa, 1833.

O Cidadão Constitucional Desvalido, Lisboa, 1826.

² A *Gazeta de Lisboa*, jornal oficial no fim do antigo regime, adopta em 1821 a designação de *Diario da Regência* e ainda nesse ano a de *Diario do Governo*. Após a Vilafrancada volta a designar-se *Gazeta de Lisboa*. Depois da tomada de Lisboa pelo exército liberal, em 24 de Julho de 1833, adopta a designação de *Chronica Constitucional de Lisboa*. Entretanto o governo liberal nos Açores publicara a *Chronica da Terceira*, até à sua partida para Portugal e desembarque no Mindelo, a partir do que se passara a chamar *Chronica Constitucional do Porto*. Em Julho de 1834 passa a designar-se *Gazeta Official do Governo*, e no início de 1835, *Diario do Governo*. Em Novembro de 1859, passa para *Diario de Lisboa*. *Folha Official do Governo Portuguez*. Em 1 de Dezembro de 1868 retoma a denominação de *Diário do Governo*, até Abril de 1976, em que adoptará o nome de *Diário da República*.

O Clarim Portuguez, Lisboa, 1826.

O Comerciante Político, 1833

Correio do Porto, Porto, 1827.

O Cronista, Lisboa, 1827.

O Defensor da Liberdade, Funchal, 1827.

Diario Mercantil, 1827.

O Espreitador, Lisboa, 1826.

A Estrella Lusitana, 1828.

O Fiscal dos Abusos, Lisboa, 1826.

Flor do Oceano, Funchal, 1828

O Imparcial, Porto, 1826-1827.

O Industrial Civilisador: jornal das praticas uteis, Lisboa, 1836

Mastigoforo, 1829.

O Nacional, Lisboa, 1836.

Paquete de Portugal, Londres, 1830-1831.

O Periodico dos Pobres, 1826.

O Periódico dos Pobres no Porto, Porto, 1834.

Periódico para os Bons Realistas, Lisboa, 1828

O Portuguez, diario politico, litterario e commercial, Lisboa, 1826-1827.

O Realista portuense, Porto, 1828.

A Revista, Lisboa, 1834-1836.

A Revista Semanal, Lisboa, 1833-1834.

A Vedeta da Liberdade, 1836.

O Velho Liberal. Jornal Politico offerecido á serenissima senhora Infante Dona Isabel Maria pelo desembargador Vicente José Cardoso da Costa, Lisboa, 1826.

4.3. Jornais Portugueses Editados no Estrangeiro

Appendice ao Padre Amaro, Londres, 1929.

Aurora, Londres, 1831.

O Independente, Paris, 1831-1832.

O Perguntador, folha politica constitucional da opposição ao governo do marquez de Palmella e regencia da Ilha da Terceira, Londres, 1832-1834.

O Perguntador, folha politica constitucional da opposição ao governo do marquez de Palmella e regencia da Ilha Terceira, Londres, 1831.

O Portuguez, Londres, 1826.

O Portuguez Constitucional em Londres, Londres, 1832.

4.4. Jornais Estrangeiros com Referências a Portugal

Ástrêa, Rio de Janeiro, 1830.

Constitutionnel, Paris, 1826, 1833.

The Courier, Londres, 1826.

Courrier, 1831.

Diario Fluminense, Rio de Janeiro, 1826.

L'Écho Français, 1832.

Gazeta de Madrid, Madrid, 1826.

Journal des Debats, Paris, 1826.

Moniteur, Paris, 1827.

Times, Londres, 1832.

5. PANFLETOS, MEMÓRIAS, CORRESPONDÊNCIAS, TESTEMUNHOS, PASTORAIS E TRABALHOS COEVOS

Acórdão da Relação sobre os autos processado o Prior Mór da Ordem de Christo D.Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça, Lisboa, 1827

L'Angleterre et Don Miguel, 1827.

À Nação Portuguesa por ocasião do dia anniversario do fausto nascimento de S.M.I. e R., a Senhora D.Carlota Joaquina de Bourbon.. Ode, seguida de um commentario politico-moral, 1828.

Anotações á enormissima sentença que, sobre o supposto crime de lesa magestade de primeira cabeça, foi proferida na cidade do Porto no dia 21 de agosto de 1829 pelo auctor da Injusta aclamação do infante D.Miguel [António da Silva Lopes Rocha], Paris, s.d.,

Annuaire historique universel pour 1832, Paris, Avril 1834.

Attaque par terre et par mer et prise de la ville de Lisbonne, Capitale du Portugal, par les Constitutionnels, Français, Polonais et Anglais - Horribles cruautés commises par don Miguel, surnommé le Bourreau du Portugal - Détails du nombre de victimes qu'il a fait périr sur l'échafaud, dans les prisons et exilés. - Fuite précipitée de ce tiran. - Désespoir du transfuge Bourmont de se voir battre par les patriotes. Bravoure du capitaine Napier. - Proclamation de Dona Maria II, reine de Portugal, Paris, s.d.[1833]

AYRES VICENTE DE ANDRADE, Origem da Monarchia Luzitana, vantagens que o Governo Monarchico Hereditario tem sobre toda, e qualquer outra fórma de Governo, direitos de legitimidade que mostram evidentemente, que nas actuaes circumstancias, o Muito Augusto Senhor D.Miguel he o legitimo herdeiro desta Monarchia, C.O. e D. ao Mesmo Augusto Senhor hum jovem portuguez de 11 annos, Lisboa, 1828.

AVELLAR, FILIPPE N.S.DE, A Legitimidade da exaltação do muito alto e muito poderoso Rei o Senhor D.Miguel I ao throno de Portugal, demonstrada por principios de direito natural e das gentes, Lisboa, 1828, [encontra-se transcrito in S.CLEMENTE, D.H.C.G., t.V, p.423-436]

BARBACENA, MARQUÊS DE, Question portugaise: documents authentiques et officiels, Brest, 1832.

BASTOS, JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES, Biografia da Serenissima Senhora Infanta D.Isabel Maria, s.l., s.d.

BECKFORD, WILLIAM, Diário de - em Portugal e Espanha, introdução e notas de BOYLD ALEXANDER, Lisboa, 3ªed., 1988.

BERARDO, P.e JOSÉ DE OLIVEIRA, Revista histórica de Portugal desde a morte de D.João VI ao falecimento do imperador D.Pedro, 2ªed., Coimbra, 1846.

BISPO DO ALGARVE, D.BERNARDO ANTONIO DE FIGUEIREDO, Pastoral de 31 de Maio de 1828, [transcrita in S.CLEMENTE, D.H.C.G., t.IV, p.607-608].

BISPO DE BEJA, D.LUIZ DA CUNHA DE ABREU E MELLO, Pastoral de 13 de Outubro de 1828, [transcrita in S.CLEMENTE, D.H.C.G., t.V, p.321-323].

BISPO DE BRAGANÇA E DE MIRANDA, D.FR.JOSE MARIA DE SANTA ANNA NORONHA, *Pastoral de 18 de Setembro de 1828*, [transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.V, p.321-323}.

BISPO DE VIZEU, D.FRANCISCO ALEXANDRE LOBO, *Pastoral de 5 de Agosto de 1828*, [transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.V, p.62-65].

BISPO DO PORTO, D.JOÃO DE MAGALHÃES E AVELLAR, *Pastoral ao clero e povo da sua diocese, congratulando-se pela queda do governo constitucional, e combatendo as doutrinas propugnadas pelos adeptos do liberalismo*, Porto, 1828. [Transcrita como *Pastoral de 9 de Agosto de 1828* in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.V, p.70-71.

BOAVENTURA, FREI FORTUNATO DE SÃO, *Oração Fúnebre que nas Exéquias da Mui Alta e Poderosa Senhora Imperatriz Rainha D.Carlotia Joaquina de Bordon celebradas na Santa Igreja Cathedral de Coimbra por ordem do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D.Fr.Joaquim de Nazareth, Bispo Conde, a 11 de Fevereiro do Prezente Anno Recitava...*, Coimbra, 1830.

IDEM, *Oração Gratuloria que na Santa Igreja Cathedral de Coimbra em 25 de Abril do presente Anno de 1828, dia Natalicio de S.M.A Imperatriz Rainha a Senhora D.Carlotia Joaquina, aprazada pelos estudantes não liberais da Unoversidade de Coimbra para se renderem ao Todo Poderoso pelo anciosamente desejado regresso do mui alto poderoso Senhor D.Miguel I a estes Reinos dizia - Monge de Alcobaça*, Coimbra, 1828.

BORGES, JOSÉ FERREIRA, *Cartilha do cidadão português, dedicada á mocidade portugueza*, Londres, 1832

IDEM, *Observações sobre um opusculo intitulado "Parecer de dous conselheiros da corôa constitucional sôbre os meios de restaurar o governo representativo em Portugal, etc.*, Londres, 1832

IDEM, *Opinião juridica sobre a questão: Quem deve ser o Regente de Portugal, destruída a usurpação do Infante D.Miguel?*, Londres, 1832

IDEM, *Revista critica da segunda edição do opusculo "Parecer de dous conselheiros da corôa constitucional (Silvestre Pinheiro ferreira e Filipe Ferreira) sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*, Londres, 1832

Bulla do Santíssimo Padre Leão XII contra os pedreiros-livres mamdada publicar pela piedade e decidido amor à Religião e ao Throno da mui alta e Augusta Imperatriz Rainha a Senhora D.Carlotia Joaquina, Lisboa, 1928.

CABRAL, LEONEL TAVARES, *Sobre uma carta do sr.Candido José Xavier ao sr.coronel Rodrigo Pinto Pizarro, em data de 6 de Janeiro de 1832 - E additamento á Norma das Regencias de Portugal" do mesmo sr.coronel R.P.Pizarro*, Paris, 1832

CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA, D.FR.PATRICIO, *Pastoral de 23 de Agosto de 1826*, [transcrita in S.CLEMENTE, *Documentos...*, cit., t.V, p.200-203].

CARVALHO, CUSTÓDIO REBELLO DE, *Bases de Todo o Governo Representativo ou Condições Essenciais para a Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa seja hũa Realidade*, Londres, 1832.

IDEM, *Das Eleições em Inglaterra segundo o novo acto de reforma, comparadas com as eleições feitas em Portugal segundo a lei de 1826, acompanhadas dalgumas observações sobre o poder eleitoral e o modo de exercer nos dois países*, Londres, 1833.

IDEM, *Das Eleições em Inglaterra segundo o novo Acto de Reforma, comparadas com as eleições feitas em Portugal segundo a lei de 1826, acompanhado dalgumas observações sobre o poder eleitoral e o modo de o exercer nos dois países*, Londres, 1833.

CARVALHO, JOSÉ DA SILVA, *Documentos para a história contemporânea - José da Silva Carvalho e o seu tempo*, Imprensa Nacional. Compilação e anotações de António Viana, 3v., Lisboa, 1891-1894.

IDEM, *Questão Portuguesa traduzida de um jornal inglês*, 1827.

CARVALHO, JOSE LIBERATO FREIRE DE, *A Carta e os seus vinte e cinco annos de vida*, Lisboa, 1848.

IDEM, *Ensaio historico politico sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*, Lisboa, 1843.

IDEM, *Ensaio politico sobre as causas que prepararão a usurpação do Infante D.Miguel no anno de 1828 e com ella a queda da Carta Constitucional do anno 1826*, Lisboa, 1840.

IDEM, *Reflexões sobre um parágrafo do Maifesto do Senhor D.Pedro, Duque de Bragança, datado de 2 de Fevereiro de 1832*, Londres, 1832.

IDEM, *Memorias com o titulo de annaes para a historia do tempo que durou a usurpação de D.Miguel*, 3 v., Lisboa, 1841-1843.

IDEM, *Memorias da viida de José Liberato Freire de Carvalho*, Ed.Assírio e Alvim, 2º ed., Lisboa, 1982.

CARVALHO, JOSÉ PINTO REBELLO DE, *Bases de todo o governo representativo ou condições essenciaes para a Carta constitucional da monarchia portugueza seja hũa realidade*, Londres, 1832.

IDEM, *A Carta e as Cortes de 1826: Dissertação Critico-Politica, na qual esta assembleia é julgada em presença da constituição, e se demonstra a maneira d'evitar para o futuro que os representantes da nação falem a seus deveres, ou atraíçom novamente a patria*, Bayonna, 1832.

IDEM, *Da Formação de hum ministerio constitucional, e da natureza e extensão do direito de mandar e da obrigação de obedecer: precedido de hũa introdução historico-política sobre Portugal*, 1832

IDEM, *Projecto d'um systema de providencias para a convocação das Cortes geraes e restabelecimento da Carta constitucional*, Paris, 1832

CASAL RIBEIRO, CONDE DO, *Carta e Pariato*, Lisboa, 1895.

CASTILHO, ANTONIO FELICIANO, *Tributo portuguiês à memória do libertador*, Lisboa, 1936.

CASTRO, BERNARDO JOSÉ DE ABRANTES E, *Carta do conselheiro Abrantes a sir William A'Court*, Pernambuco, 1827.

CASTRO, FELIPE FERREIRA ARAUJO E, e SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA, *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal por dois Conselheiros da Coroa Constitucional*, Paris, 1831.

CORDEIRO, JOSÉ LUCAS, *Relação dos festejos que tiveram lugar em Lisboa nos memoráveis dias 31 de Julho, 1, 2, etc. de Agosto de 1826*, Lisboa, 1826.

Correspondência official de Luiz Antonio de Abreu e Lima actualmente conde da Carreira com o duque de Palmella, Lisboa, 1874.

COSTA, FRANCISCO PAULA FERREIRA DA, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, actualização ortográfica de JOSÉ PALMA FERREIRA, Editorial Presença, Porto, 1982.

C.P.C. DE S.M., *Demonstração politica ou ensaio dos extinctos direitos do Imperador do Brasil á sucessão, e á Coroa de Portugal*, Delforest, Lisboa, 1828.

Demonstração dos direitos do senhor D.Miguel á Coroa de Portugal, Lisboa, 1828.

Desengano ao povo Portuguez, ou paralelo entre o governo legitimo [o de D.Pedro] e o poder usurpado, Londres, 1832.

D.Miguel I. Obra a mais completa e concludente que tem apparecido na Europa sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do Senhor D.Miguel I ao throno de Portugal traduzida do original francez, 1828, com tradução prefaciada por JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

Don Miguel 1.er et ses droits, 1828, Don Miguel 1.er, Agosto 1828.

Duas palavras sobre o chamado Assento dos Tres Estados do Reino juntos em Cortes na cidade de Lisboa feito a 11 de Julho de 1828 [J.Ferreira Borges?], 1828, traduzido em inglez, A few words on the subject os the "Denominated Act" of the three estates of the kingdom of Portugal, assembled in Cortes, in Lisbon, on the 11th of July, 1828. Translated from the Portuguese, Plymouth, 1828.

Exame da Constituição de D.Pedro e dos Direitos de D.Miguel dedicado aos fieis portuguezes, traduzido do francez por J.P.C.B.F., Lisboa, 1829.

Exame da Constituição de D.Pedro e dos direitos do senhor D.Miguel, Lisboa, 1828.

Examen de la brochure intitulée "Un mot sur la crise de Portugal", A.Pihan Delaforest], 1827.

Examen de la constitution de don Pèdre et des droits de don Miguel. Dédié aux fidèles Portugais, 1827.

Exposição Genuina da Constituição Portuguesa de 1826, na qual pelo seu mesmo texto se justificação, e desfazem as apparentes contradicções, e barbarismos que nella se contém. Impressa na Lingua Hespanhola, na cidade de Palencia em 1826 e Traduzido por F.P.F.C., Imprensa Régia, Lisboa, 1828.

Extracto da Obra Escripta em Hespanhol e Impressa em Paris em 1827. Tem por Titulo Exame da Constituição dada em 1826 a Portugal pelo Senhor D.Pedro, e dos Direitos de D.Miguel, Parte Primeira, Lisboa, 1828.

FAFES, AGRIPIO, *Galeria pitoresca da Câmara dos Pares*, Lisboa, 1858.

FEIO, JOSÉ VICTORINO BARRETO, *Dom Miguel ses aventures scandaleuses, ses crimes et son usurpacion*, Paris, 1833.

FERREIRA, SILVESTRE PINHEIRO, *Breves observações sobre a Constituição Política da Monarchia Portuguesa*, Paris, 1837.

IDEM, *Indicações de utilidade publica offerecidas as Assembleias legislativas do Imperio do Brasil e do Reino de Portugal*, Paris, 1834.

IDEM [anónimo], *Qu'Est-ce que la pairie?*, Paris, 1831.

IDEM, *Manual do cidadão em um governo representativo, ou principios de direito constitucional, administrativo e das gentes*. Tomo I. *Direito Constitucional*, Paris, 1834.

IDEM, *Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*, Paris, 1835.

IDEM, *Projecto de Codigo Geral de Leis Fundamentaes e Constitutivas d'uma Monarchia Representativa*, Paris, 1834.

IDEM, *Projecto de Codigo politico para a Nação portugueza*, Paris, 1838.

IDEM, *Projecto de Ordenações para o Reino de Portugal, conforme á Carta Outorgada por sua Magestade o Senhor D.Pedro IV e acceita pela Nação portugueza*, 3 t., Paris, 1831-1832.

IDEM, *Questões de direito publico e administrativo, Filosofia e Literatura*, 2 t., Lisboa, 1844.

FERREIRA, SILVESTRE PINHEIRO, FILIPE D'ARAUJO E CASTRO, *Mémoire sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal. Extrait du "Siècle" n°du 18 mai 1833*, Paris, s.d.

A few words on the subject os the "Denominated Act" of the three estates of the kingdom of Portugal, assembled in Cortes, in Lisbon, on the 11th of July, 1828. Translated from the Portuguese, Plymouth, 1828.

O folheto quem he o legitimo Rei?, Vitoriosamente vindicado das Frivolas Impugnações de hum Portuguez residente em Londres: confutação politica, Lisboa, 1828.

FRONTEIRA E ALORNA, MARQUÊS DE, *Memórias do - D.José Traziumndo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordendas por ERNESTO CAMPOS ANDRADA*, 5 t., Coimbra, 1926-1929.

GARRETT, ALMEIDA, *Portugal na Balança da Europa, do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*, [1830], Lisboa, s.d.

GOUVEIA, JOÃO CÂNDIDO BAPTISTA, *Polícia secreta dos ultimos tempos do reinado do senhor D.João VI e sua continuação até Dezembro de 1826*, Lisboa, 1835.

HODGES, G.LLOYD, *Narrative of expedition to Portugal in 1832 under the orders of H.I.M. Dom Pedro, duke of Braganza*, Londres. 1833.

Influence du ministère anglais dans l'usurpation de Don Miguel, Paris, 1830. [JOSÉ REBELLO DE CARVALHO]

LABORDE, ALEXANDRE DE, *Voeu de la justice et de l'humanité en faveur de l'expédition de D.Pedro*, Paris, 1832

LAFFEUX, E., *Les deux Chartes Portugaises*, Paris, 1837.

LAURENTIE, *Considérations sur les Constitutions démocratiques et en particulier sur les conséquences de la Charte Portugaise par rapport à la politique de l'Angleterre et de l'Europe*, Paris, 1826.

LAVRADIO, CONDE DO, *Memórias do -*, Ed.Imprensa da Iniversidade de Coimbra/Imprensa Nacional, comentadas por D.José de Almeida Correia de Sá (marquês do Lavradio) e revistas e coordenadas por ERNESTO DE CAMPOS DE ANDRADA, 8v., Coimbra, 1934-1938.

A legitima sucessão comprovada pela legalidade dos factos: Analyse politica, Lisboa, 1828,

LIMA, ABREU E, *Correspondência oficial de - com o duque de Palmela*, Lisboa, 1874.

LIMA, CÂNDIDO FIGUEIREDO E, vide SARAIVA, ANTONIO RIBEIRO

LOBO, D.FRANCISCO ALEXANDRE, *Bispo de Vizeu, Resumida Noticia da vida de D.Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, sexto Duque de Cadaval*, Paris, 1837.

L.V.C.M., *Gerente e não Regente ou veto a doutrina constitucional do § 14 do Manifesto do Senhor Dom Pedro d'Alcântara, ex-Imperador do Brasil, publicado em dois de Fevereiro de 1832*, s.l., s.d.[1832]

L.V.C.M. [José Ferreira Borges?], *Manifesto do Senhor Dom Pedro d'Alcanatara, ex-Imperador do Brasil, publicado em dois de Fevereiro de 1832*, s.l.e s.d. [datado de Plimouth, 5 de Abril de 1832].

MACEDO, JOZE AGOSTINHO DE, *Réfutation du monstrueux et révolutionnaire écrit imprimé, à Londres intitulé: "Quel est le roi légitime de Portugal? Question portugaise soumise au jugement des Hommes impartiaux Londres 1828, par - . Traduit du portugais par le colonel Fort, marquis de Guarany"*, Paris, 1829.

MAGALHÃES, FELIX PEREIRA DE, *Apontamentos para a Historia Diplomatica de Portugal desde 1826 em que faleceu o imperador e rei D.João VI até 1834 em que se completou a restauração da coroa da rainha D.Maria II*, Lisboa, 1871.

MAGALHÃES, J.A.DE, *Reflexoens sobre a sentença proferida na cidade do Porto contra o marquez de Palmella e outros. Pelo Dr.-*, Paris, 1829..

MAIA, JOAQUIM JOSÉ DA SILVA, *Memorias historicas, politicas e philosophicas da revolução do Porto em maio de 1828, e dos emigrados portuguezes pela Hespanha, Inglaterra, França e Belgica*, Rio de Janeiro, 1841.

Manifeste de S.M.T.F.le roi de Portugal Dom Miguel 1.er [datado de 28 de Março de 1832].

Manifesto dos direitos de Sua Magestade Fidelissima a Senhora D.Maria Segunda e exposição da questão portugueza, Londres, 1829, reimpresso em Rennes em 1831 e em Coimbra em 1833 e 1841 [inédito, mas sabe-se ser obra de JOSÉ ANTONIO GUERREIRO, na matéria legal, e do MARQUEZ DE PALMELLA, na matéria histórica e diplomática].

MATOS, RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA, *Memórias da campanha do senhor D.Pedro de Álcantara, ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal*, Rio, 1833.

MELLO, FRANCISCO FREIRE DE, *Exercitação na qual plenamente se prova que D.Pedro I, Imperador do Brasil, É estrangeiro para Portugal, que nenhum direito tem á Coroa portugueza, e que esta pertence ao Senhor D.Miguel I pelas Leis fundamentaes do Estado*, Lisboa, 1828.

Memoires sur le Portugal, Lisbonne, 1832.

Memorial sobre a necessidade e meios de destruir promptamente o tyranno de Portugal e restabelecer o throno da senhora D.Maria II e a carta de 1826, Paris, 1831.

[Anónimo, mas sabe-se ser de D.LUIS ANTONIO CARLOS FURTADO DE MENDONÇA, Prior-Mor da Ordem de Cristo], *As minhas observações à carta do doutor Abrantes*, Lisboa, 1828

MIDOSI, LUIZ FRANCISCO, *O Manual Politico do Cidadão*, Lisboa, 1834.

MIRAFLORES, MARQUÊS DE, *Memorias para escribir la historia contemporânea de los primeros años del reinado de Isabel II*, Madrid, 1943

MONGLAVE, EUGÉNIO DE, *Correspondance de D.Pèdre Premier, Empereur Constitutionnel du Brésil, avec le feu Roi de Portugal Don Jean VI, Durant les troubles du Brésil*, Paris, 1827.

MONTEIRO, JOSE MARIA DE SOUSA, *História de Portugal desde o reinado da senhora D.Maria Primeira, até a Convenção de Evora Monte; Com um resumo dos acontecimentos mais notaveis que tem tido logar desde então até aos nossos dias*, 5 t., Lisboa, 1838.

MONTE SÃO, VISCONDE DE, *Hereditariedade do Pariato*, 1884.

MORATO, FRANCISCO TRIGOSO DE ARAGÃO, *Memórias de - começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824 e terminadas em 15 de Julho de 1835 (1777-1826)*, revistas e coordenadas por ERNASTO DE CAMPOS DE ANDRADA, Coimbra, 1933.

Un Mot sur la crise du Portugal, les dangers de l'Espagne, et l'alliance entre la France et l'Angleterre, Paris, 1826.

NAPIER, CARLOS, *Guerra da Sucessão em Portugal pelo almirante -*, trad.de MANUEL JOAQUIM PEDRO CODINA, Lisboa, 1841.

NEUVILLE, HYDE DE, *Da Questão portuguesa*, Rio 1830.

IDEM, *Mémoires et souvenirs*, Paris, 1898.

Oração funebre que nas exéquias da mui alta e poderosa senhora imperatriz rainha D.Carlotia Joaquina de Borbon celebradas na santa igreja cathedral de Coimbra por ordem do excelentissimo e reverendissimo senhor D.fr.Joaquim de Nazareth, bispo conde, a 11 de Fevereiro do presente anno recitava Fr.Fortunato de S.Boaventura, monge de Alcobaça, Coimbra, 1830.

ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas*, edição integral, v.XIV, Lisboa, 1962.

OWEN, HUGH, *A Guerra civil em Portugal, o sítio do Porto e a morte de D.Pedro*, Londres, 1836.

PALMELA, DUQUE DE, *Discursos Parlamentares proferidos pelo - nas Camaras Legislativas desde 1834 até hoje*, 3 v., Imprensa Nacional, Lisboa, 1844.

PASSOS, MANUEL DA SILVA, *Breve razoamento a favor da liberdade Lusitana, e da Senhora D.Maria II, duqueza do Porto, e Rainha Constitucional dos portuguezes*,

IDEM, *Exame de algumas opiniões e doutrinas, que os senhores Filippe Ferreira de Araujo e Castro, e Silvestre Pinheiro Ferreira expendem em seu "Parecer, notas e analyse das observações do Sr.José Ferreira Borges*, Paris, 1832.

IDEM, *Parecer de dous advogados da Casa do Porto: 1º Sobre a carta particular que o sr.Candido José Xavier dirigiu ao sr.Rodrigo Pinto Pizarro; 2º Sobre a comunicação que S.M.I. o sr.D.Pedro de Bragança fez ao general conde de Saldanha, etc.*

PASSOS, JOSÉ e MANOEL DA SILVA, *Courtes remarques sur la brochure de M.Alexandre de Laborde intitulée: Voeu de la justice et de l'humanité en faveur de l'expédition de D.Pedro [24 Julho 1832]*, Paris, 1832

IDEM, *Réponse aux accusations publiées dernièrement dans le "Times" contre le général comte de Saldanha. Dediée à ses amis personnels et politiques par les citoyens portugais Joseph et Manoel da Silva Passos*, Paris, 1832

Anónimo [PASSOS JOSÉ E PASSOS MANUEL], *Segunda Revolução e Triunfo da Liberdade em França*, , 1830.

[anónimo, mas dos irmãos PASSOS] *Segundo memorial sobre o estado presente de Portugal, e como não há razão, nem direito, nem força para tirar à senhora D.Maria II a sua corôa, e a nós a nossa liberdade, com mais outras particularidades*, Paris, 1831.

PASSOS, JOSEPH e MANUEL DA SILVA, *Réponse aux Accusations publiées dernièrement dans le "Times" contre le Général Comte de Saldanha. Dedié à ses Amis Personnels et Politiques par les Citoyens Portugais -*, Paris, 1832.

PATO, RAIMUNDO ANTONIO DE BULHÃO, *Memorias*, 3v., 1894.

PINTO, ANTONIO J.DE GOUVEA, *Demonstração dos direitos, que competem ao Senhor D.Miguel I sobre a sucessão da Coroa de Portugal: legitimidade da sua aclamação feita pelas Camaras do Reino com o clero, nobreza, e povo: autoridade destas Camaras, e das Côrtes em Portugal a este mesmo respeito*, Lisboa, 1828.

PORCHESTER, LORD, *The Last days of the portuguese Constitution*, London, 1830.

IDEM, *Les derniers jours de la Constitution portugaise*, par -. Traduit par J.CORDIER, Paris, 1832.

Quem he o legitimo Rei? Investigação politica sobre o legitimo sucessor á Coroa de Portugal, Lisboa, 1828.

Quem he o legitimo rey de Portugal? Questão portugueza, submettida ao juizo dos homens imparciaes. Por um portuguez residente em Londres [Paulo Midosi], 1828, de que foi impressa a tradução inglesa *Who is the legitimate King of Portugal? [...] infra cit.*

Quem he o legitimo rey de Portugal? Questão portugueza, submettida ao juizo dos homens imparciaes. Por um portuguez residente em Londres [Paulo Midosi], 1828, de que foi impressa a tradução inglesa *Who is the legitimate King of Portugal? A Portuguese question, submitted to impartial men. By a portuguese residing in London, translated from the portuguese*, Londres, 1828.

REBELLO, JOSÉ PINTO, *A Carta e as Cortes de 1826: Dissertação Critico-Politica, na qual esta assembleia é julgada em presença da constituição.. e se demonstra a maneira d'evitar para o futuro que os representantes da nação faltem a seus deveres, ou atraíçom novamente a patria*, Offerecida aos membros das assembleias eleitoraes, por -, Doutor em Medicina, Ex-Eleitor de Provincia pelo Districto Paroquial da Villa de Barcos, Bayonna, 1832.

IDEM, *Projecto d'un Systema de Providencias para a Convocação das Cortes Geraes e Restabelecimento da Carta Constitucional*, Paris, 1832.

RECREIO, PADRE FRANCISCO, *Quem he o legitimo rei? Investigação politica sobre o legitimo successor á coroa de Portugal*, Lisboa, 1828.

Reflexões ao "Padre Amaro" por um estudante emigrado, Paris, 1829

Reflexões sobre a conducta do Conde da Taipa, E o documento publicado na Chronica Constitucional de 10 do corrente mez de Dezembro pela Repartição da Policia Judiciaria, Lisboa, 1833.

Réfutation du monstrueux et révolutionnaire écrit imprimé, à Londres intitulé: "Quel est le roi légitime de Portugal? Question portugaise soumise au jugement des Hommes impartiaux Londres 1828, par Joze Agostinho de Macedo. Traduit du portugais par le colonel Fort, marquis de Guarany", Paris, 1829.

Relação das festas com que os estudantes realistas da Universidade de Coimbra renderam no feliz dia 25 de Abril de 1828 e alguns acontecimentos que precederão e seguirão a mesma festa, Coimbra, 1828.

Rémarques sur la déclaration du marquis de Barbacena au retour de la Princesse du Gran-Pará à Rio Janeiro, Paris, 1830

Remarques sur la déclaration du marquis de Barbacena relativement au retour de la princesse du Gram-Pará à Rio de Janeiro, 1830.

Réplica do estudante emigrado à resposta do "Padre Amaro", Paris, 1829

A Reply to two pamphlets, entiteled "Illustrations of the Portuguese question, by a portuguese lawyer, and tha last days of the portuguese constitution. By na English Civilian [WILLIAM WALTON], London, 1830.

Resposta aos artigos publicados no "Times" contra o ex.mo sr.general conde de Saldanha, e que suppomos serem Obra de um olheiro chamorro bem conhecido, Paris, 1831

REZENDE, MARQUÊS DE, *Eclaircissements historiques sur mës négociations aux affaires du Portugal, depuis da mort du roi Jean VI [...], Paris, 1932*

IDEM, *Elogio histórico do senhor rei D.Pedro IV, Lisboa, 1867.*

SÁ DA BANDEIRA, *Diário da Guerra civil: 1826-1832, recolha, prefácio e notas de J.TENGARRINHA, 2v., Lisboa, 1975-1976.*

SAMPAYO, L.J.DE, *Question portugaise. Documents authentiques et officiels concernant les affaires de Portugal, depuis 1824 jusqu'à 1829. Traduits en français par -, émigré portugais, Brest, 1832*

IDEM, *Derniers moments de Don Miguel, tyran du Portugal. Les aveux de ses crimes, mort de Bourmont, Paris, s.d. [1832]*

SANTOS, CLEMENTE JOSÉ DOS, [depois BARÃO DE S.CLEMENTE], *Estatísticas e Biographias Parlamentares Portuguezas, 6 v., Porto, 1886-1892.*

SARAIVA, ANTONIO RIBEIRO, *À Nação Portuguesa por ocasião do dia anniversario do fausto nascimento de S.M.I. e R., a Senhora D.Carlotia Joaquina de Bourbon, Imperatriz e Rainha Fidelissima depois do regresso a Portugal de seu Augusto Filho o Infante D.Miguel sucessor Legitimo na Corôa do mesmo Reino. Ode seguida de um breve commentário politico-moral, Paris. 1828*

IDEM, *Diário 1831-1845, 2 t., Lisboa, 1917.*

IDEM, *D.Miguel I. Obra a mais completa e concludente que tem apparecido na Europa sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do senhor D.Miguel I ao throno de Portugal. Traduzida do original francez [...], Lisboa, 1828.*

IDEM, *Injustice et mauvaise foi de la plupart des journaux de Londres et de Paris au sujet de la question du Portugal, des droits de la nation portugaise et de ceux de Don Miguel par - émigré portugais, 1828, Serments de Don Miguel, 1828, Post-scriptum. Notes sur les prétendus droits de la princesse du Grand Para à la sucession portugaise [tem a indicação imp.de Pihan Delaforest (Morinval), Quelques réflexions sur les droits au trône de Portugal, 1829,*

IDEM, *Memorandum d'une conference de A.R.Saraiva ... avec Lord Grey..., Londres, 1847.*

IDEM, *Traduction d'une lettre d'un individu à son ami sur les affaires actuelles du Portugal, publiée par un ami de la légitimité et de la justice, 1828, Traduction d'une lettre d'un individu à son ami sur les affaires actuelles du Portugal, publiée par un ami de la légitimité et de la justice, 1828 [prefácio assinado A.R.SARAIVA].*

SARAIVA, ANTONIO RIBEIRO e LIMA, CÂNDIDO FIGUEIREDO E, *A Revolta Miguelista Contra o Liberalismo. Cartas de -1844/1845*, Lisboa, 1985.

Segunda Revolução e Triunfo da Liberdade em França, 1830 [Anónimo, mas dos Irmãos PASSOS]

SILVA, FRANCISCO GOMES DA, *Memorias*, 2ªed., Rio, 1939.

SILVEIRA, MOUZINHO DA, *Memoria acerca do restabelecimento da Carta Constitucional e do trono de D.Maria II* in *Ler História*, 2, 1983.

IDEM, *Obras*, Edição crítica coordenada por MIRIAM HALPERN PEREIRA, 2 v., Lisboa, 1989.

S.LUIZ, D.FR.FRANCISCO DE, *Breves reflexões sobre o Assento chamado das Côrtes dos Tres Estados de 1828* [transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.V, p.520-541],

SORIANO, SIMÃO JOSÉ DA LUZ, *Historia da Guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, comprehendendo a história diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*, 19 t., Lisboa, 1866-1890.

IDEM, *História do cerco do Porto precedida de uma extensa notícia sobre as diferentes phases políticas da monarchia desde os tempos mais antigos até ao anno de 1820, e desde este mesmo anno até ao começo do sobredito cerco*, 2 t., Porto, 1846-1849.

ST.PARDOUX, BARÃO DE, *Campanha de Portugal em 1833 e 1834, relação dos principais acontecimentos, e das operações militares d'esta guerra*, Lisboa, 1836.

Tréplica ao "Padre Amaro" pelo estudante emigrado, Paris, 1830.

VASCONCELLOS, ANTONIO AUGUSTO TEIXEIRA DE, *Les Contemporains Portugais, Espagnols et Brésiliens. Le Portugal et la Maison de Bragance*, Paris, 1859.

VASCONCELLOS, J.J.DOS REIS E, *Despachos e correspondencia do Duque de Palmella*, Colligidos e publicados por (-), 4t., Lisboa, 1851-1869.

VISCONDE DE SANTARÉM, *Memorias para a historia e theoria das Cortes geraes, que em Portugal se celebraram pelos Tres-estados do reino: ordenadas e compostas no anno de 1824, Parte I*, Impressão Régia, Lisboa, 1827, *Parte II*, 1, Lisboa, 1828. [2ªed., prefaciada por ANTONIO SARDINHA, 1924]

IDEM, *Alguns documentos para servirem de provas á primeira parte*, Lisboa, 1828.

IDEM, *Alguns documentos para servirem de provas á segunda parte*, Lisboa, 1828.

WALTON, WILLIAM, *Lettre à Sir James Mackintosh, sur sa motion relative aux affaires du Portugal du 1.er juin 1829, par -*. Traduit par A.LARDIER, C.te DE BORDIGNÉ, *Légitimité portugaise*, 1830

Who is the legitimate King of Portugal? A Portuguese question, submitted to impartial men. By a portuguese residing in London, translated from the portuguese, Londres, 1828.

B. EXPERIÊNCIAS COMPARADAS

1. Normas Constitucionais
2. Trabalhos-Fonte

1. NORMAS CONSTITUCIONAIS

ABAD Y APARICIO, *Constituciones vigentes de los principales Estados de Europa y América*, Madrid, 1864.

ALMEIDA, FERNANDO H.MENDES DE, *Constituições do Brasil*, Organização, revisão e confecção dos índices por -, 4e.éd., São Paulo, 1963.

ANDRÉS, DIEGO SEVILLA, *Constituciones y otras leyes y proyectos politicos de España*, Madrid, 1969.

AQUARONE,A., M.D'ADDIO, G.NETRI, *Le Costituzioni Italiane*, Milão, 1958.

DARESTE, F.R., avec la collaboration de P.DARESTE, *Les Constitutions Modernes*, 3e.éd., 2 t., Paris, 1910.

IDEM, 4e.éd., entièrement refondue par JOSEPH DELPECH et JULIEN LAFERRIERE, 6 t., Paris, 1928-s.

DEMONBYNES, *Constitutions européennes. Résumé de la législation concernant les Parlements, les conseils provinciaux et communaux et l'organisation judiciaire dans les divers Etats de l'Europe, Avec une notice sur le Congrès des Etats-Unis d'Amérique*, 2 t., Paris, 1881.

DUFAU, DUVERGIER, J.B., GUADET,J, *Collection des Constitutions, Chartes et Lois Fondamentales des peuples de L'Europe et des Deux Amériques; avec des précis offrant l'histoire des libertés et des institutions politiques chez les nations modernes*, Paris, 7 t., 1821-s.

DUGUIT, L, H.MONNIER, R.BONNARD, *Les Constitutions et les principales lois politiques de la France depuis 1789*, 7e.éd.par GEORGES BERLIA, Paris, 1952.

DURING Y RUDOLF, *Texte zur deutschen Verfassungs-geschichte*, Munich e Berlin, 1967.

GODECHOT, JACQUES (Présentation de), *Les Constitutions de la France depuis 1789*, Paris, 1970.

HERVADA, JAVIER, e ZUMAQUERO, JOSE M., *Textos Constitucionales Espanoles, 1808-1978*, Pamplona, 1980.

HUBER, E.R., *Dokumente zur deutschen Verfassungs-geschichte*, I - 1803-1850, II - 1851-1918, III - 1918-1933, Stuttgart, 1961-1966.

LAFERRIERE, M.E., *Constitutions d'Europe et d'Amérique*, Paris, 1869.

MIRKINE-GUETZEVITCH, B, *Les Constitutions des Nations Americaines*, Paris, 1932.

POSADA, ADOLPHO, *Guia por el estudio y aplicacion del derecho constitutional de Europa y America*, Madrid, 1894.

POSENER, PAUL, *Die Staatsverfassungen des Erdballs Unter Mitwirkung von Gelehrten und Startsmännern*, Charlottenburg, 1909.

Projeto de Constituição para o império do Brasil organizado em Conselho de Estado sobre as bases apresentadas por S.M.I. o senhor D.Pedro I imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, Rio, 1823.

REYNAERT, AUGUSTE, *Histoire de la discipline parlementaire. Règles et usages des Assemblées Politiques des Deux Mondes l'enquête du Foreign Office sur la clôture, le serment, les modes de votation, etc., la réforme du règlement de la Chambres des Communes*, 2 t., Paris, 1884.

VARANDA, RAMÓN SAINZ DE, *Colección de leyes fundamentales*, Zaragoza, 1957.

2. TRABALHOS-FONTE

BÉRARD, ALEX., *Les Deux Chambres, leur Histoire, leur Théorie, etc.*, 1885.

BLUNTISCHLI, *Théorie Générale de l'Etat*, Traduit de l'Allemand et précédé d'un Préface par Armand de Riedmatten, 2e.ed., Paris, 1881.

CONSTANT, BENJAMIN, *Esquisse de Constitution*, Paris, 1831.

IDEM, *Principes de politique applicables a tous les gouvernements représentatifs et particulièrement a la Constitution actuelle de la France*, Paris, 1815.

IDEM, *Réflexions sur les Constitutions, la distribution des pouvoirs et les garanties dans une Monarchie Constitutionnelle*, 1814.

DICKINSON, G. LOWES, *Le Développement du Parlement pendant le XIXe Siècle*, Paris, 1906.

FERRON, *De la Division du pouvoir législatif en Deux Chambres; Histoire et théorie du Sénat*, 1885.

FLANDIN, ETIENNE, *Institutions politiques de l'Europe contemporaine*, v.II, Alemagne, 1902.

GIRARDIN, SAINT-MARC, *De la Prairie en France depuis la Révolution de Juillet*, in *Revue des Deux Mondes*, 15 Novembre 1845.

GOMEL, CHARLES, *Essai historique sur les chambres hautes françaises & étrangères*, Paris, 1873.

GUIZOT, FRANÇOIS, *Histoire parlementaire de France: Recueil complet des discours prononcés dans les Chambres de 1819 a 1848*³, 5v., Paris, 1863-1864.

LANJUINAIS, COMTE, *Constitutions de la Nation française, Avec un essai de traité historique et politique sur la Charte, et un recueil de pièces corrélatives*, 2 t., Paris, 1819.

MANNING, WILLIAM R., *Diplomatic correspondance of the United States Inter-American affairs, 1831-1860*, v.II, Cambridge Endowment for International Peace, Washington, 1932.

MIRAFLORES, MARQUÉS DE, *Memorias para escribir la historia contemporánea de los siete primeros años del reinado de Isabel II*, Madrid, 1843.

MOROGUES, BARON DE, *Comment la Chambre des Députés et la Chambre des Pairs pourraient être constituées en France*, Orléans, 1840.

PANSEY, BARON PIERRE-PAUL-NICOLAS HENRION DE, *Des Pairs de France et de l'ancienne Constitution française*, 1816.

ROBERT, CYPRIEN, *Le Monde Gréco-Slave. Le système constitutionnel et le régime despotique dans l'Europe orientale* in *Revue des Deux Mondes*, t.I, 1845, p.133-163.

SOMMAINT, *La Pairie en France au XIXe siècle*, 1905.

WOTNER, ADRIEN, *The Lords, Their History and Powers*, King, Londres, 1910.

³ Complemento de *Mémoires pour Servir à l'Histoire de Mon Temps*.

III

BIBLIOGRAFIA

Instrumentos de Trabalho Trabalhos

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

1. Repertórios Bibliográficos, Catálogos e Índices
2. Enciclopédias e Dicionários
3. Histórias Gerais de Portugal
4. Histórias Gerais da Europa
5. Histórias Constitucionais Gerais
6. Teorias da Ciência Política e Direito Constitucional

1. REPERTÓRIOS BIBLIOGRÁFICOS, CATÁLOGOS E ÍNDICES

Bibliografia brasileira do direito constitucional. Primeiras pesquisas, Casa de Rui Barbosa, 1956.

COUTINHO, BERNARDO XAVIER, *Bibliographie franco-portugaise*,

GOEHLERT, ROBERT V. e MARTIN, FENTON S., *The Parliament of Great Britain: A bibliography*, Toronto, 1983.

HESPANHA, ANTONIO MANUEL, *Bibliografia de história do direito português*, in *Revista da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, 1972-1974.

LENCASTRE, FRANCISCO DE (compilado por), *Índice remissivo da legislação novíssima de Portugal. 1833 a 1868*,

SERRÃO, JOEL, SILVA, M.J.DA & PEREIRA, MIRIAM HALPERN, *Roteiro de fontes de história portuguesa contemporânea*, 3 t., Lisboa, 1984-1985.

SILVA, MARIA DAS DORES LOPES, *Resumo historico da biblioteca do Arquivo e do Museu da Assembleia da Republica*, Secretaria-Geral da Assembleia da Republica, Lisboa, 1977.

2. ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS

Dicionario Bibliografico Português, por INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA e BRITO ARANHA (depois do t.10). 22 t., Lisboa, 1858-1923. (Pode consultar-se ERNESTO SOARES, *Guia Bibliografico com os index e um tomo de aditamentos*: MARTINHO DA FONSECA, *Aditamentos ao Dicionario Bibliografico Português*, Lisboa, 1972).

Dicionario de História de Portugal, direcção de JOEL SERRÃO, 4 v., Lisboa, 1971.

The Dictionary of national biography, v.IX, Londres, reimp.1949-1950

Dictionnaire constitutionnel, direcção de OLIVIER DUHAMEL e YVES MÉNY, Paris, 1992.

Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, 18 t.+ 2 sup.+ II supl., Lisboa, 1963-1986.

Encyclopedie Française, t.X, *L'Etat*, Societé Nouvelle de l'Encyclopédie Française, Paris, 1964.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 t., Lisboa-Rio de Janeiro, s.d.

Gran Enciclopedia de España, Zaragoza, [em publicação] , 1990-1993 (t.9)

PEREIRA, ESTEVES e GUILHERME RODRIGUES (redacção de), *Portugal, Diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*, [...], Lisboa, 1904-1915.

ZÚQUETE, AFONSO (dir.de), *Nobreza de Portugal e Brasil*, 3 v., Lisboa, 1960-1961.

3. HISTÓRIAS GERAIS DE PORTUGAL

ALMEIDA, FORTUNATO DE, *Historia da Igreja em Portugal*, Nova Edição preparada e dirigida por DAMIÃO PERES, 4 v., Porto-Lisboa, 1968.

CHAGAS, PINHEIRO, *História de Portugal, popular e ilustrada*, 3e.ed., 12 v. (IX a XI da autoria de BARBOSA COLLEN, XII da autoria de MARQUES GOMES) + 2 v. de ALFREDO GALLIS, *Um Reinado Trágico*, Lisboa, 1867-1909.

MARQUES, OLIVEIRA, *História de Portugal*, 7ªed., 2v., Lisboa, 1977

MARTINEZ, PEDRO SOARES, *História diplomática de Portugal*, 2ªed., Lisboa, 1992.

MARTINS, OLIVEIRA, *Historia de Portugal*, Lisboa, s.d.

MATTOSO, JOSÉ (dir.de), *História de Portugal*, 8 v., Lisboa, 1992-s.

OLIVEIRA, MIGUEL, (Pe.), *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1940.

PERES, DAMIÃO, (Direcção de), *História de Portugal*, Edição Monumental, 7 v.+ 1 Ind.+ 2 sup., Barcelos, 1928-s.

SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO, *História de Portugal*, 15 t., Lisboa, 1979-[em publicação].

SERRÃO, JOEL e A.H.DE OLIVEIRA MARQUES (dir.de), *Nova História de Portugal*, 12v., Lisboa, 1987-[em publicação]

4. HISTÓRIAS GERAIS DA EUROPA

AMEAL, JOÃO, *História da Europa*, 4 v., Lisboa, 1982-s.

DUROSELLE, J.-B., *L'Europe de 1815 à nos jours*, 3e.ed., Paris, 1970.

L'Europe du XIXe et du XXe siècle (1815-1870), v.II, *Problèmes et interprétations historiques*, Milan, 1959

LARCHER, FERNANDO, *História Contemporânea*, 4 t., Tomar, 2004-s.

NÉRÉ, JACQUES, *Précis d'histoire contemporaine*, Paris, 1973.

PONTEIL, FELIX, *Histoire générale contemporaine du milieu du XVIIIe siècle à nos jours*, 4^a ed., Paris, 1973.

SEIGNOBOS, CH., *Histoire politique de l'Europe contemporaine: Evolution des partis et des formes politiques 1814-1914*, 7^o ed., 2 v., Paris, 1914-1926.

5.HISTÓRIAS CONSTITUCIONAIS GERAIS

HAWGOOD, JOHN A., *Modern constitutions since 1787*, London, 1939.

6. TEORIAS DE CIÊNCIA POLITICA E DE DIREITO CONSTITUCIONAL

BARTHELEMY, JOSEPH; DUEZ, PAUL, *Traité de droit constitutionnel*, (Edition de 1933), Paris, 1985.

BURDEAU, GEORGES, *Manuel de droit constitutionnel et institutions politiques*, 20e.ed., Paris, 1984.

IDEM, *Traité de science politique*, 3^aed., 9 t., Paris, 1980-1987.

CADART, JACQUES, *Institutions politiques et droit constitutionnel*, t.I, 2e.ed., Paris, 1979.

CHANTEBOUT, BERNARD, *Droit constitutionnel et science politique*, Paris, 1982.

DEBBASCH, CHARLES; BOURDON, JACQUES; PONTIER, JEAN-MARIE; RICCI, JEAN-CLAUDE, *Droit constitutionnel et institutions politiques*, 2e.éd., Paris, 1986.

DUVERGER, MAURICE, *Institutions politiques et droit constitutionnel*, 12^aed., Paris, 1971.

ESMEIN, A., *Eléments de droit constitutionnel français et comparé*, 7e.éd., revue par HENRY NEZARD, 2t., Paris, 1921.

GOMEL, C., *Essai historique sur les chambres hautes françaises & étrangères*

HAURIU, ANDRE, et GICQUEL, JEAN, avec la participation de GELARD, PATRICE, *Droit constitutionnel et institutions politiques*, 7a.éd., Paris, 1980.

ROSSI, P., *Cours de droit constitutionnelle*, t.IV, in *Oeuvres complètes*, Paris, 1867.

TRABALHOS

- A. Sobre a Experiência Portuguesa
- B. Sobre as Experiências Comparadas

A. SOBRE A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

AGUIAR, ANTÓNIO AUGUSTO DE, *Vida do marquês de Barbacena*, Rio de Janeiro, 1896.

ÁLVARES, JOSÉ MARINHO AFONSO, *A Perenética portuguesa e os principais acontecimentos políticos de 1820 a 1834*, (dissertação de licenciatura), Coimbra, 1966.

AYMES, JEAN RENÉ e.a., *Les Revolutions dans le monde iberique (1766-1834)*, Iº "La Péninsula", Bordeaux, 1989.

BICKER, J., *Suplemento à coleção dos tratados, convenções, contractos e actos publicos, celebrados entre a corôa de Portugal e as mais potências, desde 1640*, t.XXI.

BOLLAERT, WILLIAM, *The wars of sucession of Portugal and Spain from 1826 to 1840; with resume of the political history of Portugal and Spain to the present time*, v.I - Portugal, London, 1870.

BRANCATO, BRAZ A.A., *A Carta Constitucional portuguesa de 1826 na Europa: um exame a partir de documentos espanhois*, in *Revista de Historia das Ideias*, v.10, Coimbra, 1988, p.457-473.

BRASÃO, EDUARDO, *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. O Reconhecimento do Rei D.Miguel (1831)*, Lisboa, 1972.

CAETANO, MARCELLO, *Ciência politica e direito constitucional, Lições feitas ao 1ºano*, Coimbra, 1955.

IDEM, *Lições de direito constitucional e de ciência politica (1951-1952)*, Coimbra, 1952.

IDEM, *Manual de ciência politica e direito constitucional*, t.II, 6a.ed., Coimbra, 1972.

IDEM, *História breve das constituições portuguesas*, Lisboa, 1965.

CALMON, PEDRO, *O Rei cavaleiro*, São Paulo, s.d.

CALÓGERAS, JOÃO PANDIÁ, *O Marquês de Barbacena*, São Paulo, 1932.

- CANAVEIRA, MANUEL FILIPE CRUZ, *Liberais moderados (1814-1852)*, Lisboa, 1988.
- CANOTILHO, JOSE JOAQUIM GOMES, *Direito constitucional*, Coimbra, 2005.
- CARVALHO, JOAQUIM MARTINS DE, *Apontamentos para a história contemporânea*, Coimbra, 1868.
- CARVALHO, MARIA AMÁLIA VAZ DE, *Vida do duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein*, 3 v., Lisboa, 1898-1903.
- CASTRO, JOSÉ OSÓRIO DA GAMA E, *Diocese e districto da Guarda*, Porto, 1902.
- COELHO, TRINDADE, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, 2ªed., 1908.
- COLLACO, JOÃO MARIA TELLO DE MAGALHAES, *Ensaio Sobre a inconstitucionalidade das leis no direito português*, Coimbra, 1915.
- O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, s.l., [Rio de Janeiro?], 1972.
- DALBIAN, DENYSE, Dom Pedro,
- DIOGO, HELENA I.B. CORREIA, *Para o Estudo da Nobreza Portuguesa Oitocentista - Barões e Viscondes no Reinado de D. Maria II*, in *Ler História*, 10, 1987.
- GOMES, MARQUES, *Luctas Caseiras, Portugal de 1834 a 1851*, t.I [único], Lisboa, 1894.
- HERCHEN, ARTUR, *Dom Miguel - Infante*, Lisboa, 1946 [¹Luxemburgo, 1908]..
- KHUN, HERMAN, *D. Miguel de Portugal e o seu tempo*, Lisboa, 1967.
- LANGHANS, F.P. DE ALMEIDA, *Fundamentos juridicos da monarquia portuguesa*, in *Estudos de direito*, Coimbra, 1957, p.225-355.
- IDEM, *Portugal na política de Palmerston*, Lisboa, 1954.
- LIMA, HUGO PIRES DE, *Os processos políticos do reinado de D. Miguel*, ed. por -, Sep. do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 28, 1972.
- LIMA, MANUEL DE OLIVEIRA, *D. Miguel no trono (1828-1833)*, Coimbra, 1933.
- IDEM, *D. Pedro e D. Miguel - A querela da sucessão (1826-1828)*, S. Paulo, 1925.
- LOUSADA, MARIA ALEXANDRA, *D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa* in *Penélope*, nº4, Novembro de 1989, p.81-117.
- IDEM, *O Miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada* (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, policopado), Faculdade de Letras, Lisboa, 1987.

MAGALHÃES, LUIZ DE, *Tradicionalismo e constitucionalismo, Estudos de História e Política Nacional*, Porto, 1927.

MANIQUE, FRANCISCO ANTONIO PINA, *Portugal desde 1828 a 1834*, Lisboa, 1872.

MARTIN, LUIZ FERNANDEZ, *El general Dom Francisco de Longa y la intervención española en Portugal: 1826-1827*, Viscaya, 1954.

MARTINS FILHO, ENÉIAS, *A Missão Santo Amaro* in *Anais do 2º Congresso de História Nacional*, v.II.

MARTINS, JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA, *Portugal contemporâneo*, 2v., Porto, 1981.

MARTINS, ROCHA, *A Carta Constitucional*, col.Cadernos históricos, nº6, Lisboa, s.d.

MENDONÇA, ANTONIO PEDRO LOPES DE, *Noticia historica do duque de Palmela*, Lisboa, 1859.

MIRANDA, J.BELEZA DE, *A Morte de El Rei D.João VI*, Lisboa, 1957.

MIRANDA, JORGE, *Manual de direito constitucional*, t.I, 3ªed., Coimbra, 1987.

MONTEIRO, NUNO GONÇALO, *A Casa e o património dos grandes portugueses (1750-1832)* (tese), (policopiado), Lisboa, 1995.

IDEM, *Notas sobre a nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regimen*, in *Ler Historia*, 10, 1987, Lisboa, 1987.

NEMÉSIO, VITORINO, *Exilados (1828-1832), História sentimental e politica do liberalismo na emigração*, Lisboa, s.d.

NORONHA, EDUARDO DE, *O Conde de Farrobo. Memórias da sua vida e do seu tempo*, Porto, 1945.

IDEM, *Os Marechais de D.Maria II, Saldanha, Terceira e Santa Maria*, Lisboa, s.d.

PEREIRA, ÂNGELO, *D.João VI principe e rei*, 4 v., Lisboa, 1958.

PEREIRA, A.X.DA SILVA, *Os Jornaes portugueses. Sua filiação e metamorphoses*, Lisboa, 1897.

IDEM, *O Jornalismo Português*, Lisboa, 1895.

PEREIRA, JOSE ESTEVES, *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento politico*, Coimbra, 1974.

PIMENTEL, A.SERPA, *Portugal moderno (1820-1834)*, Lisboa, 1896.

PIMENTEL, ALBERTO, *A Corte de D.Pedro IV*, 2ªed., Lisboa, 1914.

IDEM, *A Última corte do absolutismo em Portugal*, Lisboa, 1893.

POMBO, JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA, *A Sucessão de D.Pedro I na coroa de Portugal in Anais do 2º Congresso de História Nacional*, v.I.

QUINTERO, ALEJANDRO PIZARROSO, *História da imprensa*, Lisboa, 1996.

RUIZ, JOAQUIM DEL MORAL, *Realistas, miguelistas, y liberales. Contribucion al estudio de la intervencion española en Portugal (1826-1828)*, Barcelona, s.d.

SANTOS, ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO DOS, *A Imagem do poder no constitucionalismo português*, (tése), Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, Lisboa, 1989.

SANTOS, MANUEL PINTO DOS, *Monarquia constitucional. Organização e relações do poder governamental com a Câmara dos deputados. 1834-1910*, Assembleia da Republica, Lisboa, 1986.

SAUSSAY, CHRISTIAN DU, *L'Evolution constitutionnelle du Portugal contemporain. De la Révolution de 1820 a L'Estado Novo*, (thèse), Faculté de Droit et des Sciences Economiques, Université de Nice, Mai 1973.

SIEBERTZ, PAULO, *A Maçonaria na luta pelo poder. D.Miguel I e a sua época*, Porto, 1944.

SILBERT, ALBERT, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Ed.Livros Horizonte, 2ªed., Lisboa, 1977.

SILVA, ANTÓNIO MARTINS DA, *A Venda dos Bens nacionais: A Carta de Lei de 15 de Abril de 1835 in Revista Portuguesa de História*, t.XIX, Coimbra, 1980

SILVA, MARIA BEATRIZ NIZZA DA, *Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e teoria*, Lisboa, 1975.

SILVEIRA, LUÍS ESPINHA DA, *A Venda dos Bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem in O Século XIX em Portugal*, Lisboa, 1981.

SOTO-MAIOR, D.MIGUEL, *A Realeza de D.Miguel*, 2ªed., Lisboa, 1929.

SOUSA, OCTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *A Vida de D.Pedro I*, 3t., Belo Horizonte, 1988.

TORRES, JOÃO CARLOS FEO CARDOSO DE CASTELLO BRANCO E, e VISCONDE DE SANCHES DE BAËNA, *Memorias historico-genealogicas dos duques portugueses do seculo XIX*, Lisboa, 1883.

SOUSA, OCTAVIO TARQUINIO DE, *A Vida de D.Pedro I*, 3 t., Rio de Janeiro, 1972.

VARGUES, ISABEL NOBRE, *Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para uma cronologia e bibliografia in Revista de história das ideias*, v.7**, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1985, p.501-551.

VEIGA, LUÍS FRANCISCO DA, *O Primeiro reinado estudado à luz da ciência ou a revolução de 7 de Abril de 1831 justificada pelo direito e pela história*, Rio, 1877.

VIANA, ANTONIO, *A Carta e a reacção*, Lisboa, 1958.

WEBSTER, C.K., *The Foreign policy of Palmerston 1830-41*, 2v., Londres, 1951.

IDEM, *Gran Bretaña y la independencia de la América Latina*, Buenos Aires, 1944.

IDEM, *Palmerston and the liberal movement, 1830-1841*, s.l.

IDEM, *Palmerston, Metternich and the european system 1830-41*, Londres, 1934.

B. SOBRE AS EXPERIÊNCIAS COMPARADAS

AGESTA, LUIS SANCHEZ, *Historia del constitucionalismo Espanol (1808-1936)*, 4e.éd., Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1984.

ALENCAR, ANA VALDEREZ A.N.DE, *O Senado na estrutura constitucional brasileira*, in *Revista de informação legislativa*, nº 50, p.169-289, Senado Federal, Brasília DF, Abril a Junho de 1976.

ANDERSON, INGVAR, *Histoire de la Suède des origines à nos jours*, Roanne, 1973.

ANSON, Sir WILLIAM R., *The Law and custom of the Constitution*, Part I, *Parliament*, 2ª.ed., Oxford, 1892.

ARTOLA, *Antiguo régimen y revolución liberal*, Madrid, 1978.

ARTOLA, *La burguesía revolucionaria, 1808-1869*, Madrid, 1973.

AUBERT, JEAN FRANCOIS, *Traité de droit constitutionnel suisse*, 3v.+Supl., Neuchatel, 1967-1982.

BAGEHOT, WALTER, *The English Constitution*, London, New York, Toronto, 1974.

BARTHELEMY, JOSEPH, *L'Introduction du Régime Parlementaire en France sous Louis XVIII et Charles X*, Paris, 1904.

BASTID, PAUL, *Benjamin Constant et sa Doctrine*, 2 t., Paris, 1966.

IDEM, *Les Institutions Politiques de la Monarchie Parlementaire Française (1814-1848)*, Paris, 1954.

BROGLIE, GABRIEL DE, *Guizot*, Paris, 1990.

IDEM, *Histoire politique de la Revue des deux mondes de 1829 à 1979*, Paris, 1979.

BUENO, JOSE ANTONIO PIMENTA, *Direito publico brasileiro e análise da Constituição do Império*, Senado Federal, Brasília, 1978.

CERRO, E.DEL, *La Sicilia e la Costituzione del 1812* in *Arch.Stor.Sicil.*, 1914-s.

CHEVALIER, J.J., *Histoire des institutions politiques de la France moderne*, 3e.éd., Paris, 1967.

IDEM, *Histoire des institutions et des regimes politiques de la France de 1789 a nos jours*, 6e.éd., Paris, 1981.

CRISCENTI, JOSEPH P., *Argentina constitutional history, 1810-1852, a re-examination in Hispania american historical review*, v.41, n°5 (Aug.1961), p.367-412.

DELPÉRÉE, FRANCIS, *La Constitution de 1830 à nos Jours*, Bruxelles, 2006.

DEMOULIN, R., *La Révolution de 1830*, Bruxelles, 1950.

DESLANDRES, MAURICE, *Histoire Constitutionnelle de la France de 1789 a 1870*, 3 t., Paris, 1932.

DESPLACES, H., *Sénats et Chambres Hautes*, 2^a.ed., Paris, 1894.

DICEY, A.V., *Introduction to the study of the law of the Constitution*, 8^a.ed., London, 1923.

DJURDJEVIC', DIMITRIJE, *Revolutions nationales des peuples balcaniques, 1804-1914*, Belgrado, 1965.

DROZ, JACQUES, *De la restauration à la révolution 1915-1848*, Paris, 1967.

DUBRETON, J.LUCAS, *La Restauration et la Monarchie de Juillet*, Paris, 1937.

ESZLARY, CHARLES D', *Histoire des institutions publiques hongroises*, t.III, Paris, 1965, t.IV, Paris, 1968.

FAVRE, ANTOINE, *Droit constitutionnel suisse*, 2e.ed., Fribourg, 1970.

FERREIRA, WALDEMAR MARTINS, *História do direito constitucional brasileiro*, São Paulo, 1954.

FRANQUEVILLE, LE Cte DU, *Le Gouvernement et le Parlement britanniques*, 3 t., Paris, 1887.

GUICHEN, VICOMTE DE, *La Révolution de Juillet et l'Europe de 1830*, Paris, 1917.

GHISALBERTI, CARLO, *Storia costituzionale d'Italia, 1848-1948*, Roma, 1989.

GIRARD, *États Unis 1812-60*, Paris, 1965

GODECHOT, JACQUES, *Histoire de l'Italie Moderne*, v.I (1770-1870), Paris, 1972.

GOMEL, C., *Essai historique sur les chambres hautes françaises & étrangères*.

- HILTY, *Les Constitutions fédérales de la Confédération Suisse, Exposé historique*, Neuchatel, 1891.
- HIESTAND, JEAN, *Benjamin Constant et la doctrine parlementaire* (Thèse), Faculté de Droit, Université de Lausanne, Genève, 1928.
- HOFFMANN, K., *Preussen and die Julimonarchie 1830-34*, Berlin, 1936.
- HUBER, G., *Kriegsgefahr über Europe 1830-32*, Berlin, 1932.
- JALLUT, M., *Histoire Constitutionnelle de la France*, 2 v., 1956-1958.
- JENNINGS, W.IVOR, *The British Constitution*, 5e.éd., Cambridge, 1966.
- LABES, LUCIEN, *Les Pairs de France sous la Monarchie de Juillet* [tese], Paris, 1938.
- LARCHER, FERNANDO, *A Experiência constitucional inglesa, sua evolução e expansão*, 3 v., Lisboa, 1995-1996.
- IDEM, *A Experiência constitucional alemã*, Lisboa, 1994.
- IDEM, *Perspectiva histórica dos constitucionalismos alemão e português*, Lisboa, 1994.
- LYON, ANN, *Constitutional history of the United Kingdom*, Cavendish publishing,
- MACIÊIRA, ANSELMO, *Constituição de 1824 - Um Fato na historia do Brasil*, in *Revista de Informação Legislativa*, nº 50, p.145-168, Brasília DF, Abril a Junho de 1976.
- MARICHY, JEAN PIERRE, *La Deuxième chambre dans la Vie Politique Française depuis 1875*, (Thèse), Paris, 1969.
- PALMIERI, N., *Saggio storico e politico del regno di Sicilia infino al 1826*, Lugano, 1847.
- PONTEIL, FELIX, *Les Institutions de la France de 1814 a 1870*, Paris, 1966.
- NOGUEIRA, OCTACIANO, *O Poder legislativo no Brasil 1821-1930*, Brasília DF, 1983.
- PAMLÉNYI, ERVIN, dir.de, *Histoire de la Hongrie des origines à nos jours*, Budapest, 1974.
- RAVIGNANI, EMILIO, *Historia constitucional de la Republica Argentina*, 3v., 1926-1930
- ROMANO, *La Costituzione siciliana riformata nel parlamento del 1812*, Palermo, 1912.
- ROSAS, JOSE RAFAEL LÓPEZ, *Historia constitucional argentina*, Buenos Aires, 1977..
- RUSSOMANO, ROSAH, *O Senado e o bicameralismo federal brasileiro*, in *Revista de Informação Legislativa*, nº 50, p.103-114, Senado Federal, Brasília DF, Abril a Junho de 1976.
- REPETTO, RAUL BERTELSEN, *El Senado en España*, Instituto de Estudios Administrativos, Madrid, 1974.

RUFFIA, P.BISCARETTI DI, *Introducción al derecho constitucional comparado*, México - Madrid - Buenos Aires, 1975.

SCHLESINGER, ARTHUR M., *The Age of Jackson*, 1945

SCHLESINGER, ARTHUR MEIER, *Political and social history of the United States (1829.1925)*,

SEGADO, FRANCISCO FERNANDEZ, *Las Constituciones históricas españolas (Un análisis histórico-jurídico)*, 4ª.ed., Madrid, 1986.

SILVA, P., *La monarchia di luglio e l'Italia*, Turin, 1917.

TAVARES DE LYRA, *Instituições políticas do Império*, Senado Federal, Brasília, 1979.

TAUNAY, AFFONSO D'ESCRAGNOLLE, *O Senado do Império*, Senado Federal, Brasília DF, 1978.

TEMPERLY, HAROLD, *Foreign policy of Canning, 1822-1827*, Londres, 1825.

THIRY, J., *Le Sénat de Napoléon (1800-1814)*, 2ª.ed., , 1949.

TUDESQ, ANDRÉ-JEAN, *Les Pairs de France au Temps de Guizot* in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t.III, 1956, Paris, p.262-283.

TUNC, ANDRÉ e SUZANNE, *Le Système constitutionnel des États-Unis d'Amérique*, v.I, *Histoire constitutionnelle*, Paris, 1954.

TURA, JORDI SOLÉ, *Constituciones y periodos constituyentes en España (1808-1936)*, 8ª.ed., Madrid, 1981.

VAUSSARD, MAURICE, *L'Histoire de l'Italie Moderne*, v.II, Paris, 1972.

VENERO, MAXIMILIANO GARCIA, *Historia del Parlamentarismo Español. 1810-1833*, Madrid, 1946.

VIDAL, C., *Louis Philippe, Metternich et la crise italienne 1831-32*, Paris, 1931.

VILLARROYA, TOMAS, *Breve historia del constitucionalismo español*, 5ª.ed., Barcelona, 1986.

SIGLAS E ABREVIATURAS

Instrumentos de Trabalho e Obras Mais Citadas

D.G.	<i>Diário do governo</i>
D.H.P.	JOEL SERRÃO, <i>Dicionário de história de Portugal</i> , 1ªed., 4 v., Lisboa, 1963-s.
F.LARCHER, H.C.	FERNANDO LARCHER, <i>História Contemporânea</i> , 4 t., Tomar, 2004-s.
H.P.(B.)	DAMIÃO PERES, dir.de, <i>História de Portugal</i> , Edição Monumental, 7 v.+ 1 v.Ind.+ 2 sup., Barcelos, 1928-s.
INOCÊNCIO, D.B.P.	<i>Dicionario Bibliografico Português</i> , por INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA e BRITO ARANHA (depois do t.10). 22 t., Imprensa Nacional, Lisboa, 1858-1923.
MARCELLO CAETANO, M.C.P.D.C.	MARCELLO CAETANO, <i>Manual de ciência política e direito constitucional</i> , 5ªed.,
S.CLEMENTE, D.H.C.G	CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, <i>Documentos para a História das Cortes geraes da nação portuguesa</i> , 8 t., Lisboa, 1883-s.
SORIANO, H.G.C.	SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO, <i>História da guerra civil e do estabelecimento do regime parlamentar em Portugal</i>
VERISSIMO SERRÃO, H.P.	JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, <i>História de Portugal</i> , em publicação (15 v. aparecidos), Lisboa,
ZÚQUETE, N.P.B	AFONSO ZÚQUETE (dir.de), <i>Nobreza de Portugal e Brasil</i> , 3 v., Lisboa, 1960-1961.

Arquivos

A.H.P.	Arquivo Histórico-Parlamentar
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PARTE I. A Câmara Aristocrática Pura
(1826-1828)

PARTE II. O Interregno da Câmara dos Pares
(Julho de 1828 - Maio de 1834)
e a Viragem Europeia da Filosofia Bicameral

PARTE III. A Câmara Ressuscitada e Transfigurada
(1834- 1836)

PARTE I

A CÂMARA ARISTOCRÁTICA PURA

TÍTULO I. A União Pessoal do Brasil e Portugal e a "Outorga" da Câmara dos Pares (Abril de 1826)

TÍTULO II. A Primeira Vigência da Câmara Aristocrática (30 de Outubro de 1826 - 14 de Março de 1828)

TÍTULO III. Na Senda da Supressão da Câmara dos Pares (14 de Março - 30 de Junho de 1828)

TÍTULO IV. O Bicameralismo nas Experiências Comparados

TÍTULO I

A UNIÃO PESSOAL DE BRASIL E PORTUGAL E A "OUTORGA" DA CÂMARA DOS PARES (Abril de 1826)

Capítulo I. A União Pessoal de Brasil e Portugal (10 de Março/24 de Abril - 2 de Maio de 1826)

Capítulo II. A Carta Constitucional: sua Instauração e seu Espírito

Capítulo III. A Fisionomia da Câmara dos Pares.

Capítulo IV. Do Juramento da Carta à Instalação da Câmara dos Pares (31 de Julho - 30 de Outubro de 1826)

CAPÍTULO I. A UNIÃO PESSOAL DE PORTUGAL E BRASIL

(10 de Março/24 de Abril - 2 de Maio de 1826)

§ 1º. A Perplexidade da Regência Face à Sucessão de D.João VI e o seu Reconhecimento tardio de D.Pedro (27 de Março)

§ 2º. Nos Bastidores de Viena (24 de Março)

§ 3º. O Exercício do Poder Régio por D.Pedro (24 de Abril - 2 de Maio de 1826)

§ 1º. A PERPLEXIDADE DA REGÊNCIA FACE À SUCESSÃO DE D.JOÃO VI E O SEU RECONHECIMENTO TARDIO DE D.PEDRO (27 de Março)

1. Uma Carta constitucional e uma Câmara de pares inesperadas; 2. a conjuntura institucional em 1826; 3. a instauração da nova ordem constitucional: 3.1: o problema sucessório; 3.2. a atitude da regência, reconhecendo, só a 27 de Março, os direitos de D.Pedro, e enviando uma deputação pró-miguelista ao Rio.

1. Inesperadamente, a segunda câmara surge no Portugal de 1826 fruto do voluntarismo dum monarca ausente do reino, D.Pedro, imperador do Brasil, que se considera chamado ao trono de Portugal pela morte de seu pai, o imperador rei D.João VI¹, e outorga uma Carta Constitucional que consagra uma Câmara alta aristocrática.

¹ Vide a propósito MIRANDA, J.BELEZA DE MIRANDA, *A Morte de El Rei D.João VI*, Lisboa, 1957.

2. Carta essa que vinha sacudir um país, e uma península, que viviam alheios às inovações constitucionais desde que, assegurado pela intervenção da Santa Aliança em Espanha, D.Miguel chefiara o movimento que em 1823 pusera, em Vila Franca, termo ao triénio revolucionário e à sua Constituição de 1822, réplica da de Cádiz, restaurando os *inauferíveis* direitos do monarca e as leis fundamentais do reino.

É certo que D.João VI, ainda em dois momentos, se propôs estabelecer soluções constitucionais. Logo a seguir à *Vila Francada*, nomeia, por decreto de 18 de Junho, uma comissão presidida por Palmela para elaborar uma Constituição segundo as leis fundamentais², cujos trabalhos ficaram esquecidos³. Depois da *Abrilada*, que leva ao exílio D.Miguel, determina, por carta de lei de 4 de Junho de 1824⁴ convocar a Cortes os três estados do reino, ficando o conselho de ministros, assistido das pessoas que o monarca "houver por bem nomear", encarregado de proceder a todos os trabalhos preparatórios para se verificar a convocação⁵. Mas tais propósitos ficam lei morta.

3. A instauração duma nova ordem constitucional vai agora concretizar-se, passando por três passos: o reconhecimento de D.Pedro pela regência, o curto reinado de D.Pedro IV com as suas decisões, e a adopção das medidas de D.Pedro em Portugal. Observem-se os factos.

² Em circular de 9 do mesmo mês, o secretário de estado dos Negocios Estrangeiros, conde de Palmela comunica aos representantes de Portugal no estrangeiros que o monarca ia dar com toda a brevidade uma carta de lei fundamental "fundada quanto possível sobre as antigas leis deste reino, aperfeiçoadas como pede o século em que vivemos e tendo em vista as instituições das outras monarquias constitucionais." Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.I, p.876.

³ A Junta será dissolvida por decretos de 5 de Junho de 1824. Consultem-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.I, p.876.

⁴ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.I, p.871-873.

⁵ Estas duas iniciativas de D.João VI serão invocadas pelas futuras linhas contudentes. A infanta D.Isabel Maria no discurso da abertura das Cortes em 30 de Outubro de 1826, diz que o projecto executado pelo seu irmão era o projecto concebido por seu Pai. O visconde de Santarém, afirmará na Advertência preliminar das suas *Memorias para a histotia e theoria das Cortes Gerais*, p.V, que foi a carta de lei de 5 de Junho de 1824 que lhe despertou o direito de reduzir a ordem sistemática os apontamentos que havia coligido sobre as antigas Cortes portuguesas.

3.1. D.João VI morrera oficialmente a 10 de Março de 1826⁶, deixando em aberto o problema da sucessão, que conduzirá o país a uma das mais graves e profundas crises da sua história.

Para muitos, D.Pedro, o filho primogénito, proclamara-se imperador do Brasil, em rebelião contra o seu país de origem. Pegara em armas contra Portugal. Brasileiro por naturalização, renunciara expressamente aos seus direitos de príncipe português.⁷

As Actas das Cortes de Lamego interditavam-no, pois, de suceder à Coroa Portuguesa.

Havia, pois, quem sustentasse que D.Miguel, o irmão exilado em Viena de Áustria depois do golpe frustrado da Abrilada, era o legítimo sucessor.⁸

Por detrás dos dois irmãos, mais do que uma mera questão jurídica sucessória, residem profundas implicações. Levanta-se o confronto entre duas linhas políticas. Onde D.Pedro representa o liberalismo, D.Miguel manifesta-se o símbolo do tradicionalismo.

A imprecisão da questão agrava-se pelo facto de D.João VI não haver definido a sucessão⁹. Na realidade, ao instituir, quatro dias antes da sua morte, uma regência presidida por sua filha D.Isabel Maria¹⁰, preterindo assim D.Carlotia Joaquina¹¹, determina que esta deve assegurar o poder até "as providencias que o legítimo herdeiro e sucessor desta Corte der a este respeito".

⁶ Como notícia necrológica de crítica violenta a D.João VI vide *O Portuguez*, v.XV, n° LXXXVII, p.213-224, que inicia pelas seguintes afirmações:

"Parabens! Mui cumpridos os tenham todos os homens livres; pois já desapareceu da terra este estorvo principal da liberdade, e já agora podemos cuidar n'ella mais desapressados."

⁷ Em posição antagónica a D.Pedro, vide CARLOS DE PASSOS, *O Problema da sucessão de D.João VI*, in *H.P.(B.)*, v.VII, p.127-137. Para o aspecto jurídico da sucessão consulte-se também OLIVEIRA LIMA, *Dom Pedro e Dom Miguel, A Querela da sucessão (1826-1828)*, São Paulo-Cayeiras-Rio, 1925, p.52-60, e JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO, *A Sucessão de D.Pedro I na coroa de Portugal* in *Anais do 2º Congresso de História Nacional*, v.I.

⁸ Vide *infra*, a propósito das Cortes de 1828, as referências bibliográficas aos estudos e ensaios coevos de direito público.

⁹ Contrariamente ao que faria seu cunhado Fernando VII, sem que no entanto tal atitude evitasse que após a sua morte, ocorrida sete anos mais tarde, a 29 de Setembro de 1833, as guerras carlistas se desencadeassem.

¹⁰ Consulte-se o decreto de 6 de Março de 1826, in *Legislação Portuguesa*, in *Biblioteca da Academia das Ciencias*, 41, n. [X] e in *O Portuguez*, v.XV, n° LXXXVII, p.225-226.

Sobre D.Isabel Maria vide *Biografia da Serenissima Senhora Infanta D.Isabel Maria*, s.l.,s.d., anónima mas da autoria de JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES BASTOS, ZÚQUETE, *N.P.B.*, v.I., bem como os escritos de ÂNGELO PEREIRA que aduzimos *infra*.

¹¹ Nos termos da carta de lei de 23 de Novembro de 1670, de D.Pedro II, a regência caberia à rainha viúva. A nomeação do conselho de regência desagrade a Fernando VII que considera a exclusão de sua irmã como muito contrária aos interesses da Espanha. Cfr.Cartão do ministro de Portugal em Madrid, Joaquim Severino Gomes ao conde de Porto Santo, datada de 24 de Abril de 1826, transcrita in *H.C.G.*, 3ª época, t.VI, p.765-769, doc.nº158.

Mas quem é este herdeiro?

Na mente de D.João VI seria D.Pedro. À fórmula não seria estranho muito provavelmente o facto de D.João VI ter permanecido no sonho da unificação das Coroas real e imperial dos Braganças, alimentando a esperança de, destruída a união real dos dois Estados atlânticos, conseguir a união pessoal na cabeça de seu filho.¹²



3.2. Face à situação o conselho de regência, presidido como vimos pela Infanta D.Isabel Maria e compreendendo mais quatro conselheiros que representavam o equilíbrio da vida portuguesa: o duque de Cadaval, absolutista convicto, o conde dos Arcos, amigo de D.Pedro; o marquês de Valada e o cardeal patriarca de Lisboa, ambos considerados moderados, e ainda os seis ministros e conselheiros de Estado, que compunham o governo moderado nomeado em 1825: José Correia de Lacerda, Reino, Fernando de Souza Barradas, Justiça, Joaquim Monteiro Tôrres, Marinha, conde de Porto Santo, Estrangeiros, conde de Murça, Fazenda, conde de Barbacena, Guerra, hesita longamente, nada menos de 17 dias (10-27 de Março), prova da irresolução em que se encontrava.

O duque de Cadaval sugere a convocação das Cortes Gerais, mas a proposta não reúne consenso.

Por fim, acaba por ser publicado, na *Gazeta de Lisboa* de 27 de Março¹³, um decreto datado de 20, nos termos do qual os actos oficiais seriam passados em nome de D.Pedro.

¹² Neste sentido pode invocar-se o facto de na Carta Patente de 13 de Maio de 1825, pela qual D.João VI reconhecia unilateralmente a independência do Brasil reservar os títulos, para si de "Imperador do Brasil e Rei de Portugal e Algarves" e para D.Pedro o de "Imperador do Brasil e Príncipe Real de Portugal e Algarves".

É facto que a fórmula não foi bem recebida no Brasil, onde se temeu que a união das duas coroas representasse um renascer da condição colonial. Daí que o Tratado da Independência de 29 de Agosto de 1825 se limitasse a reconhecer a D.João o título honorífico de Imperador, intransmissível aos seus herdeiros de Portugal, não fazendo qualquer referência a D.Pedro como príncipe herdeiro.

Mas também é certo que D.João na carta de Lei de 15 de Novembro de 1825 pela qual ratificou e mandou publicar o referido Tratado, manteve a D.Pedro o tratamento de "Príncipe Real de Portugal e Algarves".

Escreve a este respeito OLIVEIRA LIMA, *Dom Pedro e Dom Miguel*, cit., p.37: "El-Rei era o unico a permanecer na sua idéa com toda a obstinação mansa. Seus dias estavam porém contados, mas na vespéra de accomettel-o a doença que o victimou ainda conversara a respeito com Sir William A Court, a quem Porto Santo declarava por sua vez considerar em pleno vigor o Tratado de 1807 e achar qualquer appello a nação no sentido de sancionar a ordem da sucessão que se não achava alterada".

A este respeito sintetiza Garrett: "os actos de 1825 firmaram a independência do Brasil e anteciparam a accessão do herdeiro da Coroa de D.João VI aquella parte da mesma coroa que ele tinha salvado...; o pai agradecido concedeu o gozo immediato dessa parte a quem, por sua morte, devia herdar o todo.", in *Portugal na Balança da Europa*, secção III, nºVI.

Vide neste sentido MARCELLO CAETANO, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6º ed., t.II, Lisboa, 1972, p.421-422.

¹³ Nº71, p.285

Na sequência lógica desta resolução, deputa a regência uma comissão com o fim de participar a D. Pedro a morte de seu pai, felicitá-lo pela sua elevação ao trono e receber ordens quanto ao governo do país.¹⁴

Os seus três membros, duque de Lafões, arcebispo de Lacedemónia e bacharel Francisco Eleutério de Faria e Mello, eram reconhecidamente devotados a D. Miguel. A intenção do Conselho de Regência visaria muito provavelmente que a delegação persuadisse D. Pedro a abdicar em seu irmão.¹⁵

Esta comissão, porém, só partiu para o Rio de Janeiro a 26 de Abril, passado mês e meio desde a morte do rei, e dois dias que a notícia chegara ao Rio de Janeiro, levada no brigue *Providência*, pelo cirurgião do Paço Teodoro Ferreira de Aguiar, que partira antes do funeral real, ao que se disse incumbido de obter a abdicação a favor de D. Isabel Maria¹⁶. Quando a deputação chega ao destino já D. Pedro tomara disposições definitivas e, ao ser recebida a 23 de Julho, não podia fazer mais do que adoptar uma posição protocolar.¹⁷

Reunião de Cortes, proposta pelo duque de Cadaval

Renúncia da Coroa a favor da Infanta D. Isabel Maria, proposta veiculada por Teodoro Ferreira de Aguiar

Renúncia da Coroa a favor de D. Miguel, proposta pelo Conselho de Regência através da deputação enviada a D. Pedro

SOLUÇÕES POLÍTICAS REAL OU EVENTUALMENTE TENTADAS Da Morte de D. João VI às Disposições de D. Pedro

¹⁴ MARQUES GOMES, *Guerras Caseiras*, v.I, p.LXX, SAUSSAY, *op.cit.*, p.103-ss. Pode consultar-se a mensagem, datada de 16 de Abril que a comissão foi encarregada de levar a D. Pedro, in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.27.

¹⁵ Neste sentido vide CHRISTIAN .DU SAUSSAY, *L'Évolution constitutionnelle du Portugal Contemporain*, tese policopiada, Nice, p.104-105.

¹⁶ Cfr.*H.P.(B.)*, v.VII, p.140.

¹⁷ O arcebispo de Lacedemonia regressará a Lisboa em 30 de Março de 1827, e o duque e Francisco Eleutério de Faria e Mello, via Inglaterra, só em 14 de Maio.

Malgrado alguns erros, continha algo de profético a apreciação contida no despacho de A'Court para Canning de 16 de Março de 1826¹⁸:

"Se Dom Pedro cingir a corôa e por essa ocasião, como é provavel, outorgar uma Carta a nação, congregara com certeza em redor de si temporariamente um partido muito poderoso, mas este partido mesmo, apoz grangear por elle a dadiva constitucional, tera a maior pressa em arrefecer a sua dedicação ao ponto de extingui-la; sem contar que suscitara a inimizade da Rainha e dos seus partidarios, apoiados pela côrte de Madrid e muito provavelmente também de outras cortes alliadas. O resultado definitivo da lucta, seja que a victoria caiba aos constitucionaes, seja que caiba aos absolutistas, não podera ser senão a separação e a independência. Se a Dom Miguel tivesse a natureza dado menos violência, não tenho duvida alguma de que seria agora mesmo proclamado Rei, apesar de todos os esforços contrarios do governo. Acontece, porem que a recordação do seu comportamento apoz o 30 d'Abril de 1824 inspira receios a muitos que não são alias em favor do regimen constitucional".

Não deixa de ser oportuno relembrar a previsão que fizera, neste interregno, a 16 de Março, A'Court¹⁹ para Canning:²⁰

"Se D.Pedro cingir a corôa e por essa ocasião, como é provavel, outorgar uma Carta a Nação [...]".

3. Entretanto, em 6 de Abril, D.Miguel dirige uma carta a D.Pedro IV prestando-lhe vassalagem e reconhecendo-o como legítimo soberano²¹. Atitude que reafirmará, em carta de 12 de Maio, renovando os seus testemunhos de vassalo o mais fiel, e de irmão amante e obrigado.

¹⁸ Cfr. OLIVEIRA LIMA, *Dom Pedro e Dom Miguel*, cit., p.39-40.

¹⁹ William A'Court (1799-1860) desempenha até ao início Março de 1828 as funções de ministro em Portugal, prosseguindo depois a sua carreira diplomática na corte do czar. Em 1828 será elevado ao pariato com o título de barão Heytesbury. Em 1835 será nomeado governador-geral da Índia, cargo que não chegará a desempenhar. De 1844 a 1846 será vice-rei da Irlanda. A seu respeito, *The Dictionary of national biography*, v.IX, Londres, reimp.1949-1950, p.779.

²⁰ Carta citada *infra*.

²¹ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.23-24, que no mesmo local inclui outros documentos de idêntica natureza.

§ 2º. NOS BASTIDORES DE VIENA
(finais de Março, inícios de Abril)

1. A notícia da morte de D.João VI (final de Março); 2. reacção do ministro de Espanha em relação à regência; 3. carta de Metternich ao barão de Vila Seca afiançando-lhe a sua posição.

1. A notícia da morte de D.João VI é dada pelo príncipe de Metternich ao marquês de Rezende em 24 de Março, acompanhada da afirmação:²²

"Nous vivons de principes et, d'après les nôtres, c'est mr.le marquis de Resende que nous reconnaissons aujourd'hui comme le représentant du souverain légitime des deux états indépendants qui formaient l'ancienne monarchie portugaise",

a que se seguem importantes considerações sobre a política a adoptar por D.Pedro a que faremos a devida menção.²³

Tendo depois acrescentado para o príncipe de Hatzefeld, ministro da Prússia em Viena:

"Prince, écrivez à Berlin que, malgré tous ces événements, je suis calme. N'oubliez pas de mettre l'expression *nous vivons des principes* dont je viens de me servir. La cour de France juge cette question tout-à-fait comme nous. L'Espagne, d'après la conversation que le duc de Villa Hermosa, son ambassadeur à Paris, a eue avec mr.de Villèle, et les déclarations qu'il a fait, au nom du duc de l'Infantado, ne s'ecarte pas de notre système. Enfin je trouve que nous sommes placés ici dans une position centrale, et que la présence de

²² Cfr. o extracto duma exposição feita pelo marquês de Rezende, datada de Paris, 25 de Julho de 1829, transcrita in. S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.463. Das considerações então feitas pelo príncipe deu conta este diplomata e par do reino a D.Pedro por ofício de 26 de Abril de 1826.

²³ *Infra* p.15.

l'enfant nous rend d'autant plus propre à traiter cette affaire et ses conséquences avec les ministres des quatre puissances."

2. O ministro da Espanha em Viena, Acosta, no entanto, não deixava, entretanto, de levantar o problema da regência, que a seu ver devia competir à rainha viúva, D.Carlotia Joaquina.

3. Em 2 de Abril de 1826, o príncipe de Metternich envia ao barão de Vila Seca uma cópia das circulares que decidira enviar aos embaixadores e ministros austríacos em Londres, Paris, Berlim e Petersburgo, referindo:²⁴

"[...] Vous y retrouverez également l'expression de voeu sincère que je forme, pour que d'une part la séparation du royaume de Portugal et de l'empire du Brésil, de même que celle de l'administration et du gouvernement de ces deux monarchies puisse être maintenue et confirmée, mais que de l'autre, on ne perde pas de vue l'importance et la possibilité de conserver ces deux couronnes à la maison de Bragance. [...]"

§ 3º. O EXERCÍCIO DO PODER RÉGIO POR D.PEDRO (24 de Abril - 2 de Maio de 1826)

1. D.Pedro face aos dois grandes problemas levantados pela situação; 2. união ou separação das coroas? (24-28 de Abril): 2.1. as dificuldades da união pessoal, a solicitação de pareceres por D.Pedro e a opinião de Barbacena; 2.2. a solução dinástica em vista da separação; 3. as medidas adoptadas de 26 de Abril a 2 de Maio); a outorga dum novo ordenamento do regime político português; 4. a designação de lorde Stuart para trazer os novos documentos a Portugal (2 de Maio).

1. Ao conhecer a morte de seu pai, D.Pedro, sem esperar ser proclamado, decide tomar medidas de fundo concernentes ao futuro de Portugal, e entende fazê-lo de imediato,

²⁴ Transcrita in. S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.554.

uma vez que o parlamento brasileiro iria reunir dentro de dez dias, a 6 de Maio, e o imperador não o queria ver imiscuir-se nesta matéria.

Todavia, o imperador-rei vê-se confrontado com dois problemas de primeiro plano: um naturalmente decorrente da situação - a questão da união das duas coroas e da solução régia a dar a Portugal no caso da opção pela separação; outro, resultante da sua voluntariedade de intervenção - o do regime político a ser adoptado em Portugal.

O segundo não espera, aliás, pelo primeiro para ser resolvido.

2. De início D.Pedro inclina-se à união pessoal das duas coroas, mas após duas reuniões do conselho de Estado, logo a 25 e a 28, opta pela abdicação da coroa real.

Em boa verdade, a solução de união pessoal não agrada nem a portugueses nem a brasileiros. Não se tinham passado, aliás, senão oito meses sobre o controverso reconhecimento da independência por D.João VI.

Com efeito, se estes receiam um regresso ao estatuto colonial²⁵, os primeiros temem que as questões nacionais sejam descuradas e que o país se transforme em colónia brasileira, ao que se acrescenta o facto de D.Pedro ser franco-maçon confesso, com escândalo da consciência católica do país.²⁶

E acresce que nas ideias políticas havia antagonismo entre os dois Estados. "O Brasil tendia a uma democracia dispersiva sob uma forma republicana federal. A nação portuguesa era coesa e - na frase de Oliveira Martins - fundamentalmente realista".²⁷

E, para além do mais, não era de desprezar nesta contingência o interesse da política externa inglesa em manter divididos os domínios da Casa de Bragança.²⁸

²⁵ No Brasil, os conselheiros inclinam-se claramente no sentido da inconveniência pessoal da união dos dois reinos. Vide a referência aos diversos pareceres in O.TARQUINIO DE SOUSA, *op.cit.*, t.II, p.212-215.

²⁶ MARCELLO CAETANO, *M.C.P.D.C.*, t.II, p.424, que invoca a este respeito, a título de exemplo, a carta de D.Pedro a D.João VI de 15 de Julho de 1824, transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II.

²⁷ Cfr. OLIVEIRA LIMA, *Dom Pedro e Dom Miguel, cit.*, p.38.

²⁸ Cfr. nomeadamente as "Considerações feitas por Luiz Antonio de Abreu e Lima, encarregado de negocios de Portugal, em S.Petersburgo, sobre a opposição da Inglaterra contra a reconstrução da Monarchia Portuguesa, e entregues ao Conde de Nasselrode, no mez de Agosto de 1823", in J.BIKER, *Supplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contractos e Actos Publicos, celebrados entre a corôa de Portugal e as mais Potencias, desde 1640*, t.XXI, p.194-209.

Perante a dificuldade da situação, D.Pedro pela sua própria mão solicita um parecer sobre a matéria:²⁹

"É de absoluta necessidade assentarmos em primeiro lugar o que se deve fazer em relação às circunstâncias delicadas da opinião do Império, zeloso da sua indisputável Independência, e em segundo lugar o que se deve fazer em relação a Portugal. Quanto ao Império perguntarei - se se opõem à sua Independência que o Imperador seja Rei de Portugal, governando-o do Brasil, e ficando existindo como existem duas nações totalmente independentes - a Brasileira e Portuguesa? Se é oposto à Constituição? Agora pelo lado da utilidade para o Império se é útil ou poderá vir a ser que do Brasil seja governada uma nação Européia, sendo esta Portuguesa? No caso de convir, o que se deve determinar a respeito do seu governo? No caso de não convir, como deve ser feita a abdicação e em quem?"

Das oito respostas conhecidas é a de Barbacena³⁰ que vai ser seguida:

"[...] todos os argumentos, que empregamos em defesa da nossa independência e separação das coroas, voltar-se-iam agora contra V.M.I.[...]"

São cinco as providências propostas por Barbacena, a realizarem-se antes da abertura das Câmaras, de forma a permitir que no discurso do trono se introduzisse um "brilhante artigo" que dissipasse todas as apreensões:

- 1) aceitação da coroa portuguesa apenas pelo tempo limitado que fosse necessário à prática dos actos garantidores da separação e independência das duas nações e coroas;
- 2) confirmação da Regência nomeada por D.João VI;
- 3) amnistia geral e absoluta;
- 4) convocação de Cortes, às quais D.Pedro apresentaria, para aceitação e juramento, uma Carta constitucional;
- 5) expedição de credenciais para o Corpo diplomático.

²⁹ Arq.do Cast.d'Eu, maço LVIII, doc.2598. Parcialmente transcrito in O.TARQUINIO DE SOUSA, *op.cit.*, t.II, p.212-213.

³⁰ A seu respeito ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, *Vida do marquês de Barbacena*, Rio de Janeiro, 1896.

A este parecer acrescenta Barbacena umas "medidas secretíssimas que deve tomar o Imperador do Brasil", e que convinhão ser guardadas em segredo, dada a opinião pública ser contrária, em que sugere:

1) que se procurasse, por intermédio do imperador da Áustria, reter D.Miguel em Viena;

2) que as Cortes convocadas fossem "manejadas" no sentido de pedirem ao imperador que conservasse a coroa portuguesa e, se insistisse em abdicar, o fizesse na pessoa do sucessor, segundo as leis do reino;

3) uma intensa propaganda a fim de dar ao povo brasileiro a verdadeira noção da Independência, que não colidia com a reunião das coroas.

As medidas propostas pelo visconde de Barbacena são no fundo as adoptadas.

Face à situação, e depois de ouvido a 25 e a 28 o Conselho de Estado, o imperador opta por uma solução política que se lhe afigura hábil: abdicar condicionalmente³¹ da coroa de Portugal a favor de sua filha primogénita³², casando-a com seu irmão D.Miguel.

A ideia de abdicar da coroa de Portugal a favor dum dos seus filhos não era pensada pela primeira vez. A ideia inspirava-se, ao que parece, na cláusula secreta proposta por Canning aos plenipotenciários portugueses e brasileiros quando das discussões que visavam a independência do Brasil.³³ É significativo o facto de o príncipe de Metternich, ao dar a

³¹ A abdicação definitiva virá a ser feita um tanto inesperadamente por decreto de 3 de Março de 1828, sob pressão externa: missões de lorde Ponsonby ao Brasil em 1826 e de Neumann, insistências de lorde Dudley e do príncipe de Esterhazy, ministro da Áustria e Londres, diligências estabelecidas no 2º protocolo de Viena de 20 de Out.1827, para pedirem a onfirmção da abdicação, a vinda de D.Maria para a Áustria, e a separação completa entre Portugal e Brasil.

³² A do Brasil ficava assim reservada a seu filho, o futuro D.Pedro II, então de 5 meses..

³³ O projecto de convenção que devia ser apresentado às Cortes estabelecia no art.1º que a corôa de Portugal depois da morte de D.João VI seria atribuída ao herdeiro de D.Pedro, isto é ao seu filho primogénito se houvesse um filho ou filhos, e na sua falta à sua filha primogénita. Nos termos do art.2º a coroa do Brasil seria atribuída ao segundo filho do Imperador D.Pedro. Cfr. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, *Vida do Marquês de Barbacena*, cit., p.49.

D.Pedro invertia a solução prevista, manifestando a sua preferência pelo Brasil. Independentemente doutras questões a sucessão de uma filha, havendo filho varão ia contra o direito público português, problema que no contexto criado passa quase despercebido.

notícia da morte de D.João VI ao marquês de Rezende, em 24 de Março, portanto um mês antes da decisão de D.Pedro, reflectindo em relação à atitude a adoptar por este, ter afirmado:³⁴

"[...] Je crois qu'il est aussi impossible que son maître revienne en Portugal, qu'il est impraticable qu'il puisse exercer de si loin sa souveraineté. A sa place, je ne trouverais rien de mieux à faire que de céder mes droits sur le Portugal à la princesse Maria da Gloria, en lui donnant pour époux l'infant D.Miguel. Il n'y a que cela à faire; avec tout est dit, toutes les indications sont remplies."

Igualmente a ideia do casamento de D.Maria da Glória com seu tio, já tinha precedentes. Atente-se na carta, de linguagem um tanto solta, que, já antes, em pleno período vintista, em 10 de Junho de 1822, D.Pedro escrevera a D.Miguel:³⁵

"Meu mano. Neste momento acabo de escrever a Meu Pai e lhe peço em meu nome e do Brasil que o deixe vir para cá porque é preciso para felicidade da Nação tôda, e sua muito em particular. Não faltará quem lhe diga que não largue a casa do Infantado, mande-os beber da merda, também lhe hão de dizer que separando-se do Brasil vem a ser Rei de Portugal torne-os a mandar [...] venha para o pé de seu Mano que o estima, para entre os Brasileiros que o veneram e para namorar de perto, e casar a seu tempo com a minha filha: fortuna que não deve desprezar sob pena de ser tolo, ou então traído e enganado pelos Áulicos que o rodeiam e que cá morrem de fome por serem marotos, venha, venha e venha que o Brasil o receberá de braços abertos, e será feliz tendo tudo mui seguro sem lhe custar nada e estar em perfeita segurança, o que lá lhe não acontece porque está no perigo do Delfim de França e nosso Pai no de Luís 16 desgraçadamente a meu modo de ver. Resolva e venha juntar-se a êste seu mano que lhe deseja tantas venturas como para si. Pedro. P.S. Nada é afetado tudo é o que sinto."

A respeito da partilha dos domínios entre os seus filhos, e a perspectiva de vir a ter um segundo varão, vide a carta de Charles Stuart, datada da Baía, 14 de Março de 1826, transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.29.

³⁴ Cfr. o *supra cit.* extracto duma exposição feita pelo marquês de Rezende, datada de Paris, 25 de Julho de 1829. Como referimos destas considerações do príncipe dá conta o marquês de Rezende a D.Pedro em ofício de 26 de Abril de 1826.

³⁵ Arq.do Cast.d'Eu, maço XLVII, doc.2124. Transcrita in OCTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *A Vida de D.Pedro*, cit., t.II, p.6.

Recorde-se também que já os avós de D.Pedro, a rainha D.Maria I e o rei consorte D.Pedro III eram sobrinha e tio, o que permitia à casa reinante de Bragança manter a varonia.

<p>JOÃO VI 00 Carlota Joaquina + 10 Março 1826³</p>		
<p>PEDRO I/IV (1789-1834) Rei de Portugal em união pessoal com o Império do Brasil de 10 Mar./Abr.1826 a 3 Mai.26/2 Mai.28* Outorga a Carta Const em 29 Abr.26</p>	<p>Isabel Maria (1801-1876) Pres.Cons.Reg.por dec.6 Mar.26 Confirmada por D.Pedro em 26 Abr.26</p>	<p>MIGUEL (I) (1802-1866) Lugar tenente de D.Pedro em Nomeado Regente por dec.3 Jul.27 Assume a regência em 26.Fev.28 Rei em 30.Jun.28</p>
<p>MARIA (II) DA GLÓRIA (1819-1853) C.c/seu tio D.Miguel por procur.em 1827</p>	<p>PEDRO (II) (1825-1891) Imperador por abdicação de seu Pai, em 7 Abr.1831</p>	
PORTUGAL	BRASIL	
<p>* Abdica condicionalmente em sua filha D.Maria a 2 Maio 1826 e definitivamente em 3 Mar.1828.</p>		

A SOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DE D.PEDRO

3. No período que decorre entre as duas reuniões do Conselho de Estado, D.Pedro toma um primeiro grupo de medidas, mais conjecturais: confirma a regência instituída por seu Pai³⁶, e decreta uma amnistia geral para todos os presos políticos³⁷.

É após o referido Conselho de Estado de 28 que D.Pedro decreta as medidas, que podemos caracterizar como de ordenação do regime político português:

³⁶ Decreto de 26 de Abril de 1826. Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, p.38.

³⁷ Decreto de 27 de Abril de 1826. Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, p.38-39.

- a 29 outorga, seguindo o exemplo de Luís XVIII, uma Carta constitucional decalcada da Constituição do Brasil³⁸;
- a 30 de Abril ocupa-se do poder legislativo: nomeia 72 pares e o Presidente da Câmara, e determina a eleição de deputados;
- a 2 de Maio abdica condicionalmente da coroa, definindo a linha dinástica portuguesa.

A Carta não era, como já vimos, surpresa para alguns observadores, e para a sua outorga poder-se-ão ter conjugado várias causas:

- a tentativa de conciliação da realidade portuguesa, através dum texto constitucional imbuído dos princípios liberais moderados;
- a continuidade-cumprimento da promessa feita por D.João VI de dar uma Constituição;³⁹
- o reforço do prestígio de D.Pedro no Brasil. "A outorga dissimula outras intenções para além do prestígio político que daí adviria a D.Pedro: internamente no Brasil, o auxílio militar para a conquista da Cisplatina, e mais globalmente o restauro da união luso-brasileira."⁴⁰

4. A 30 de Agosto, o embaixador inglês, Sir Charles Stuart⁴¹ escrevia para Canning, que não se terminara sexta feira o Conselho "até se determinar uma completa mudança de

³⁸ A Carta foi múltiplas vezes publicada em edição avulsa, e na imprensa, vg. *O Portuguez*, v.XV, nº LXXXVIII e LXXXIX, p.381-407.

Foi igualmente traduzida em línguas estrangeiras, nomeadamente *Charte Constitutionnelle de Portugal*, Janson, Paris, 1826.

³⁹ Neste sentido LOPES PRAÇA, *Collecção...*, cit., v.II, p.212, que chega a considerar sem fundamento que a Carta é o projecto preparado por ordem de D.João VI, e J.CAMPINOS, *A Carta constitucional de 1826. Comentário e texto*, Lisboa, 1975, p.11, que afirma que D.Pedro concretizava a promessa de D.João VI. Não nos parece estar aqui a essência da questão, mas é natural que o assunto tenha tido algum peso em D.Pedro. A infanta regente D.Isabel Maria no discurso da abertura das Cortes afirma-o, mas como estratégia de justificar a Carta..

⁴⁰ Cfr. OLIVEIRA LIMA, *Dom Pedro e Dom Miguel*, cit.,

⁴¹ Que Stuart acompanha de perto e com certa profundidade a situação institucional portuguesa é prova a informação de D.DOMINGOS A.DE SOUSA COUTINHO, *Supplemento ou Explicação do que se acha escripto de paginas 53 a 60 na Introdução às Notas Supprimidas publicadas pelo autor*, p.1-2, inserta no final desta obra, Londres, 1823, segundo a qual teria sido ordenada em Lisboa uma colecção de Cortes portuguesas para Stuart, que é objecto de consulta deste diplomata, agora embaixador de Inglaterra em Paris.

medidas." E depois de as referir, julgou tão importantes as consequências desta mudança, que resolveu não as "deixar passar sem comentários":⁴²

"Tomei pois a liberdade de observar a Sua Majestade que, visto estar ele com repugnância de conformar-se com as antigas instituições do Reino, convocando as Cortes de Lamego, era indispensável que as alterações constitucionais, sobre que ele meditava, fossem anunciadas de tal modo, que não parecessem emanadas de conselheiros do Brasil; e que por essa razão eu desejava que ele não esperasse a reunião das Câmaras do Rio e Janeiro para publicar os seus decretos, acrescentando que este argumento não militava contudo relativamente à Constituição, cujo objecto podia ser mal interpretado no Brasil; e por isso pedi a Sua Magestade sobre a possível hesitação do povo Português em receber um presente que podia motivar-lhe embaraços e disputas com seus vizinhos; e que não permitisse ele que nada transpirasse a respeito da Constituição antes de ter a certeza de que seria aceite.

Sua Magestade disse-me que dava peso às razões que eu tinha para preferir as antigas instituições de Portugal; porém que a despeito da minha admiração por estas instituições, não podia deixar de convir que elas, a muitos respeito, não eram acomodadas ao tempo presente; e por isso necessitavam de algumas alterações; as quais, uma vez admitidas, as Cortes se tornariam um corpo constituinte, sujeito a mil inconvenientes, que só uma Carta podia remover. Dom Pedro e Dom Miguel, mostrou-me então já completo o seu projecto de constituição, em cujo trabalho havia empregado quase toda a semana; e a satisfação com que me falou do seu conteúdo mostra que os seus conselheiros lhe representaram a promulgação deste diploma como o principal motivo para abdicação da Coroa Portuguesa."

5. É precisamente, o embaixador de Inglaterra no Brasil⁴³, lorde Stuart⁴⁴ é encarregado, em 2 de Maio, de transmitir a Lisboa estas importantes decisões, sendo-lhe dados plenos poderes para velar pela sua aplicação:⁴⁵

⁴² Extracto transcrito in *Paquete de Portugal*, nº4, de 15 de Setembro de 1829, dentre os documentos apresentados no Parlamento inglês, relativos às negociações entre a Grã-Bretanha e Portugal, de 1826 a 1829. Também transcrito in ANTONIO VIANA, *A Carta e a Reacção*, Lisboa, 1958, p.240-242..

⁴³ Canning comentará, na Câmara dos comuns, em discurso sobre o auxilio pedido por Portugal ao Governo Britânico, que aliás viria a ser aprovado por unanimidade na Câmara dos lordes e só com um voto contra na dos comuns, proferido a 12 de Dezembro de 1826:

"Julga-se que esta medida [a outorga da Carta Constitucional] he filha dos conselhos da Grã-Bretanha, porém não he assim. Não por que sejamos chamados a approvar ou desapprovar aquella Constituição, mas simplesmente por que não forma parte do dever dos Ministros Britannicos intervirem nas internas instituições ou regulamentos de nenhum Estado. Huma pessoa da alta confiança do Governo Britannico trouxe aquella Constituição á Europa. Alludo a Sir C.Stuart, que então residia no Brasil, e a quem no seu regresso á sua patria, o Imperador do Brazil pedio fosse portador da nova Constituição. O Governo deste paiz não crimina Sir Charles

"Honrado Marquês de Angra, Sir Charles Stuart, Amigo: Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquele que muito amo e prezo. Atendendo aos vossos merecimentos e adesão que em muitas ocasiões tendes mostrado à minha Real Pessoa e Família: Sou Servido autorizar-vos para entregar em meu Real Nome à Regência do Reino os meus Reais Decretos de 26, 27, 28, 29 e 30 de Abril e do 1º de Maio, bem como as minhas Cartas de Constituição e de Lei, uma de 29 de Abril, e a outra de 2 de Maio do corrente ano, que de vós tenho confiado; autorizando-vos igualmente para fazer quanto necessário for a fim de se porem em execução as minhas Reaes Ordens."

Stuart pela parte que tomou; mas logo se conheceu, que se imediatamente se não separasse o mensageiro do objecto da sua mensagem, poderia parecer aos olhos da Europa, que a Inglaterra promovêra e imposera aquella Constituição. Foi por tanto Sir C.Stuart mandado logo regressar á Inglaterra em quanto a Constituição se puzesse em pratica em Portugal, aliás, se alli permanecesse, erradamente se poderia presumir ser fructo da intervenção Britannica." Cfr. Tradução da transcrição do *Times*, in *Gazeta de Lisboa*, nº303, de 26 de Dezembro de 1826, p.1385

⁴⁴ Stuart funciona como uma espécie de nuncio dos Reis D.João e D.Pedro junto dos territórios que o oceano separa da Côrte. Oliveira Lima numa justificada invocação mitologica alcunha-o de "Mercurio inglês". Em virtude dos seus serviços é feito por aqueles monarcas sucessivamente conde do Machico e marquês de Angra, título que recusa. Em Inglaterra será elevado a lorde Stuart Rothsay.

⁴⁵ Carta régia transcrita in *Paquete de Portugal*, nº4, de 15 de Setembro de 1829, dentre os documentos apresentados no Parlamento inglês, relativos às negociações entre a Grã-Bretanha e Portugal, de 1826 a 1829. Também transcrito in ANTONIO VIANA, *A Carta e a Reacção*, Lisboa, 1958, p.243.

"O imperador dom Pedro tem duas manias: uma de compôr música, a outra de fabricar constituições."

SIR CHARLES STUART, *apud* LAVRADIO, *Memórias...*, cit., 1ª parte, p.235.

CAPÍTULO II. A CARTA CONSTITUCIONAL: SUA INSTAURAÇÃO E SEU ESPÍRITO

§ 1º. Outorga e Espírito

§ 2º. Portugal perante os Factos. A Consternação
face à Carta (8 -31 de Julho de 1826)

§ 3º. A Receptividade Europeia: Uma *Carta*
Inoportuna

§ 4º. Nos Bastidores de Viena

§ 1º. OUTORGA E ESPÍRITO

1. A outorga da Carta constitucional, por D.Pedro, no Brasil; 2. o espírito, a filosofia e as raízes da Carta.

1. Ao conceder a Carta constitucional cumpre assim a profecia atribuída ao abade Du Prad de que *O Principe D.Pedro será a ponte lançada no Oceano, por onde a liberdade d'America passará para libertar a Europa.*⁴⁶

Mas está longe de haver uma unanimidade de elogios. Contundentemente escreve *O Portuguez*⁴⁷:

⁴⁶ Enunciação cfr.o *Imparcial*, nº71, de 24 de Julho de 1827, p.347. Vide entre outras enunciações próximas *idem*, p.346.

"Já temos (ao menos á cabeça d'este N^o) uma Constituição dada a Portugal por S.M.B.⁴⁸ Por o Imperador Pedro, que se rebellou a Portugal, alevantando-se com o Brazil, e fez guerra crua ao Reyno em que nasceo!!! Em verdade, se essa Constituição podesse salvar o desbaratado Portugal, bem lhe poderíamos aplicar o texto da Escriptura: - *a saude veio-nos de nossos inimigos, e das mãos de quem nos aborrecia*; porem, n'esse caso, não seríamos nós quem lho posesse pêcha; porque tambem lhe aplicáramos o dictado Italiano - *faça-se o milagre, e o Diabo o faça*. E tambem seria essa uma boa razão para ninguem insistir na incompetencia e illegitimidade do outorgante, e ainda menos na escolha ominosa do outorgado, que he a dynastia do Ramalhão."

E passando ao "exame d'essa dadiva Pedrista":

"Dom Pedro, que se diz *por Graça de Deus Rey de Portugal*, foi servido *Decretar, Dar, e Mandar jurar* essa Constituição Portugueza, ao mesmo tempo que usando de *seus legitimos direitos*, cedeo essa Corôa em sua filha Brasileira: agora, esse mesmo Pedro, que se diz *Imperador do Brazil por unanime aclamação dos Povos*, não ousou dar lhes de moto proprio uma Constituição, mas offereceo lhes um projecto, que primeiro as Camaras Provinciaes aprovaram, e no qual projecto vê-se estabelecida a regra de que *nenhum Estrangeiro poderá succeder na coroa do Imperio do Brazil*! Já se vê d'essa differença que vae de Rey de Portugal a Imperador do Brazil o quanto mais merecêram a Deus os Brasileiros que os Portuguezes; pois estes (çafaras creaturas!) nenhum poder, nenhuns direitos tem (que todos absorve o seu Rey) quando aquelles, como se fossem morgados da natureza, não só escolhem e aprovam a ley que os hade governar, mas até podem ter a vangloria de fazer confessar ao Imperador n'esse projecto (Tit.3^o.Art.12.) que *todos os poderes no Imperio do Brazil são delegações da Nação*! ?Quem nos diria a nós que tanto se haviam de baralhar as sortes e sucessos humanos, que passaria o Brazil a morgado, e cahiria Portugal a filho segundo? [...]"

Transparece o princípio monárquico puro. Fundamentando-se no direito próprio, o monarca dispõe da soberania, outorgando em nome do princípio monárquico puro, a carta constitucional, sem sequer vaga veleidade de consulta das Cortes, nos termos das regras

⁴⁷ V.XV, n^o LXXXVIII & LXXXIX, artigo *Portugal*, p.414-447.

⁴⁸ "S.M.B. quer dizer *Sua Magestade Brasileira*, e não *Sua Magestade Britanica*; todavia, tambem d'esta se podem aqui entender essas trez letras capitâes, se hé verdade, como se assegura, o haver sido essa Constituição feitura d'Inglezes, ou por o menos, commum de dois. Vá a quem toca; lá deslindem entre si a quem pertence; que não hé nosso desejo dar Páe duvidoso á cria, e ficar com encargos na consciencia."

constitucionais consuetudinárias, o que não deixa de ser considerado como medida de sabedoria e prudência por certos observadores qualificados⁴⁹:

"Se as antigas Côrtes de Portugal fossem uma instituição tão notoria e definida que não pudesse surgir divergencia alguma de opiniões sobre a forma da sua reunião, as attribuições que lhe cabem e as limitações que devem necessariamente ser postas aos seus poderes, ou se existisse em Portugal uma auctoridade capaz de prescrever aquella forma no momento da convocação, designar aquellas attribuições e fazer respeitar aquellas limitações, com a certeza para mais de ser obedecida, não se pode negar que haveria consideravel proveito em obter, para a nova carta elaborada por Dom Pedro, a sanção de semelhantes Côrtes, nome que remonta à instalação da realza portugueza. As Côrtes tendo-se porem sob que aspecto tornado obsoletas durante mais de um seculo, a sua organização primitiva parecendo mais popular que a do Parlamento proposto por Dom Pedro, visto que as Tres Ordens do Estado se reuniam separadamente e que a da nobreza temporal se constituia por eleição e não por nomeação da corôa, deve-se porventura admittir que algum fundamento existe para a apprehensão de Dom Pedro - que a convocação d'aquellas Côrtes mais facilmente levaria à formação de uma Assembléa Constituinte do que a adopção immediata da sua Carta."

Adaptava em cinco dias a Constituição brasileira de 1824, introduzindo-lhe as alterações que considerava indispensáveis à diversa realidade do outro lado do Atlântico.

A 30 nomeia, por carta régia, 72 membros hereditários e 19 membros eclesiásticos⁵⁰ para a Câmara dos pares prevista constitucionalmente. E por decreto da mesma data concede a dignidade de par a todos os bispos residenciais do continente, pelo simples facto da sua elevação à mitra. Ainda no mesmo dia determina que se proceda sem demora às eleições de deputados na forma constitucional.

Enfim, a 2 de Maio abdica em favor de sua filha, a infanta D.Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, então de 7 anos. A abdicação é porém condicional⁵¹. Necessita para se tornar efectiva que a Carta seja jurada pelos Três Estados da Nação e que D.Maria case com seu tio, o príncipe D.Miguel.

⁴⁹ Despacho de Canning a Sir William A'Court de 17 de Julho de 1826. Cfr. OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.63.

⁵⁰ *Vide infra*.

⁵¹ Virá a ser confirmada por decreto de 3 de Março de 1828, cfr. *supra*.

Duma forma voluntarista D.Pedro traçara o futuro. Portugal ficaria separado do Brasil, tendo como sistema uma monarquia constitucional, e D.Miguel como príncipe consorte.

2. A Carta constitucional fora preparada em cinco dias. Tempo demasiado curto para que a obra fosse original. Qual, pois, a origem do texto?

Outorgada a 29 de Abril, em território estrangeiro, como que referendada por um português residente no estrangeiro⁵², a Carta constitucional, aditadas as alterações imprescindíveis⁵³, é decalcada da Constituição do Império do Brasil de 1824⁵⁴, bebendo por ela a influência de Benjamin Constant e da Carta constitucional de 1814.

Como afirma o seu biógrafo Eugénio de Monglave⁵⁵, eventualmente com demasiado ênfase, D.Pedro lera as obras de Filangieri e

"[...] a medité les publicistes français dont les écrits passent fréquemment de la bibliothèque publique dans son cabinet particulier... il connaît a fond tous les oeuvres de M. Benjamin Constant et a dévoré avec enthousiasme l'ouvrage qui renferme les beaux discours du général Foy."

Com o auxílio de um só secretário, Gomes da Silva, o célebre "Chalaça", que reunira os manuscritos que tinham servido para a preparação da Constituição de 1824, D.Pedro, já dotado da experiência constituinte brasileira, encarregou-se da elaboração do texto⁵⁶.

⁵² No final da Carta consta
"Francisco Gomes da Silva a fez.
Registada [...].
Francisco Gomes da Silva,
Official Maior do Gabinete Imperial."

⁵³ Convém notar que alguns artigos sofrem inspiração directa na Constituição Portuguesa de 22, aparecendo mesmo por vezes parafraseados.

⁵⁴ Comparem-se os textos in S.PINHEIRO FERREIRA, *Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*, Paris, 1831, ou in *Charte de Portugal comparée à la charte française et à la constitution du Brésil*, 1826.

⁵⁵ *Correspondance de D.Pedro I*, Paris, 1827, p.16 e 88.

⁵⁶ Cfr. GOMES DA SILVA, *Memorias*, cit. Vide a referência de O.TARQUINIO DE SOUSA, *op. cit.*, v.II, p.216-219.

O problema da elaboração da Carta constitucional encontra-se hoje basicamente esclarecido⁵⁷: Existe o exemplar impresso do projecto do Conselho de Estado⁵⁸, que sem qualquer alteração viria a ser convertido na Constituição de 1824, com as correcções manuscritas que o metamorfosearam em Carta constitucional portuguesa⁵⁹. Evidentemente que havia alterações indispensáveis. Mesmo para além de substituir "Brasil" por "Portugal" e "Império" por "Reino".

No legislador D.Pedro, pesaria a experiência do trono brasileiro, em que a autoridade imperial se vira por vezes confinada, e a consciência das diversidades cavadas pelo Atlântico: se no Brasil, país novo, a força era liberalizante, em Portugal, país plurisecular, no seio da velha Europa, então politicamente orientada pela "Santa Aliança", as tradições arreigadas pesavam.

O espírito era já formalmente outro, "de timbre menos puro do que a constituição de 1824"⁶⁰. Na Carta já não surge transparente a concepção de que os poderes sejam delegação da nação. Reforça-se a autoridade do soberano. Pretende conciliar-se a tradição. Em simultâneo a génese criativa é distinta. Já não se intitula constituição, mas Carta constitucional. O próprio punho de D.Pedro substituíra a expressão⁶¹.

As circunstâncias haviam-no permitido. No Brasil D.Pedro lutara contra a constituinte⁶²; em Portugal, o soberano, sem limites circunstanciais impostos, outorga a constituição à moda de Luís XVIII. A filosofia da alteração manifesta-se significativa.

⁵⁷ Encontra-se pois afastada a ideia, aventada nas *Lettres Historiques*, e aceite pelo menos em parte por OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.121, de que fosse, com o acrescento do poder moderador, um projecto trazido por Sir Charles Stuart, "redigido por gente competente e modificado segundo os pareceres do governo britânico, mas hostilizado pelo embaixador francez, Hyde de Neuville, que obstou a sua promulgação desejada pelos moderados portugueses."

De igual modo não tem qualquer sustentáculo, a conjectura de LOPES PRAÇA, in *Colecção..., cit.*, de que seria o projecto de 1824, desfeita pelo aparecimento do citado projecto, como está posta de lado a referência na mesma obra a p.XXIII, de que sg. Martins de Carvalho, "em consequência de algumas presumpções, está persuadido de que fôra redigido por José Joaquim Carneiro de Campos, marquez de Caravellas, a esse tempo ministro da justiça do Brazil", que fora um dos conselheiros nomeados para redigir a Constituição política do império brasileiro.

⁵⁸ *Projecto de Constituição para o Império do Brasil organizado em Conselho de Estado sobre as bases apresentadas por S.M.I. o Senhor D.Pedro I Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil*, Rio de Janeiro, 1823.

⁵⁹ *Arquivo do Castelo d'Eu*, maço LV, doc.2580. Encontra-se publicado em edição fotográfica in *O Constitucionalismo de D.Pedro I no Brasil e em Portugal*, cit, s.l., 1972.

⁶⁰ O.TARQUÍNIO DE SOUSA, *op.cit.*, t.II, p.217. Aí e na página seguinte encontra-se uma breve exposição das diferenças entre a Constituição e a Carta.

⁶¹ Gomes da Silva empregara "Constituição". Foi D.Pedro que riscou esse termo, substituindo-o por "Carta".

⁶² Vide O.TARQUÍNIO DE SOUSA, *op.cit.*, t.II, p.88-118. Para os trabalhos da Constituinte vide *Anais do Parlamento Brasileiro. Assembléa Constituinte. 1823*, Rio de Janeiro, 1876.

A expressão Carta comportava um conceito filosófico-jurídico bem preciso. O termo, com o seu quê de arcaico surgira de imprevisto no direito público moderno. Aparecera em França, no ambiente do início da Restauração para afastar o vocábulo Constituição⁶³.

Para os comissários de Luís XVIII impunha-se encontrar uma designação nova que não sugerisse o poder constituinte da Nação, afirmado por Sieyès desde 1789, e que o Império consagrara. Era preciso que não houvesse equívocos: Não se tratava de reconhecer os direitos da Nação. Era da autoridade real que as instituições deviam proceder⁶⁴.

Nesse espírito se integrava a forma do preâmbulo da Carta⁶⁵:

"Nous avons volontairement et par le libre exercice de notre autorité royale, accordé et accordons, fait concession et octroi à nos sujets..."

Assim, o termo Carta, se por um lado evocava para os espíritos liberais a Magna Carta inglesa de 1215, por outro relembra essencialmente as cartas das comunas pelas quais o rei ou um senhor feudal fazia concessão de certas liberdades aos burgueses duma vila.

Havia porém uma outra similitude entre as velhas cartas comunais e a Carta agora aparecida: em aparência eram livre e graciosamente concedidas.

A realidade era, porém, diferente. Impunham-na os acontecimentos e equivaliam a transacções entre poderes em conflito.

Isto mesmo se passa com a Carta de 1814. Na forma ela emana do rei só; mas por pouco que se vá ao fundo das coisas, apercebe-se que a vontade do rei não era materialmente livre. Na situação política francesa coeva, Luís XVIII não se teria feito aceitar se não tivesse satisfeito de qualquer maneira as aspirações à liberdade.

Existia aqui, na liberdade da outorga, uma diferença sensível entre D. Pedro e Luís XVIII. D. Pedro não era um restaurador como Luís XVIII, mas um sucessor, cuja

⁶³ Foi Beugnot que sugeriu então a expressão que dando satisfação aos seus colegas tinha um sentido preciso. Talleyrand empregara-a já no discurso de Saint-Ouen.

Como repara SAUSSAY, *op.cit.*, p.196(1), o termo "carta" tem em português um sentido mais vasto do que o seu correspondente em francês.

⁶⁴ Vide P. BASTID, *Les Institutions politiques de la monarchie parlementaire française (1814-1848)*, Paris, 1954, p.142.

⁶⁵ O preâmbulo foi estabelecido por Beugnot segundo as instruções do rei.

legitimidade hereditária não via nesse momento qualquer reserva. Nem tinha que negociar como no Brasil⁶⁶. Nesse acto, o rei episódico de Portugal é senhor absoluto.

O destino material das Cartas, esse sim, terá aspectos idênticos.

Era mais profundo do que poderia ter parecido o sentido de uma frase do preâmbulo da Carta francesa:

"[...] sûrs de nos intentions, forts de notre conscience, nous nous engageons devant l'assemblée qui nous écoute à être fidèles à cette Charte constitutionnelle..."

O rei autolimita-se. O carácter unilateral da Carta torna-se pela sua consumação uma simples aparência que não resistirá aos acontecimentos.

"La fiction de l'octroi sauvarde l'amour propre royale, mais à cette fiction va se substituer peu à peu la réalité d'un contrat liant le Roi à la Nation."⁶⁷

Esse destino inato de passagem no plano material de acto unilateral a pacto é uma realidade tão francesa como portuguesa. Em França consagra-la-á a revisão aprovada pela Câmara dos deputados em 1830. Antes, porém, já a Carta era considerada como um pacto. Em Portugal o processo é idêntico. Não se assiste, é certo, à revisão de 1830, mas as convulsões institucionais ajudarão a percorrer progressivamente um caminho idêntico.

Note-se de passagem, que, se D.Pedro segue por um lado as considerações de Constant, por outro este deposita profundas esperanças no seu "discipulo":

⁶⁶ No Brasil D.Pedro outorgara a 25-3-1824 a Constituição Política do Império. Antes porém havia mandado dissolver *manus militari* a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa instalada a 3-5-1823. Esta entrara em conflito com o Imperador.

Sobre as circunstâncias históricas da elaboração da constituição brasileira consulte-se O.TARQUINIO DE SOUSA, *op.cit.*, v.2, p.88-170.

⁶⁷ P.BASTID, *op.cit.*, p.140.

"Je n'hésite pas a le dire, l'apparition de D.Pedro en Portugal donnerait a l'Europe une face nouvelle. Jamais homme ne fut appelé a produire un pareil effet. Regardons autour de nous. Nous verrons des gouvernements vieillis, en lute avec la disposition morale de leurs sujets et de leur siècle [...] proclamant ce qu'on ne croit pas, faisant lire ce qu'on ne lit pas, isolés de leurs peuples [...] dirigés par des Ministres qui n'espèrent qu'un ajournement pendant lequel ils soignent leurs affaires personnelles [...]. Qu'un homme paraisse, fort de sa légitimité, sur son propre terrain, ralliant autour de lui ce qu'il a d'éclairé dans son pays, et les vœux de tout ce qu'il y a de bon dans le reste de l'Europe. Nul n'osera l'attaquer. Il dictera des lois, d'abord par ses droits, dans son Royaume, bientôt au dehors par son exemple. Les Cabinets le sentent. D.Pedro est l'objet de leurs terreurs. Son arrivée serait le salut du Portugal et de la resurrection de l'Europe."⁶⁸

Depoimento a que não falta o tom apelativo:

"En Europe il sera d'emblée en première ligne, il sera l'homme de la liberté constitutionnelle européenne contre les Cabinets Européens, rôle immense, le plus beau qui se soit offert à un Prince, de mémoire d'homme."

§ 2º. PORTUGAL PERANTE OS FACTOS: A CONSTERNAÇÃO FACE À CARTA

(30 de Junho - 31 de Julho de 1826)

- I. As Primeiras e Difusas Notícias (30 de Junho - 8 de Julho)
- II. A Revelação Oficial e a Perplexidade do Conselho de Regência perante a Carta, e as Primeiras Reacções (8 - 11 de Julho)

⁶⁸ Archive du Chateau d'Eu, maço LXIX, doc.3320. Transcrito in O.TARQUINIO DE SOUSA, *op.cit.*, t.2, p.265-266.

III. Diligências da Infanta Regente D. Isabel Maria para a Entrada em Vigor da Carta (12 - 13 de Julho)

IV. A Reacção à Carta

V. A Revelação da Carta à Nação e as Sensibilidades que Provoca (15 - 26 de Junho)

I. As Primeiras e Difusas Notícias (30 de Junho - 8 de Julho)

No dia 30 de Junho começam a chegar a Lisboa notícias telegráficas vindas por França, que se referiam a *abdicação*.

No dia 2 de Julho entra em Lisboa a corveta *Lealdade*, com a notícia de nela virem as segundas vias de importantes officios, cujas primeiras vias lord Stuart, saído no mesmo dia do Rio de Janeiro, trazia.⁶⁹

No início do mês a notícia da abdicação chega também, por um correio do nosso ministro em Paris, ao conde de Porto Santo que, mesmo antes de dar a notícia para as Caldas, a participa ao Intendente geral da polícia, que a transmitirá a várias autoridades.⁷⁰

⁶⁹ Escreve *O Imparcial*, nº1 de 18 de Julho de 1826:

"No meio desta impaciencia e oscilação em que se achavão os espiritos, receberão-se em Lisboa, no dia 30 de Junho, noticias telegraficas vindas por França, que se referião ao Rio de Janeiro á data de 5 de Maio; mas estas noticias, fallando em *abdicação*, introduzirão ainda maiores duvidas, e cada hum receava qual seria o seu futuro destino. Eis, que, no dia 2 de Julho, entrou em Lisboa a corveta *Lealdade*, dando-nos a agradável noticia de ser conductora das segundas vias dos mais importantes officios, e que Sua Excellencia Lord *Stuart* conduzia as primeiras vias, o qual havia sahido no mesmo dia 12 de Maio do Rio de Janeiro.

As Gazetas Fluminenses, aonde vinhão inseridas aquelles importantes officios, recebidas por alguns particulares, logo se vulgarizarão; e, para lhe dar maior publicidade, se reimprimirão, á custa de alguns Cidadãos, com ordem do Desembargo do Paço, visto que a *Gazeta de Lisboa* as não inseria, por não ter ordem para isso: estas noticias tanto maior jubilo causarão, quanta foi a confuzão que motivarão aquellas telegraficas.

Soube-se então que no dia 24 de Abril chegára ao Rio de Janeiro a infausta noticia da morte do Senhor D. João VI; e logo nos dias seguintes se publicarão os Decretos e Cartas Regias, que vão transcritas no fim deste numero".

⁷⁰ Escreverá, algo apaixonadamente, a 5 de Julho de 1827, o Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro a Sir William A'Court:

"Estando Sua Alteza nas Caldas, recebeu o Conde de Porto Santo [...], nos princípios de Julho, um correio do nosso ministro em Paris, comunicando-lhe que o governo francês acabava de receber por um navio chegado do Rio de Janeiro a Brest, a 16 de Junho, a noticia de que o Senhor D. Pedro IV havia abdicado a Coroa de Portugal. Pedro de Melo deu a notícia tal qual pèrfidamente lha tinha dado o governo francês. Digo pèrfidamente, porque, sabendo aquele governo que o Senhor D. Pedro IV tinha abdicado em sua augusta filha a Coroa de Portugal e as condições com que tinha abdicado, sabendo que o Senhor D. Pedro IV havia dado uma

II. A Revelação Oficial e a Perplexidade do Conselho de Regência perante a Carta, e as Primeiras Reacções (8 - 11 de Julho)

1. A chegada oficial das notícias; 2. a caixa de Pandora e a reacção do Conselho de regência à Carta; 3. outras reacções.

1. Mas fora um inglês, o embaixador inglês no Brasil, lorde Stuart, como vimos, o encarregado de transmitir a Lisboa estas importantes decisões e de velar pela sua aplicação. Havia que esperá-lo. Saído do Rio a 12 de Maio⁷¹, chega a Lisboa na fragata Diamond, a 7 de Julho, e no dia seguinte, às Caldas, onde a notícia, via governo francês, já corria, assim como em Lisboa, ainda que com imprecisão.⁷²

Carta Constitucional aos seus fiéis súbditos portugueses, ocultou todas estas valiosas e importantes circunstâncias ao ministro de Portugal; este participou ao Conde de Porto Santo o que o governo francês lhe havia comunicado, mas recomendou, segundo é constante, o mais profundo segredo enquanto se não recebiam notícias mais circunstanciadas e mesmo oficiais.

Mas o Conde de Porto Santo, longe de guardar o recomendado segredo, fez o contrário. Era dever seu participar imediatamente esta notícia ao governo, que residia então nas Caldas da Rainha; mas, em vez disso, comunicou a notícia ao Intendente Geral da Polícia, que a participou aos ministros dos bairros de Lisboa e ao Conde de Barbacena, ministro da Guerra, que ordenou ao Conde de Alhandra, governador das armas da corte, que participasse a todos os comandantes dos corpos da capital que o Senhor D.Miguel era o legítimo Rei de Portugal! O general assim o fez, e Lisboa esteve a ponto de nadar em sangue e o reino todo.[...]

O público soube que depois das criminosas comunicações de que acima falo é que o Conde de Porto Santo participou para as Caldas da Rainha a notícia que tinha recebido de Paris, notícia que já naquela vila se sabia por cartas particulares de Lisboa, que pintavam a consternação em que toda a capital se achava e a indignação dos seus habitantes contra os Condes de Porto Santo e de Barbacena.

Felizmente no dia 8 de Julho chegou às Caldas da Rainha Sir Charles Stuart [...].

Cfr. carta transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.VII, p.778-790, *maxime* p.780-781, e parcialmente in *A Carta e a reacção*, Lisboa, 1958, p.245-254, *maxime* p.248-249.

⁷¹ No mesmo dia parte com as segundas vias o Encarregado de negócios de Portugal, Carlos Matias Pereira, que chegará aliás primeiro a Lisboa.

⁷² São importantes algumas elucidações de Mouzinho da Silveira no seu manuscrito "*Memória. Demonstração da possibilidade do restabelecimento da carta e de colocar D.Maria no trono, fundamentada numa permonorizada análise da história política de 1808 a 1830, focando a correlação de forças sociopolíticas internas e externas*". Sem data. Escrito em 1830, transcrito in MOUZINHO DA SILVEIRA, *Obras*, Lisboa, 1989, p.620-644. Aí refere a dado passo, a p.631-632:

"A Carta chegou com efeito, quando estava nas Caldas a Infanta Regente, um exemplar trazia o Stuart fora da mala, e este me foi dado pelo Acoort na intenção de que eu o publicaria se a intriga prevalecesse contra a Carta, mas a intriga não prevaleceu, e a Carta foi publicada com um prazer nunca visto em todo o Reino de Portugal.

Aconteceu, porém, que do Rio de Janeiro saíram para a Europa três embarcações trazendo a Carta, um afrancesa, outra inglesa, e a Lealdade, aonde vinha o despacho oficial.

Os Bourbons foram os primeiros, que na Europa tiveram a Carta e em lugar de dar parte dela a Pedro de Mello Breyner ministro de Portugal em França só lhe fizeram saber, que D.Pedro tinha abdicado em D.Miguel para casar com D.Maria da Glória e nestes termos chegou a Lisboa a novidade antes da Carta. A

Revela, então, ao Conselho de Regência, reunido de imediato pela princesa regente, as vontades reais de que era portador, lançando a consternação.

2. A acreditarmos em Abrantes e Castro:⁷³

"[...] o publico soube que tão grande foi a satisfação de sua alteza, quanta foi a indiferença, ou, para melhor dizer, o desgosto com que os governadores do reino receberam esta noticia e leram a carta constitucional e os decretos do senhor D.Pedro IV."

A maioria do Conselho vota contra a sua publicação. Cadaval renova o seu parecer da convocação dos Três Estados do Reino. O conde do Porto Santo entende dever demitir-se quando se reconhecesse e mandasse jurar a Carta constitucional⁷⁴, e o conde de Barbacena faz sobressair a viva oposição que encontraria no exército semelhante juramento⁷⁵. Com o juramento da Carta, nenhum dos dois fará parte do elenco governativo a partir de 1 de Agosto.

soldadesca, e a ggente dos touros do campo de Santa Anna, todos os companheiros das orgias de D.Miguel e toda a seita dos apostólicos começaram a insultar as vítimas de 30 de Abril, e todos os liberais conhecidos e assim estavam as cousas, quando chegou a Carta. Vinda a Carta estavam por assim dizer pronunciadas contra ela as gentes deste falso alegrão, e estavam na necessidade de se dar importância de vencedores os insultados, e isto foi um mal muito grave, eu o senti logo, e escrevi para o Porto aos meus amigos, pedindo-lhes que se não dessem a voz de vitória, mas que dissessem, que a Carta não era mais do que uma substância neutra, que convinha a todos; mas o mal estava feito, e quase perdido para o andamento da Carta o grupo daquela gente, que se atribuía a glória de ter vencido as Cortes das Necessidades.

[...]

Quando eu tinha a Carta, e a mostrei aos diplomáticos da Santa-Aliança, na noite do dia, em que chegou a Lealdade a Lisboa o encarregado de França tendo o artigo da Regência me fez a fatal pergunta, se D.Miguel quando chegasse a 25 anos havia ser o Regente, e eu lhe respondi, que não havia sucessões de Regência em direito público, e que era claro na Carta, que o Regente entregava o Governo ao Rei; e ele respondeu = isso não há-de ser assim: na mesma noite me disse outro diplomático = os portugueses têm de sofrer muita intriga contra a Carta, principalmente da parte da Áustria, e Espanha, e na noite seguinte me disse uma senhora de Lisboa muito conhecedora dos factos = trabalha-se muito para se não executar a Carta, e o marquês de Borba já tem a maioria na Câmara dos Pares para rejeitarem todas as leis, que os deputados fizerem: aqui temos o manifesto da guerra, que depois apareceu."

⁷³ Carta cit.de 5 de Julho de 1827.

⁷⁴ Escreve o Dr.Abrantes, na Memoria que envia a D.Pedro, datado de bordo do brigue Constancia, 6 de Dezembro de 1826, § 22º, transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.VII, p.815-830:

"O conde de Porto Santo, que parece perdeu a cabeça depois que se recebeu a carta constitucional, abandonou a sua secretaria, e pediu licença para passar oito dias em Cintra, por causa da sua saude. Sua alteza, concedeu-lh'a, mas em vez de oito dias, lá esteve até ao dia 31 de Julho."

⁷⁵ Cfr.SORIANO, *Historia do cerco do Porto*, cit., t.I, p.192.

3. As reservas não eram exclusivas do Conselho de regência.

"Presente tão funesto como a caixa de Pandora", comentava em significativa evocação mitológica o Ministro do Interior o envio de D. Pedro.

E o ponderado e moderado Trigueiro, que agora, em 1 de Agosto, é chamado a ministro do reino, registaria nas suas *Memorias*:⁷⁶

"[...] vi a opposição que a Nação sempre fizera ao systema constitucional ou aos abusos d'elle; tudo isto receava que fosse um terrivel precedente para a moderna Carta que se ia implantar. Conhecia as difficuldades que tinha esta implantação, ou fôsse pelos defeitos que observasse na mesma Carta, ou pelo desgosto que se começou a espalhar entre o povo e entre a tropa, logo que ela se publicou, [...].

A Carta vem representar por si a abertura da crise. Ninguém a pedira, ninguém a espera. A sua chegada marca por si só a cisão.

Entretanto, a *Gazeta de Lisboa* de 11 de Julho anunciava um folheto com um extracto de alguns dos artigos da Carta constitucional.⁷⁷ Consta este duma só página, limitando-se a referir 12 artigos, dos quais a única referência expressa à segunda câmara é a constante do nº5:

"Iniciativa das Leis na Camara Baixa; na execução dependente só do SOBERANO, e não da Camara Alta."

Seguramente quem escreveu este extracto não tivera oportunidade de conhecer o texto da Carta, e com razão escreve a *Gazeta de Lisboa* de 13 de Julho:⁷⁸

"Havendo-se propagado hum impresso com o titulo = *Extracto* = *De alguns Artigos da Carta Constitucional dada á Nação Portuguesa pelo Seu Único e Legitimo Rei e Senhor D. Pedro IV, e annunciada na Gazeta de Lisboa de 11 do corrente* =, adverte-se que este *Extracto* he infiel, e concebido com erro, ou por ignorancia, ou por malicia o que he facil conferir com a Carta Constitucional na sua

⁷⁶ *Op.cit.*, p.243.

⁷⁷ *Extracto de alguns Artigos da Carta Constitucional, dado á Nação Portuguesa, pelo seu Único, e Legitimo Rei o Senhor D. Pedro IV, e annunciado na Gazeta de Lisboa de 11 do corrente*, Typographia Rollandiana, 1826

⁷⁸ Nº162 de 13 de Julho de 1826, p.630

integra, que se está publicando, prevenindo-se desta sorte a illusão a que possa ter dado lugar aquelle papel, e os seus máos effeitos."

A citada *Gazeta de Lisboa* de 11 de Julho, justificava entretanto a não publicação da Carta:

"A esperança da chegada daquelle diplomático [Sir Charles Stuart] transferida de dia para dia, foi quem fez retardar a publicação das peças inseridas nas Gazetas do rio de Janeiro; desejando nós que em negocio de tanta monta nada se annunciasse por nossa direcção que não fosse authentico e perfeitamente exacto. Estaremos agora no caso de assim o satisfazer, e acharão nossos leitores na justiça deste procedimento, a da desculpa de huma demora que nos não póder ser imputada. Na folha de amanhã procuraremos preencher quanto em nós estiver a este respeito."

Mas, afinal, seria na realidade preciso esperar quatro dias para ter as primeiras notícias fidedignas.

III. Diligências da Infanta Regente D. Isabel Maria para a Entrada em Vigor da Carta (12 - 13 de Julho)

1. O anúncio publico da Carta; 2. a nomeação duma comissão para a convocação dos "Tres Estados"; 3. attitude contra falsas notícias sobre a Carta.

1. No entanto, quatro dias depois de receber a notícia, a infanta regente, agora no Palácio da Ajuda, diligencia no sentido de fazer entrar em vigor a Carta.

Por decreto de 12 de Julho afirma que tendo

"[...] encarregado a regencia d'estes reinos do inteiro cumprimento, execução e publicação da carta constitucional, que fui servida dar-lhes, declarando que esta não passaria pela chancellaria: [...]"

o que é prova da diligência que desde logo fez nesse sentido, e ordena ao chancelermór

"[...] que faça publicar e registar nos livros competentes a referida carta constitucional, que no seu original lhe será apresentada com este decreto;

remettendo copias d'elle sob meu sêllo e seu signal a todas as camaras, magistrados e mais estações onde se costumam remetter semelhantes;[...]."

No mesmo dia faz uma proclamação pública, contrapondo a Carta à Constituição vintista a fim de tranquilizar a corrente moderada.⁷⁹

"Portuguezes:-A regência d'estes reinos vai tirar-vos da incerteza e fixar vossas idéas sobre aquelles diplomas [...].

Outro é o caracter da carta que sua magestade fidelissima vos liberalisa: não é uma concessão arrancada pelo espirito revolucionario, é um dom espontaneo de sua magestade,[...]. N'esta carta se procura terminar a lucta dos principios extremos que têm agitado todo o universo; a ella são chamados todos os portuguezes para se reconciliarem, como se têm reconciliado outros povos por semelhantes meios. A religião de nossos paes, e só ella, o decoro, os direitos e a dignidade da monarchia ali se acham mantidos e consagrados em todo o vigor. Todas as ordens do estado são respeitadas e todas empenhadas em reunir seus esforços para cercearem e firmarem a estabilidade do throno, [...]. As antigas instituições são adaptadas e accomodadas a esta idade tanto quanto o permite um intervalo de quasi sete seculos; e, finalmente, esta carta tem modelos nas actuais instituições de outras nações, que se dizem e são as mais civilizadas e as mais prosperas."

E, ainda a 12, a Infanta comunica para Viena a D.Miguel as determinações de D.Pedro.

2. No dia seguinte, D.Isabel Maria, uma vez mais diligente, "devendo verificar-se promptamente a convocação dos tres estados", nomeia uma comissão que "trabalhará em todos os dias, que não forem domingos ou dias santos, sem interrupção, até se ultimarem os seus trabalhos".

3. E nesta mesma data de 13, era já afixado um edital⁸⁰, condenando o *Extracto de alguns artigos da carta* anunciado como vimos na *Gazeta* de 11:

⁷⁹ Esta proclamação encontra-se in *Gazeta de Lisboa*, nº162 de 13 de Julho de 1826, p.649 e S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.59.

⁸⁰ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.61.

"[...] arranizando-se o auctor do mesmo extracto a falsificar uns artigos, e a inverter e a adulterar outros em sentido opposto á sua real disposição, com o sinistro fim de semear a discordia e de perturbar a tranquillidade publica:[...]."

ficando, mesmo, quem tivesse algum exemplar, obrigado "a entrega-los aos ministros territoriaes" dentro de três dias.

IV. A Reacção à Carta

1. A hostilidade à Carta; 2. a attitude da câmara de Lisboa; 3. a prisão do prior-mór da Ordem de Cristo; 4. festejos no Porto.

1. Não é preciso esperar, e ninguém estranhará, no entanto, que o partido absolutista não aceite as decisões de D.Pedro, e que à primeira oportunidade se organize para fazer triunfar os direitos de D.Miguel. E depois da outorga da Carta pode contar com vários apoios e simpatias na Europa da Santa Aliança.⁸¹

Em breve, pois, a hostilidade a Carta se tornaria patente⁸². As primeiras revoltas absolutistas desencadeiam-se, os publicistas pronunciam-se⁸³, os diplomatas informam.

2. Em Lisboa, entretanto, a câmara reúne a vereação, intitula-se "cabeça de todos os grémios" e decide dirigir ao governo uma representação manifestando a repugnância que os povos manifestavam em abraçar o novo sistema.⁸⁴

⁸¹ O próprio Governo britânico julga inoportuna a ocasião para reacender a discussão política.

⁸² Vide a este respeito OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, Liv.I, cap.II, nº3 "As Classes".

⁸³ É o caso patente da *Exposição Genuína da Constituição Portuguesa de 1826*, na qual pelo seu mesmo texto se justificação, e desfazem as apparentes contradicções, e barbarismos que nella se contém, Impressão Régia, Lisboa, 1828. Contém a menção "Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço". No prefácio o tradutor afirma, bem reveladoramente do teor da obra, ter sido movido a publicar a tradução "bem certo de que farei nisso hum serviço a Religião, a S.M.o Senhor D.Miguel I, e a todos os bons Portugueses." Segundo indicação que se segue ao titulo foi impressa em lingua espanhola, na cidade de Palencia em 1826, tendo sido traduzida por F.P.F.C., vindo o fim do texto assinado por um tal Candido Altamirano.

3. A 13 de Julho já o Prior mór da Ordem de Cristo, Luís António Furtado de Mendonça, é preso, acusado de ser o autor duma carta sediciosa dirigida ao conde de Alhandra⁸⁵, general das Armas da Corte e Província da Extremadura, da qual constava:⁸⁶

"Huma Constituição dada para o Povo Portuguez, e para quem governar de futuro, por hum Rei, que na realidade he hum Usurpador da Coroa, e que no acto de sua escusada, e arbitraria Abdicação confessa ser incompatível, que elle seja Rei de Portugal. Huma Constituição tão ímpia, com extravagante, manobra pelos Pedreiros á custa de crimes, e dinheiro com pérfido, e atraído o auxilio da Inglaterra para adquirirem hum ponto de firmeza donde possam atacar todos os Thronos, e principalmente de Hespanha!!! Huma Constituição que mostra fazer a consolação de hum filho ingrato, e de um Soberano indigno, e ao mesmo tempo a desgraça, e a ruina do Throno, e da Nação na falta de hum Pai, e hum Rei a quem essa Seita infame pôde mais depressa matar do que obrigar a fazer huma Constituição, em fim que directamente ataca a Santa Religião, permitindo a liberdade dos Cultos diametralmente se oppõe aos mesmos fins, que fins, que fingio ter em vista fazendo privativa da Camara dos Communs com exclusão da outra dos Pares a iniciativa das Leis, para Legislar quanto a impiedade quizer contra a Religião, e Soberania!!⁸⁷ [...]."

4. Entretanto, no Porto, chegada no dia 13 a notícia de ter sido declarada oficialmente a outorga da Carta realizam-se grandes festas que se prolongam nas noites seguintes.⁸⁸

⁸⁴ Transcrita in *O Espreitor*, de 30 de Agosto de 1826, que cita *L'Étoile* de 10, e *The Courier* de 12, e JOSÉ MARIA DE SOUSA MONTEIRO, *História de Portugal*, t.III.

⁸⁵ O conde de Alhandra embora Grande do Reino não fora feito par, a nosso ver porque só fora elevado à de visconde a conde no próprio ano de 1826 e como tal não constava ainda do *Almanach* em que D.Pedro se baseou.

⁸⁶ Transcrita in *Acórdão da Relação sobre os autos processado o Prior Mór da Ordem de Christo D.Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça* -, Lisboa, 1827, p.2.

⁸⁷ Sublinhado nosso.

⁸⁸ Vide a referência aos factos e às poesias então surgidas in D.ANTONIO DA COSTA, *História do Marechal Saldanha*, t.I, Lisboa, 1879, p.152-156.

V. A Revelação da Carta à Nação e as Sensibilidades que Provoca (15 - 26 de Junho)

1. A participação à Nação da Carta; 2. pressões sobre a infanta: a imposição da Carta por Saldanha (16-18 de Julho), e a influência do Dr.Abrantes; 3. uma pastoral de apoio à legitimidade de D.Pedro: a do arcebispo bispo de Elvas; 4. as reacções no meio militar; 5. o juramento da Carta.

1. Finalmente, a 15⁸⁹, começa em folhetins a edição da Carta que só virá a terminar a 26⁹⁰. Não falta prudência, que ultrapassa a vontade da infanta regente.⁹¹

DISPOSIÇÕES DE D.PEDRO

PUBLICAÇÃO NA GAZETA DE LISBOA

Abril

26 Decreto confirmando a regência *

27 Decreto concedendo a amnistia *

nº161 de 12 Jul.

29 Outorga a Carta Constitucional

vide infra

30 Decreto mandando proceder a eleições *

30 Carta régias nomeando pares *

nº162 de 13 Jul.

30 Nomeação do D.de Cadaval e do Patriarca

eleito como Pres.e Vice-Pres.da Câm.Pares *

Maio

2 Acto de abdicação *

nº161 de 12 Jul.

* Estes documentos foram publicados numa folha avulsa da *Gazeta de Lisboa*, sem data ou número de página

DISPOSIÇÕES DE D.PEDRO E SUA PUBLICAÇÃO NA GAZETA DE LISBOA (I)

⁸⁹ *Gazeta de Lisboa*, nº164, p.657-658, em que se publicam os 33 primeiros artigos.

⁹⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº173, p.693-694.

⁹¹ Sg.a referida carta do Dr.Abrantes de 5 de Julho de 1827, a infanta terá mesmo querido apurar responsabilidades desta publicação parcelar.

DATA	Nº	ART.º
Julho		
15	164	1º-33º
17	165	34º-70º
18	166	71º-74º
19	167	75º-77º
20	168	78º-85º
21	169	86º-100º
22	170	101º-117º
24	171	118º-131º
25	172	132º-138º
26	173	139º-Fim

DISPOSIÇÕES DE D.PEDRO E SUA PUBLICAÇÃO NA *GAZETA DE LISBOA* (II):
A CARTA CONSTITUCIONAL

2. Perante a indecisão da regência, duas atitudes vão determinar a vontade da Infanta regente:

- o general Saldanha, governador interino das armas do Porto, seguro das tendências liberais da cidade⁹², manifesta-se contra a notícia da atitude da vereação de Lisboa a 14⁹³, e ensaia, a 16 de Julho, um golpe de força⁹⁴;
- o Dr.Abrantes terá mostrado à infanta uma proclamação já impressa destinada a ser afixada em Lisboa em 1 de Agosto.⁹⁵

⁹² Vide a este respeito as notícias dos periódicos portuenses *Borboleta e Imparcial* deste mês de Junho.

⁹³ Ofício a José Teixeira de Sousa, chanceler da relação do Porto e encarregado da polícia, in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.63.

⁹⁴ Representa ao ministro da guerra e à Infanta D.Isabel Maria para que a Carta seja prontamente jurada, e não tendo obtido resposta envia o coronel Rodrigo Pinto Pizarro, com uma representação *ultimatum* datada de 18.

⁹⁵ Segundo o depoimento do próprio na já citada carta de 5 de Julho de 1827, onde transcreve esta proclamação.

"Portuguezes! O senhor D.Pedro IV, nosso legitimo rei, pelo seu real decreto de 26 de abril passado, confirmou a regencia creada por seu augusto pae, sómente até á installação da que havia de ser decretada na carta constitucional. Esta compete unicamente á senhora infanta D.Izabel Maria, e deve ser installada no dia 31 do corrente, por ser n'esse dia que a carta começa a ter execução.

Mas olhae; há homens pequenos em numero, grandes em meios (porque têm o mando), os quaes pretendem usurpar á senhora infanta os seus direitos e manter-se no governo até e ainda alem das côrtes geraes.

Portuguezes, pares do reino (sublinhado nosso), clero, nobreza e povo; militares e magistrados, consentireis vós que se faça tamanha injuria á filha, irmã e tia de soberanos nossos? Seresi indignos da carta constitucional se tendes a vil fraqueza de a deixar violar tão infamemente no dia mesmo em que é jurada!

Viva o senhor D.Pedro IV e sua augusta filha a senhora D.Maria II; viva a senhora infanta, única regente; viva a carta constitucional; tremam os rebeldes; tremei traidores."

D.Isabel Maria, decide-se então, por decreto datado da véspera⁹⁶, mas efectivamente publicado a 19, a pôr a Carta em vigor, realizando-se em 31 de Julho por todo o país o seu juramento⁹⁷.

3. A 19 surge a primeira pastoral de apoio à legitimidade de D.Pedro⁹⁸, de um bispo, por vocação envolto em questões políticas, agora criado par, o arcebispo bispo de Elvas, D.Fr.Joaquim de Menezes e Ataíde, que viria a emigrar em 1828.⁹⁹

4. No dia 21, vários regimentos de infantaria e caçadores de Lisboa vêm manifestar o seu apoio a D.Isabel Maria, que lhes agradece a fidelidade que consagram a seu irmão e à sua augusta filha.¹⁰⁰

⁹⁶ Consulte-se o decreto in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.64-65.

⁹⁷ Pode consultar-se o programa do Juramento da Carta Constitucional in *Gazeta de Lisboa*, n°171 de 24 de Julho., p.685-686, na mesma *Gazeta* aliás em que se publicam os arts.118° a 131° da Carta e in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.69-71.

Vide duas proclamações de Saldanha no dia do juramento in *O Fiscal dos Abusos*, n°3 de 7 de Agosto de 1826, p.2-4. Uma das proclamações encontr-se no periódico *Borboleta*, de 31 de Julho de 1826, estando também transcrita in D.ANTONIO DA COSTA, *Historia do Marechal Saldanha*, t.I, Lisboa, 1879, p.150-151.

⁹⁸ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.65.

⁹⁹ A seu respeito *D.H.I.*, v.II, p.4-6.

¹⁰⁰ Cfr. *Gazeta de Lisboa* de 25 de Julho de 1826.

Mas depressa, em Trás-os-Montes, se levanta o grito da revolta. Se em 22 é sufocada uma sublevação em Chaves, já a 26 não se consegue controlar a revolta do regimento de infantaria de Bragança ateadada pelo visconde de Montalegre, sendo presos o bispo e o governador da praça por não terem a ela aderido.

Mas estas agitações não impediriam que a Carta viesse a ser jurada em 31 de Julho, como teremos oportunidade de constatar.

5. Entretanto, em Viena de Áustria, D.Miguel jurara a Carta, e a 29 de Julho comprometera-se a casar com D.Maria da Gloria.

§ 3º. A RECEPTIVIDADE EUROPEIA: UMA CARTA INOPORTUNA

1. A Europa face à Carta; 2. a reacção espanhola.

1. A Europa estava constitucionalmente tranquila desde o final do ciclo de Cádiz. Não é talvez por acaso que a Constituição vem da América do Sul onde existia efervescência constitucional..

Da receptividade europeia à Carta¹⁰¹, fazia-se eco o *Constitucional* de Paris, em 26 de Julho:¹⁰²

¹⁰¹ Vide a este respeito LAURENTIE, *Considérations sur les Constitutions démocratiques et en particulier sur les conséquences de la Charte Portugaise par rapport à la politique de l'Angleterre et de l'Europe*, Paris, 1826. De ver também *Un Mot sur la crise du Portugal, les dangers de l'Espagne, et l'alliance entre la France et l'Angleterre*, Paris, 1826.

Sobre o impacto da Carta nas cortes europeias vide FELIX PEREIRA DE MAGALHAES, *Apontamentos para a Historia Diplomatica de Portugal...*, cit., Lisboa, 1871, p.22-ss.

¹⁰² Transcrito in *Gazeta de Lisboa*, nº205 de 1 de Setembro de 1826, p.826. A data mencionada é Paris, 26 de Julho.

"A Constituição *Portuguesa* excita grande ruído no Mundo Diplomático; e a Facção Theocratica acha-se em campo para debellar este monumento de sabedoria de hum Monarca illustrado.

[...]

Não devemos esperar, que as Potencias Europeas lancem anáthema sobre huma Reforma legitima, precursora de paz, e de felicidade: e contrahindo a questão ao nosso Gabinete parece-nos de bom agouro a Publicação da Carta *Portuguesa* no *Monitor* nosso Collega, que até agora havia jurado pertinaz silencio."

Na mesma ocasião, a 25 de Julho aparecem referências à Carta no *The Courier* e no dia seguinte são publicados, no mesmo periódico de Londres, alguns capítulos da Carta constitucional¹⁰³.

Por seu lado, o *Journal des Debats*, em artigo datado de Paris, 25 de Julho, sobre a Constituição de Portugal, afirmava:¹⁰⁴

"A constituição de *Portugal* he quase o Projecto da do *Brazil*; mas purificado de algumas theorias Democráticas, e reforçado por algumas instituições Monarquicas.

A risivel Doutrina da Soberania do Povo desaparecêo! [...]

Arrancado ás funestas illusões de 1791, Portugal acha na sua nova Constituição huma feliz Balança entre os Poderes Sociaes.[...]"

2. Em Espanha, a reacção é forte. O duque do Infantado, que substituíra Zea Bermúdez no governo em 24 de Outubro de 1825, vai logo a 2 de Julho, antes mesmo que a notícia oficialmente chegasse a Portugal, pedir ao Conselho de Estado uma informação sobre Portugal e sobre a possível attitude que o seu governo devia tomar.

¹⁰³ Cfr. *Gazeta de Lisboa*, nº207 de 4 de Setembro de 1826, p.836.

¹⁰⁴ Traduzido in *Gazeta de Lisboa*, nº197 de 23 de Agosto de 1826, p.794-795.

CAPÍTULO III. A FISIONOMIA DA CÂMARA DOS PARES

§ 1º A Fisionomia Institucional

§ 2º. O Quadro dos *Grandes do Reino*

§ 1º A FISIONOMIA INSTITUCIONAL

1. Do Senado brasileiro à Câmara dos pares; 2. a gênese e influências: a experiência francesa, a tradição montesquiana e Benjamin Constant; 3. a filosofia da Câmara dos pares em Portugal; 4. a instituição da câmara; 5. as características institucionais.

1. A constituição da segunda câmara é um dos pontos em que a Carta mais se afasta do seu modelo imediato. Com efeito, quando a Constituição brasileira é redigida¹⁰⁵ tornam-se nítidas, com as suas traduções, por vezes literais, as influências de Constant. A Câmara dos pares era, no entanto, substituída por um Senado de base electiva¹⁰⁶. Este desvio explica-se naturalmente devido às peculiaridades sociais do Brasil, nação recente sem tradições familiares que permitissem a existência de um pariato, sustentado na hereditariedade.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Sobre os problemas da elaboração da Constituição brasileira consulte-se como síntese de conjunto HELIO VIANA, *Historia do Brasil*, 12ªed., São Paulo, 1975, p.423-431, e OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA, *A Vida de D.Pedro I*, cit., Cap.XVIII, t.II, p.148-172 e 211-ss.

¹⁰⁶ Sobre o Senado brasileiro vide A.D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, *O Senado do Império*, 2a.ed., Senado federal, Brasília, 1979, e TAVARES DE LYRA, *Centenario do senado do império*, in *RIHGB*, e reproduzido in *Instituições politicas do império*, Senado Federal, Brasília, 1978.

Ao fazer as emendas no texto do projecto convertido em Constituição de 24, para que esta se tornasse a Carta Constitucional portuguesa, D. Pedro repõe aí o pensamento de Constant, que as referidas peculiaridades tinham afastado no Brasil. Parece-lhe evidente que em Portugal, Estado constituído havidos sete séculos com um clero e uma nobreza arreigados, tal reserva não se justifica, solução que, a fazermos fé nas afirmações de Sá da Bandeira¹⁰⁸, viria, sob o peso dos conflitos institucionais, a lamentar mais tarde.

Ademais, a experiência do artigo 43º da Constituição brasileira mostrara-se com fortes inconvenientes para o poder real. Segundo esse preceito o Imperador escolhia os senadores dentro de listas tríplexes. Concedendo larga prerrogativa ao Imperador, criava-lhe porém sérios problemas. Por um lado era possível aos partidos políticos forçar a escolha através da incorporação de candidatos impossíveis¹⁰⁹; por outro, a escolha gerava-lhe potenciais inimigos nos dois terços excluídos.

2. A génese do pariato em Portugal surgia, pois, sob uma influência directa das doutrinas de Benjamin Constant e do direito constitucional francês¹¹⁰ e mediata da constituição consuetudinária inglesa.¹¹¹ Não tinha pois qualquer raiz portuguesa.

A forma, nomeadamente a designação, é francesa. A compreensão, portanto, do processo do pariato português obriga-nos a uma sumária análise da mesma instituição em França¹¹². Com efeito, a designação de pariato surge na Restauração, já depois da declaração de Saint-Ouen, em que Luis XVIII se referira a um Senado. É no preâmbulo da Carta, apenas, que surge a nova referência:

¹⁰⁷ A título comparativo vejam-se as experiências coevas da América do Sul. A Bolívia adoptava, nos termos do art.27º da Constituição de 1826, um sistema assaz diferente. O poder legislativo reside em três câmaras electivas: dos Tribunales, dos Senadores, e dos Censores. Assistia-se assim, num sistema muito simétrico e artificial, alheio à realidade política e social do povo que devia reger, ao renascimento de preceitos romanos, ingleses e norte americanos. Cfr. CIRO FELIX TRIGO, *Las Constituciones de Bolivia*, Madrid, 1958, p.77. Já as Constituições da Republica Federal de Centro-América de 1824 e as da Argentina de 1819 e 1826, consagravam o bicameralismo, sendo no primeiro caso composto de membros eleitos popularmente na razão de dois por cada Estado, renovando-se anualmente por terços (art.89º), no segundo por senadores de provincia cujo numero sera igual ao das provincias, por três senadores militares cuja graduação não seja inferior à de "Coronel Mayor", um bispo e três eclesiasticos, um por cada universidade e o "Director do Estado", concluído o tempo do seu governo, e no ultimo caso por senadores eleitos pela capital e provincias, nos termos do art.23º.

¹⁰⁸ *Lettre adressée au comte Goblet d'Alviella...*, *infra cit.*, p.55.

¹⁰⁹ Como refere C.DU SAUSSAY, *op.cit.*, p.224, esta situação verificara-se já em França no Directorio.

¹¹⁰ Sobre o pariato no direito constitucional francês vide P.BASTID, *Les Institutions...*, *cit.*, p.241-251.

¹¹¹ No ano de 1826 um anónimo publica um opúsculo denominado *Resumo historico do parlamento de Inglaterra*, fruto de tradução da "Cyclopedia de Rees".

¹¹² Para a repercussão constitucional das ideias de Constant nos sistemas comparados vide a exposição, ainda que parcellar, de JEAN HIESTAND, *Benjamin Constant et la doctrine parlementaire* (tése), Genève, 1928, *maxime* p.85-104.

"Nous avons vu dans le renouvellement de la Prairie une institution vraiment nationale et qui doit lier tous les souverains a tout les espérances en reunissant les temps anciens et les temps modernes. "

Mas que pariato era este que a Carta de 1814 consagrava?

Quem olhasse a sua composição, notaria, ao primeiro relance, uma diversidade profunda em relação às experiências bicamarais francesas anteriores. É que esta nova segunda câmara acumulava ao fundamento dessas experiências uma nova realidade: a da Restauração, que no domínio constitucional sofrera a lição de Benjamin Constant.

A segunda câmara vai agora corresponder a duas ordens de preocupações:

Em primeiro lugar, seguindo a experiência anterior, evitar o despotismo da câmara única.

Fora claro o relatório da comissão da Constituição de 1795, da autoria de Boissy d'Anglas:¹¹³

"Je m'arrêterai peu de temps a vous retracer les dangers inséparables de l'existence d'une seule Assemblée.[...] Comment les passions, les divisions, l'intrigue de quelques factieux, l'audace de quelques scélérats, l'éloquence de quelques orateurs, cette fausse opinion publique dont il est si aisé de l'investir, peuvent y exciter des mouvements que rien n'arrête, occasionner une précipitation qui ne rencontre aucun frein, et produire les décrets qui peuvent faire perdre au peuple son bonheur et sa liberté, si on les maintient, et a la représentation nationale sa force et sa considération si on les rapporte. Dans une Assemblée, la tyrannie ne rencontre d'opposition que dans ses premiers pas; bientôt elle élablit sur une base unique et solide le trône de la terreur, et les hommes les plus vertueux ne tardent pas a être forcés de paraître sanctionner des crimes, de laisser couler des fleuves de sang, avant de parvenir a faire une heureuse conjuration qui puisse renverser le tyran et rétablir la liberté. Il ne peut y avoir de Constitution stable la ou il n'existe dans le Corps législatif qu'une seule et unique Assemblée; car s'il ne peut y avoir de stabilité dans les résolutions, il est bien évident qu'il n'y aura pas dans la Constitution qui leur servira de base."

Simultaneamente, e em segundo lugar, dando corpo às preocupações da Restauração, tentar conciliar o velho e o novo regime.

Sobra, pois, aqui um vento diferente. A preocupação não é mais a de dissociar a imagem da câmara alta da antiga aristocracia, mas sim a de integrar e consagrar esta última.

¹¹³ Apresentado na sessão do 5 Messidor. Encontra-se transcrito in C.GOMEL, *Essai historique sur les chambres hautes françaises & étrangères*, p.35-36.

O pariato surgia, portanto, com uma face diferente de qualquer experiência bicamaral anterior.

A designação ora utilizada, já empregada, em sentido parlamentar liberal, em Inglaterra e na constituição do Reino da Sicília de 1812¹¹⁴, provinha, como vimos, duma instituição mal conhecida da antiga França, de que se não sabe a época exacta em que se formou.¹¹⁵ Elite constituída no seio da Corte do rei, contava apenas nos séculos XII e XIII, com seis pares laicos e seis eclesiásticos, número que virá a ser alargado. Os seus membros constituíam teoricamente um colégio que podia ser chamado a aconselhar o rei, e cuja característica principal consistia nas suas atribuições judiciárias. Existe a Corte dos Pares, tribunal distinto do Parlamento, sem o qual, em algumas circunstâncias como, por exemplo, quando se trate de julgar um membro do colégio, o Parlamento não pode reunir.

No final do Antigo Regime encontrava-se em franca decadência, vendo as suas prerrogativas bastante reduzidas. Desta antiga tradição, apenas viria a restar longinquamente o privilégio da jurisdição, consagrado no art.34º da Carta:

"Aucun pair ne peut être arrêté que de l'autorité de la chambre, et jugé que par elle en matière criminelle."

É verdade que os Pares são nomeados pelo rei, como no antigo regime mas, para que haja semelhança, seria necessário que a nova composição surgisse como muito arcaica, o que dois factos impediam: a diminuição da força social da aristocracia e a impossibilidade de Luís XVIII se apoiar mais do que parcialmente na velha nobreza. Diante do rei existem agora os senadores do Império, que, deixados insatisfeitos, seriam uma potencial ameaça ao regime. Entram por conseguinte em maior número na Câmara nova, aí constituindo

¹¹⁴ Com efeito, embora as duas Constituições de 1812, estranhas ao ciclo napoleónico, apresentem marcada similitude; a constituição da Sicília, conjecturada segundo o modelo inglês, preparada por Paulo Balsamo e aprovada por Bentick, distingue-se da de Cadiz pela adopção do bicamaralismo. Adopta uma câmara *dos pares* constituída por 185 membros hereditários, dos quais 61 eclesiásticos, 50 príncipes, 18 duques, 20 marqueses, 2 condes, e 34 barões, e cujo presidente é de nomeação régia. O parlamento siciliano integrou assim a primeira câmara dos pares continental, sendo de estranhar que a historiografia francesa não explore a hipótese duma eventual influência deste modelo sobre o cartista de 1814.

Sobre a Constituição siciliana de 1812 vide E.DEL CERRO, *La Sicilia e la Costituzione del 1812*, in *Arch.Stor.Sicil.*, 1914-s., FRANCESCO LEMMI, *Storia politica d'Italia, L'Età napoleonica*, Milao, 1938, p.467-481, e as obras um pouco antiquadas mas ainda uteis de N.PALMIERI, *Saggio storico e politico del regno di Sicilia infino al 1816*, Lugano, 1847, L.PALMA, *La Costituzione siciliana del 1812*, in *N.Antologia*, 15 de Abril de 1894, e S.ROMANO, *La Costituzione siciliana riformata nel parlamento del 1812*, Palermo, 1912.

Para o enquadramento consulte-se G.BIANCO, *La Sicilia durante l'Occupazione Inglese (1806-1815)*, Palermo, 1902, H.M.LACKLAND, *Lord W.Bentinck in Sicily 1811-1812*, in *English Histor.Review*, 1927, e G.SABINI, *I Primi Esperimenti Costituzionali in Italia, 1797-1815*, Turim, 1911.

maioria.¹¹⁶ É uma assembleia de conciliação entre a Revolução e o Antigo Regime, cujo carácter se irá manter.

Seria, porém, evidentemente uma ilusão considerar a Câmara dos pares restauracionista como uma herdeira directa desse pariato francês esfumado no tempo, a cujo processo de evolução fizemos oportunamente referência.

A restauração é constitucionalmente filha da monarquia parlamentar inglesa de regime representativo e predominância aristocrática. A segunda câmara de natureza aristocrática insere-se na adopção do modelo britânico nas constituições do ciclo restauracionista. E nem é precursora. Já o fizera a Constituição siciliana.

O longínquo pariato francês não ressurgia. O modelo inglês, que em tempos de antanho influenciara, é que agora era adoptado. Legitimava-se na tradição aquilo que efectivamente era um modelo estrangeiro, que aliás não deixara de ser sugerido no século XVIII através da teorização do modelo inglês¹¹⁷. O *Esprit des Lois*, obra que terá vindo a ser apreendida no reinado de D.Miguel¹¹⁸, no celeberrimo capítulo VI do livro XI e a *Constitution de l'Angleterre* de Lolme exportam a concepção do pariato.

Claro é Montesquieu ao tratar do "corpo hereditário dos nobres"¹¹⁹, abordando a divisão da representação do poder legislativo¹²⁰, que fundamenta uma vez mais na liberdade:

¹¹⁵ Vide o que escrevemos *supra* v.I. Veja-se uma breve visão de conjunto in P.BASTID, *op.cit.*, p.241-242. Para uma tentativa coeva de relacionamento entre o antigo e o novo pariato, vide HENRION DE PANSEY, *Des Pairs de France et de l'Ancienne Constitution Française*, 1816.

¹¹⁶ São 84 em 154. Vide P.BASTID, *op.cit.* p.242-243.

¹¹⁷ Sobre a teorização e exportação do modelo inglês vide F.LARCHER, *A Experiência Constitucional Inglesa*, cit., t.II, p.327-334.

¹¹⁸ Cfr.referência in DENYSE, D.Pedro,

¹¹⁹ De notar que Montesquieu não faz qualquer referência ao alto clero que faz parte da Câmara dos lordes em Inglaterra.

¹²⁰ Montesquieu defende um bicameralismo aristocrático, que justificará nos §30º a 33º com os seguintes argumentos:

- existência em todos os Estados de pessoas privilegiadas;
- necessidade duma segunda câmara para salvaguardar a sua liberdade que estaria ameaçada se tivessem um estatuto político igual ao povo, tendo o mesmo direito de voto, porque as resoluções seriam contra elas;
- desempenhar um papel moderador entre o poder executivo e o poder legislativo dos representantes do povo.

Note-se a este respeito que Locke não dá particular desenvolvimento à composição do corpo legislativo.

A solução bicameral de Montesquieu, impassível de adequação aos Estados Unidos, e rejeitada a um primeiro tempo, pelo ciclo constitucional revolucionário, virá a ser adoptada plenamente pelo ciclo restauracionista e de forma já bastante mitigada pelo ciclo liberal.

"Num Estado, há sempre pessoas dignificadas pelo nascimento, pelas riquezas e pelas honrarias; mas se se confundissem com o povo e só tivessem, como os outros, um voto, a liberdade comum seria sua escravidão e não teriam nenhum interesse em defendê-la, porque a maioria das resoluções seriam contra eles. A participação que tomam na legislação deve ser, portanto, proporcional às outras vantagens que têm no Estado, o que acontecerá se formarem um corpo que tenha o direito de sustar as iniciativas do povo, tal como o povo tem o direito de sustar as deles."

Daí a partilha do poder legislativo entre a nobreza e a representação do povo, com assembleias e deliberações separadas:

"Deste modo, o poder legislativo será confiado tanto à nobreza como ao corpo escolhido para representar o povo¹, cada qual com suas assembleias e deliberações à parte e objectivos e interesses separados."¹²¹

O corpo dos nobres apresenta, ademais, a vantagem de aparecer como moderador entre o poder executivo e o corpo representante do povo]¹²²

"Dos três poderes dos quais falamos, o de julgar é, de algum modo, nulo. Restam apenas dois e, como esses poderes têm necessidade de um poder regulador para moderá-los, a parte do corpo legislativo que é composto de nobres é bastante capaz de produzir esse efeito."

Monresquieu, fundamenta a hereditariedade do corpo dos nobres:

"O corpo dos nobres deve ser hereditário. Ele é-o primeiramente por sua natureza e, além disso, cumpre que tenha interesse muito forte para conservar suas prerrogativas, odiosas por si mesmas, e que, num Estado livre, devem estar sempre ameaçadas."

Ocupa-se de seguida da função do poder legislativo hereditário¹²³:

"Porém, como um poder hereditário poderia ser induzido a seguir seus interesses particulares e a esquecer os do povo, é necessário que nas coisas em que se tem supremo interesse em corrompê-lo, como nas leis referentes à

¹²¹ E não o "baixo povo" das cidades e dos campos, que não tem lugar no sistema de Montesquieu como nos do século XVIII, mesmo nos mais liberais. (EHRARD)

¹²² A concepção da Câmara alta como moderadora entre o Rei e a Câmara baixa fará escola como justificação filosófico-política no período da Câmara alta aristocrática. Para a França Câmara dos Pares no período da *Restauração* (1814-1830).

¹²³ O modelo é evidentemente aqui a *House of Lords*. Será o modelo adoptado, nas Cartas constitucionais do Ciclo legitimista, nomeadamente na Carta de 1814, arts.24º a 34º e na Carta constitucional portuguesa de 1826, art.39º e 44º. Solução que já fora adoptada na Constituição da Sicília de 1813.

arrecadação de dinheiro, ele só tome parte na legislação por sua faculdade de impedir e não por sua faculdade de estatuir."¹²⁴

"Chamo faculdade de estatuir o direito de ordenar por si mesmo, ou de corrigir o que foi ordenado por outrém. Chamo faculdade de impedir o direito de anular uma resolução tomada por qualquer outro, o que constitui o poder dos tribunos de Roma. E, embora quem tenha a faculdade de impedir possa ser também o direito de aprovar deriva da de impedir."¹²⁵

E, por fim, sustenta as prerrogativas judiciárias da câmara aristocrática:

"Apesar de que, em geral, o poder de julgar não deva estar ligado a nenhuma parte do legislativo, isso está sujeito a três excepções¹²⁶, baseadas no interesse particular de quem deva ser julgado."

E o foro próprio da nobreza:

"Os poderosos estão sempre expostos à inveja e se fossem julgados pelo povo, não fruiriam do privilégio que, num Estado livre, o mais humilde cidadão possui de ser julgado pelos seus pares. Cumpre, portanto, que os nobres sejam levados, não diante dos tribunais ordinários da nação, mais diante da parte do corpo legislativo composto de nobres."¹²⁷

A esfumada tradição francesa a que aludíamos consagrava essencialmente o pariato judiciário; a tradição inglesa fizera do pariato simultaneamente uma instituição judiciária e legislativa.

¹²⁴ Quanto ao papel da Câmara dos lordes no respeitante à votação dos impostos, vide FERNANDO LARCHER, *A Experiência Constitucional Inglesa*, cit.

¹²⁵ Esta análise corresponde à prática inglesa do século XVIII: os lordes não podiam senão aprovar ou rejeitar os subsídios votados pelos comuns.

¹²⁶ Sistematizando as excepções, isto é, as prerrogativas judiciárias:

1ª) Foro próprio da nobreza (§48)

2ª) Moderador da lei (§49)

3ª) Foro próprio dos crimes políticos (§50)

¹²⁷ Esta solução não só se insere na tradição inglesa, onde os lordes não podiam ser perseguidos por crimes de direito comum senão diante da sua câmara, como constituía um privilégio característico dos antigos Pares de França. A este último respeito vide PAUL BASTID, *Les Institutions Politiques de la Monarchie Parlementaire Française (1814-1848)*, Paris, 1954, p.242.

EHRARD comenta que Montesquieu conserva a letra do direito feudal, segundo a qual um senhor deve ser julgado pelos seus pares, mas desnatura o espirito, de forma muito "filosófica" confiando ao principio um valor universal.

Este principio é adoptado nas constituições do ciclo restauracionista. Tradu-lo, no seu art.34º, a Carta Constitucional: "Aucun pair ne peut être arrêté que de l'autorité de la Chambre, et jugé que par elle en matière criminelle".

Ainda que dotado de foro próprio, o pariato surge agora em França essencialmente como instituição legislativa.

No plano doutrinário, como já referimos, a Câmara dos pares portuguesa deve a Benjamin Constant o seu modelo. Mais precisamente, ao seu *Esquisse de Constitution*, publicado no curto espaço que decorre entre a declaração de Saint-Ouen e a proclamação da Carta francesa. Integrado como aditamento nas *Réflexions sur les Constitutions et les Garanties* que incorporará quatro anos mais tarde no *Cours de Politique Constitutionnelle*,¹²⁸ enriquecido com extensas notas,¹²⁹ tão profundíssima influência viria a ter no direito constitucional português.

O corpo das ideias mestras do pariato¹³⁰ foi condensado pelo escritor-publicista em dois artigos do quarto capítulo:

"I. Le pouvoir représentatif reside aux deux Chambres; II. La première Chambre est héréditaire, nommée par le Roi, et le nombre de ces membres est illimité."¹³¹

Detenhamo-nos um pouco sobre o pensamento do autor:

Se bem que a sua concepção sobre a câmara alta¹³², não tenha sido constante,¹³³ a necessidade desta apresentou-se-lhe sempre como real. Assim a exprimia nas *Réflexions*:¹³⁴

"Tous les freins qu'une assemblée unique s'impose à elle-même, les précautions contre l'urgence, la nécessité des deux tiers de voix ou de l'unanimité; tous ces freins, dis-je, sont illusoires. Une chambre unique met en

¹²⁸ De seu nome completo *Collection complète des ouvrages publiés sur le gouvernement représentatif et la constitution actuelle de la France formant une espèce de Cours de Politique Constitutionnelle*, v.I e II, Planche, Paris, 1818, v.III, Planche, Paris, 1819, v.III, Béchet, 1819.

¹²⁹ A nota H, concernente à hereditariedade do pariato, apresenta particular interesse.

¹³⁰ Sobre o poder representativo em Benjamin Constant vide *Benjamin Constant et sa Doctrine*, t.II, p.941-956 e JEAN HIESTAND, *Benjamin Constant et la Doctrine Parlementaire* (Tese - Université de Lausanne), Genève, 1928, p.77-81.

¹³¹ *Cours...*, cit., t.I, p.52[198].

¹³² Constant designa-a como primeira, em consonância com varios autores da época, e considera-a como a representante do "pouvoir représentatif de la durée", ao lado do "pouvoir représentatif de l'opinion" que era apanagio da câmara dos deputados.

¹³³ Constant sentiu-se obrigado a justificar a alteração da sua posição sobre a hereditariedade. Fê-lo nas *Réflexions*, nota 2 do Cap.IV, e nota H, cfr. *Cours...*, cit., p.

¹³⁴ *Op.cit.*, p.196.

présence une majorité et une minorité, avec cette circonstance de plus contre la minorité, que le règlement qu'elle invoque est l'ouvrage de la majorité, qui a toujours le sentiment de pouvoir défaire ce qu'elle a fait. La division de deux sections séparées crée au contraire deux corps qui ont intérêt à défendre leurs opinions respectives. Il y a majorité contre majorité. Celle du corps le plus nombreux n'étant elle-même qu'une majorité de convention, c'est-à dire fictive, en comparaison de la nation entière, n'ose révoquer en doute la légalité de la majorité moins nombreuse qui lui est opposée. "

Ao apresentar a solução do pariato, o que diz não ter feito sem hesitação¹³⁵, fã-lo circunscrito às condições da Restauração. Segundo as suas próprias palavras, tenta conciliar monarquia e liberdade. Encontrando a solução na fórmula da monarquia constitucional, adapta-se então às condições que ela impunha. Entre outras, a da hereditariedade duma classe servindo de sustentáculo à de uma família, detentora da realeza, parece-lhe essencial.¹³⁶

Essa classe consubstancia-se no pariato, que assim é pela sua lógica original necessariamente hereditário.

Assim nos surge desde logo uma das características desta magistratura, para a qual encontra uma segunda justificação: só a hereditariedade, não a nomeação real, poderia servir de contrapeso à eleição popular¹³⁷ :

"Vouloir deux chambres, l'une nommée par le roi, l'autre par le peuple, sans une différence fondamentale (car des élections viagères ressemblent trop à toute autre espèce d'élection), c'est mettre en présence les deux pouvoirs entre lesquels précisément il faut un intermédiaire: je veux dire celui du roi et du peuple. "

E ainda um terceiro argumento: a manutenção permanente de um poder, mesmo em época de inactividade¹³⁸:

"Ne serait-il pas dangereux d'ailleurs d'admettre des époques où il n'existerait aucun pouvoir, sauf celui du roi et de ses ministres? Actuellement,

¹³⁵ *Cours...*, cit., Nota H, p.310.

¹³⁶ *Ibidem*, p.197-198.

¹³⁷ Cfr. *Cours*, cit., v.I, p.199.

¹³⁸ Cfr. *Cours*, cit., v.I, p.199.

la chambre des pairs est inactive, à la vérité, pendant la séparation de celle des députés; mais elle existe, et c'est quelque chose: c'est plus qu'on ne pense. "

Constant reforça a sua argumentação na experiência inglesa. Vê aí o pariato compatível com um elevado grau de liberdade civil e política e de acesso aberto, perdendo o único carácter odioso da hereditariedade: a exclusividade.

Devendo a câmara alta ser hereditária, não tendo o povo o direito de a eleger e o governo de a dissolver, Constant julga indispensável uma prevenção: a não limitação do número dos seus membros. De contrário pode formar-se no seu seio um partido. Este, sem apoio quer do governo quer do povo, não podia ser removido senão com a remoção da própria Constituição:¹³⁹

"Le lendemain de la nomination d'un simple citoyen à la pairie, il jouit des mêmes privilèges légaux que le plus ancien des pairs. Les branches cadettes des premières maisons d'Angleterre rentrent dans la masse du peuple; elles forment un lien entre la pairie et la nation, comme la pairie elle-même forme un lien entre la nation et le trône. [...] Limiter le nombre des pairs ou des sénateurs, ce serait créer une aristocratie formidable qui pourrait braver et le prince et les sujets. Toute constitution qui commettrait cette erreur ne tarderait pas à être brisée; car il est nécessaire assurément que la volonté du prince et le vœu du peuple, quand ils s'accordent, ne soient pas désobéis; et, lorsqu'une chose nécessaire ne peut s'opérer par la constitution, elle s'opère malgré la constitution. "

Claro que se pode pôr o problema do risco do aviltamento do pariato pela multiplicação da criação de pares. A isto objecta Constant que o único remédio é o interesse do príncipe em não rebaixar a dignidade do corpo que o rodeia e o sustém. Se ele se afasta deste interesse a experiência aí o reconduzirá.

3. Na mente constituinte de D.Pedro, que terá presidido à institucionalização do bicamarelismo na Carta e à sua estruturação?

O peso fundamental da opção é, por certo, o espírito da época. Os ventos são bicamarais. Sopra-os vigorosamente a tradição inglesa. Difundem-na os publicistas. Recolhe-os, consagrando-os, a Restauração em França.

No manual do seu mestre Constant, D. Pedro identifica-se com a essência dessas ideias. Do espírito subjacente agrada-lhe esse trave fulcral que é a aliança entre a liberdade e a monarquia, em que o pariatto surge como reforço no equilíbrio. Na concretização institucional, nomeadamente na sua forma, parece-lhe ver a solução adequada para Portugal, onde considera a existência de circunstâncias que fortemente recomendam esta orientação.

CONSTANT	CARTA CONSTITUCIONAL
CAP.IV.Du pouvoir représentatif	
I.Le pouvoir représentatif réside en deux Chambres.	14º.As Cortes compoem-se de duas Câms.:Câm. Pares e Câm. Deputados.
II.La première chambre est héréditaire, nommée par le Roi et le nombre de ses membres est illimité.	39º.A Câm. Pares ée composta de Membros Membros vitalícios e hereditários, nomeados nomeados pelo Rei, e sem numero fixo.

A LIÇÃO DE CONSTANT NA CARTA CONSTITUCIONAL

Duas razões precisas vão, portanto, determinar a concretização deste espírito. Em primeiro lugar, a segunda câmara de nomeação régia reforça o poder do soberano. É preciso ver que a Câmara dos pares não é instituição isolada, mas peça no equilíbrio global dos poderes, desempenhando papel de aliança entre a monarquia e a aristocracia.

De facto, a grande inovação que a Carta consagra na ordem institucional baseia-se na divisão tetrapartida de poderes¹⁴⁰. Aos três poderes clássicos enunciados por Montesquieu acrescenta-se um quarto, designado por moderador¹⁴¹. Assim se traduz sob o

¹³⁹ Cfr. *Cours...*, cit., p.199-120.

¹⁴⁰ Sobre a organização do poder político na Carta, consulte-se, além da obra fundamental de LOPES PRAÇA, *Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852*, 2a.parte, v.I-II, MARCELLO CAETANO, M.C.P.D.C., v.II, p.428-431, J.CAMPINOS, *op.cit.*, p.17-43, AFFONSO COSTA (Filho), *Parlamentarismo, Dissolução, Referendum*, Lisboa, 1936, p.109-123, J.C.FERREIRA, *Commentario ao Direito Constitucional Português*, Coimbra, 1907, J.C.MOREIRA, *Lições de Direito Constitucional*, Coimbra, 1959-60, C.DU SAUSSAY, *op.cit.*, p.211-279, e MARNOCO E SOUSA, *Direito Politico - Poderes do Estado*, 1910.

Comparem-se os seguintes textos: "Les pouvoirs constitutionnels sont: le pouvoir royal, le pouvoir exécutif, le pouvoir représentatif, le pouvoir judiciaire." (BENJAMIN CONSTANT, *op.cit.*). "Os Poderes Politicos reconhecidos pela Constituição do Reino de Portugal são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, o Poder Judiciario." (*Carta Constitucional*, artº.11º)

De notar que mais tarde Constant vira a considerar a existência de um quinto poder: o municipal. Vide *Esquisse...*, cit., p.175(2).

¹⁴¹ Sobre a teoria do poder moderador segundo B.Constant e sua aplicação ao Brasil e Portugal vide LOPES PRAÇA, *Estudos...*, cit., Parte 2a., v.II, p.181-189.

mesmo conteúdo a expressão "poder real"¹⁴², conceito advogado por Constant: poder neutro, com autoridade para velar sobre o equilíbrio e harmonia dos restantes:

"Les trois pouvoirs politiques, tels qu'on les a connus jusqu'ici, le pouvoir exécutif, législatif et judiciaire, sont trois ressorts qui doivent coopérer, chacun dans sa partie, au mouvement général; mais quand ces ressorts dérangés se croisent, s'entrechoquent et s'entravent, il faut une force qui les remette a leur place. Cette force ne peut pas être dans l'un de ces ressorts, car elle lui servirait a détruire les autres; il faut qu'elle soit neutre, en quelque sorte, pour que son action s'applique partout où il est nécessaire qu'elle soit appliquée, et pour qu'elle soit préservatrice sans être hostile.

La monarchie constitutionnelle a ce grand avantage, qu'elle crée ce pouvoir neutre dans la personne du roi, déjà entouré de traditions et de souvenirs, et revêtu d'une puissance d'opinion, qui sert de base a puissance politique.¹⁴³"

Ora, a nomeação de pares constitui a par do direito de veto o mecanismo de intervenção do poder moderador nas cortes, num sistema em que o poder do soberano sai fortalecido¹⁴⁴. A Carta atribui-lhe um carácter independente e neutro, acima dos poderes activos¹⁴⁵.

Mas não demonstrara a experiência vintista, ainda tão recente, toda a necessidade de prudência?

¹⁴² A ideia de poder real recolheu-a Constant de Clermont-Tonnerre: "Il y a, dans le pouvoir monarchique, deux pouvoirs distincts, le pouvoir exécutif, investi de prérogatives positives, et le pouvoir royal, qui est soutenu par des souvenirs et par des traditions religieuses. "

¹⁴³ B.CONSTANT, *Esquisse de Constitution*, p.176.

¹⁴⁴ Sobre as atribuições próprias do Chefe do Estado em Constant vide P. BASTID, *Benjamin Constant et sa Doctrine*, t.II, p.928-940.

Sobre o papel do rei no poder executivo, solução não consagrada por Constant, vide para o caso português J.CAMPINOS, *op.cit.*, p.23, e LOPES PRAÇA, *op.cit.*, parte 2a., v.II, Livro III - Do Poder Executivo -, p.5-180.

¹⁴⁵ Relembre-se que são atribuições do monarca:

- face ao poder legislativo, convocar extraordinariamente as Cortes, (*ibidem*, art. 74º. § 2º), prorroga-las, adia-las e dissolver a Câmara dos Deputados, quando o exigisse a salvação do Estado, convocando imediatamente outra que a substitua (*ibidem*, art.º 74º. § 4º), sanciona os decretos e resoluções das Côrtes, (*ibidem*, art.º 74º. § 3º), e nomeia os Pares sem numero fixo (*ibidem*, art.º 74º. § 1º).

- face ao poder executivo, de que acumula a chefia, afastando-se do conceito de Constant, nomear e demitir livremente os ministros de Estado (*ibidem*, art.º 74º. § 5º).

- por fim, no que respeita ao poder judicial, compete-lhe suspender os magistrados, dentro dos limites constitucionalmente previstos (*ibidem*, art.ºs 74º. § 6º e 121º), perdoar e moderar penas, (*ibidem*, art.º 74º. § 7º), e conceder amnistias (*ibidem*, art.º 74º. § 8º), velando pela manutenção da sua independência, equilíbrio e harmonia (*ibidem*, art.º 71º).

O único limite formal ao exercício do poder moderador é o da consulta dum Conselho de Estado composto de conselheiros vitalícios, de sua nomeação, responsáveis pelas opiniões que emitam.

A experiência da câmara única tinha deixado más recordações. Além do mais, D. Pedro teria ressentimentos pessoais contra ela, motivados pela forma como fora tratado nos seus debates. Era, pois, necessário evitar o seu predomínio. Este, aliás, conjugado com a diminuição das prerrogativas régias, era mesmo o maior óbice à Constituição de 22 por parte dos liberais moderados.

Em segundo lugar, a integração do reino nas novas ideias carece, fácil seria discerni-lo, duma transição hábil. Apenas com a inserção da nobreza e do clero neste processo se poderia passar sem rupturas fatais.

Comentando a situação política, o duque de Rauzan escreve, a 9 de julho, para o seu ministro dos negócios estrangeiros, barão de Damas ¹⁴⁶:

"La création d'une Chambre des Pairs héréditaire doit donner, aussi à la Constitution, des partisans dans une autre classe de la nation. Les grandes familles, fatiguées de la dépendance servile dans laquelle elles vivent depuis longtemps, recevront, sans doute, avec plaisir la nouvelle importance politique que leur destine la Charte et la jouissance assurée et héréditaire des titres et avantages qu'après la mort de chaque titulaire, son héritier n'obtient que de la bienveillance du Roi.[...]"

Como afirma Lopes Praça:¹⁴⁷

"O braço do clero e da nobreza admitidos na Câmara dos Pares assumiam, nas condições previstas na Carta, uma importância incomparavelmente superior aquella de que gosavam no antigo regimen, ainda mesmo com a faculdade de o Rei nomear pares sem numero fixo."

A D. Pedro impunha-se atender à realidade, bem diferente da do Brasil, de conciliação entre o Portugal do antigo regime e as novas estruturas liberais.

Era, porém, uma situação diferente da francesa que, em parte, lhe servia de modelo. Aí havia uma conciliação entre velha e nova aristocracia na Câmara. Em Portugal não havia ainda a aristocracia inspirada em princípios novos. A conciliação não é dentro da Câmara e desta em relação à nova ordem, mas apenas dos representantes dos antigos braços privilegiados em relação à ordem da Carta, pela sua integração no poder legislativo.

¹⁴⁶ A.E.Paris, *Correspondance Politique*, Portugal, n°141, fls.189-193v.

¹⁴⁷ *Direito ...*, cit., II, p.174.

Corresponde, aliás, esta posição à vontade expressa pelos projectos de constituição de base tradicionalista, e não deixa de merecer louvores. O cardeal patriarca de Lisboa, agora vice-presidente da câmara aristocrática, faz jus às intenções de D. Pedro, ao exortar, pela Carta pastoral de 23 de Agosto¹⁴⁸, os seus diocesanos a cumprir a Carta, que contrapunha à Constituição vintista:

"[...] chamando a côrtes, como antigamente, os três estados do reino, para que em duas assembléas diversas contrapesem os poderes, promovam os interesses reciprocos de todas as classes de cidadãos e conspirem para a felicidade geral, não faz mais do que firmar, aperfeiçoar e dar melhor forma a nossa antiga constituição política e lei fundamental sobre que se estribava o nosso governo representativo. "

Assim, como escreveria Casal Ribeiro¹⁴⁹,

"o pariato na concepção primitiva do autor da Carta, e na concepção que lhe foi dada na primeira época (1826-1828) representou os antigos estados da nobreza e clero, funcionando separadamente do estado popular representado na câmara electiva".

Havia apenas um profundo e fatal senão nesta câmara que reúne os dois braços privilegiados¹⁵⁰.

O cumprimento desta filosofia viu-a D. Pedro na nomeação da nobreza com grandeza do reino e no alto clero episcopal. Esquecia assim o monarca constituinte que as ordens privilegiadas tinham vários extractos. Criava, pois, uma ruptura da tradição das Cortes que não deixaria de suscitar sérios problemas. Não teve consciência, provavelmente por desconhecimento do verdadeiro espírito-realidade da instituição nobiliárquica e clerical portuguesa, da situação. Saíra ainda criança de Portugal, ao aproximar de Junot de Lisboa, tornando-se por tal circunstância a sua reflexão externa e distante.

¹⁴⁸ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.200-203.

¹⁴⁹ *Carta e pariato, cit.*, p.11.

¹⁵⁰ É descabida a observação publicada in *Extracto da Obra Escripita em Hespanhol e Impressa em Pariz em 1827. Tem por Titulo Exame da Constituição dada em 1826 a Portugal pelo Senhor D. Pedro , e dos Direitos de D. Miguel*, Parte Primeira, Lisboa, 1828, p.8, segundo a qual "nas duas Camaras não está representado o Estado Ecclesiastico, hum dos tres da Nação, e nesta falta de representação do Estado Ecclesiastico, se mostra derogada a Ley Fundamental, e a representação reconhecida em todas as Cortes de Portugal. Contra esta verdade nada val o dizer-se que os Bispos, e Arcebispos são Pares. Como Pares os Prelados fazem o Corpo da Nobreza, e não representam ao Estado Ecclesiastico separadamente; porque com os grandes fazem huma só, e a mesma Representação. Do mesmo modo se alguns Prelados, e Grandes entrarem na Camara dos Deputados, alli só representarão, o Povo, e como Procuradores dos Povos, só fazem huma Representação Popular, e Democratica."

Se a D. Pedro é justa a atribuição, corrente nalguma historiografia liberal, do esforço de adaptação a Portugal duma solução que lhe fosse consentânea, não se lhe pode porém atribuir o mérito da leitura profunda da realidade portuguesa.

Jogou num critério simples e linear¹⁵¹. As instituições tradicionais quase nunca o são. As consequências históricas não perdoam estes atropelos. Em devido tempo veremos os seus resultados.

4. Velozmente, D. Pedro complementa as disposições da Carta. As cartas régias de nomeação dos pares são datadas do dia imediato¹⁵².

Em concretização da filosofia adoptada, D. Pedro concede o pariato aos que, por mais elevada dignidade, considera representantes naturais dos dois primeiros estados.

Na nobreza afigura-se ter sido regra geral nomear os titulares com grandeza do reino, ou seja, todos os duques, marqueses e condes, e dois viscondes, que sejam chefes de casa e detenham naturalidade portuguesa.

Esta regra exclui desde logo:

- os titulares sem chefia de casa, nomeadamente os filhos primogénitos e secundogénitos, regra que sofre uma excepção na pessoa de D. Jaime, marquês honorário, com direito de preceder a todos os marqueses depois criados¹⁵³, da casa Cadaval¹⁵⁴, a primeira dentre a nobreza.

- os estrangeiros agraciados com títulos portugueses¹⁵⁵, exclusão óbvia por respeito do elementar princípio de direito público que reserva aos nacionais a participação nos órgãos de soberania;

¹⁵¹ No mesmo erróneo juízo cai LOPES PRAÇA, *Direito...*, cit., v.II, p.171, ao afirmar: "A nobreza e o clero tinham os seus chefes conhecidos, e, por assim dizer, determinados."

¹⁵² Estas cartas régias, bem como as de nomeação do duque de Cadaval e do cardeal patriarca respectivamente para presidente e vice-presidente da câmara são publicadas pela primeira vez em 3 de Maio de 1826 no jornal brasileiro *Diário Fluminense*. Só viriam a ser publicadas na *Gazeta de Lisboa*, nº157 de 7 de Julho de 1826, p.632-634. Pode consultar-se o seu formulário também in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.52-53. São igualmente publicadas, mas mais tarde in *O Imparcial*, nº1 de 18 de Julho de 1826, p.4.

¹⁵³ Apostila de 13 de Maio de 1812. Cfr. J.C.F.C.DE CASTELLO BRANCO E TORRES, *Memorias historico-genealogicas dos duques portugueses do seculo XIX*, Lisboa, 1883, p.4.

¹⁵⁴ Virá a ser mais tarde 7º duque de Cadaval, embora nunca se encartasse no título por ser legitimista, pelo casamento com sua sobrinha herdeira da casa em 22 de Agosto de 1843.

¹⁵⁵ Nomeadamente os ingleses das sequelas napoleónicas D.da Vitória e C.de Trancoso e os diplomatas da Vilanfracada Cs.da Bemposta e de Cacilhas.

TÍTULOS C/ GR.			PARES	NOMEADOS
TÍTULO	CASAS	TITULARES		
Duque	2	2		2
Marquês (+1*)	25	25		25
Conde	47	61		42
Visconde	2	2		2
TOTAL	78	98		72
Existiam ao tempo mais os seguintes titulares, sem grandeza:				
- 29 Viscondes				
- 19 Barões				
* Marquês honorário da Casa Cadaval, D.Jaime.				
<i>Sedes materiae:</i> Almanach, EPP				

RELAÇÃO ENTRE OS TITULARES COM GRANDEZA
E O PARIATO NOMEADO (1826)

Há, porém, titulares que, encontrando-se englobados no critério de nomeação que acabamos de traçar, não recebem carta régia. Que critério terá presidido à selecção?

Não estará longe da verdade o barão de Ribeira de Sabrosa, quando afirmar que a "distribuição das cadeiras curues" foi feita no Rio de Janeiro pelo *Almanach*¹⁵⁶, por conseguinte sem conhecimento dos homens e das circunstâncias de Portugal.

Nada ficou escrito a respeito da selecção, salvo que D.Pedro teria pedido a opinião sobre nomes a Stuart¹⁵⁷. O facto deste ter desempenhado missão diplomática em Lisboa, onde tivera a oportunidade de conhecer as principais famílias da nobreza portuguesa, habilitá-lo-ia a ajudar na escolha. Diplomáticamente, porém, este esquivava-se, não sem, no entanto, deixar de esboçar alguns comentários, e sugerir a rejeição de dois nomes, um dos

¹⁵⁶ Existiu um *Almanach de Lisboa* em 1823, 1825 e 1826, cfr. INNOCENCIO, D.B.P., v.I, p.44, mas não os consegui consultar.

¹⁵⁷ WEBSTER, *Gran Bretana y la Independencia de la America Latina*, t.1º, p.427 e 429, e O.TARQUINIO DE SOUSA, *op.cit.*, t.II, p.215.

quais¹⁵⁸ o vem a ser efectivamente: o conde de Suberra, acusado, pelo inglês, de merecer a forca como traidor.¹⁵⁹

No clero são elevados à nova dignidade o cardeal patriarca de Lisboa e todos os arcebispos e bispos residentes do continente, a que se acrescentam um arcebispo e um bispo titular¹⁶⁰.

Convém, aliás, notar que o episcopado não estivera alheio na primeira fase do processo liberal legislativo. Com efeito, alguns bispos tinham participado nas Cortes do período vintista¹⁶¹.

¹⁵⁸ O outro alvejado por Stuart é o conde de Vila Real a quem considera indigno da distinção, por ofensas pessoais ao monarca brasileiro no curso de negociações sobre o reconhecimento da independência. Cfr. WEBSTER, *op.cit.*, t.II, p.215.

¹⁵⁹ A este respeito consta de parte cifrada duma carta do duque de Rauzun, encarregado de negócios de França, para o seu superior hierárquico, datada de 9 de Julho de 1826 (A.E.P., *Correspondance Diplomatique, Portugal*, nº141, fls.189-193v.): "Sir Charles Stuart a reçu de l'Empereur une donatation, et le titre de Marquis d'Angra quelques personnes disent qu'il a refusé. Il est assez remarquable que ce soit le nom même du Pays de M'.de Suberra. Ce ministre est exclu de la Chambre des Pairs."

¹⁶⁰ O arcebispo de Lacedemonia e o bispo de Nemesio, deão de Vila Viçosa. Este último é indevidamente designado na carta régia por bispo de Vila Viçosa, diocese que jamais existiu. Confusão de D.Pedro? Distinção ao bispo titular enquanto deão da vila sede da Casa de Bragança? Atribuição a qualidades do titular? Quanto ao arcebispo de Lacedemonia, que aparece comumente nos catálogos inserido nas cartas régias da nobreza, D.Pedro aplica-lhe o formulário comum aos três arcebispos residentes. Tal parece demonstrar nitidamente que o integra enquanto membro do clero.

Note-se ainda que para a câmara dos deputados fazem-se eleger dois bispos: o resignatário de Coimbra, futuro Cardeal Saraiva, que vem aliás a ser o presidente da câmara, e o de Cabo-Verde.

¹⁶¹ Para as constituintes tinham-se feito eleger os bispos de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Lamego, Leiria, Porto, e Vizeu, bem como o arcebispo da Baía, que foi o primeiro presidente das constituintes, o bispo do Pará, e o bispo titular de Elvas. Nas cortes ordinárias o mesmo se passou com os bispos de Coimbra, Portalegre e Porto, assim como o bispo titular de Carrehas, D.João José Vaz Pereira, e o bispo do Pará, que tendo sido eleito para a constituinte, ficara com o direito de tomar assento nas cortes ordinárias. Cfr.as relações dos deputados pelo ultramar e dos deputados eleitos para as cortes ordinárias, publicadas in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.I, p.484-487.

Sobre o comportamento do episcopado no período vintista vide em síntese FORTUNATO DE ALMEIDA, *op.cit.*, t.III, p.282-284.

CONSTITUINTES DE 1821-1822	CORTES ORDINARIAS
B.Aveiro B.Beja B.Castelo Branco B.Coimbra B.Lamego B.Leiria B.Porto B.Vizeu	B.Coimbra B.Portalegre B.Porto
<p>* Bispos ultramarinos e titulares, portanto, sem direito ao pariato em 1826:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituintes: Arcebispo da Baía, Bispo do Pará, Bispo titular de Elvas. - Cortes ordinárias: Bispo do Pará, Bispo titular de Carrehes. 	

PARTICIPAÇÃO DO EPISCOPADO, POSTERIORMENTE COM
DIREITO AO PARIATO, NAS CORTES VINTISTAS

No total, a nova câmara fica constituída por 91 membros, dos quais 72 da nobreza e 19 do clero¹⁶².

Assegurando a estabilidade institucional da representação do clero, por decreto da mesma data¹⁶³, que vem evidentemente reparar uma lacuna no texto constitucional¹⁶⁴, D.Pedro estabelece que

"estando determinado que sejam hereditarios todos os pares do reino [...] hei por bem que o patriarcha e todos os arcebispos e bispos [...] fiquem igualmente sendo pares pelo simples acto da sua elevação as referidas dignidades."

A este respeito, parecem merecer atenção as seguintes considerações:

- a medida limita-se aos prelados residentes;

¹⁶² A lista dos pares é publicada na *Gazeta de Lisboa*, nº162 de 13 de Julho de 1826, p.649-650. Porém, a *Gazeta* nº163 do dia seguinte, p.654, "não tendo sido assaz exacta a lista dos Pares" publica de novo "a Relação delles segundo as Cartas Regias, que se receberão do *Rio de Janeiro*", em que aliás a ordem deixa de ser, como na primeira, alfabética.

¹⁶³ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.53-54. Vide a este respeito *D.C.P.*, 1843, p.24,2 e 27,2.

¹⁶⁴ Cfr.BRAGA PAIXÃO, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, v.26, Lisboa, p.273, e CASAL RIBEIRO, *Carta e Pariato*, cit., p.20.

- ficam excluídos todos os bispos de dioceses não continentais. Nesta restrição, a distância entre a sede da diocese e a das Cortes é certamente motivo determinante, suficiente para arredar qualquer outra ponderação, como por exemplo o peso excessivo do episcopado na câmara.¹⁶⁵

- ao resignarem às dioceses os bispos devem perder a sua qualidade de par. A vitaliciedade do pariato não lhes é inerente pessoalmente, mas sim ao titular efectivo da diocese.¹⁶⁶

Ainda na mesma data nomeia os presidente e vice-presidente da Câmara dos pares. Marcando o timbre da tradição, designa o primeiro dos nobres seguido do primeiro dos clérigos, respectivamente o duque de Cadaval e o cardeal patriarca de Lisboa.¹⁶⁷



¹⁶⁵ Sobre os bispos das ilhas adjacentes vide as *Actas da Camara dos Pares*, 1843, cfr. o que escrevemos *infra* a propósito da regulamentação do pariato no período de 1842-45.

¹⁶⁶ Esta interpretação parece confirmada pelo facto de não ter sido nomeado para a câmara o bispo resignatário de Coimbra, futuro Cardeal Saraiva. Entrará bem mais tarde, não como bispo resignatário, mas por nomeação régia. Vide *Actas da Camara dos Pares*, 1842?,

¹⁶⁷ Consultem-se os respectivos decretos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.53.

D.Miguel C.A.P.M.
5º D.do Cadaval
+ Baía, Março de 1808

D.NUNO C.A.P.M.
1799-Paris, 1837
6ºD.do Cadaval

Membro do Cons.
de Regência em 1826

D.SIGESMUNDO C.A.P.M.
1805-1843

3ºDuque de Lafões
p/casam.com a D.de Lafões em 1819
Membro da delegação enviada a
D.Pedro, após a morte de D.João VI,
só regressando em Maio de 1827

D.JAIME C.A.P.M.
1800-Paris, 1843
Marquês Honorário

CARTA CONSTITUCIONAL
CARTAS RÉGIAS DE ABRIL DE 1826

Pres.da Câm.dos Pares

Em sua casa é assinado em 25 Abr.1828
a representação da nobreza do reino,
pedindo a D.Miguel que convoque as Cortes tradicionais

CORTES DE 1828

Min.Ass.ao Despacho
em 1828

ÉVORA MONTE

Exílio em França

D.Maria da Piedade
Duquesa do Cadaval

1843

00 7ºD.do Cadaval
p/cas.c/sua sobrinha

c.g.

D.Caetano Segismundo
de Bragança*, neto de 3º D.
tomará assento como sucessor
em 17 de Março de 1882

c.g.

O 8ºduque nasce e morre no exílio,
em França, nunca tomando assento
na Câmara

* 4º duque de Lafões *de jure*. Embora tivesse pago os direitos de encarte dos títulos da sua casa, nunca os usou na vigência da Monarquia constitucional.

C.A.P.M. = Caetano Álvares Pereira de Melo

Todos os filhos varões do 5º duque são criados pares do reino, sendo o Chefe da Casa nomeado Presidente da Câmara dos pares

Os três apresentam a Carta régia, e o 6º D.do Cadaval e o 3º D.de Lafões tomam assento na Câmara
Todos se pronunciam pela realza de D.Miguel quando das Cortes de 1828

A PRIMEIRA CASA DO REINO, A CASA CADAVAL, E O PARIATO¹⁶⁸

5. Que consagra, pois, globalmente o novo sistema da Câmara dos pares, na sua fisionomia original? Podem sistematizar-se as características:

a) em virtude da composição concreta que lhe é acordada, é uma câmara exclusivamente aristocrática, sendo apresentada pelos seus propugnadores, nomeadamente o outorgante e a regente sua representante, como a herdeira dos antigos braços do clero e da nobreza.

A este respeito são de sublinhar os seguintes aspectos:

- em termos numéricos, predomina de forma esmagadora a nobreza sobre o clero;

- a Câmara dos pares representa efectivamente, mais do que um reforço, a criação do poder político institucionalizado da nobreza e do clero, no concerto dos poderes do Estado;

- o pariato, na formulação da sua hereditariedade, concede a real independência da nobreza hereditária face ao monarca;

- a Carta não estabelece as regras da hereditariedade;

- a exclusividade da nobreza de sangue, ou mesmo a característica nobiliárquica da câmara, sendo elemento da filosofia do sistema, não é um dado constitucional. A câmara é, por conseguinte, legalmente passível de alargamento social por simples acto de nomeação régia;

- de facto, a representação por direito próprio do clero não resulta de norma constitucional, mas de lei ordinária, conquanto seja admissível tal dever-se a esquecimento do monarca na Carta. Refira-se, contudo, que até que esta disposição seja formalmente consagrada como constitucional por acto adicional à Carta, ela funciona, na realidade, como materialmente constitucional.

b) Sendo, embora, a forma de designação dos membros quádrupla, existe forte desigualdade entre o peso de cada sistema:

- a nomeação é, pela sua discricionária maleabilidade de intervenção, a predominante. A sua força é a única capaz de condicionar a independência de

¹⁶⁸ Sobre a Casa Cadaval vide J. VERISSIMO SERRÃO, *D.H.P.*, v.I, p.425-427, *vox* Cadaval, Casa de. Para os duques de Cadaval e de Lafões desta época vide JOÃO CARLOS F.C. DE CASTELLO BRANCO E TORRES e VISCONDE DE SANCHES DE BAËNA, *Memorias historico-genealogicas dos duques portugueses do século XIX*, Lisboa, 1883.

atitude da câmara; a nomeação dos membros entende-se hereditária e¹⁶⁹ vitalícia, nomeados pelo rei, e sem número determinado¹⁷⁰;

- se o peso da parte hereditária é, por ora, uma realidade temporalmente longínqua, o facto da garantia da sua vitaliciedade e transmissibilidade é desde logo uma garantia pessoal de independência, que, no fundo, malgrado a diversidade da *ratio* das duas realidades, pode aproximar a autovisão do par da do lorde no sentido de que este se representa a si próprio; tal visão tem, porém, duas fortes limitações: no plano pessoal, a exigência de que o par seja politicamente apenas par, isto é, a sua real independência pessoal face ao poder real e ao poder executivo, e no plano colectivo, a subentendida ameaça da fornada.

- a inerência resultante do direito próprio do episcopado do reino, se pode assumir o peso advindo da força da representação do clero numa nação de matriz católica, é, enquanto peso de contagem do voto escassa, uma vez que é limitada ao episcopado residente do reino. E podemos perguntar até que ponto a atribuição ao bispo duma fracção do poder legislativo não fará reflectir mais cuidadosamente o poder executivo nos aspectos profanos ao nomear os bispos.

- o direito próprio por nascimento tem um peso necessariamente muitíssimo escasso.¹⁷¹ O príncipe real e os infantes com a idade de 25 anos¹⁷², a existirem, realidade longínqua no momento da outorga, não serão nunca em grande quantidade, e, como a experiência o demonstrará, não estarão, pela natureza da sua posição, inclinados a desempenhar este papel.

c) é garantida uma supremacia absoluta do poder real sobre a composição da Câmara dos pares, que assim fica em posição de cumprir a sua missão de equilíbrio entre o conceito de soberania popular, representado pela câmara dos deputados, fruto da eleição, e a soberania tradicional, representada pelo monarca.¹⁷³

Essa supremacia do poder real manifesta-se pelos seguintes traços:

¹⁶⁹ Esta conjunção copulativa virá a suscitar sérios problemas, cfr. oportunamente referiremos.

¹⁷⁰ *Carta constitucional*, artº39º.

¹⁷¹ Sobre a composição da câmara vide *infra*.

¹⁷² *Carta constitucional*, artº40º.

¹⁷³ *Idem*, artº12º: "Os representantes da Nação são o Rei, e as Côrtes Geraes."

- o monarca tem plena liberdade de escolha dos pares, não tendo qualquer limite de número¹⁷⁴, categoria ou requisito, salvo a audição do Conselho de Estado, decorrente de se tratar de uma atribuição própria do poder moderador.¹⁷⁵

- os bispos são nomeados pelo poder executivo, do qual o rei é o chefe;¹⁷⁶

- o contrapeso que perante o poder real poderia resultar da hereditariedade é, contudo, anulável pela ameaça da transformação da câmara pela fornada, como referimos *supra*;

- o facto da Carta não atribuir ao rei poder de controle sobre os pares por direito de nascimento, como na Carta francesa¹⁷⁷, é insignificante dada a irrelevância destes.

d) a sujeição da Câmara dos pares, enquanto parte das Cortes, ao monarca, manifesta-se, ainda, quer no exercício das atribuições legislativas, quer no plano do funcionamento, dado que:

- os pares, em conjunto com os deputados, não podem impor a sua vontade ao monarca porque a sanção real é indispensável;

- o rei, para além de, enquanto chefe do poder executivo, convocar as novas Cortes ordinárias no dia dois de Março do quarto ano da legislatura existente no domínio europeu e no ano antecedente nos restantes domínios¹⁷⁸, pode, enquanto detentor do poder moderador, convocar as Cortes extraordinariamente nos intervalos das sessões, "quando assim o pede o Bem do Reino"¹⁷⁹, e prorrogar ou adiar, ou dissolver a Câmara dos deputados, nos casos em que o exija a salvação do Estado, se bem que convocando imediatamente outra que a substitua.¹⁸⁰

¹⁷⁴ Cfr. *idem*, art.º 74º §1º.

¹⁷⁵ Por força do art.º 110º.

¹⁷⁶ *Idem*, art.º 75º §2º. Obviamente que com o decorrer da monarquia constitucional o poder executivo se vai deslocando do monarca para o ministério.

¹⁷⁷ Vide *infra*.

¹⁷⁸ *Idem*, art. 75º §1º.

¹⁷⁹ *Idem*, art. 74º §2º.

¹⁸⁰ *Idem*, art. 74º §4º.

e) o funcionamento da Câmara dos pares está intimamente ligado ao da dos deputados, manifestando mesmo traço de dependência no caso de dissolução desta. Com efeito, as sessões da Câmara dos pares e as dos deputados deveriam desenrolar-se simultaneamente¹⁸¹, sendo ilícita e nula qualquer outra reunião que não se encontre prescrita pela Constituição.¹⁸²

Cada legislatura dura quatro anos e cada sessão anual três meses.¹⁸³

f) Existe, contudo, uma superioridade formal e de precedência dos pares sobre os deputados.

Nas Cortes, os pares têm a prerrogativa de sentar-se do lado direito¹⁸⁴, assim como o tratamento de *Dignos*, bem mais sonante que o de *Senhores* dos deputados.¹⁸⁵ E a superioridade do estatuto formal fica sublinhada pelo facto de a presidência das Cortes estar assegurada pelo presidente da Câmara dos pares¹⁸⁶, e de ser nas mãos deste, reunidas ambas as câmaras, que o rei, antes de ser aclamado, presta juramento¹⁸⁷.

g) As atribuições desenvolvem-se em três vectores:

- face ao poder moderador, convoca as Cortes aquando da morte do Rei, com vista à eleição da regência, nos casos em que tal se imponha, quando a regência provisória o não faça¹⁸⁸;

- a sua função legislativa atribui-lhe a iniciativa, a oposição e a aprovação dos projectos de lei, em pé de equiparidade com a câmara dos deputados¹⁸⁹;

- no quadro da sua função judiciária, só a câmara pode conhecer dos delitos individuais cometidos pelos membros da Família real, pelos ministros de

¹⁸¹ *Idem*, art.43º.

¹⁸² *Idem*, art.44º.

¹⁸³ *Idem*, art.41º §§1º e 2º.

¹⁸⁴ *Idem*, art.19º.

¹⁸⁵ *Idem*, art.16º.

¹⁸⁶ *Idem*, art.22º.

¹⁸⁷ *Idem*, *Idem*, art.76º.

¹⁸⁸ *Idem*, art.41º§3º.

¹⁸⁹ *Idem*, art.45º.

Estado, pelos conselheiros de Estado¹⁹⁰, e pelos pares, assim como os delitos dos deputados no decurso da legislatura, bem como a responsabilidade dos secretários e conselheiros de Estado¹⁹¹;

A estas atribuições próprias da câmara, é, evidentemente, necessário acrescentar a participação nas Cortes, cujas competências respectivas se acham prescritas no artigo 15º da Carta.

§ 2º O QUADRO DOS GRANDES DO REINO

1. Os grandes traços da formação e das carreiras; 2. os *curricula* do pariato de 26.

1. Um aspecto que merece uma breve referência é o da formação e dos cargos dos *Grandes*, de cujas fileiras saíram os pares, aspecto que o liberalismo nascente ataca frequentemente.

Quanto à formação dos *Grandes* considera em tese dedicada ao tema *A Casa e o Património dos Grandes Portugueses (1750-1832)*¹⁹², Nuno Monteiro¹⁹³ que

"[...] falhou completamente a tentativa pombalina de os canalizar para o Colégio dos Nobres. [...] só uma pequena minoria dos filhos dos Grandes por lá passou, e uma parcela ainda mais reduzida de primogénitos: de entre os 71

¹⁹⁰ Segundo o art.37º, é atribuição privativa da câmara dos deputados decretar o momento em que a acusação dos Ministros e Conselheiros de Estado tem lugar.

¹⁹¹ *Idem*, art.41º§§1º e 2º.

¹⁹² NUNO GONÇALO PIMENTA DE FREITAS MONTEIRO, Lisboa, 1995. policopiado.

¹⁹³ *Op.cit.*, p.676-678.

senhores de casas nascidos depois de 1750 abrangidos pela "população primária" [analisada] apenas 6 passaram pela referida instituição pombalina.

Quanto a Coimbra e à Universidade, podemos afirmar sem margem para dúvidas que os únicos titulares das casas aqui consideradas que por aí passaram eram filhos secundogénitos que à data ainda não se presumia que viessem a suceder nas casas. Aliás [...] a frequência dos colégios reais e das classes em Coimbra era apanágio exclusivo de filhos não sucessores, destinados à carreira eclesiástica. Os primogénitos estavam taxativamente excluídos de tal destino. Nada a esse respeito se modificou até 1834.

Pelo que se conhece, terá sido nula a sua participação nas academias militares, criadas no reinado de D. Maria I. Em compensação, sabe-se que alguns terão já passado pelo Colégio da Feitoria, criado em 1803, e denominado oficialmente Colégio Real Militar desde 1814.

Em conclusão, se os percursos educacionais dos filhos secundogénitos parecem ter sofrido uma visível alteração depois de meados de setecentos, já o mesmo não se pode dizer dos primogénitos dos Grandes. O essencial permaneceu: educação doméstica, seguida do ingresso na instituição militar em idade precoce, na maior parte dos casos. Isto, na mesma altura em que, nas principais monarquias da Europa ilustrada, os sucessores das primeiras nobrezas respectivas passavam maioritariamente e crescentemente pela socialização dos colégios, das escolas militares ou das academias. E, no caso singular da Inglaterra, chegavam até a ter predominantemente a frequência universitária."

A esta formação sucedia-se geralmente a carreira militar¹⁹⁴:

"[...] pode-se afirmar que mais de dois terços dos Grandes desempenharam funções na tropa de 1ª linha. Era essa a sua vocação essencial, o seu indelével terreno de eleição, tantas vezes recordado na literatura panegírica sobre eles produzida. Maioritariamente, começavam a servir com o pai ou com um parente quando estes governavam uma praça ou província. Mais tarde, passaram a ingressar como cadetes no exército, independentemente dessa vinculação. Outros possíveis destinos para os primogénitos eram, de facto, uma excepção à regra, que quase carecia de justificação, tal como ressalta das palavras escritas pelo 1º Marquês de Valença para o seu filho mais velho: "não vos coube em sorte o exercício das armas, senão o estudo das letras: contentaivos, porque nem as repúblicas se podem perpetuar sem soldados na campanha, nem sem eruditos nos tribunais". O aspecto interessante nesse terreno é o facto de [...] daqueles que nasceram depois de 1750, essa opção bélica se ter acentuado, situando-se na casa dos 90%, ou seja, precisamente no período posterior às célebres reformas do Conde de Lippe, a vocação militar dos Grandes torna-se ainda mais esmagadora, a ponto de corresponder à quase totalidade dos mesmos."

Tomando por base 60 casas titulares, andariam¹⁹⁵ pelas seguintes percentagens as carreiras no período 1750-1830:

- sem serviços conhecidos 7% ¹⁹⁶
- com serviços militares em tropa de primeira linha 89%
- cargos militares superiores e/ou governos das províncias no reino de Portugal, ou de territórios e praças nas colónias 32 % ¹⁹⁷
- officios da casa real 61%
- participação em conselhos da monarquia 21%
- secretários de estado 14 % ¹⁹⁸
- cargos diplomáticos 11%
- governos coloniais 8% ¹⁹⁹
- participações nas Academias da monarquia (Real da História e das Ciências) 7% ²⁰⁰

¹⁹⁴ Segundo o mesmo autor, p.682-683,

¹⁹⁵ O próprio autor adverte para a relativa fiabilidade dos resultados obtidos, baseados quase exclusivamente em fontes impressas.

¹⁹⁶ Considera NUNO MONTEIRO, *op.cit.*, p.682, que "na sua maioria, trata-se de titulares ou presuntivos sucessores que faleceram precocemente, com raríssimas exceções."

¹⁹⁷ Escreve NUNO MONTEIRO, *op.cit.*, p.683: "sempre mais de um terço dos Grandes atingiu o cume da hierarquia militar. [...] [Face aos períodos anteriores, no de 1750-1830] aumenta, de forma notável a percentagem e até o número absoluto daqueles que nunca passaram de capitão, tenente coronel ou coronel."

¹⁹⁸ NUNO MONTEIRO, *op.cit.*, p.684: "o que os números reflectem é o declínio da importância dos conselhos e tribunais na última fase do Antigo Regime, em favor do governo (secretarias de estado), bem como da participação dos senhores de casas nos mesmos. Ao invés, uma percentagem apesar de tudo não irrelevante integrou os governos da monarquia na última fase do Antigo Regime."

¹⁹⁹ NUNO MONTEIRO, *op.cit.*, p.685, comenta: "Decisivos [no acrescentamento de várias casas] foram os governos coloniais. A quebra na fase posterior a 1750 reflecte, em boa medida, o desaparecimento do título vice-reinal na Índia depois de 1765 e o facto de, quando foi restabelecido no início de oitocentos, já não ter voltado a ser desempenhado por nenhum primogénito de Grande antigo."

²⁰⁰ Segundo o autor que temos vindo a citar: "enquanto no Portugal barroco muitos Grandes pontificavam no interior da elite culta da época, é notório que nos finais do Antigo Regime poucos foram os titulares antigos reputados como personagens de elevada cultura, ao ponto da sua "geral ignorância" se ter transformado num tema recorrente do discurso político da revolução liberal. Mais um aspecto em que a realidade portuguesa parece contrastar com os padrões mais comuns da Europa do tempo. Tanto mais que parece ter sido bastante reduzida a participação dos representantes das casas antigas com Grandeza nas lojas maçónicas, tantas vezes identificadas com a difusão da cultura das luzes."

2. Em relação especificamente aos pares nomeados em 1826, são de reter algumas dados.

Quanto às idades, no momento da abertura das Cortes constata-se que

- dez dos pares não têm a idade mínima para tomar assento na Câmara dos pares. O mais novo dos pares nomeados é o conde de Resende, que não ultrapassa os 6 anos, logo seguido do conde da Ribeira Grande que conta com mais um ano.

- dezanove dos pares já atingiram os 50 anos, dos quais 6 já ultrapassam os 70 anos, sendo o par mais idoso o conde de Bobadela com 82 anos.

Quanto às vidas dos títulos, embora este dado seja relativo, 24 utilizam-no em primeira vida. Apenas 19 dos pares se encontram pelo menos na 5ª vida do título na sua família, dos quais 11 pelo menos na 7ª vida. A estes há que acrescentar sete que têm outros títulos, que não aquele por que são chamados, com pelo menos 7 vidas. O marquês de Niza e o conde da Feira são os únicos a atingir a 9ª vida. Recorde-se porém que o 3º marquês de Ponte Lima é 17º visconde de Vila Nova de Cerveira.

PARES E DATA DE POSSE		CARGOS DESEMPENHADOS ATÉ ABRIL 1826
6ºD. Cadaval 31.Out.26	1799-1837	A F.R.-BRASIL. Membro da regência nomeada em por D.João VI em 6 Mar.1826
3ºD. Lafões, 5ºM.Arranches, 1800- 18		Sócio honorário da Acad.das Ciências, faz parte da comissão que vai ao Rio comunicar a morte de D.João VI a D.Pedro
7ºC.Miranda do Corvo 4.Jan.28		
3ºM. Abrantes 31.Out.26	1763-1828	Pres.do conselho da Regência em 1807. Prisioneiro dos franceses até ao final das guerras napoleónicas
5ºM. Alegrete 31 Out.26	1775-1828	Coronel em 1804. A F.R.-BRASIL. Oficial general. Governador da província de S.Paulo e depois do Rio Grande do Sul. Conselheiro da guerra em 1818. Acompanha D.João VI no seu regresso
3ºM. Alvito 7 Nov.26.	1769-1844	

6ºM. Angeja N[29.Nov.26]£	1788-1827	Distingue-se na guerra peninsular atingindo o posto de coronel. Passa ao BRASIL, onde foi nomeado brigadeiro. Governador e capitão general da Baía de 1814 a 1819, tendo sido elevado em 1815 a marechal de campo. Regressando com a família real é nomeado governador de armas do Algarve.
2ºM. Bellas 31 Out.26	1785-1834	A F.R.-BRASIL. Major de cavalaria de linha do Brasil em 1808. Coronel e ajudante de ordens do governador das armas do Rio de Janeiro em 1812. Coronel efectivo em 1816. Em 1821 acompanha o féretro da Rainha D.Maria I para Lisboa
2ºM. Borba 31 Out.26	1776-1834	Oficial de cavalaria. Governador do reino na ausência da Família Real no Brasil
3ºM. Castelo Melhor N[9.Dez.26]	1783-1827	Sargento-mor de infantaria em 1811. Embaixador extraordinário a Madrid, em 1814, para felicitar Fernando VII pelo seu regresso
1ºM. Chaves N	1784-1830	Major em 1808, faz a guerra peninsular no posto de coronel. Brigadeiro em 1815. Governador da praça de Valença em 1819. Marechal de campo em 1820. Chefia a revolta das tropas em Trás-os-Montes' em 1823. Tenente general em 1823. Conselheiro de guerra em 1824
7ºM. Front.e 5º M.Alorna 5.Jan.28	1802-1881	Alferes em 1820. Ajudante de campo de Saldanha após a revolução liberal.
3ºM. Lavradio e 6ºC.Avintes 31 Out.26	1756-1833	
2ºM. Loulé e 9º C.Val dos Reis 16 Ago,34/I.	1804-1875	Requentou o Colégio militar. Alferes em 1821. Ajudante de ordens de D.Miguel aquando da Vilafrancada.
4ºM Louriçal 31 Out.26		Capitão de Infantaria e ajudante do governador de armas da corte e províncias da Estremadura, em 1809, ajudante do duque de Lafões, marechal do exército, e em 1816 major do Estado_ aior de que pede a demissão em 1820
9ºM. Niza, 14ºC.Vidi- gueira, 9ºC. Unhão, 12º almirante do mar das Índias 11 Jul.42/I.	1817-1873	
2ºM. Olhão, 2º C.Castro Marim 31 Out.26	1784-1844	deputado da Junta dos Três estados, presidente do Senado da Câmara de Lisboa, capitão de infantaria.
1ºM. Palmela 16.Ago.34º	1781-1850	Estuda num colégio de Genebra e depois na Universidade de Coimbra. Assenta praça em 1796. Capitão e ajudante de campo do duque de Lafões em 1797. Conselheiro da embaixada pontificia em 1802 junto do embaixador-seu Pai. Por morte deste encarregado de negócios junto da Cúria. Convive com grandes figuras literárias da época. Major e ajudante de ordens do cor.Trant na Guerra peninsular. Ministro plenipotenciário em Cádiz em 1810.1ºC.Palmela em 1812. Embaixador em Londres em 1812. Representa Portugal no Congresso de Viena em 1815. Ministro em Paris para tratar do litígio com a Espanha do Rio da Prata. Ministro dos negócios estrangeiros em 1817. Presidente da comissão encarregada de elaborar uma constituição, em 1823, e por essa ocasião elevado a marquês. Em 1825 ocupa de novo a embaixada de Londres.
4ºM. Penalva, 1ººC.Tarouca N /I.	1813-1893	
4ºM. Pombal, 4º C.Oeiras, 2ºC.Redinha 31.Out.26	1785-1854	Alferes de caçadores na Guerra peninsular
3ºM. Ponte de Lima, 17º VC.Vila Nova de Cerveira 16.Ago.34/I.	1807-1877	
2ºM. Sabugosa, 8ºC. São Lourenço 31.Out.26	1763-1839	Cadete em 1780 no regimento de cavalaria 4. Tenente coronel em 1797. Governador e capitão general do Açores de 1895 a 1806. Brigadeiro em 1808. Comandante das Armas da Beira. Marechal de campo em 1810 e tenente general em 1815.
4ºM. Tancos, 9ºC.Atalaia 31.Out.26	1775 -1833	Oficial. Sócio honorário da Academia das Ciências
1ºM. Torres Novas,	1776-18..	

7°C. Valadares 31.Out.26		
3ºM. Vagos, 7º C.Aveiras ²⁰¹	1793-1834	Oficial de infantaria
31.Out.26		
5ºM. Valença, 12º C.Vimioso	1780-1840	Cadete em 1796, capitão em 1797, coronel em 1820
13.Nov.26		
1ºM. Valada, 1ºC.Caparica	1754-1834	
31.Out.26		
1ºM.antes 1º C.de Viana	1783-1831	Oficial de marinha, comanda a fragata Urânia, quando da ida da família real para o Brsail. Comanda uma pequena esquadra em 1817, duarante a guerra de Montevideu. Em 1821 comanda a esquadra em que D.Joao VI regressa ao reino. Vice-almirante em 1821.
31.Out.26		
M. D.Jaime A.P.M. ²⁰²		
N[7.Dez.26]/I		
2ºC. Almada	1801-1834	Frequentou o Colégio militar. Em 1821 é tenente.
23 Nov.26		
2ºC. ²⁰³ Alva	1783-1850	Serviu durante a guerra peninsular. Brigadeiro em 1820. Comandante de Cavalaria 2 e Governador de Armas do Algarve
3 Jan.28		
3ºC. Anadia	1781-1859	Membro do Conselho Ultramarino e Desembargador da Casa da Suplicação
31.Out.26		
7.Jan.50 ²⁰⁴		
8ºC. Arcos	1771-1828	15º e último vice-rei do Brasil de 1806 a 1808. Governador geral da capitania da Baía de 1809 a 1818. Ministro da Marinha em 1817, Presidente do ministério sob a regência de D.Pedro em 1821. Membro da Junta do governo do Reino por decreto de 5 de Março de 1826
31.Out.26		
1ºC. ²⁰⁵ e 6º VC.Barbacena	1754-1830	Formado em direito e filosofia por Coimbra. Doutor por Coimbra, é um dos fundadores da Acad.das Ciências. Governador e capitão general de Minas Gerais, sendo no seu tempo que se dá a <i>Inconfidência Mineira</i> . Membro da deputação enviada a França por Junot.
N[22.Dez.26]		
1ºC. Belmonte	1767-1830	
31.Out.26		
3ºC. Bobadela	1744-1831	Capitão de cavalaria na Guerra peninsular
N[22.Dez.26]		
1ºC. Carvalhaes	1779-1854	
31.Out.26		
1ºC. Ceia	1788-1848	Major-general da esquadra que trouxe do Brasil a família real.
31.Out.26		
1ºC. Cintra	1784-1861	Tenente de cavalaria em 1817, com graduação de sargento-mór em 1821
N[9.Jan.27]		
4ºC. Cunha	1793-1867	Cadete em 1812. Tenente em 1814. Coronel comandante do regimento de Milícias de Lisboa Oriental. Em virtude de acusações dos seus oficiais e de subseqüentes averiguações mandadas fazer pelo conde de Alhandra, é reformado em 1825
31.Out.26		
4ºC. Ega	1794-1855	Cadete em 1802. Alferes em 1805, tendo tido depois uma carreira .

²⁰¹ Por casamento. Era filho dos 9ºconde dos Arcos.

²⁰² Virá a ser o 7º duque de Cadaval pelo casamento com sua sobrinha.

²⁰³ 2º conde na sua família. Anteriormente houve um conde de Alva da Casa Fronteira. Foi elevado a M.de Santa Iria em 1833. Não confundir com seu filho D.Vicente (1805-1868), agraciado com o título de conde de Alva em 1815, que emigra para Paris em 1828, onde será adido de legação de 1 de Agosto de 1830 a 4 de Junho de 1833, ao serviço da causa liberal.

²⁰⁴ Tendo sido excluído da Câmara dos pares, foi-lhe depois concedida nova carta régia.

²⁰⁵ Não confundir nem com:

- o 2º conde de Barbacena, seu filho, que já tem o título de 2ºconde desde Out.1816, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros depois do regresso de D.João VI do Brasil e que viria a ser chefe do Estado Maior das forças miguelistas de 1828 a 1834; nem com o
- marquês de Barbacena (título brasileiro), Felisberto Caldeira Brant Pontes, a que aludimos oportunamente

31.Out.26 9 ^o C. ²⁰⁶ Feira N	17 - 1827	atribulada Capitão em 1791. Ajudante de ordens do gen.Forbes na campanha do Rossilhão. Nomeado em 1800 governador e capitão general do Pará, cargos que não chega a exercer. Quartel-mestre general às ordens de Brigadeiro em 1806. Secretário de Estado da Marinha em 18 ^o 7-1808 e 1808-1809. Ministro dos Estrangeiros, primeiro interino 1807-1808 e depois efectivo em 1808 e 1809 a 1810. Tenente-general. Membro da regência durante a ausência de D.João VI
3 ^o C. Ficalho 16.Ago.34/I.	1806- 1893	
1 ^o C. Figueira 31 Out.26	1788-1872	Governador e capitão general do Rio Grande do Sul
1 ^o C. Funchal N[14.Mar.27]	1760-1833	Formado em leis pela Universidade de Coimbra. Enviado diplomático na corte da Dinamarca em 1788, depois representante de Portugal em Turim e em Roma, e por fim embaixador em Londres. Autor de numerosos opúsculos políticos.
7 ^o C. Galveias 31.Out.26	1795-1871	Major de cavalaria. Condecorado na campanha do Rio da Prata.
1 ^o C. Lapa, 2 ^o VC.Lapa e 3 ^o B.Moçamedes 31.Out.26	1784 -1832	Membro do Conselho ultramarino, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em S.Petersburgo em 1818, comissário para a conclusão do tratado de comércio com os EUA em 1822, sócio da Acad.das Ciências em 1812.
2 ^o C. Linhares 31.Out.26	1790-1857	
3 ^o C. Lousã 31.Out.26	1788-1878	Tenente-coronel de cavalaria, deputado da Junta dos três Estados, presidente do Real Erário em 1821
4 ^o C. Lumiares 16 Nov.26	1788-1849	2 ^o tenente na Marinha em 1807. Faz as campanhas da Guerra peninsular, chegando já em 1826 a brigadeiro
1 ^o C.e 3 ^o VC.Mesquitela 31.Out.26	1780-1853	
1 ^o C. Murça 9.Jan.28	1736-1836	Governador e capitão-general de Angola de 1795 a 1800. Governador de Pernambuco. Governador e capitão-geral dos Açores durante a Guerra peninsular. Membro da comissão criada em 1823 para elaborar um projecto de Constituição. Em 1825, ministro da Fazenda e interino dos Negócios Estrangeiros e presidente do Real Erário
5 ^o C.Obidos, 5 ^o C.Sabugal e 5 ^o C.Palma 29 Nov.26	1778-1839	Dotado de grande erudição. Integrou a Legião Portuguesa, ajudante de campo do marechal Oudinot. Abandonando as tropas francesas vem-se apresentar em Portugal mas é destruido para a ilha de S.Miguel.
7 ^o C. Oriola N[12.Jan.27]L	1772-1846	Enviado especial e ministro plenipotenciário junto à corte de Estocolmo o e mais tarde ao Congresso de Viena em 1815, ministro de Portugal em Berlim e embaixador extraordinário a Paris para a coroação de Carlos X
1 ^o C. Paraty 31 Out.26	1784-1849	Coronel de cavalaria, Conselheiro da Fazenda no Rio de Janeiro, em 1818 e depois na metrópole em 1823. Deputado da Junta dos três estados, deputado da Junta de administração do Tabaco.
1 ^o C. Penafiel 3 Jan.28	1782-1859	
1 ^o C. Peniche N	1753-1829	
7 ^o C. Ponte 11 Nov.26	1797-1852	Coronel de cavalaria, governador e capitão-general do Pará em 1820, cargo que não chega a ocupar dada o movimeto separatista do Brasil
1 ^o C. Porto Santo 18 Nov.26	1777-1837	Governador e capitão-general do Maranhão em 1802 e de Angola em 1805, Representante de Portugal no Congresso de Viena em 1815, Ministro junto do czar em 1815. Ministro em Madrid em 1820. Embaixador em Madrid em 1823. Embaixador junto do czar em 1823. Min.e sec.de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 1825.
1 ^o C. Povia, 1 ^o B.Teixeira	1774-1833	Comissário geral dos fornecimentos do exército em 1800, empresta 2

²⁰⁶ Embora seja de facto 9^o conde, o título tinha sido dado como vago pela morte do 8^o conde em 15 de Janeiro de 1700. É por carta de 18 de Maio de 1820 que D.João VI concede a este bisneto dum parente do último conde da Feira o título. Na prática é como se fosse um novo título de 1^o geração.

31 Out.26		milhões de cruzados ao Estado na Guerra peninsular , ministro da Fazenda em 1823, presidente do Real Erário até 1825
4°C. Rezende 20 Abr.50/I.	1820-1845	
8°C. Ribeira Grande 20 Nov.43/I.	1819-1872	
3°C. Rio Maior 5.Jan.36/I.	1811-1872	
1°C. Rio Pardo 31.Out.26	1755-1829	Vice-rei da Índia por nomeação de 4 de Março de 1816, sendo deposto em 1821 na sequência de motins cuasados pela chegada da notícia da revolução de 1820. Conselheiro da Guerra em 1824. Presidente do Conselho ultramarino em 1825.
6°C. S.Miguel 31 Out.26	1771-1850	Alferes em 1791, tenente em 1794, major de infantaria, ajudante de campo do marcehal-general duque de Lafões em 1799, tenente-coronel em 1805, coronel e comandante da Legião portuguesa em 1812, fazendo a campanha da Rússia, sendo consequentemente privado dos títulos e condenado à morte, sentença que foi revogada.
3°C. Sampaio ²⁰⁷ 31.Out.26	1762-1841	
8°C. S.Vicente N[28.Nov.26]	1807-1835	Capitão de milícias de Lisboa Ocidental em 14 Dez.1825
7°C. Soure N	1798-1838	
1°C. Taipa 31.Out.26	1794-1866	Cadete em 1811. Tenente em 1812. Capitão em 1813. Passando ao, exército do Brasil é major em 1815 e tenente coronel em 1817. De novo no Reino é feito coronel em 1823 e comandante de cavalaria 7 Participa na Vilafrancada. Em 1825, na sequência dum processo de que sai ilibado é obrigado a abandonar o comando.
7°C. ²⁰⁸ Vila Flor 13.Nov.26	1792-1860	Alferes em 1807. Tenente em 1809. Capitão em 1811. Ajudante de Beresford em 1813. Coronel em 1815. Governador e capitão general do Pará em 1817. Marechal de campo em 1819. Governador e capitão general da Baía em 1820. Ajudante do infante D.Miguel em 1823. Escolhido então para ir a Espanha cumprimentar o duque de Angoulême Licenciado em direito pela Univ.de Gotinga. Faz as campanhas de 1808 e 1809, tendo sido ajudante do marechal Beresford. Tenente-coronel em 1813. Conselheiro da embaixada em Londres em 1814. Ministro plenipotenciário em Madrid de 1814 a 1820. Adere à Vilafrancada. Brigadeiro e conde de Vila Real em 1823.
1°C. Vila Real 23.Nov.26	1785-1855	Ajudante de campo de Freire de Andrade na Legião portuguesa, fazendo a campanha da Rússia em 1812. Fugiu para Portugal, mas foi preso, sendo depois ilibado, e ingressando no exército no Brasil..
6°V. Asseca N[22.Dez.26]	1786-1844	Bacharel em filosofia pela Univ.de Coimbra, Guarda mor ta Torre do Tombo em 1803, executor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, inspector da Agricultura do Reino, sócio efectivo da Academia das Ciências. Atingiu o posto de tenente-coronel de cavalaria.
2°V. Balsemão 14 Nov.26	1774-1832	

A F.R.-BRASIL = Acompanha a Família Real ao Brasil
Em itálico os menores em 1826

CURRICULA DOS PARES NOMEADOS EM 1826

²⁰⁷ 1º marquês de Sampaio em 1 de Dezembro de 1834. Não confundir este, Antonio, com seu filho Manuel, que também usa o título de conde de Sampaio e que sucederá em 1842 a seu pai como par, intitulado-se então 2ºmarquês de Sampaio.

²⁰⁸ Depois 1º e único marquês de Vila Flor, e 1ºduque da Terceira em 8 de Novembro de 1832.

**CAPÍTULO IV. DO JURAMENTO DA CARTA À
INSTALAÇÃO DA CÂMARA DOS PARES
(31 de Julho - 30 de Outubro de 1826)**

- § 1º. O Juramento da Carta (31 de Julho)
- § 2º. A Regência Individual da Infanta D. Isabel Maria Confrontada com as Sublevações contra a Carta (*post* 1 de Agosto)
- § 3º. O Juízo da Imprensa e da Literatura Política Sobre o Modelo Bicameral.
- § 4º. Etiqueta e Pariato na Preparação das Cortes
- § 5º. Nos Bastidores de Viena

**§ 1º. O JURAMENTO DA CARTA
(31 de Julho)**

1. O juramento da Carta no palácio da Ajuda; 2. o juramento de D. Miguel I pelo Regimento de cavalaria nº2, em Vila Viçosa.

1. A 31 de Julho a Carta é jurada no Palácio da Ajuda²⁰⁹, primeiro pela infanta regente e pelos membros do governo, vários dos quais são pares nomeados: cardeal

²⁰⁹ Consulte-se o *Programa do juramento da Carta constitucional, de 21 de Julho de 1826*. Vide, também, JOSÉ LUCAS CORDEIRO, *Relação dos festejos que tiveram lugar em Lisboa nos memoráveis dias 31 de Julho, 1, 2, etc. de Agosto de 1826*, Lisboa, 1826.

patriarca, duque de Cadaval, marquês de Valada, conde dos Arcos, conde de Barbacena, Francisco. Seguem-se depois o juramento das restantes pessoas convocadas em que participa a alta nobreza²¹⁰, e consequentemente o pariato designado, cerimónia de juramento que se repetiu nas cidades e vilas do reino.

Duque: Cadaval

Marqueses: Abrantes, Alegrete*, Belas, Borba, Castelo Melhor*, Lavradio*, Loulé*, Lourçal, Olhão, Penalva, Pombal, Ponte de Lima, Sabugosa, Tancos, Torres Novas, Vagos, Valada, Valença, Viana, Vila Real, marquês honorário D.Jayme de Melo*

Condes: Almada, Alva, Arcos, Atalaia, Barbacena, Belmonte, Bobadela*, Castro Marim, Cavalhaes*, Ega, Ficalho, Figueira, Galvêas, Lapa, Linhares, Lousã, Lumiares, Mesquitela, Murça, Óbidos, Paraty, Peniche*, Pombeiro, Ponte, Porto Santo, Povia, Povolide, Redinha, Redondo, Rio Pardo, Sampaio, Sintra, S.Miguel, S.Vicente*, Valadares ,

Visconde com grandeza: Asseca*

* Por procuração.

PARES NOMEADOS QUE JURAM A CARTA EM 31 DE JULHO

Na prática, quase todo o pariato designado presta juramento da carta. Vários dos nomes que faltam têm justificação. O duque de Lafões está ausente em virtude da missão a que fora enviado ao Brasil. Vários dos que faltam, estão no estrangeiro, mas aí jurarão a Carta. Na legação de Paris fazem-no no dia 14 de Agosto o marquês da Fronteira, e os condes de Vila Flor, de Penafiel e de Suberra²¹¹.

²¹⁰ Participam a infanta, membros do governo, ministros e secretários de Estado, e pelos titulares e mais pessoas que frequentavam a corte.

²¹¹ Cfr. *Gazeta de Lisboa*, nº206, de 2 de Setembro de 1826, p.829.

2. No mesmo dia, o brigadeiro Magessi fazia aclamar D.Miguel como rei de Portugal, no terreiro do Paço de Vila Viçosa, pelo Regimento de cavalaria nº2. A aclamação é secundada pelo bispo do isento de Vila Viçosa, um dos novos pares eclesiásticos, e pelas câmaras de Alhandroal e Vila Viçosa, e o movimento só não viria a alastrar dada a intervenção militar do conde de Alva e pela resistência que opôs o marechal de campo Caula, liberal decidido, recentemente nomeado governador da praça de Elvas.²¹²

§ 2º. A REGÊNCIA INDIVIDUAL DA INFANTA D.ISABEL MARIA
CONFRONTADA COM AS SUBLEVAÇÕES CONTRA A CARTA
(Post 1 de Agosto)

1. A institucionalização do regime: 1.1. a regência individual de D.Isabel Maria e o novo governo (1 de Agosto); 1.2. a nomeação do Conselho de Estado nos termos do art.107º da Carta; 1.3. a convocação das Cortes; 2. as declarações do agora par bispo da Guarda, 3. a agitação peninsular em Agosto e Setembro; 4. *O Amigo da Carta* face à situação; 5. a posição cartista de dois pares eclesiásticos: o patriarca e o arcebispo de Braga; 6. remodelação governamental; 7. recusa do encarregado de negócios em Madrid de jurar a Carta; o par conde de Vila Real enviado em missão diplomática a Madrid, onde chega a 5 de Setembro; 8. a divisão realista de Além Tejo e o seu juramento a D.Miguel; 9. a imprensa; 10. o juramento da Carta por D.Miguel em Viena; 11. as eleições para deputados no início de Outubro; 12. nos arraiais miguelistas, em Outubro: o apelo da infanta D.Maria Teresa a seu irmão D.Miguel, a sublevação no Algarve e a posição da rainha D.Carlotia Joaquina.

1. Jurada a Carta, adoptam-se os procedimentos constitucionais nela previstos, com vista a institucionalizar o novo regime.

²¹² Cfr. carta subscrita pelo brigadeiro general António Tavares Magessi e outros oficiais, datada de Villa Nova de la Sereña, 18 de Agosto de 1826.

1.1. Logo no dia seguinte, 1 de Agosto, D.Isabel Maria assume a regência individual, nos termos estabelecidos no art.92º da Carta²¹³, e faz uma proclamação²¹⁴, aliás redigida por Abrantes e Castro²¹⁵.

De imediato, dado que o governo, adverso à Carta, pedira a demissão, a agora titular exclusiva da regência, constitui novo governo²¹⁶ de tendência liberal, no qual entra para a pasta da guerra Saldanha, governo que desagrade aos realistas que vão iniciar levantamentos. Repare-se que, ao contrário do antigo poder estabelecido, não existe neste novo elenco nem um dos pares do reino nomeados por D.Pedro.

Já no dia 2 se subleva, por iniciativa do brigadeiro Magessi, parte da cavalaria 2 de Vila Viçosa e Infantaria 17 de Estremoz, que se internam em Espanha.

1.2. De imediato são também nomeados membros para o novo Conselho de Estado, instituído pelo artº. 107º da Carta²¹⁷, passando os antigos conselheiros a honorários. Dentre os nomeados encontram-se os designados presidente e vice presidente da Câmara dos Pares.

²¹³ Jurada a Carta, dissolvera-se a regência e D.Isabel Maria assumira as funções que lhe conferia o art.92º da Carta. Atente-se ao problema da natureza da regência da Infanta D.Isabel Maria, como delegação e não por menoridade do rei nos termos da Carta.

Para o problema da regência vide B.J.ABRANTES E CASTRO, *Lettre du conseiller Abrantés à Sir William A'court, sur la régence du Portugal et l'autorité de Don Pèdre IV, en sa double qualité de roi de Portugal et de père de Dona Maria II, fidèlement traduite de l'original portugais publié à Londres*, Paris, 1827. Extracto do original português in S.CLEMENTE, *D.H.C.P.*, t.III, p.778 e in *A Carta e a reacção*, cit., p.245-254, maxime como conclusão p.254.

Vide também ANTONIO VIANA, *A Carta e a reacção*, Lisboa, 1958, p.33.

²¹⁴ Vide a *Proclamação* de D.Isabel Maria agora como regente em nome da Carta, datada de 1 de Agosto de 1826 in *Gazeta de Lisboa*, nº178, de 1 de Agosto de 1826, p.713. Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.104.

²¹⁵ Cfr. o depoimento do mesmo em carta *supra cit.* de 5 de Julho de 1827 a Sir William A'Court, p.253.

²¹⁶ Constituído por Trigosos de Aragão Morato, no reino; Melo Breyner, até à sua chegada de Paris substituído por José António Guerreiro e depois por Gouveia Durão, no reino; Hermano Braamcamp, barão do Sobral, na Fazenda; D.Francisco de Almeida Portugal, depois conde do Lavradio, nos Estrangeiros; Costa Quintela, na Marinha; e Saldanha, na Guerra. Cfr. *Gazeta de Lisboa*, de 4 de Agosto de 1826.

²¹⁷ A respeito do Conselho de Estado estabelecido na Carta vide LOPES PRAÇA, *Direito constitucional portuguez*, 2ª parte, v.II, Coimbra, 1880, p.165-178.

Cardeal Patriarca	Vice-presidente da Câmara dos pares
Duque de Cadaval	Presidente da Câmara dos pares
Pedro de Mello Breyner	ministro da Justiça
Inácio da Costa Quintela	ministro da Marinha
Carlos Frederico de Caula	marechal de campo
A negrito, os pares.	

OS PARES DENTRE OS NOVOS CONSELHEIROS DE ESTADO

1.3. A 10 são publicadas as disposições, datadas de 7, e redigidas pelo novo ministro do reino, Trigoso de Aragão Morato, para a convocação das Cortes²¹⁸, sendo estabelecidas eleições indirectas e efectuadas nas assembleias paroquiais.

2. Entretanto, a 2 de Agosto, o bispo da Guarda, D.Fr.Carlos de S.José Azevedo²¹⁹, faz contudentes declarações:²²⁰

"Pelas presentes faço saber, a fim de constar onde melhor convier, que, tendo de prestar, em virtude de positivas ordens do governo, juramento formal de guardar e fazer guardar a carta constitucional, decretada e mandada observar em toda a monarchia portugueza por sua magestade imperial o senhor D.Pedro, imperador do Brazil, para que d'este meu juramento em tempo algum possa deduzir-se por ignorancia ou por malicia o que nunca foi da minha intenção, ou tirarem-se conclusões sinistras, com que se pretenda provar que reconheci a legalidade da mencionada carta e a legitimidade da sua origem, approvando-a extensivamente em todos e cada um dos seus artigos, em manifesto detrimento da única verdadeira religião, a catholica apostolica romana, e formal contravenção e desprezo das antigas leis fundamentaes, por que há tantos seculos se tem felizmente governado esta vasta monarchia: julguei-me obrigado, não só como pastor catholico, mas

²¹⁸ Encontram-se in *Gazeta de Lisboa*, nº186, de 10 de Agosto de 1826, p.745-749.

²¹⁹ A seu respeito, JOSÉ OSORIO DA GAMA E CASTRO, *Diocese e districto da Guarda*, Porto, 1902, p.465-470.

²²⁰ As suas "Declarações" tiveram publicidade, quase dois anos mais tarde na época das Cortes que reconhecem D.Miguel como legítimo rei, na *Gazeta de Lisboa*, nº153, de 30 de Junho de 1828, p.852-854, algum tempo depois da sua morte ocorrida a 5 de Abril desse ano. Este documento encontra-se transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.104-107.

tambem como bom cidadão fiel aos meus deveres, a fazer as declarações e protestos seguintes:

"Declaro primeiramente, que, se como cidadão pacifico, de que sempre me prezei, juro guardar e fazer guardar a supramencionada carta constitucional, é tão somente com o fim da conservação da ordem e socego publico, sem que d'aqui possa deduzir-se que a julgo admissivel em todos e em cada um dos seus artigos."

E, depois de enumerar alguns a que punha reservas, invoca os fundamentos que o levam a não admitir a legalidade da Carta, afirmando conclusivamente:

"[...] Como podera pois considerar-se legal uma carta constitucional, em que se encontram tantos artigos tão diametralmente oppostos ao que se acha determinado nas antigas côrtes d'este reino? Quaes foram as outras côrtes legitimas e posteriores, em que o determinado n'aquellas fosse formalmente revogado? Sera equivalente a estas a auctoridade do senhor D.Pedro, imperador do Brazil? Creio que nenhum portuguez de bom senso se atrevera a asseveral-o, ainda que por ignorancia de direito o reconheça como legitimo rei de Portugal. Mas legitimo rei de Portugal o senhor D.Pedro, imperador do Brazil? Persuado-me que só podera ser reputado tal quem for totalmente hospede na legislação portugueza. O senhor D.Pedro, logo que de facto acceitou a independencia do Brazil, e como tal foi reconhecido por todos os governos civilisados, *eo ipso* assumiu a qualidade de principe estrangeiro para Portugal, e como tal perdeu todo o direito à sucessão d'esta monarchia.

[...].

Para que, pois, em tempo algum eu jamais possa ser arguido de que faltei, como elles, aos deveres de um bom cidadão e ministro de um Deus de verdade, protesto, ante Deus e os homens, que não reconheço, nem jamais reconhecerei o senhor D.Pedro imperador do Brazil por legitimo rei de Portugal, nem consequentemente o direito que se arroga de abdicar uma corôa que lhe não pertence em sua filha a princeza do Grão Para, em manifesto detrimento d'aquelles que o direito chama. E detesto, abomino e reprovo a cavilosa constituição dada por elle a este reino, posto que tenha de jurar a sua observancia e de a fazer observar por todos os meus subditos *pro bono pacis*.

Protesto, outrosim, contra todo o prejuizo que resultar aos que melhor direito tenham ao governo d'este reino, assim como contra toda e qualquer violencia, que por este motivo contra mim haja de praticar-se, até que em côrtes se decida a justiça ou injustiça d'estas minhas declarações e protestos. Em côrtes, digo, convocadas, não segundo se determina na denominada carta constitucional, que deve ser considerada irrita, nulla e de nenhum effeito, por illegal e procedente de uma autoridade illegitima; mas convocadas segundo os antigos usos e costumes, legitimamente prescriptos n'este reino."

Em 7 de Agosto estão prontas as instruções para a convocação dos deputados²²¹, que são tornadas publicas por decreto da mesma data.²²²

3. O verão, porém, estaria longe de ser tranquilo.

De Espanha chegavam notícias que podiam animar o espírito de reacção. O rei dirige-se ao duque do Infantado reafirmando em 15 de Agosto os princípios absolutistas²²³, texto que será publicado sob a forma de decreto na *Gazeta de Madrid* de 19 de Agosto, de que *O Clarim Portuguez* se faz eco:²²⁴

"A promulgação de hum systema representativo de Governo em Portugal poderia ter alterado a tranquillidade pública em outro paiz visinho, que apenas livre de huma revolução, se não achasse geralmente animado da mais acrizolada lealdade. Porém na Hespanha poucos terão ousado fomentar na obscuridade esperanças de vêr mudada a antiga fôrma de Governo; por isso que a opinião geral se pronunciou de tal modo, que não haverá quem se atreva a desconhecê-la. Esta nova prova de fidelidade dos meus vassallos me obriga a manifestar-lhes os meus sentimentos, dirigidos a conservar-lhes sua Religião e suas Leis, com que sempre foi glorioso o nome de *Hespanha*, e sem as quaes só podem ter lugar a desmoralisação e a anarquia, como no-lo provou a experiencia.

Sejão quaes forem as circumstancias de outros paizes, nós nos governaremos segundo as nossas, e Eu como Pai dos meus povos, ouvirei menos a humilde voz de huma immensa maioria de vassallos fieis e uteis á Patria, do que os atrevidos clamores da turba insubordinada, talvez desejava de renovar scenas, que eu quero sepultar no esquecimento.

Tendo-se já publicado, a 19 d'Agosto de 1825, o meu Real Decreto, no qual, convencido de que a nossa antiga legislação he a mais proporcionada a manter a pureza da nossa Santa Religião e os mutuos direitos de huma Soberania paternal e de hua filial vassallagem, a mais adequada aos nossos costumes e á nossa educação, houve por assegurar aos meus subditos, que jámais faria variação alguma na fôrma legal do meu Governo, *nem permittiria que se estabelecessem Camaras, nem outras instituições, fosse qual fosse a sua denominação*. Só me resta assegurar a todos os meus vassallos dos meus dominios, que hei de corresponder á sua

²²¹ Cfr. portaria de 7 de Agosto de 1826, in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.115.

²²² Consultem-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.116-165.

²²³ Publicado na *Gazeta de Madrid* de 19 de Agosto de 1826.

²²⁴ Nº2, de 1826 (sem data). Encontra-se também in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.183-184.

lealdade, fazendo executar as leis, que só castigarão o infractor, protegendo aquelle que as observar; e que, desejoso de vêr unidos os *Hespanhoes* em opinião e vontade, prestarei protecção a todos os que forem obedientes á lei, e serei inflexivel com aquelle, que se atrever a dictallas á sua Patria."

4. Portugal agita-se e os situacionistas reagem. Em 31 de Agosto, *O Amigo da Carta*²²⁵, a propósito do envolvimento do visconde de Montalegre²²⁶ na rebelião, após violento ataque a este e de defender que se extinga o respectivo título, escreve:

"Dignos Pares do Reino, Fidalgos de todas as jerarchias, Nobres da Nação Portuguesa, tomai a peito este negocio; elle é inteiramente vosso. Supplicai á Serenissima Regente esta medida, que o Ministerio do Reino esqueceo com bem pouca desculpa. Olhai que este titulo deve ser riscado para sempre dos da Nobreza: o Visconde de Monte Alegre é infame de facto; seja-o, pelos vossos esforços, tambem de direito. [...]"

e na semana seguinte insiste na boa harmonia das classes privilegiadas com a Carta²²⁷:

"E quem poderia ser inimigo da Carta? Os Ministros da Religião. Estes de certo não; [...]"

A alta Nobreza tambem não póde ser inimiga da Carta: ella lhe dá uma decoração e direitos, que nunca teve em tempo algum, conserva esta classe respeitavel em todo o seu brilho [...]."

Como escrevia José António Guerreiro à infanta regente, nos finais de Setembro, o reino enchera-se de proclamações que incitavam o povo à guerra civil.²²⁸

²²⁵ N°6, de 31 de Agosto de 1826.

²²⁶ Trata-se do 2° visconde deste título. A seu respeito *G.E.P.B.*, v.17, p.688-689.

²²⁷ *O Amigo da Carta*, n°7, de 5 de Setembro de 1826, p.1

²²⁸ Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Legislação Portuguesa*, 40, n°40: Carta à Regente datada de Lisboa, 23 de Setembro de 1826.

O *Periodico dos Pobres*, n°14, de 4 de Novembro de 1826, publicava um "artigo communicado" assinado A.P.dos R. que denunciava os meios utilizados pelo partido rebelde:

"O primeiro consistio em alliciar parte da tropa [...] = O segundo foi recorrer á imprensa, onde os *Clarins*, os *Açoutes*, e outros periodicos desta laia se ostentarão denodados Campeões do partido liberticida. O terceiro reduz-se a mostrar aos desapercibidos e incautos que a Carta Constitucional he huma pura innovação = que Portugal sempre se regeo bem sem Carta = que essas innovações são damnosas = e que os povos devem obedecer ao governo, em quanto absoluto; mas rebelar se contra elle, se por ventura tiver assumos de liberal.=

5. Em pastoral datada de 2 de Setembro de 1826, o cardeal patriarca faz a comparação entre a natureza dos dois documentos constitucionais: o de 22 e o de 26, em claro sustentáculo da Carta.²²⁹

20 Ago.	D.Fr.José de Sant'Anna Noronha, Bispo de Bragança e Miranda	faz a apologia das novas instituições decretadas por D.Pedro IV
23 Ago.	D.Fr.Patrício da Silva, Cardeal patriarca	analisa a Constituição de 22 e a Carta e exorta os seus diocesanos a cumprirem esta
7 Set.	D.Fr.Miguel da Madre de Deus, Arcebispo primaz	exorta os diocesanos a acatarem o regime político estabelecido

PASTORAIS DOS BISPOS PARES

NO VERÃO DE 1826

Na mesma linha, intitulando-se já *Dom Fr.Miguel, por Mercê de Deos, e Confirmação da Sé Apostólica, Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, Par do Reino*²³⁰, etc., lança em 7 de Setembro de 1826 uma longa pastoral, em que faz a apologia da Carta e censura os que se lhe opõem, que a *Gazeta de Lisboa*, publica em três números²³¹ rematando com um elogio dos redactores.

6. Em 7 de Setembro também o governo sofre uma remodelação agradável aos saldanhistas. A infanta regente demite o visconde de Santarém do Reino e da Marinha e o conde da Ponte, da Guerra e dos Estrangeiros, os quais são substituídos respectivamente por Gouveia Durão e Cândido José Xavier.

²²⁹ *Gazeta de Lisboa*, Suplemento ao nº206, de 2 de Setembro de 1826, p.833-834.

²³⁰ Sublinhado nosso.

7. As dificuldades diplomáticas continuam a dar preocupação. O encarregado de negócios em Madrid, Joaquim Severino Gomes, recusa-se a jurar e fazer jurar a Carta, o que justifica com um interessante officio ao conde de Barbacena, datado de Madrid, 4 de Agosto:²³²

"A propria experiencia das revoluções políticas na península, que tenho seguido mui de perto, os trabalhos e perigos que soffri em todas ellas, me convenceram do quanto eram prejudiciaes as novas instituições, e que as antigas leis do reino, com alguma reforma moderada e escrupulosamente meditada, seria o que mais convinha aos povos da península; n'esta persuasão fiz um juramento solemne de não servir, se por desgraça occurresse outra transformação politica em portugal.

Não é preciso recorrer a raciocinios subtilezas nem a reflexões profundas; basta a simples relação dos acontecimentos passados; a lembrança da origem da rebelião em Portugal e Hespanha prova sufficientemente que a ambição do mando e a sede das riquezas foram os unicos agentes d'aquelles acontecimentos.

Não considero que a actual constituição com a liberdade de imprensa, tolerancia dos cultos, amnistia geral, etc., dada á nação portugueza por sua magestade o senhor D.Pedro IV, foi um acto livre e espontaneo da sua soberana vontade.

Seja-me licito pensar mui differentemente de outras pessoas que estão persuadidas que esta é mui differente das constituições de Cadiz, de Madrid e de Lisboa dos annos de 1812 e 1820. O senhor D.Pedro IV está tão livre no Rio de Janeiro, como estavam livres, n'aquelles desgraçados tempos, os senhores D.João VI e D.Fernando VII.

Os revolucionarios americanos portuguezes, e os seus irmãos emigrados europeus, têm a maior influencia no Rio de Janeiro, e aquelle principe, posto que valeroso, acha-se a 2:000 leguas dos seus alliados, entregue sómente aos seus proprios recursos, e por isso não póde deixar de succumbir algumas vezes, a fim de ganhar forças para novas luctas, e muito tem feito para não deixar despedaçar as duas monarchias; desgraçadamente para Portugal aproveitaram os demagogos algum momento em que sua magestade os viu mais enfurecidos, e de surpresa foi lançado em Portugal o pomo da discórdia. [...]."

²³¹ 228 a 230, respectivamente de 28 a 30 de Setembro de 1826.

²³² Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.109-110.

Em consequência é "riscado do real serviço" por decreto de 14 de Agosto²³³, sendo enviado um dos recém nomeados pares, o conde de Vila Real, que chega à capital espanhola a 5 de Setembro.

8. Já em 21 de Setembro, no quartel general do brigadeiro Magessi, em Vila Nova de la Serena, a Divisão realista de Além-Tejo jurava, D.Miguel I e a regência de sua mãe.²³⁴

"Juro manter, e defender os Direitos de legitimidade do Senhor Rey de Portugal e dos Algarves D.Miguel 1.º Nosso Senhor, e de sustentar com risco da minha vida derramando todo o meu sangue para fazer válida e constante a Acclamação que fiz do Mesmo Senhor Rey, e da Regencia de Sua Augusta May a Imperatriz Rainha Nossa Senhora durante a auzencia de Sua Magestade o Senhor D.Miguel, no dia trinta e hum de Julho do presente anno.

E se o Mesmo Augusto Senhor D.Miguel 1.º falesser sem successão legitima, juro Successôra, e Soberana dos Reynos de Portugal, Algarves, Ilhas adjacentes, e mais Dominios Ultramarinos dependentes da Soberania de Portugal, a Sua Alteza Real a Serenissima Senhora Princeza da Beira D.Maria Thereza, e por sua morte que Deos afaste a Sua Alteza o Serinissimo Senhor Infante D.Sebastião de Bragança e Borbom Seu Augusto Filho, Português por sangue, por Nascimento e tambem pelo Solemne contracto de cazamento de seus Augustos Oays. Eoutro sim juro finalmente defender athé à morte os referidos Sagrados, e legitimos Direitos, e não reconhecer já mais outros quaesquer por serem uzurpados, e impóstos pela força e inteiramente oppostos ás Leys fundamentaes do Reyno, que ligão os Vassálos, e os Soberanos tão bem, assim Deos me ajude, e se não, não, em prova da verdade referida para constar em todo o tempo, e poder chegar ás Reaes Mãos de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D.Miguel 1.º, e da Imperatriz Rainha Fidelissima Nossa Senhora Ligitima Regente de Portugal, e de Sua Alteza Real a Serinissima Senhora Princeza da Beira D.Maria Thereza immediacta Successora da Coroa de Portugal e de Sua Alteza Serinissima o Senhor Infante D.Sebastião Successor de Sua Augusta May."

²³³ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.172.

²³⁴ Consulte-se nos *Documentos Pertencentes ao Extracto do Relatorio do Exc.Ministro dos Negocios Estrangeiros in O Periodico dos Pobres*, nº50, de 16 de Dezembro de 1826, p.1-2, ou in ÂNGELO PEREIRA, *Os Filhos d'El-Rei D.João VI*, Lisboa, 1946, p.536-538.

9. A imprensa, entretanto, prospera. Só em Lisboa surgem, nos meses de verão que se seguem ao juramento da Carta, mais de duas dezenas de periódicos. A 30 de Setembro surge vg. *O Periódico dos Pobres*, que no segundo número se empenha em defender a legitimidade de D.Pedro.

10. Entretanto, a 4 de Outubro, D.Miguel jura a Carta constitucional nas mãos do barão de Vila Seca na qualidade de procurador de D.Maria II, e na presença do visconde de Resende, ministro do imperador do Brasil²³⁵, notícia que aliás só chegará na véspera da abertura das Cortes.

11. Nos princípios de Outubro os deputados são eleitos. Estão cumpridos os requisitos para a reunião das Cortes, mas o ambiente político continuava longe da tranquilidade.

12. No dia 5 de Outubro revoltam-se, no Algarve, os regimentos de Infantaria 14 e Caçadores 4. Em 6 de Outubro, um dos designados pares, o marquês de Chaves subleva-se dando vivas a *EL-REY DOM MIGUEL I e morras a D.Pedro*.²³⁶

Em 8 de Outubro, escrevia, aliás, a princesa D.Maria Teresa a seu irmão D.Miguel:²³⁷

"Meu querido Mano do meu Coração [...] Eu de saude estou melhor, porem em a maior inquietação, em q.^{to} não vejo q~. o mano toma, a resolução de vir salvar-nos, eu não posso crer q~. ahi lhe impeção a sua sahida pois seria a

²³⁵ Cfr. officio do barão de Vila-Seca a D.Francisco de Almeida, datada de Viena, 6 de Outubro. Publicada no *Supplemento ao nº255 da Gazeta de Lisboa*, de 30 de Outubro de 1826. Pode consultar-se extracto in *O Periodico dos Pobres*, nº11, de 31 de Outubro de 1826.

²³⁶ Vide o *Extracto das Participações Officiaes* recebidas em 9 Out.1826, no Ministerio dos Negocios da Guerra in *Gazeta de Lisboa*, nº238, de 10 de Outubro de.1826, p.974, ou in *O Cidadão Constitucional Desvalido*, nº2, de 13 de Outubro de 1826, p.2

²³⁷ Transcrita in ÂNGELO PEREIRA, *Os Filhos de El-Rei D.João VI*, cit., p.458-459.

maior das barbaridades, e se o mano esta livre, porque não vem salvar a nossa querida May, e igualm.^{te} Portugal, e Hespanha, em fim não o quero incomodar, e me refiro ás ultimas cartas que lhe tenho escrito, e ás que remetto incluzas, esperando q~. o mano se convença da necessidade q~. ha da sua presença p.^a a salvação do Altar, e do Throno de Bragança."

Na mesma data D.Miguel era aclamado em Tavira.²³⁸

Em 9 de Outubro, é a vez do marquês de Chaves, em Verim, lançar uma proclamação inflamada:²³⁹

"[...] viva o nosso legitimo rei o senhor D.Miguel I; viva a dynastia da casa de Bragança; [...]."

A 12 de Outubro, no Ramalhão, acrescentava numa carta para sua filha D.Maria Francisca, a rainha D.Carlotia Joaquina:²⁴⁰

"Se q.^e o outro dia marchou d'aqui hum correio com officios p.^a esse Ministerio, p.^a q.^e obstásse a entrada das trópas Portuguezas realistas em Portugal; e eu desejo m.^{to} q.^e ellas entrêm q.^{to} antes, (mas com methodo, e plano seguro) pois parece me q.^e com a sua entrada cortáva-se toda esta manóbra infernal, e tudo ficcaria em sossêgo, athé chegar o seu legitimo dônno; q.^e he o q.^e a Nação tôda quer. Remitto esses Capitulos Geraes das Cortes do anno de 1645, e a carta de Ley q.^e teu Pay prómulgou, q.^{do} o Marques de Palmella, e Companhia, tinhamo arranjado esta mesma Constituição q.^e agora querem estabelecer, p.^a q.^e tu as vejas, e fâças ver aos Ministros de França, Allemanha, Russia e Prussia, p.^a s'enteirarem bem das nossas Leys fundamentaes da Monarchia, e q.^e tudo o q.^e he contrario a ellas, he irritto, nullo e contra todo o direitto da legitimidade, (q.^e as Potencias da Sancta Alliança prottestarão deffender) e portanto de nenhum vallôr."

E dois dias depois aditava:

²³⁸ Sobre a Revolução do Algarve vide *O Fiscal dos Abusos*, nº38 de 30 de Outubro de 1826, ou seja da véspera da abertura das Cortes, onde se podem consultar entre outros assentos o termo da citada Aclamação de D.Miguel em Tavira, datado de 8 Out., e a *Cópia da Formula do Juramento prestado em Tavira pelos Membros do intitulado Governo Provisorio do Reino do Algarve*. Igualmente publica a *Cópia da Proclamação da Camara e Authoridades da Cidade de Faro, em Camara Geral de 8 d'Outubro de 1826*. Vide também os documentos constantes in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.163-165.

²³⁹ Vide, com a respectiva apreciação liberal in *Imparcial*, nº40, de 21 de Novembro, p.165-166. Transcrita também in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, p.327.

²⁴⁰ ÂNGELO PEREIRA, *As senhoras infantas, filhas de el-rei D.João VI*, cit., p.119.

"Já sei de certo, q.^e no Algarve está sollemnement.^e acclamado o Miguel, como verás pella copia da carta particullar do Conde d'Alva; [...] com q.^e o Algarve já o temos seguro, agora hé fazerem d'ahi, com q.^e a tropa q.^e está na Hespanha entre em Portugal, e venhão acclamando o Miguel do mesmo modo, q.^e no Algarve;[...]"

Com efeito, o par do reino conde de Alva, sem forças suficientes, retirara para Mértola, acompanhado por outro par, o bispo do Algarve, D.Bernardo António de Figueiredo, que será ministro da Justiça em 1827. Daí lança uma proclamação, a 12 de Outubro, afirmando claramente as suas convicções:

"Habitantes do reino do Algarve! Uma facção militar fez aparecer neste belo país uma revolução, a qual se dirige a atacar os sagrados direitos da legitimidade de el-rei o senhor D.Pedro IV, nosso soberano. Falsos decretos, proclamações incendiárias e tudo quanto a maldade humana tem sugerido para enganar os incautos, foram os instrumentos de que se serviram os malvados para transtornarem a prosperidade de que este país gozava. O génio do mal, raivoso de ver reinar aqui a paz, a abundância e obediência às leis, e prevendo também a prosperidade futura que se lhes preparava pelos estabelecimentos que se deviam criar, quis levantar entre vós o maior dos flagelos; e por isso suscitou a homens desmoralizados a ideia de uma revolução, perda inevitável de todo o país em que ela apareceu.[...], Conde de Alva, Governador das Armas do Algarve.²⁴¹"

§ 3º. O JUÍZO DA IMPRENSA E DA LITERATURA POLÍTICA SOBRE O MODELO BICAMARAL ADOPTADO

1. A natural diversidade de juízos no leque da imprensa; 2. a imprensa sediada em Londres; imediata reacção do monocameralista *O Portuguez* de Londres; 3. a apologia da Carta e da sua câmara aristocrática: *O Amigo da Carta*, a *Gazeta de Lisboa*; 4. a justificação duma segunda câmara baseada na *aristocracia legal*, por Garrett no *Portuguez* de Lisboa, já no final do ano.

1. Não vão deixar de se manifestar reacções doutrinárias à Câmara dos pares.

²⁴¹ Consulte-se na íntegra in *Gazeta de Lisboa*, nº248, de 21 de Outubro de 1826, p.1017-1018, S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.322, e in ANTONIO VENTURA, *O Exílio...*, cit., p.18.

Entre o período que circunda o juramento da Carta em 31 de Julho e o mês de Outubro em que abrem as Cortes, muitos são os escritos e artigos que referem a Carta e especificamente a Câmara dos pares.

Do quadrante governamental, o Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça dirigindo-se em 17 de Agosto aos magistrados sobre os princípios que deviam seguir no regime constitucional, justifica o novo pariato²⁴²:

"[...] quando agora se restabelessem os tres Estados do Reino pela mesma fôrma por que antigamente erão convocados, este restabelecimento teria todos os caracteres de huma criação nova; e por isso mesmo se lhes podia dar a nova fôrma, que he mais accomodada ás maiores luzes, aos costumes, e aos desejos do seculo."

Na imprensa, se a há favorável, como é por exemplo o caso já citado de *O Espreitor*²⁴³, também se manifestam ataques, quer no plano dum liberalismo radical, logicamente monocamaralista, quer da linha que, aceitando o bicamaralismo, discorda da sua feição exclusivamente aristocrática. E além destas, não é de esquecer a posição verdadeiramente tradicionalista, que se opõe ao novo conceito-estrutura das Cortes, a que oportunamente daremos o devido relevo.

Observem-se exemplos típicos do espírito daquelas linhas.

2. De Inglaterra chegam juízos diversos. Em 1 de Agosto, o *Morning Chronicle*²⁴⁴ considera uma importante vantagem para Portugal a nova Constituição, salientando a proximidade dos poderes da Coroa com o modelo britânico e referindo como circunstância feliz ter sido doada pelo Soberano porque "priva a Santa Alliança de todo e qualquer pretexto para lhe fazer alguma objecção."

²⁴² *Gazeta de Lisboa*, nº193, de 18 de Agosto de 1826, p.775-776.

²⁴³ Nº1 de 11 de Agosto de 1826.

²⁴⁴ Transcrito, traduzido, in *Gazeta de Lisboa*, nº214, de 12 de Setembro de 1826, p.868

Na perspectiva monocamaral, de Londres, *O Portuguez* insurge-se contra a Câmara dos pares, quer logo que conhece a notícia, em *Post Scriptum*, datado de 3 de Julho²⁴⁵:

"[...] formam [os pares] um arraial de Cirio, ou festa de Corpo de Deus, mui curioso de se ver. Muitos d'essa gente parecem-se com os antigos Barões, porque não sabem ler nem escrever; [...]"

quer, já com mais tempo, em Outubro de 1826²⁴⁶, servindo-se da comparação com o Brasil:

"E não he so n'isso [na escolha de nova dinastia, por extinção da reinante] que se põe as Camaras de Portugal abaixo da Assembleia do Brazil, pois até na ley dos tratamentos ha desigualdade injuriosa: no Brazil [...] *cada uma das Camaras tera o tratamento de Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação*; em Portugal [...] *a Camera dos Pares tera o tratamento de Dignos Pares do Reyno: e a dos Deputados de Senhores Deputados da Nação Portugueza*. Maravilha hé que não lembrasse ao Imperador, para mais abater estes humildes Deputados da Nação Portuguez [sic], o distingui-los dos Pares por um modesto uniforme, a guiza do que se guardou ao principio, segundo uso antigo, na convocação dos ultimos Estados Geraes de França.

Mais veremos: no Brazil [...] *a nomeação dos respectivos Presidentes e Vicepresidentes das Camaras se executara na forma dos seus regimentos*; em Portugal [...] *a nomeação do Presidente e Vicepresidente da Camera dos Pares compete ao Rey, sobre proposta de sinco [sic], feita pela mesma Camera*. No Brazil [...] ha um *Senado composto de membros vitalicios*, mas não hereditarios, *organizado por eleição Provincial*, e não nomeado, ainda que escolhido pelo Imperador; enfim ha um numero certo de Senadores, que nunca pode exceder ao de a metade dos Deputados: agora em Portugal [...] *a Camera dos Pares hé composta de membros vitalicios, hereditarios, nomeados pelo Rey, e sem numero fixo*. Todavia, ainda não consiste n'isto a maior differença, que vamos agora a ver. Determina a Constituição do Brazil, quando estabelece os poderes do Senado [...] que lhe cabe o *expedir Cartas de Convocação da Assembleia, caso o Imperador o não tenha feito dois meses depois do tempo que a Constituição determina, para o que se reunira o Senado extraordinariamente*: agora em Portugal, nem aos Pares, nem aos Deputados se da por a Constituição essa authoridade de convocar as Camaras, quando o Rey, no praso legal ou em tempo algum, se recuse convocar; [...]"²⁴⁷

²⁴⁵ P.299.

²⁴⁶ N^os.LXXXVIII-LXXXIX, p.421.

²⁴⁷ *O Portuguez*, N^os.LXXXVIII e LXXXIX, p.420-421.

E não poupa o pariatto a críticas:

"Um despotismo razoavel, como o do Marquêz de Pombal [...] poderia mais facilmente compôr as cousas em Portugal, e por algum tempo correr melhor com a administração que o pastel da Camera dos Pares, de que se lhe fez presente. Pombal não dava commendas a fidalgos e por isso [...]: e agora desejamos que nos digam, sera capaz de fazer outro tanto um Governo com Camera de fidalgos e Bispos? Podia o Governo absoluto dizimar, como o fez por vezes, as commendas e bens d'igreja, [...]; mas não haja medo que o de duas Cameras o possa agora fazer; porque os tributos so se podem lançar por ley, e mal se pode esperar que os *Dignos Pares do Reyno* a façam contra a sua algibeira. Não vimos nos Palmella, sanguisuga do thezouro, [...] Como esse Palmella sera todos os mais Naires e Bonzos, que entram na Camera dos Pares, e fôra milagre o alcançar d'essa gente que as necessidades publicas se applicasse alguma parte d'esses bens, ainda que outros meios se não possam descobrir para reparar o desbarate de ha trez annos, e correr com a administração.

Diz a Constituição - *que não haverá privilegios, senão os que forem essencial e inteiramente ligados aos cargos por utilidade publica*; mas o Par do Reyno hé um cargo e magistratura publica, e não pode o que n'ella fôr constituido deichar de ser privilegiado, como morgado legislador: ora se d'antes os fidalgos eram sobre modo insolentes e pezados ao Povo, quando tremiam deante do Rey, que os podia tornar ao po d'onde os alevantara, que fara agora privilegiados, independentes, e legisladores? Quem podera agora tomar altura aos fumos da fidalguia? Estão na memoria de todos os Portuguezes os calotes, roubos, violências, escandalos, e prevaricações, que sobre o Povo os fidalgos commettiam; e havemos agora suppor n'elles reformação de costumes, quando a insolencia natural se ajunta a independencia, o privilegio, e o poder? Passemos em revista, um por um, a todos os d'essa barcada, que vieram do Rio despachados em Pares do Reyno; [...]. Um so não ha sequer entre elles, de quem se possa dizer: *este houve educação de homem livre, e tem opiniões liberaes*. Ha um Dom Diogo da Louzã, um Castelmelhor, e algum outro (não passante de seis) que são ornados de bons costumes, e gozam merecida opinião de honrados; porem, quasi todos, pobres de fazenda sua, criados as abas do Paço, dependurados das tenças, ordenados, e commendas para viver, como poderão assim constituir uma classe independente, uma Ordem de Representação Nacional? E damos que fosse boa essa gente: acaso tera o pobre Portugal necessidade de uma Camera de Pares? O pobre Portugal, que o Pedro do Brazil chamou *Potencia de quarta ordem*, não pode com os gastos e vaidades de uma côrte e throno, e ainda menos com uma Camera de Pares. Sobre ella havemos feito largo discursos em nossos N^{os} 73 e 80, [...]: queira Deus que entre nos va por deante esse novo invento dos Pares, para que a experiencia confirme nossa opinião, e d'ahi venha o remedio cabal que as

cousas devem e podem ter, posto que nos termos do cabo já não vira sem grande custo a experiencia."²⁴⁸

E, a 3 de Julho, reinsiste o mesmo periódico²⁴⁹:

"Viéram confirmadas officialmente, por via de França, as noticias que démos no corpo d'este Jornal sobre a cessão de Portugal e Algarves que fizera Pedro em sua filha e irmão, nos termos que ali o escrevemos: tambem por a mesma via sabemos que déra uma Carta (de Constituição, e não d'amores) a esse Portugal, da qual Carta sabemos em grosso que tem uma Camera de Pares; pois já d'elles temos cá uma lista, que parece a de uma nova Patriarchal. São dois Duques, com o do Cadaval Presidente, e o Patriarcha vice-Presidente, 24 Marquezes, 40 Condes e Viscondes, 4 Arcebispos, e 13 Bispos, que formam um arraial de Cirio, ou festa de Corpo de Deus, mui curioso de se ver. Muitos d'essa gente parecem-se com os antigos Barões, porque não sabem ler nem escrever; porem, fallaremos d'elles mais largamente em outra occasião.[...]"

3. Em Portugal, *O Amigo da Carta*²⁵⁰ de 26 de Setembro no contexto duma série de artigos que comparam as antigas e as novas instituições desenvolve o mote do título do seu editorial, que não deixa dúvidas sobre a sua posição: "*Nas Instituições antigas, a Nobreza escrava e despota. - Nas novas, livre e independente, conservadora do Throno e do Povo.*"

O autor contrapõe a nobreza no antigo regime à "nobreza segundo a Carta":

"Um Governo despotico e absoluto pela força, e pelo vicio das suas Instituições, rodeia-se de uma classe de homens, que eleva acima dos outros, ou em consequencia de factos heroicos que os distinguirão entre os outros habitantes do Reino, ou que forão supplantados elles mesmos pela prepotencia, e obrigados a tomar um lugar inferior, ou finalmente ao bel prazer do depositario do poder. Esta classe privilegiada, separada da massa geral da Nação, e conservando um meio entre o Throno e o Povo, nas Instituições

²⁴⁸ *O Portuguez*, N.ºs. LXXXVIII e LXXXIX, p.424-426. (e p.420)

²⁴⁹ *O Portuguez*, n.º LXXXVII, p.298-299 in: *Post Scriptum*.

²⁵⁰ N.º16, p.1-3.

Do *Amigo da Carta* publicaram-se 39 números, entre 14 de Agosto e 21 de Novembro de 1826. Claramente favorável a D. Pedro e à sua Carta Constitucional, o jornal transcrevia em todos os seus números a frase de Bossuet, *Politique*, L.3, Prep.5: "Le vrai caractere du Prince, est de pourvoir aux besoins du peuple: comme celui du tyran, est de ne songer qu'à lui-même."

antigas é escrava do Throno, tanto ou mais, que o Povo, e despota do Povo, como em desforra da escravidão a que se acha reduzida.

Como em taes instituições não existe outra Lei que a vontade do Governo, a Nobreza não tem representação alguma real e solida na presença do Throno, e a que tem perante o Povo, é uma representação de nome, de convenção, de titulos e divisas, que nada tem de solido e permanente, e que ao arbitrio do Governo cahe e se aniquila, levando ao nada, não só os Titulos e a representação fantastica, mas até, (e a experiencia o confirma) os bens e as possessões ganhadas por bons Serviços, e herdadas de seus avoengos. A nobreza não tem tambem segurança nem propriedades nas instituições velhas, correndo maior risco que o Povo, no foco da intriga e da doblez que fórma muitas vezes o character de homens, que por fatalidade alcanção as boas graças e o favor dos Principes.

Forçada a Nobreza pela maior parte a viver na Corte, o seu patrimonio privado da presença dos Senhores, é confiado a criados, a colonos, a rendeiros, que se elevão em outros tantos tyrannos dos Povos, e convertem em propria utilidade a casa de seus Senhores. Os predios rusticos se deseccão, mirrão, e tornão infructiferos, [...] Por tal forma soffre a agricultura, e a Nobreza obrigada a sustentar o luxo da Corte, é necessitada, em falta de seus rendimentos e do atrazamento de suas proprias finanças, a recorrer ás dadivas do Governo, a fazer-se dependente delle até para o alimento de suas famílias; situação deploravel a que os necessita o estado de humiliação a que as velhas instituições os reduzem.[...]"

Face a esta leitura da situação da nobreza do antigo regime contrapõe o autor:

"Vejamos agora a Nobreza segundo a Carta.

Grandes Proprietários, tendo de commum com o Povo os sublimes direitos de Cidadãos Portuguezes, sem detrimento algum da sua Nobreza herdada, que muito particularmente lhes é garantida pela Carta com as regalias e prerogativas á mesma Nobreza inherentes; esta classe illustre, liberta, como o resto da multidão, dos laços, com que a manietarão as velhas Instituições, entra com os Representantes do Povo na Camara do Povo, e os Chefes da Nobreza exaltados á sublime dignidade de Pares, formão uma Camara, que tendo parte com os Deputados do Povo na discussão, e formação das Leis, faz uma barreira ao Povo, e aos Ministros que exercem o Poder Executivo; e então como por magia, vemos em um momento a mesma Nobreza até alli nulla, escrava, dependente, e muitas vezes victima do arbitrio de um Ministro, ou de um favorecido, apparecer ao abrigo, e por beneficio da Carta, defensora do Throno contra as invasões do Povo, protectora do Povo, contra os abusos dos Ministros, conservadora das Leis contra todos os ataques, e defendida ella mesmo pelo Throno, que muito interessa no respeito, e força da primeira Camara; pelo Povo, que muito lhe convem ter entre o Throno, e elle, um baluarte perante quem se processem os Ministros d'Estado infractores da Lei, e pela Carta que

lhe concede direitos sublimes, quaes os de receber o Juramento do Rei, do Principe Real, da Regencia, e de ter entre os seus Membros os Principes de sangue.

A Nobreza resistindo aos abusos do Poder praticados pelos Ministros, demonstra a impecabilidade do Monarcha, conserva o brilho, e Magestade do Throno, e defende o Povo. O Povo estabelecendo os tributos pela Camara dos Deputados, collecta a Nobreza como composta de Proprietarios e Cidadãos, e a Nobreza tem interesse na diminuição, e boa applicação dos impostos. De mais, se os Chefes da Nobreza compondo uma Camara separada, nem por isso deixão de poder representar-se na Camara dos Deputados, como Proprietarios, e Cidadãos, podendo os Primogenitos dos Dignos Pares, e Membros da Nobreza, sentarem-se no respeitavel Congresso dos Deputados do Povo; e eis como a Nobreza sem perder cousa alguma do que era seu por nascimento, espósa todos os interesses do Povo, que vem a ser os mesmos na qualidade de cidadãos.

Pelo vicio das velhas Instituições temia-se a independencia destes grandes proprietarios, e por isso erão obrigados a viver na Corte, e ahi consumir suas rendas, e estragar o seu patrimonio, recorrendo para subsistir aos bens da Coroa e Ordens, recurso indispensavel, nas circumstancias de ruina e dependencia, a que o Governo os reduzia. Nas novas Instituições, quando pela mudança de costumes, amor do trabalho, gosto da frugalidade, e as boas Leis sobre a agricultura fizerem reviver esta mão de todas as artes e sciencias, e primeira conservadora das sociedades, do amortecimento em que existem, os vastos campos, herdades e possessões dos Dignos Pares lhes derão, como n'outro tempo lhes derão, sobejos meios de subsistencia, e então elles mesmos abrindo mão dos bens da Coroa e Ordens se tornarão perfeitamente independentes, e a primeira Camara da Monarchia encherá, como a da Grã-Bretanha, todas as vistas do Sabio e Immortal Legislador, que Formou, Decretou, Deo e Mandou jurar a Carta.

Então o Povo verá em seus Lares estes primeiros da Nação Chefes das Provincias, presidindo elles mesmos á lavoura, animando-os ao trabalho, á frugalidade, preservando-os da fome e da miseria. O Povo verá então quantas vantagens lhe resulta da conservação da Nobreza, quando uma Lei, como a Carta, liga os interesses do Throno ás Classes da Nação. [...]. "

Posição em defesa da Carta é assumida por D.Fr.Miguel, por Mercê de Deos, e Confirmação da Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, Par do Reino²⁵¹, etc.²⁵²

²⁵¹ Sublinhado nosso

²⁵² Cfr. *Gazeta de Lisboa*, n.º 228 a 230, respectivamente de 28 a 30 de Setembro de 1826.

E, a 1 de Outubro, em artigo intitulado *Nos Governos antigos, desigualdade absoluta de condições. - Nos Governos Representativos, igualdade legal*²⁵³, afirma:

"[...] porque regenerado o Systema dos Povos, deixa-se ás Classes Nobres todo o seu esplendor, e desaparece o escandalo abominavel, que condemnava a multidão a não ter entidade nem voz, nem vontade em uma Sociedade, de que ella era parte tão essencial. Segundo a Carta de Portugal, apparece a nobreza hereditaria garantida com as suas legitimas regalias, e apparece revestida da Toga Senatorial, que lhe concede uma ingerencia toda activa no Poder Legislativo; mas esta Nobreza vê em uma outra Camara os Representantes do Povo formando com a Nobreza as Leis, que devem, sancionadas pelo Monarcha, governar a Sociedade inteira. Aqui a Nobreza adquire aos olhos do Povo certo character, que a torna respeitavel, e que a preserva do odio o reacção em que a seu respeito estava posta a multidão.

Segundo a Carta a Nobreza conserva tudo quanto tem e possui de justo e util, e adquire necessariamente a estima geral, e perde tudo quanto, sendo privilegio, era contrario á justiça, e por isso á razão. Apparece o Corpo Legislativo, a multidão vê alli a Nobreza empenhada em formar para todos os ramos da pública administração boas Leis, que fação a felicidade da Nação. A Nobreza vê nos Deputados o Povo representado, e fazendo com ella as Leis; e a Sociedade toda vê com respeito a Suprema Dignidade do Throno sancionando a Lei, e fazendo executar a vontade geral."

E sintetiza em forma de conclusão:

"As novas Instituições organisadas pela Carta, nascida da Legitimidade, combinão todas as classes, e dirigem ao mesmo fim, que é o bem geral, todos os membros da Sociedade, sem confundir as mesmas Classes, estabelecendo por principio e base de todo o edificio politico, o Justo e o verdadeiro."

Na official *Gazeta de Lisboa* de 7 de Outubro²⁵⁴, os redactores referem a Carta constitucional francesa como "precursora do grão de prosperidade, a que esta Nação chegou."

Por esta época vende-se, aliás, por 120 rs. um *Cathecismo Constitucional, ou explicação dos principios politicos da Constituição Portuguesa de 1826*, onde se justificam as instituições cartistas.

²⁵³ Nº17, p.1-3

4. Em 2 de Dezembro de 1826 Palmela em nome da regente portuguesa reclama apoio da Inglaterra em virtude dos tratados existentes entre os dois países.²⁵⁵

5. Criticando a câmara aristocrática pura, pronuncia-se, em 17 de Dezembro do mesmo ano, *O Portuguez, diario politico, litterario e commercial*²⁵⁶. Aí a pena dum Garrett já menos radical, escreve, como intróito à análise das intervenções de certos pares, traduzindo uma filosofia de aristocracia, diversa da adoptada:

"[...] Mas nos com effeito respeitâmos a aristocracia legal, porque a suppomos e cremos unico freio que pode soperar a insurgente, crescente, ambiciosa e insaciavel aristocracia de todas as formas, cores e ordens que por toda a parte nos cerca, envolve e oprime com seus orgulhos, pretensões e impertinente vaidade.

Entre o rei e o povo esta constitucionalmente collocada a aristocracia legal, composta d'aquellas familias ou pessoas que por eminentes serviços, virtudes ou letras mereceram a honra, com que os premiou el-rei, de representarem a nação e manterem o equilibrio social.

Eis aqui a aristocracia que nos venerâmos."

§ 4º. ETIQUETA E PARIATO NA PREPARAÇÃO DAS CORTES

O governo, mais concretamente o ministro do reino Trigoso de Aragão Morató, vai diligenciar no sentido de preparar a instalação das Cortes, matéria em que não deixarão de se sentir algumas fricções.

²⁵⁴ N°236, p.966(2).

²⁵⁵ Nota apresentada pelo marquês de Palmela, embaixador português, a Caning, ministro dos Negócios estrangeiros da Grã-Bretanha, datada de 2 de Dezembro.

²⁵⁶ V.I, n°42, de 19 de Dezembro de 1826, p.4. Encontra-se transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.688-692.

A elaboração dos regimentos internos das câmaras, aprovados pelo governo a 23 de Outubro, será, conforme veremos, objecto de forte contestação

O arranjo do mobiliário das câmaras, de que é incumbido um lente de Física, Mouzinho, com uma marcada diferença entre pares e deputados - cadeiras e bancos -, causará reacções, e a imprensa não deixará de trazer à liça tal matéria..

O Amigo da Carta em 21 de Setembro²⁵⁷ comenta, ironiza e envenena:

"Este caso póde dar um resultado igual a uma intriga, a qual póde, ainda que injustamente reflectir no Governo, e na Camara dos dignos Pares, e nós que somos o *Amigo da Carta*, não podemos prever indifferentes o agravo que de tal facto podem sentir os defensores d'ella.

Por quanto, affirma-se, que o Governo, pela Repartição do reino, encommendára os bancos: dá-se por certo, que os Dignos Pares do Reino, manifestarão desejos de que se estabelecesse entre as duas Camaras esta diferença; a saber: para os Dignos Pares cadeiras ricas; para os Senhores Deputados, bancos de páo. Ora pois; nós temos razões para declarar que isto é absolutamente falso e falsissimo. - Taes boatos são filhos d'uma miseravel calumnia contra o Governo, e contra a Camara dos Dignos Pares. - E bem que taes miserias nos custão, não nos admira que os inimigos do rei, e da Carta, lancem mão de semelhantes embustes: estes malvados são destros sobrejamente no manejo da calumnia, [...]; e, aproveitando todos os meios que possuão ajudalos a cravar um buido punhal no seio da Patria, não era de crer que desprezassem aquelle que póde motivar a desunião entre os dois Corpos Legislativos.

[...]

Saiba o Publico que os Dignos Pares do Reino, longe de inculcarem bamcos para a salla dos Deputados, pelo contrario sã os primeiros a desgostarse de tão odiosa distincção: conhecem muito bem, que a sua dignidade está marcada na Carta pela garantia solemne das regalias da Nobreza, pela Herança da Nobreza e da dignidade de Par; e a distincção da primeira Camara está nas sublimes attribuições de que a Carta a reveste, nunca dependentes da qualidade de moveis, em que os Senhores deputados se assentem. Saiba mais o Publico, que os Dignos Pares são os primeiros a zelar o decoro da Camara dos Senhores Deputados, e que serão os primeiros tambem a increpar, e fazer punir quem quer que em menoscabo tenha aquella Camara, e seus dignos Representantes. A Camara dos Dignos Pares quer, e quer bem, uma perfeita reciprocidade nas Camaras em defender mutuamente o Throno, e a Carta, e perfeita união de sentimentos, para conseguir o bem geral do Estado, único fim a que se dirige a Carta.

A nenhum Par do reino, incumbido do arranjo da salla, passaria jamais pela memoria a idéa de bancos para Deputados; lugar que a Nobreza não tem

²⁵⁷ Nº14, p.2. No mesmo sentido *O Fiscal dos Abusos*, nº19, de 13 de Setembro, p.4 sob a forma de correspondencia de "O Amigo da Concordia" e resposta do redactor.

em sua casa, mesmo para os seus criados. O Senhor Mosinho será mui feliz na theoria de proporções, mas na pratica... (valha-nos Deos!) [...]."

§ 5º. NOS BASTIDORES DE VIENA:
DAS NOTÍCIAS DA CARTA E DA ABDICAÇÃO CONDICIONAL AO
JURAMENTO DE D.MIGUEL E AOS SEUS ESPONSAIS COM SUA SOBRINHA
(Agosto - Outubro de 1826)

1. A notícia da outorga da Carta e da abdicação condicional de D.Pedro IV a favor de D.Maria da Glória e a reacção de Metternich; 2. opposição de Metternich à Carta; 3. Conferências do chanceler com o marquês de Rezende; 4. attitude de D.Miguel; 5. juramento da Carta pelo infante D.Miguel (12 de Outubro) e diligências para os esponsais que se virão a celebrar em 29 de Outubro.

1. Por carta de 4 de Maio, D.Pedro comunica ao marquês de Rezende, então em Londres, as providências que acabava de tomar - Carta constitucional, abdicação condicional, ... - e encarrega-o de se entender com o barão de Vila Seca para a execução dessas providências, nomeadamente para que o infante D.Miguel preste o juramento à Carta constitucional e para que promovesse a conclusão dos seus esponsais.

No dia 10 de Agosto, Rezende é recebido por Canning, afirmando-lhe este que sabia da comissão que estava encarregado por D.Pedro, e que sendo de supor que o sistema representativo que se tratava de restabelecer em Portugal desagradaria à Áustria, o aconselhava a suspender a execução daquela ordem até que lhe constasse que a Carta tinha sido jurada pela nação. Mais disse que ia dar instruções a sir Henrique Wellesley, embaixador da Inglaterra em Viena, para o apoiar em Viena.

Em 25 é o marquês de Rezende é recebido, em Johannisberg, por Metternich, que lhe comunica a satisfação que tivera com a abdicação de D.Pedro em sua filha, e com o

casamento desta com D.Miguel. Mas, depois, referindo-se à Carta que considera que aquele dera "inspirado por mr.Canning", afirma que:²⁵⁸

"[...] bem que emanada de um principio mui diferente d'aquelle que produziu a constituição de 1822, desplantada no anno seguinte por um movimento nacional, era comtudo, no modo, similhante a ella; sendo por isso de receiar que não fructificasse em Portugal, e que fosse, em Hespanha, occasião, se não de abalos, pelo menos de apprehensões perigosas, que poderiam perturbar a paz publica."

Por certo a Carta não podia agradar ao chanceler austríaco. Basta recordar a reacção que tivera à outorga de textos constitucionais a Estados da Confederação germânica, a interpretação restrita que fizera do art.13º do Pacto federal, e a sua posição nos Congressos de Carlsbad em Agosto de 1819 e de Viena de Novembro de 1819 a Maio de 1820.²⁵⁹

2. Em Johannisberg, onde fica até ao princípio de Setembro, Metternich tem repetidas entrevistas com diplomatas para procurar apoio às representações que a Áustria se propunha fazer contra a Carta Constitucional, apenas encontrando opposição dos embaixadores da Inglaterra e da Rússia.

3. Regressado a Viena, o chanceler tem várias conferências com o marquês de Rezende. Este, segundo escreverá²⁶⁰, não só consegue vencer a sua repugnância contra as disposições de D.Pedro, como obsta a que o juramento de D.Miguel fosse feito na qualidade de regente de Portugal, em função da aplicação da disposição da Carta que se queria aplicar. Ultrapassou-se o projecto de Metternich de submeter a questão portuguesa ao arbítrio da junta das seis potências que depois do Congresso de Aix-la-Chapelle se tinham estabelecido em Paris.

²⁵⁸ *Apud* extracto da *supra* mencionada exposição feita pelo marquês de Rezende, p.465.

²⁵⁹ Cfr. FERNANDO LARCHER, *Perspectiva histórica do constitucionalismo alemão e português*, Lisboa, 1994, p.24-25, e IDEM, *História Contemporânea, Programa*, t.II, O Ciclo Restauracionista (1814-1830).

²⁶⁰ Extracto da *supra* mencionada exposição feita pelo marquês de Rezende, p.466-467.

4. O próprio D.Miguel, segundo o marquês de Resende, cada vez estava menos disposto a jurar a Carta, dado que considerava que o irmão devia ter abdicado nele, e nada inclinado ao casamento, dado querer casar com a princesa Luisa da Baviera. A atitude do príncipe seria robustecida pela correspondência com os portugueses sublevados e exilados em Espanha, feita por via de Acosta. Entretanto, chega a Viena, ido de Lisboa, um carmelita descalço, que ia encarregado de entregar a D.Miguel o *Manifesto a favor dos direitos do senhor D.Miguel*, que se dizia impresso em Lisboa, em 11 de Maio. Era também visível a afluência, aos aposentos do infante, de obras da biblioteca imperial respeitantes à sucessão da coroa de Portugal.

5. Em 12, e não 4 como corre²⁶¹, de Outubro de 1826, por fim, D.Miguel jura a Carta nas mãos do barão de Vila Seca.

A seguir, D.Miguel e o barão de Vila Seca, como procurador de D.Maria, pedem ao papa dispensa de consaguinidade para que se possam efectivar os esponsais, que se virão a realizar no dia 29 de Outubro.

²⁶¹ "[...] o qual teve lugar a 12 e não a 4 de Outubro, como depois soube que fôra indicado.Cfr. " Extracto da *supra* mencionada exposição feita pelo marquês de Rezende, p.468.

TÍTULO II

A PRIMEIRA VIGÊNCIA DA CÂMARA ARISTOCRÁTICA (30 de Outubro de 1826 a 14 de Março de 1828)

Introdução. O Curto Biénio da Câmara Aristocrática Pura

Capítulo I. O Tempo dos Protestos de Fidelidade a D.Pedro: as Duas Primeiras Sessões Legislativas (30 de Outubro de 1826 - 23 de Dezembro / 2 de Janeiro - 2 de Abril de 1827)

Capítulo II. Primeiras Intenções de Alteração do Pariato e Crescente Tendência de Regresso ao Regime Tradicional, do Encerramento da Sessão Legislativa de 1827 à Abertura da de 1828

Capítulo III. A Sessão Legislativa de 1828

INTRODUÇÃO

O CURTO BIÊNIO DA CÂMARA ARISTOCRÁTICA PURA

I. A Atitude do Pariato: aceitação e fidelidade

II. As Sessões Legislativas

Jurada a 31 de Julho, a Carta sucumbirá em menos de dois anos, quando, em 30 de Junho, D.Miguel aceita as deliberações dos três estados, que se desenrolam num ambiente de forte instabilidade, em que as revoltas militares são timbre, e os focos de guerra civil alastram.

Precedamos a análise deste biénio por três considerações preliminares. Duas referentes ao pariato: a sua aceitação das nomeações e a sua fidelidade a D.Pedro e à Carta, e uma terceira referente aos grandes períodos da legislatura.

I. A Atitude do Pariato: Aceitação e Fidelidade

1.Traços gerais; 2. a aceitação do pariato; 3. a fidelidade do pariato à Carta perante a conjuntura.

1. A composição da Câmara dos pares trazia consigo um desafio de integração: o dos estamentos privilegiados na nova ordem liberal.

Como sabemos, a natureza aristocrática pura do pariato não irá durar mais do que a primeira vigência da Carta, e esta será breve. A posição do pariato face à realeza de D.Miguel e ao regresso às antigas instituições vai determinar o fim da sua natureza originária.

Mas, sem nos deixarmos condicionar pelo passo final, e sem escrever a história retrospectivamente, ajuizemos a atitude efectiva de pariato perante o conhecimento da sua nomeação e durante a legislatura.

De relance podem considerar-se como traços básicos:

- a aceitação do pariato pela grande maioria dos nomeados;
- a atitude global de aceitação do *status quo*, manifestada, quer pela participação relativamente assídua aos trabalhos, quer pela aprovação de propostas apresentadas pelos pares mais declaradamente liberais;
- a existência de três linhas: a da rejeição pura e simples da Carta, limitada a um par, e duas integrantes do sistema que só na fase final se demarcarão: uma nitidamente liberal, outra de tranquila coexistência que Abril de 1828 manifestará miguelista;

2. Que a elevação ao estatuto de par tenha, no primeiro momento, acolhido boa aceitação dos nomeados, nada apresenta de estranho. É um dado que ultrapassa a avaliação das instituições para se inserir na psicologia humana²⁶². D.Pedro tê-lo-ia calculado e nesse ponto não se terá enganado por certo.

²⁶² A apetência pelo pariato manter-se-á ao longo de todo o regime constitucional. Atente-se na prosa de BULHÃO PATO, *Digressões e Novelas*, Lisboa, 1864, p.177-178, que se refere ao "Conde de S." que depois dos tumultos civis de 1828, [...] simples cidadão nesse tempo, decidiu-se a abraçar o partido constitucional, abandonando pátria, amigos, tudo enfim [...] contentou-se em gerir os negócios detrás da cortina [...] e a aceitar os arminhos do pariato numa das últimas formadas. Cfr.BRAGA PAIXÃO, *Câmara dos Pares*, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, v.26, t.I.

O liberal marquês de Fronteira fornece-nos, nas suas *Memórias*²⁶³, o seguinte quadro pleno de vivacidade crítica:

"Sahindo de Bemfica e entrando na sociedade que, naquella epoca, era muito animada na capital, fiquei maravilhado da revolução que tinha havido na mesma sociedade e da mudança de opiniões em grande parte da aristocracia. Os fidalgos, que, com tanto entusiasmo, haviam proclamado o absolutismo em 1823, lisongeavam-se muito com o pariato e pareciam que se tinham feito liberaes. Chegava a ser um pouco caricato o muito que apreciavam o pariato hereditario, não largando a farda de Par nas mais pequenas *soirées* e, quando a largavam, vestiam um fraque azul com uns botões immensos, em que estavam gravados o manto de Par e a legenda: *Par do Reino*. Lembro-me de ter dito a alguns que, para a obra ser completa, faltava o nome do digno Par, o que seria util para evitar o trabalho duma apresentação.

Encontrava os mais façanhudos miguelistas de 1828, como o Duque de Cadaval, Marquez de Tancos, Conde de Mesquitella e outros muitos, não largando o honroso uniforme e prégando, de missão, a favor da Carta Constitucional e do novo Monarcha."

E quanto não pesaria no espírito de muitos dos agraciados a consciência da ascensão, enquanto elementos do corpo da nobreza, a um papel efectivo na orgânica nacional, que era de facto novo?

Na literatura legitimista de 1828-29 encontramos alusões à venalidade e efeito atractivo a que o pariato tenderia a conduzir.

Assim, Gouveia Pinto²⁶⁴ refere a propósito da situação vivida em 1826:

"Que poderia fazer a Nação em semelhante estado de medo, e coacção; vendo além disto o Estado da Nobreza, e do Clero maior, illudidos pelos seus novos Titulos de Pares, que nunca houvera no Reino; e o Governo disposto a fazer observar a Carta, que havia solicitado?"

E no ano seguinte, já em pleno reinado de D.Miguel, Fr.Fortunato de São Boaventura no seu *Mastigoforo*²⁶⁵ não iludia as suas convicções, quando tratava do termo *Pares do Reino* palavra que "ainda entre nós não havia":

²⁶³ *Op.cit.*, v.II, p.112-113.

²⁶⁴ *Demonstração dos Direitos...*, *cit.*, p.14.

²⁶⁵ N°4, Lisboa, 1829, p.6-9.

"Ardil foi este dos mais bem traçados pela Maçonaria, que desde a sua junção, ou alliança com os chamados Filósofos do Seculo 18, jurou destruir completamente as Monarchias, e a superstição, envolvendo no mesmo decreto de morte os Fidalgos e os Clerigos! [...] Entretanto degradar a Nobreza, e vilipendia-la, era como se diz vulgarmente faze-las mui calvas; e por isso ao reformar-se, ou antes envernizar-se a Constituição de 1822, para darem com o mel pelos beijos á Fidalguia Portuguesa, recorrêrão ao estratagemma da Camara Alta, esperando que á sombra destas idéas Monarchicas passaria melhor para dentro da Cidade, e até seria recebido com festas, e aclamações o presente dos Gregos, que devia ser a causa principal do incendio de Troia... Pares do Reino são em o Diccionario Maçonico humas figuras de Comedia, huns verdadeiros espantalhos, de que a Seita faria em breves annos a devida applicação, ou reduzindo-os a perfeita nullidade, ou confundindo-os para sempre com o terceiro Estado; *amalgamação esta*, que não he preciso ser grande Profeta, para se conhecer que seria o infallivel destino da Camara Alta... Que certos homens, ou certos Grandes se illudissem a ponto de se darem mutuamente os parabens da *consideração, em que principiava a ser tida a nobreza destes Reinos* (exceptuada porém, e havida como zero a das Provincias) mereceria tal ou qual desculpa, se ainda não tivesse existido a verdadeira *Mestra*, de quanto se passou até agora com as duas Constituições, quero dizer, a Revolução Franceza. Lá tambem se juntárão a principio as ordens do Estado com a Legitima divisão, que os costumes, as Leis, e a propria natureza do Governo Monarchico imperiosamente exigião; tambem apparecêo em roda do Soberano a maioria do Clero, e da Nobreza revestida dos sentimentos proprios da sua jerarquia; mas de que servio todo este apparatus contra a incessante diligencia, e pasmosa actividade das cavernas, e dos Clubs? Hum punhado de infames desertores do Corpo da Nobreza, outro punhado ainda mais envilecido de apostatas da Religião, dando-se as mãos, tanto minárão, e revolvêrão, que a 19 de Junho de 1790 estava decretada solemnemente a extincção da Nobreza.[...]"

Por mais negativos que se venham a apresentar os juízos de alguns legitimistas, o que é facto é que, dos Grandes do Reino, a quem D.Pedro IV concedera o pariato, a grande maioria não desdenha vestir o manto de arminho.

Nomeados			Tomaram posse							TOTAL
			26	27	28	34	36	42	43	
Nobreza	Duques	2	1	1						2
	Marqueses	26	16	1	3			1		21
	Condes	42	26	3	1	1	1		1	37
	Viscondes	2	1							1
	Subtotal	72	44	5	4	1	1	1	1	57/61
	Patriarca	1								1
Clero	Arcebispos	4 -1*								1 - +
	Bispos	14 -2*								8 - +
	Subtotal	19 -3* =16-	+ =	- + =						
	TOTAL			91 -3* =88	10 - + =					
* Diocese sedes vacante			+ Pediu escusa							

A ACEITAÇÃO DO PARIATO

Dos 72 pares hereditários apenas 13 nunca o chegariam a tomar posse²⁶⁶, embora alguns, em razão da menoridade ou da ausência no estrangeiro, como é o caso paradigmático de Palmela, só o venham a tomar a partir de 1834. Quarenta e quatro tomam assento logo em 1826. Dos 16 membros eclesiásticos, descontados já os três correspondentes a dioceses vacantes, apenas um não toma posse, mas cinco pedem escusa: o arcebispo de Adrianopolis por falta absoluta de vista, os bispos de Aveiro²⁶⁷, Castelo Branco²⁶⁸, e Leiria²⁶⁹ por doença, e o arcebispo de Braga.²⁷⁰

3. Seria, obviamente, a mais profunda das ilusões ver no pariato, ou em qualquer corpo constituído por perto de uma centena de membros, uma homogeneidade de convicções, como da mesma forma não é fiável julgar a atitude dos pares *a posteriori* apenas pela sua atitude final.

²⁶⁶ Marqueses de Angeja, Castelo Melhor, Chaves, Funchal, Penalva e D.Jayme; condes de Bobadella, Feira, Oriola, Peniche, Soure e S.Vicente; e visconde de Asseca. Todos eles assistiram à reunião dos Três Estados e, ou, assinaram o auto, salvo os três que morreram entre Junho e Novembro de 1827: Angeja, Castelo Melhor e Feira.

²⁶⁷ Carta de 10 de Novembro de 1826.

²⁶⁸ Carta de 3 de Janeiro de 1828.

²⁶⁹ Carta de 4 de Novembro de 1826.

²⁷⁰ Carta de 28 de Outubro de 1826.

A este respeito, refira-se que a historiografia liberal nem sempre primou pela isenção na análise da Câmara dos pares. A título de exemplo, refira-se o que Luz Soriano escreve²⁷¹:

"A camara dos pares, composta como era das classes mais favorecidas do antigo regimen, contava no seu seio os mais escarniçados inimigos do systema liberal. O quinto duque de Cadaval [de facto trata-se do sexto], D.Nuno Alvares Pereira de Mello, seu presidente, com inimitavel hypocrisia deu começo ás suas respectivas sessões, por meio de um discurso em que convidava os seus presididos a serem fieis ao rei e á carta, contra a qual elle mesmo, e quasi todos os mais pares por baixo de mão conspiravam, invertendo, para completo transtorno da ordem e a bem da usurpação, o poder legislativo e a regalia das suas cadeiras no parlamento, dadas como sómente lhes foram para seu proprio esplendor e fortuna da nação, cousas que elles por fim falsearam, quanto lhes foi possivel. Esta camara, formada como portanto foi da parte mais predilecta do partido miguelista, e da rainha D.Carlota Joaquina, cujas aspirações submissamente acatava, como sendo n'ellas interessada, tomára por norma paralyzar quanto podia todas as medidas liberaes, que vinham da outra camara, pronunciando-se discursos que só tinham isto por alvo. Podendo dar, ou retirar a confiança aos ministros d'estado, que se não partilhavam as suas idéas, muito lh'as rastejavam, a camara dos pares em 1826 foi o primeiro e mais importante posto de honra partidaria, que por si tiveram os sectarios da usurpação. Por meio d'ella se conservou o ministerio na sua habitual inacção, talvez que traiçoeira n'alguns dos seus membros, a fim de que por este systema podesse ir crescendo e medrando o partido miguelista, sendo o resultado d'isto paralysem-se effectivamente todas as medidas de vantagem para os constitucionaes."

Em boa verdade, a nosso ver, podem distinguir-se na atitude do pariato, e referimo-nos a atitudes e não a convicções, no decorrer da legislatura, três linhas.

²⁷¹ H.G.C., 3ª Epocha, t.II - Parte II, Lisboa, 1882, p.37-38.

Ainda mais contundente vide MOUZINHO DA SILVEIRA, *Memória. Demonstração da possibilidade de restabelecimento da Carta...*, cit., que refere a p.635:

"A Carta julgou remediar o mal da opposição, que parece ter prescindido da Câmara dos Pares, criando as Comissões Mistas; mas o remédio não foi procedente: quando a miserável Câmara dos estúpidos Pares não deixou passar a lei, que estabelecia a hipoteca de um novo empréstimo, que a guerra arrancou à Câmara dos Deputados, teve lugar uma Comissão Mista, e nesse dia fui eu, e mais a gente entendida da Câmara dos Deputados convencida, de que não progredia a Carta.

Os pares não entendiam a lei, que fazia objecto da Comissão Mista; [...] os termos mais elementares da ciência das finanças, e da economia publica lhe eram estranhos: levaram papéis escritos, que leram a esmo, e não a propósito, falavam como se fossem loucos, nunca estiveram na questão; mas foram fieis à imoralidade convencionada de dizer, que não; e ficou conhecido o mal, e a nulidade do remédio.

Por um lado, a da rejeição originária pura e simples da Carta.

Manifestamente, fá-lo apenas um par, o marquês de Chaves, não tomando assento e levantando armas, atitude isolada que é reprovada veementemente pelos membros da Câmara.

É certo que há pares que não tomam posse logo no início, nem mesmo na primeira vigência da Carta, e alguns não chegam nunca a tomar assento, e de que se chega a cismar em 1827 que estavam à beira de ver anulada a carta régia de nomeação²⁷², mas como vimos não se pode daí inferir a sua rejeição liminar da Carta e que tivessem recusado tacitamente a graça régia. Por exemplo, o conde de Oriola, então em missão diplomática em Viena e que virá a aderir a D.Miguel, inicialmente diligenciou pela causa de D.Maria II. Se estivesse em Portugal, provavelmente teria tomado assento na câmara.

Por outro lado, duas linhas integrantes do sistema que só na fase final, já durante a regência de D.Miguel, se demarcarão plenamente:

- uma corrente liberal, de que alguns membros combatem militarmente a sublevação realista e aparecem implicados nas *Archotadas*, e cuja posição fica bem demarcada já nas últimas semanas, em plena regência de D.Miguel, de funcionamento da Câmara, pela tomada de posição contra a ameaça ao sistema da Carta, por serem objecto de substituição nas suas funções, e que em breve partem para a emigração. Caso típico desta linha é o conde da Taipa: combateu militarmente os insurrectos, apareceu acusado nas *Archotadas*, levantou-se em Março de 1828 em defesa da Carta, emigrou pouco depois.

Esta linha era escassa, como se virá a provar em 1828.

²⁷² OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.155, que quando o dr.Abrantes volta do Brasil, em 1827, nomeado conselheiro de Estado e secretario intimo da infanta regente, transpira que ele é portador, entre outros importantes papéis oficiais, de uma ordem de anular as nomeações de pares do reino que não tivessem até à data tomado posse das suas cadeiras. Cfr.infra.

Sobre a missão do dr.Abrantes vide o *Imparcial*, nº53 de 22 de Maio de 1827, p.271-272.

Escreve o *Imparcial*, nº80 de 25 de Agosto de 1827, p.385:

"Desde o instante em que appareceu em Portugal a Carta constitucional, os principaes corifeos deste partido, abusando dos altos empregos que lhes havia confiado o Snr.D.João VI, empregarão todos os meios de obstar ao seu cumprimento: o Conselheiro *Abrantes* o prova a toda a evidencia na carta que dirigio a Mr.À Court em 5 de Julho, e corre impressa."

- Outra, de tranquila coexistência, que se manifestará miguelista em 1828, em que se podem ver várias gradações:

- temos desde logo o caso ilustrativo de reserva manifesta em relação à Carta, mas de participação na câmara, com o bispo da Guarda, D.Fr.Carlos de S.José e Azevedo. Não deixa de jurar a Carta, não deixa de tomar posse, mas, sem que lhe tenha dado publicidade, não deixa de manifestar com clareza contundente todas as suas reservas, como vimos *supra*.

Por certo, se estivesse vivo aquando das Cortes de 1828, não seria, pois, legítimo ter dúvida sobre a sua posição.

- a maioria do pariato, como constataremos, protesta, desde logo, veementemente a fidelidade a D.Pedro.

Deve, no entanto, fazer-se uma distinção entre as duas primeiras sessões legislativas, em que essa fidelidade é afirmada por um pariato praticamente coeso na defesa do regime da Carta, e uma segunda fase, após o longo intervalo de nove meses marcado pela notícia do regresso de D.Miguel, constituída pela curta terceira sessão legislativa, em que a maioria da câmara visivelmente caminha para a lealdade a D.Miguel.

Durante a primeira fase da sessão, sob a regência de D.Isabel Maria, vive-se na expectativa do regresso do infante, mas a partir do momento em que este assume o poder, assiste-se a um acentuar do caminhar para a dissolução das instituições liberais e para o regresso às formas tradicionais. De tal é prova o encerramento das Cortes, precursora da curta duração da sua regência, finda no início de Junho, em que é aclamado como rei absoluto.

Constataremos estas asserções nos três capítulos que se seguirão, e pensamos ficar evidente a falta de precisão da apreciação do citado Luz Soriano²⁷³, sobre a posição política da Câmara dos pares até 1828, que apresenta genericamente como formada "da

²⁷³ H.G.C., 3ª época, t.II, Parte II, Lisboa, 1882, p.37-38.

parte mais predilecta do partido miguelista, e da rainha D.Carlotia Joaquina", afirmando que "A camara dos pares tambem pela sua parte rastejava quanto podia a marcha do executivo em favor da usurpação".

II. As Sessões Legislativas

A experiência da Câmara dos pares, nesta sua primeira vigência, desenrola-se em três sessões legislativas²⁷⁴, as duas primeiras apenas intervaladas por uma escassa semana, a do Natal e Ano Novo, às quais se segue um longo interregno, até ao início de 1828, seguindo-se a última sessão da legislatura, encerrada pela dissolução da Câmara dos pares. O cômputo de sessões é de 106, face a 158 da Câmara dos deputados, cuja distribuição consta do quadro que apresentamos.

1826		1827		1828		TOTAL	
C. PAR.	C. D.	C. PAR.	C. D.	C. PAR.	C. D.	C. PAR.	C. D.
Out. 1	1	Jan. 14	22	Jan. 13			
Nov. 15	23	Fev. 11	21	Fev. 14			
Dez. 13	16	Mar. 19	23	Mar. 6			
--	--	--	--	--	--	--	--
29	40	44	66	33	52	106	158
-11		-12		-19		-52	

NOTA: Pode consultar-se uma tabela com as datas das sessões do primeiro período da Carta in S.CLEMENTE, D.H.C.G., t.IV, p.408.

CÔMPUTO COMPARADO DAS SESSÕES DAS DUAS CÂMARAS DURANTE A PRIMEIRA LEGISLATURA

²⁷⁴ As duas primeiras na regência de D.Isabel Maria e a última, encerrada prematuramente, na de D.Miguel.

REGÊNCIAS	ELEIÇÕES E SESSÕES PARLAMENTARES	REVOLTAS E AGITAÇÕES
D.ISABEL MARIA	<p><i>ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS</i> Inícios de Outubro</p> <hr/> <p>30 Out.- - 23 Dez.1826</p> <hr/> <p>2 Jan.- - 2 Abril 1827</p> <hr/>	<p>M M.Chaves 6 Out.1826 M em Tavira 8 Out.1826</p>
<p><i>Decreto de D.Pedro nomeando Regente D.Miguel 3 Jul.1827</i></p>		<p>Exoneração de Saldanha 23 Jul.1827</p> <p>L Archotadas Lx 24-27 Jul Po 28-30 Jul</p>
<p>> 26 Fev.1828 < D.MIGUEL</p>	<hr/> <p>2 Jan.- - 13 Mar.1828</p> <hr/> <p><i>DISSOLUÇÃO DAS CORTES</i> 13 Mar.1828</p>	
<p>M - Aclamações de D.Miguel L - Afirmção liberal pró saldanhista</p>		

QUADRO SINÓPTICO DA PRIMEIRA VIGÊNCIA DA CARTA

**CAPÍTULO I. O TEMPO DOS PROTESTOS DE FIDELIDADE A D.PEDRO:
AS DUAS PRIMEIRAS SESSÕES LEGISLATIVAS
(30 de Outubro de 1826 - 23 de Dezembro / 2 de Janeiro - 2 de Abril de 1827)**

- § 1º. As Duas Primeiras Sessões Legislativas e o seu Contexto Político
- § 2º. A Auto-Organização da Câmara
- § 3º. Nos Bastidores de Viena
- § 4º. Diligências Junto de D.Pedro

**§ 1º AS DUAS PRIMEIRAS SESSÕES LEGISLATIVAS
E O SEU CONTEXTO POLÍTICO**

- I. A Sessão Legislativa de 1826 (30 de Outubro - 23 de Dezembro)
- II. A Tranquilização Político-Diplomática entre Sessões
- III. A Sessão Legislativa de 1827 (2 de Janeiro - 2 de Abril)

**I. A Sessão Legislativa de 1826
(30 de Outubro - 23 de Dezembro)**

I.A. A Sessão Real de Abertura das Cortes e a Filosofia da Câmara dos Pares no Discurso do Trono (30 de Outubro)

I. B. As Três Primeiras Semanas da Sessão por entre Manifestações de Reconhecimento a D.Pedro (31 de Outubro - 23 de Novembro)

I.C. A Câmara perante as Atribuições da Guerra Civil (23 de Novembro - 23 de Dezembro)

I.A. A Sessão Real de Abertura das Cortes e a Filosofia da Câmara dos Pares no Discurso do Trono (30 de Outubro)

1. A solenidade; 2. a filosofia da Câmara dos pares no discurso do trono; 3. o juramento da infanta regente nas mãos do presidente da Câmara dos pares; 4. referências na imprensa.

1. A primeira sessão real da abertura das Cortes Gerais, que fora precedida duma missa do Espírito Santo celebrada no dia 27 na patriarcal, à qual assistiram os pares e deputados que se encontravam em Lisboa, decorre, nos termos do disposto nos artigos 18º e 19º da Carta e das instruções aprovadas por decreto de 8 de Outubro²⁷⁵, no dia 30 de Outubro no Palácio da Ajuda com as duas câmaras reunidas²⁷⁶. Não falta a pretendida marca de solenidade²⁷⁷, seguindo-se o protocolo pré-determinado:

²⁷⁵ Cfr. Aviso da infanta regente de 23 de Outubro de 1826, publicado na *Gazeta de Lisboa*, nº255, de 30 de Outubro.

²⁷⁶ Vide notícia da sessão e o discurso do trono in *Gazeta de Lisboa*, nº256 de 31 de Outubro, p.1101-1102, in *O Imparcial*, nº33, de 4 de Novembro de 1826, p.137-138, in *O Periodico dos Pobres*, nº12, de 2 de Novembro de 1826, p.1-2, ou in *O Portuquez*, v.I, nº1, de 30 de Outubro de 1826. Transcrito também in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.366-368.

O redactor do *Imparcial*, de que nos socorreremos para informações, redigira na Baía o *Semanario Civico*, que pugnava pela união constitucional do Brasil com Portugal. Cfr.o *Imparcial*, nº51, de 16 de Dezembro de 1826, p.219.

²⁷⁷ Por decreto de 8 de Outubro estabelecera-se o cerimonial, que fora preparado por uma junta nomeada em 6 de Setembro, e por aviso de 10 de Outubro o traje. Sobre o cerimonial adoptado vide as "Instrucções que regulão o Cerimonial para a Abertura da primeira Sessão Real das duas Câmaras reunidas", anexo ao decreto de 8 de Outubro de 1826, in *Gazeta de Lisboa*, nº240 de 31 de Outubro de 1826, p.983-984, ou in *Collecção de Legislação Portuqueza*, Anno de 1826, 2º Semestre, Folheto VII, Lisboa, 1943, e S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.317-319, e a portaria de 28 de Outubro respeitante aos lugares dos arcebispos e bispos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.359.

Vide a descrição da cerimónia in ANTONIO VIANNA, *A Carta e a Reacção*, Lisboa, p.113-116.

"O Duque de Cadaval, Presidente da Camara dos Pares, tomou o seu assento em huma Cadeira, collocada no estrado pequeno, abaixo do ultimo degrão do Throno, e os Pares do mesmo lado no lugar que lhes competia, segundo a Carta, em duas linhas, estando no primeiro lugar da direita da primeira linha a Cadeira de espaldar do Eminentissimo e Reverendissimo Cardeal Patriarca, Vice Presidente da Camara dos Pares.

Os Deputados tomarão os seus assentos, sem precedencia, no lado determinado na Carta, os quais estavam cobertos de panno verde."²⁷⁸

Para a cerimónia nomeava-se condestável do reino o par D.Jaime, irmão do duque de Cadaval, que a ela deveria assistir com o estoque levantado.²⁷⁹

O traje dos pares fora também objecto de prévio aviso, datado de 10 de Outubro, que passava a ser o próprio dos pares.²⁸⁰

"[...] gibão comprido de velludo preto com as mangas golpeadas, botões brancos, forro de seda brana, e sobre os canhões a renda recortada; capa curta de velludo preto forrada de branco, ficando ao arbitrio de cada um usar de forro de seda lisa, ou bordado, ou de arminhos, e a murça de par toda de arminho; coleira de rendas, banda larga de setim branco com laço grande de roseta, franjadas as pontas de franja de cordão de seda; calção de seda preta com liga de roseta; meias brancas e sapatos pretos com roseta branca larga; espada antiga de cruz branca, chapéu de cocar com a aba de diante levntada, e plumas grandes brancas; [...]"

Nos termos do aviso da Infanta regente de 23 de Outubro²⁸¹ os antigos braços privilegiados deviam-se fundir num só:

"[...], declare aos Arcebispos, e Bispos, que se acharem presentes, que não podendo formar Corpo distincto, e separado dos Pares Seculares, como antigamente se praticou em algumas occasiões entre os Prelados, e Titulares, em consequencia do lugar determinado na Carta Constitucional para os Pares assim Ecclesiasticos, como Temporaes, tomarão nesta solemnidade os assentos designados no artigo quarto das Instrucções juntas ao Decreto de 8 do corrente

²⁷⁸ Cfr. *Gazeta de Lisboa*, nº256, de 31 de Outubro, p.1101.

²⁷⁹ Decreto de 8 de Outubro, transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.319.e *Instrucções que regulam o cerimonial...*, cit., art.12º.

²⁸⁰ Cfr. o aviso ao marquês de Abrantes, idêntico ao de todos os outros pares in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.319-320.

²⁸¹ Publicado na *Gazeta de Lisboa*, nº255, de 30 de Outubro.

mez, no qual Sua Alteza Conciliou o disposto na mesma Carta, com as precedencias, e honras de Marquezes, de que gozão os Arcebispos, e das de Condes, de que gozão os Bispos; declarando outro sim a estes ultimos, e aos Condes, que as mesmas Instrucções não alterarão, nem decidem a antiga questão de precedencia, [...] , ficando por tanto subsistindo em seu vigor o disposto no Avizo de 4 de Dezembro de 1723:[...]"

O corpo diplomático, ao contrário do que acontecera quando do juramento da Carta, está agora presente, salvo a representação de Espanha.

2. Se o discurso do trono, lido pela infanta regente, na referência ao pariato é por um lado meramente convencional:²⁸²

"Dignos Pares do Reino, como legisladores vós entraís na partilha de tão importantes trabalhos; mas também sois chamados para exercer as nobres funções da magistratura. Pela sabedoria, firmeza, e amor da Patria, de que deveis ser ornados, sereis exemplo aos que vos succederem na vossa Dignidade hereditaria."

não perde a oportunidade de uma vez mais sublinhar a conciliação entre as instituições tradicionais e a Carta:

"Vos sabeis que o solo, que hoje chamamos Portugal, não conheceo desde seculos remotos outro Governo Politico, que não fosse o Monarquico-Representativo. Prelados, e Grandes Senhores formavão unicamente esta Representação: o Povo não tinha voz nem acção n'hum regimen quasi feudal. Os Reis Portuguezes, pouco depois do principio da Monarquia, concederão ao terceiro Estado os direitos e a dignidade que seculos barbaros lhe havião negado. Floreceo então Portugal a sombra de hum Governo completamente Representativo: porem, não havendo Leis que fixassem de hum modo invariavel as Instituições adoptadas pela pratica e tradição dos Maiores, vierão estas a cahir em sensivel esquecimento; emmudecêrão as Cortes da Nação; e estava reservado para os nossos dias renova-las por meio de estabelecimentos sabios e permanentes. Tal foi o projecto, que na Sua Real Mente concebeo Meu Augusto Pai, cuja memoria sera sempre cara aos Portuguezes; e tal foi o que com gloria imortal executou Meu Augusto Irmão, felicitando esta Nação com a nova Carta Constitucional..."

e dá uma importante informação política de última hora:

²⁸² Transcrito in *O Portuguez*, v.I, nº3, de 2 de Novembro de 1826, e in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.366-368..

"Há poucas horas recebo de Vienna de Austria a noticia de ter meu muito amado e prezado irmão, o serenissimo senhor infante D.Miguel, prestado o juramento puro e simples á carta constitucional no dia 4 do corrente mez, dirigindo-se logo depois d'este acto a sua santidade para obter a necessaria dispensa, depois da qual se devem seguir os esponsaes com minha augusta sobrinha e senhora, a rainha D.Maria II."

3. No final da sessão, dando cumprimento ao estipulado no artº 97º da Carta, a infanta regente jurou, segundo fórmula aconselhada por A Court, a Carta nas mãos do presidente da Câmara dos pares, duque de Cadaval.

Estava assim completada a instalação do novo regime.

4. *O Amigo da Carta* do mesmo dia²⁸³ no editorial "O Amigo da Carta Ao Corpo Legislativo", regozija-se:

"Legisladores do Lusitano Imperio, que o Immortal e sempre Augusto Imperador do Brazil e Rei de Portugal o Senhor D.PEDRO IV investe nos Soberanos Direitos, mais nobres e mais respeitaveis, que o mundo civilizado conhece. É hoje que apparece pela primeira vez em Portugal um Corpo Legislativo composto de duas Camaras; uma nomeada individualmente pela Monarchia, e toda composta de Dignos Pares, Illustres Chefes dessas distinctas Familias, cujos troncos em grande parte virão edificar o Throno do primeiro Affonso, e no andamento dos seculos por uma serie de acções brilhantes, em quanto Portugal conservou puros seus antigos costumes, sua frugalidade, amor do trabalho, e zelo por seu nome e gloria, descendentes dessas mesmas Familias firmarão, defendêrão e conservarão a Religião, o Throno, e a Nação: outra convocada legitimamente pelo Soberano, eleita pelos Povos, e escolhida entre os Cidadãos mais sabios, mais conspicios, mais zelosos do serviço do Rei e da Nação, que ambas representam, e presididas, em Nome deste Adorado Monarcha, por Sua Alteza Serenissima a Senhora Infanta Regente, Digna Filha do Augusto e lamentado JOÃO VI, e Representante de um Soberano, que por suas Virtudes e pelo amor do Povo é o creador de duas Monarchias Constitucionaes, o Libertador dos Lusos, o Fundador da Liberdade, que firmou epoca nos annaes de Portugal, da Europa e do Mundo.

Que vistoso quadro offerece Portugal ao Mundo inteiro! Hontem escravos, hoje livres! Hontem vassallos humildes, sem nome, sem vontade, sem direitos; hoje nobres subditos, divisados do nome de Legisladores, investidos por graça livre e espontanea do Monarcha de um dos Poderes

²⁸³ Nº30, de 31 de Outubro de 1826. Vide a referência a esta primeira sessão e ao respectivo comportamento do paria to in *O Amigo da Carta*, nº36, de 14 de Novembro, p.1-3.

mais Augustos da Soberania. Hontem victimas da arbitrariedade de vassalos despoticos e tyrannos; hoje cercando o Throno formando as Leis. Hontem condemnados ao silencio, e a ver propagar doutrinas tão absurdas, quanto o é a ignorancia que as produzira; hoje órgãos de verdade, vão annunciar á Nação os Dogmas respeitaveis que o Codigo do Immortal PEDRO IV, contém e encerra. De todas as partes do Imperio Lusitano caminham á Capital os Dignos Pares e os Illustres Deputados, uns e outros venerandos Pais da Patria, Representantes de todas as classes da Nação, salvadores do Throno, da Carta e do Povo; e as duas Camaras em Salas diversas, mas em um mesmo espirito de união e de amor da Patria, vão prestes formar as Leis Regulamentares, que a Carta demanda, e sem as quaes o Systema Representativo não póde regular sua nobre marcha."

Também a official *Gazeta de Lisboa* noticia:²⁸⁴

"Lisboa, 30 de Outubro

Depois de hum longo intervallo de cento e vinte e oito annos, que tantos se contão até ao presente desde 1698, surgiu o grande, o glorioso Dia 30 de Outubro de 1826, e tornou Portugal em fim a vêr reunida a sua verdadeira Representação Nacional, convocada legitimamente agora pelo seu Augusto e Generoso Soberano, o Senhor DOM PEDRO IV."

5. Apesar da tensão do ambiente, que acentua a ameaça do peso dos absolutistas, as Cortes iniciam os seus trabalhos com tranquillidade, conforme escreve Almeida Garrett, em artigo intitulado *Estado actual de Portugal na abertura das côrtes geraes de 1826*, publicado no primeiro número do *Portuguez*, datado precisamente de 30 de Outubro.²⁸⁵

I. B. As Três Primeira Semanas da Sessão por entre Manifestações de Reconhecimento a D. Pedro (31 de Outubro - 23 de Novembro)

1. O início do funcionamento da Câmara dos pares; a verificação de poderes com a condenação peremptória do marquês de Chaves; 2. o pariato face ao governo; a questão do regimento; 3. a attitude política da Câmara dos pares face aos outros órgãos de soberania.

²⁸⁴ N°256, de 31 de Outubro de 1826, p.1104

²⁸⁵ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.685-688.

1. No dia 31 iniciam-se os trabalhos, ocupando a Câmara dos pares o antigo palácio da Inquisição no Rossio, onde se viria a edificar o Teatro Nacional²⁸⁶, dando-se início à primeira sessão legislativa.²⁸⁷

As primeiras sessões²⁸⁸, destinadas a verificação de poderes e eleição da mesa²⁸⁹ e das comissões, decorreram sem especial interesse, salvo num ponto: o caso do par nomeado marquês de Chaves. Este caso tem, aliás, a virtualidade de servir de polo de fixação na Câmara dos pares ao repúdio da infidelidade para com D. Pedro.

Prova da fidelidade ao novo regime é o facto do marquês de Pombal, um dos pares que em 1828 manifestará o seu apoio a D. Miguel, ter levantado a questão de saber se o marquês de Chaves era ou não par, o que levou à tomada de posição pelo marquês de Vagos e do arcebispo de Elvas, em sentido negativo. O duque de Cadaval atalhou porém a questão²⁹⁰.

A atitude do marquês de Chaves²⁹¹ é peremptoriamente condenada, chegando o conde dos Arcos a questionar se este era ou não par.²⁹²

²⁸⁶ Enquanto a Câmara dos deputados se instala no Terreiro do Paço, no local onde se viria a instalar o Supremo Tribunal de Justiça.

²⁸⁷ Vide a "Acta da Câmara dos Pares" in *O Portuguez*, v.I, nº3, de 2 de Novembro, S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, p.373-374. A Câmara dos pares ocupa o antigo palácio da Inquisição no Rossio, enquanto a câmara dos deputados se instala no Terreiro do Paço, nos locais, respectivamente, onde se viria a edificar o Teatro Nacional, e a instalar o Supremo Tribunal de Justiça.

²⁸⁸ As actas das sessões encontram-se publicadas oficialmente pela Imprensa Regia, no que diz respeito aos anos de 1826 e 1827: *Actas das Sessões Publicas dos Dignos Pares do Reino*. No respeitante a 1828 apenas encontramos publicadas as duas primeiras sessões e parte da terceira. Pode recorrer-se, porém, no Arquivo Histórico Parlamentar, às actas manuscritas.

²⁸⁹ A mesa da Câmara dos pares fica constituída pelo duque de Cadaval, presidente, pelo vide presidente Cardeal patriarca de Lisboa, D.Fr.Patício da Silva, ambos *ad origine* por nomeação régia por decreto de 30 de Abril de 1826, e por dois secretários eleitos, em 6 de Novembro de 1826, e depois reeleitos em 3 de Janeiro de 1827 e 1828, o marquês de Tancos e o conde de Mesquitela, e ainda a partir de 1827 por dois vice-secretários, condes das Galveias e da Figueira, eleitos em 3 de Janeiro de 1827 e 1828.

Entretanto na formação de listas quintuplas, para a escolha do presidente da câmara dos deputados, são eleitos alguns liberais de maior evidência, como fr.Francisco de S.Luiz, José António Guerreiro, Manuel de Serpa, Filipe Ferreira de Araujo e Castro, Marciano de Azevedo e Bento Pereira do Carmo.

²⁹⁰ Escreve a este respeito *O Amigo da Carta*, nº36, de 14 de Novembro de 1826, p.1: "[este objecto] deve começar por uma accusação, e ter sentença definitiva nesta Camara, como nos parece haver sido o parecer do Ministerio, e a este parecer dever-se a impunidade da rebellião do Marquez de Chaves, e a conservação deste Titulo odioso. Vós me direis talvez que outros rebeldes, tambem Titulares, estão impunes; não vos sei responder, senão que o tempo aclarará este negocio, [...]".

²⁹¹ Vide a Proclamação do marquês de Chaves aclamando D.Miguel I, datada de Verim, 9 de Outubro de 1826, com a respectiva apreciação liberal in *Imparcial*, nº40 de 21 Novembro, p.165-166.

O Imparcial, no seu nº30, de 31 de Outubro de 1826, p.2-3, publica, a título de correio enviado de Compostella, a 17 de Outubro de 1826, por uma tal "Brites Abridense":

"[...] Ora a mania do Manoel he não querer ser Par, porque não lhe cahe na cabeça que sendo elle um a ... possa fazer dois. Mas o Marquezado dá-lhe muito cuidado; é verdade que uma carta que recebeo de

A questão será retomada na sessão seguinte, em 2 de Novembro, pelo marquês de Alegrete, intervenção que *O Imparcial*²⁹³, aproveitará para, em desabono do marquês de Chaves e seus correlegionários, interpretar como fazendo a distinção entre a alta nobreza fiel à Carta e a "a nobreza de segunda ordem, e titulares de recente data"²⁹⁴, opostos às novas instituições, focando o pertinente problema do descontentamento desta:

"Porquanto, não consta que nenhum dos antigos e illustres titulares fosse implicado na presente rebelião; aquelles reconhecidos hoje como traidores são modernos: o Marquez de Chaves; Viscondes de Canellas, Montalegre, Villa Garcia; Barões de Paúlos, Villa-Pouca &c.&c.; e os não titulares Manoel da Silveira, Madureira, Alpoim, Magessi, e outros que taes.

Não admira que estes se declarassem oppostos á Constituição. El-Rei não os havia nomeado Dignos Pares do reino (á escepção do Marquez de Chaves); não possuem qualidades populares, que influissem para serem ellegidos Deputados: o seu amor proprio naturalmente devia offender-se, e muito principalmente porque, pelas novas instituições, elles são iguaes perante a lei com qualquer dos do povo. Ora, seria desconhecer alguns magnatas das provincias para saber-se quanto elles devião odear huma tal fórmula de Governo: habituados a tratar com altivez os seus inferiores, dando muita importancia a si mesmos, e a seus titulos de nobreza, reputão-se de outra raça. Este modo de pensar na nobreza das provincias he geral na Hespanha, França Alemanha, e no nosso Portugal;

Lisboa lhe affiança, que passa por louco; será mettido na casa dos doidos para fazer mais este brilhante papel, e não será julgado senão na Camara dos Dignos Pares, ainda que um traidor nunca, nunca, e nunca possa pertencer áquella Illustre e Respeitavel Camara, aonde nunca entrou, não tomou posse, nem teve exercicio, e tudo perdeo, quanto foi, era, e podia ser, até mesmo vida, ou o direito a conserva-la. A Camara não conhece de tal, nem o nome infame do Manoel há de proferir-se naquella Salla aonde a honra, a fidelidade, e o amor ao Rei tem lugar."

O Imparcial, nº42, de 25 de Novembro de 1826, p.177, acusará mesmo o marquês de Chaves de ter dado "vivas a Fernando VII, Imperador de Hespanha e Rei de Portugal", em Orense no dia 20.

²⁹² *O Imparcial*, nº34, de 7 de Novembro, p.143(1), comenta da seguinte forma a questão colocada pelo conde dos Arcos:

"A muita gente pareceo ociosa a proposição do Exm^o. Conde dos Arcos, e nós a julgamos mui judiciosa. Todos sabem que o Marquez de Chaves commetteo o crime de rebelião; que com a maior publicidade blasfemou = morra o Senhor D.*Pedro IV* =; e como tal tem perdido todos os titulos e honras; mas isto não constitue acto legal para ser expulso da Camara, sem primeiro o Governo fazer constar que elle he rebelde; e he certamente o que desejava saber o Exm^o. Propinante: [...] Ora, o Governo ainda não fez publico que o Marquez de Chaves e outros traidores erão criminosos, e havião perdido as suas honras, titulos e patentes, e estavam riscados da nobiliarquia portugueza: daqui provém que nós ainda escrevemos = Marquez de Chaves, Visconde de Monte-alegre &c. &c.= mas no momento em que o Governo declarar que elles tem perdido as honras e titulos, os trataremos com a sem cerimonia de *Manoel Marques, José da vestia* &c.&c.&c. Porque o Governo ainda não fez esta declaração? he o que não nos pertence saber."

²⁹³ Nº35, de 9 de Novembro de 1826, p.146(1)-147.

²⁹⁴ A expressão utilizada pelo marquês de Alegrete é "os inimigos de nossas sabias instituições, e que o são principalmente pela classe a que pertencem os individuos de que se compõe esta Camara".

sendo neste ponto mui differentes da nobreza da Côrte, que capricha em ser tratavel, e officiosa com seus inferiores."

Da primeira sessão e do comportamento do pariato fazia a seguinte apreciação *O Amigo da Carta*.²⁹⁵

"A Camara dos Pares teve no dia 31 de Outubro a sua primeira Sessão, e devo dizer-vos, que nos seus dignos Membros se deixou ver o mais bem entendido liberalismo, assim como a mais firme adhesão a El-Rei, e á Carta. A Europa civilisada deve admirar-se que os Titulares Portuguezes, talvez desacreditados por faltos de instrucção, appareção de repente, se não sabios consummados, pelo menos homens com bastante instrucção, promptos a entrar nas materias; discuti-las, cheios de honra, e boa fé, para seguir o melhor partido, isto é, o esplendor do Throno, a dignidade da Camara, e o bem geral da Nação. Nós vos affiançamos, que a Camara dos Pares não cederá á dos Deputados em zelo, e aferro ao Rei, e á Carta. Já se conhece, que se a Nobreza de Portugal, não passava por instruida, é ou porque o despotismo não a aproveitava, ou porque corria a sorte que tem corrido as artes, as sciencias, e as letras."

2. Mais do que uma descrição destes processos de rotina, interessa-nos o comportamento do pariato, face à nova ordem instituída, nas instáveis circunstâncias.

Sobre a atitude política da Câmara dos pares na sua relação com os outros órgãos de soberania instituídos, nomeadamente os poderes moderador e executivo, bastante se tem divagado, procurando acentuar a dominante historiografia liberal entraves provocados por aquela.²⁹⁶

Dum depoimento neutral parece podermos retirar, na realidade, a conclusão duma animosidade do pariato, relativamente ao Governo, no momento da constituição da câmara.

²⁹⁵ N°36, de 14 de Novembro de 1826, p.1-3.

²⁹⁶ Neste sentido relembre-se o texto já referido de MOUZINHO DA SILVEIRA, *Memória. Demonstração da possibilidade de restabelecimento da Carta...*, cit., p.632-633, em que relata ter-lhe sido dito na noite do dia seguinte ao da chegada da Lealdade com a Carta "por uma senhora de Lisboa muito conhecedora dos factos = trabalha-se muito para não se executar a Carta, e o marquês de Borba já tem a maioria na Câmara dos Pares para rejeitarem todas as leis, que os deputados fizerem: aqui temos o manifesto da guerra, que depois appareceu."

Com efeito, assume grande interesse a carta do duque de Rauzan para o seu ministro²⁹⁷, datado do dia da abertura das Cortes, uma vez que dá conta de um estado de espírito que os acontecimentos vêm a concretizar:²⁹⁸

"[...] Quant aux Pairs, ils paraissent assez disposés à se placer dans une espèce d'opposition et à repousser le Ministère. Je ne vois pas trop ce qu'ils y gagneraient, le moment n'est pas bien choisi pour demander un ministère moins favorable aux institutions nouvelles. Le sort du pays est encore trop incertain; il règne trop d'inquiétude, et surtout les pairs ne sauront pas conduire une pareille entreprise. Ils ne seront probablement que maussades, tandis qu'il leur faudrait ou beaucoup d'adresse, ou beaucoup de fermeté, deux qualités trop rares pour les trouver dans cette chambre naissante. Ils vont elever des difficultés sur le règlement qu'on leur a envoyé tout fait, et auquel ils auraient voulu travailler; on proposera de le regetter, et que la chambre fasse elle même son règlement. On attaquera aussi probablement les ministres sur les nombreuses infractions qu'ils se sont permis de faire aux lois nouvelles. Il me semble que les Pairs feraient mieux, et surtout prendraient une tâche plus facile, s'ils offraient un appui conditionnel au Ministère, et les tenaient ainsi dans la voie qu'il est desirable qu'il suive, jusqu'à ce que toutes les grandes affaires du Pays, étant réglées, ils puissent calculer les avantages et les inconvénients de l'action qu'ils veulent exercer sur le Gouvernement. Au demeurant, on peut encore se permettre de douter qu'ils fassent tout ce qu'ils se vantent de vouloir faire. "

Que os pares não se ficaram pelas palavras, prova-o o problema que se levanta com o executivo, logo na sua segunda reunião, no dia 3 de Novembro, a propósito do regimento²⁹⁹. Gera-se acirrada discussão, que patenteia um ambiente de fricção entre a segunda câmara e o governo.

A questão é sumariável em duas palavras. Tendo o governo elaborado um regimento interno para a Câmara dos pares, como aliás fizera também para a dos deputados³⁰⁰, levantam-se vozes contra essa considerada ingerência, a primeira das quais é do conde de Linhares em cujas palavras se sintetiza essa corrente de opinião:³⁰¹

²⁹⁷ Carta de 30 de Outubro de 1826 in A.E.P., Correspondance Politique, Portugal, nº142 (Septembre 1826 - Avril 1827), fls.95-100v.

²⁹⁸ Carta de 30 de Outubro, *cit.*, fl.96-96v.

²⁹⁹ Para evitar repetições consulte-se *infra* o cap.II deste título.

³⁰⁰ Referindo já estes regimentos internos, já em 25 de Outubro, a Infanta Regente autorizava o ministro do Reino Trigo de Aragão Morato a designar empregados até que as mesas das Camaras o fizessem nos termos regimentais. Cfr. *Gazeta de Lisboa*, nº253, de 27 de Outubro de 1826, p.1-2.

"Busca-se impor á camara um regulamento, que debaixo de apparencias de ordem e regularidade, póde na realidade ter um fim muito diverso, eisto é, tolher a liberdade da mesma camara e estabelecer, sem contestação alguma, precedentes que possam convir para o futuro a um ministério providente e que desde já se mostra inclinado a cobrir-se de um prudente véu por meio de sessões secretas obrigadas, [...]."

Mas a posição não é unânime. Discordante se manifesta desde logo o marquês de Alegrete, que defende que "se acceite e execute completamente o regulamento".

A Câmara acaba por decidir, por 27 votos contra 12, "que se não recebia o Projecto do Regimento interno da Câmara dos Pares como decretado; mas que interinamente deveria regular os trabalhos da mesma Câmara".

A FAVOR DO PARECER CONTRA O MINISTÉRIO	CONTRA O PARECER
27 votos	12 votos
Duque de Cadaval	
Bispos de Viseu, Pinhel, Vila Viçosa e Guarda	Arcebispo Bispo de Elvas
Marq.s de Abrantes, Borba, Pombal, Sabugosa, Olhão, Lavradio, Tancos, Louriçal, Valada, Vagos e Belas	Marq.s de Alegrete, Torres Novas, Viana
Condes da Louzã, Figueira, S.Paio (Antonio), Ega, Belmonte, Anadia e Lapa, S.Miguel, Linhares, Mesquitela, Rio Pardo, Galvêas, Cunha, e Taipa	Condes de Parati, Cêa, Carvalhaes, Povoa
<i>Sedes materiae: Gazeta de Lisboa, nº261, de 6 de Novembro de 1826, p.1125-1126.</i>	

A PRIMEIRA DISCORDÂNCIA COM O GOVERNO:
A VOTAÇÃO NA CÂMARA DOS PARES DO PARECER DEFENDENDO POR
UNANIMIDADE A REJEIÇÃO DO PROJECTO DE REGIMENTO INTERNO
APRESENTADO PELO MINISTÉRIO COMO DECRETADO
Sessão de 3 de Novembro de 1826³⁰²

³⁰¹ Sessão de 3 de Novembro, in *Actas das Sessões Publicas da Camara dos Dignos Pares do Reino na Sessão do Anno de 1826*, Lisboa, 1826, p.5-7, e in *O Portuguez*, v.I, nº5, de 4 de Novembro e nº6, de 6 de Novembro de 1826. Também transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.375-381.

Esta questão, que, na falta da carta que acabamos de citar, poderíamos entender não significar mais do que a legítima pretensão da Câmara dos pares de elaborar o seu próprio regimento, foi fonte de ambiente de fricção e susceptibilidade, como o provam os desabafos do Ministro dos Negócios Estrangeiros, D.Francisco de Almeida.

Em despacho³⁰³ para seu cunhado, o marquês de Palmela, afirma:

"Julgando o governo, à vista do artigo 20 e 21 da Carta Constitucional, que a ele e só a ele podia pertencer fazer os regulamentos internos provisórios das duas Câmaras, assim o executou, e teve o prazer de ver que a Câmara dos Deputados adoptou provisoriamente e sem discussão aquele que lhe havia sido oferecido. Porém, qual foi a magoa do governo quando viu o modo por que a Câmara dos Pares queria rejeitar a oferta que o governo não só podia mas devia fazer-lhe. Como nesta desagradável questão alguns dos dignos Pares atacaram o ministério com bastante grosseria e falsidade, eu julgo não dever escrever nada mais a este respeito."

E nas suas *Memorias*³⁰⁴ refere a propósito da discussão ocorrida na Câmara dos pares:

"Nenhuma importancia teria tido esta discussão, se ella não tivesse dado a entender a desinteligência entre a Camara dos Pares e o Governo, o que era deveras lamentavel, muito principalmente no principio. [...] Como a populaça folga sempre com os ataques feitos á auctoridade, certos Pares do Reino gozaram durante alguns dias (poucos na verdade) duma certa popularidade. Houve quem, nos dias mais proximos, fôsse passear para as praças e Passeio Publico, para receber os applausos da sua triste repsodia, [...]."

Não se pode inferir duma primeira questão, a do regimento, uma predisposição para a hostilidade da câmara face ao regime, mas sim ao governo, que era o que se constituiria no dia 1 de Agosto, quando vários pares abandonam as suas funções no conselho de regência, e do qual continua a fazer parte Saldanha.

A Câmara apresentará a 28 de Novembro um projecto de regimento interno.³⁰⁵

³⁰² Acta da sessão nos locais citados, nomeadamente in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.375-381, com a votação na p.381.

³⁰³ Despacho reservado nº 20, de 4 de Dezembro de 1826. Transcrito in ANTONIO VIANNA, *A Carta e a Reacção*, Lisboa, 1958, p.117-118.

³⁰⁴ *Op.cit.*, v.I, p.140.

³⁰⁵ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.520-ss.

Bem representativa duma visão interveniente no contexto dos poderes políticos da Câmara dos pares são as seis propostas do conde de S.Miguel apresentadas na sessão de 16 de Novembro de 1826.³⁰⁶

"Proponho 1º que se peça ao Governo huma informação do estado actual em que se acha a Nação: 2º que esta informação compreenda todos os ramos da administração publica: 3º que as materias que exigem segredo venhão notadas em separado se da sua revelação não periga o bem do Estado: 4º que na mesma informação venhão indicados os abusos que mais carecem de reforma: 5º que o Governo mande á Camara todas as noticias do dia, tanto internas, como externas, que interessão á segurança da Nação: 6º em fim que se nomeie huma Comissão particular a que se dirijão estas noticias, e os documentos que lhes disserem respeito, e que esta Commisão communique á Camara em Sessão publica ou secreta segundo a sua natureza [...]."

Mas o pariatto mostra-se bastante moderado considerando no fundo que as propostas do conde de S.Miguel excediam os limites das atribuições da câmara, como afirmou o marquês de Alegrete.³⁰⁷

E bem moderado se mostrou o conde da Ponte ao afirmar, a propósito do art.5º:³⁰⁸

"O que se pede neste artigo, nem se póde nem se deve exigir do Governo. Não se póde por que suppondo por hypothese que o Governo deveria dar essas noticias, era forçoso para isso que as tivesse, [...]. - Agora resta provar que ainda quando as tivesse não seria decente a esta Camara pedilas. A camara alta nos Governos representativos, he o sustentaculo mais forte das liberdades publicas; estabelecida entre o Governo e a 2ª Camara ella sustenta o equilibrio entre estas duas forças componentes do systema, que sós sem a Camara alta se chocarão, produzindo esses choques resultantes sempre funestos ás nações: he, pois, a Camara dos Pares, que vigilante sempre deve impedir, que da parte do executivo haja a menor infracção á Constituição, e que da outra Camara haja a menor tendencia contra o Governo, e poderes que lhe pertenção. - Para que a Camara dos Pares, porém, possa conservar esta sua tão alta attribuição com dignidade, he necessario para que lhe reconheção seus direitos, que não comece entre nós por atacar os dos outros. E applicando esta regra geral ao caso em questão: dado o principio de dever o Governo mandar as noticias pedidas neste artigo, não haverá razão para as não mandar á dos Senhores Deputados; da recepção das noticias seguir-se-hão providencias (de outro modo não servirão de nada estas noticias): dadas pelas Camaras, eis estas

³⁰⁶ *Gazeta de Lisboa*, p.1180.

³⁰⁷ Sessão de 21 de Novembro. Cfr. *Gazeta de Lisboa*, p.1207.

³⁰⁸ *Gazeta de Lisboa*, p.1207.

erigidas em poder executivo, eis iludida a divisão de poderes marcada na Carta. Estas verdades conhecidas por todos, o são muito mais pelo Ministerio, e podendo elle responder a esta Camara com ellas, seria hum desaire para ella, pedir uma cousa que lhe fosse rejeitada."

3. Que a attitude formal da Câmara dos pares é a de aceitação e de colaboração no *status quo*, malgrado alguma sensibilidade ao governo, depara-se da leitura das *Actas da Câmara*. Os seus membros recebem as novas instituições sem entraves. Além da regular participação nas sessões, atestam-no mensagens de agradecimento enviadas a D. Pedro e a condenação peremptória da attitude do marquês de Chaves a que já fizemos referência. Vejamos.

Não só a câmara não se coloca em attitude de hostilidade ao outorgante da Carta, como lhe patenteia diversas vezes a sua fidelidade. Haja em vista os testemunhos que se seguem.

Logo na resposta ao discurso do trono³⁰⁹, aprovada em sessão secreta de 6 de Novembro, se afirma:

"[...]"

A camara dos pares, achando-se pela vez primeira reunida e definitivamente constituida, anciosa esperava o momento de enviar aos pés do throno seus sinceros protestos de amor, respeito e fidelidade; [...]. A noticia de ter sua alteza o serenissimo senhor infante D. Miguel preenchido os designios de el-rei, seu augusto irmão, causou a mais viva e agradável emoção à camara dos pares, recebendo-a como uma nova prova das excelsas qualidades que adornam a respeitavel pessoa de sua alteza. = 1.º A camara procurara por seus actos legislativos concorrer com efficacia para a consolidação da carta e augmento progressivo da prosperidade da nação, animando a todas as classes e lançando mão de todos os meios que conduzem a tão nobre fim.

"[...]"

Na sessão de 6 de Novembro³¹⁰ o arcebispo de Elvas propõe que a Câmara dos pares fizesse constar ao governo quanto é necessário

³⁰⁹ Consulte-se, com a resposta da infante regente, por ocasião do marquês de Tancos dar noticia da sua apresentação à infanta regente, no extracto da sessão de 11 de Novembro, in *Gazeta de Lisboa*, nº267, de 13 de Novembro de 1826, p.1155, in *O Portuguez*, v.I, nº12, de 14 de Novembro de 1826, e in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.449.

³¹⁰ Consulte-se in *O Portuguez*, v.I, nº7, de 7 de Novembro.

"[...] que se espessão ordens a todas as camaras do reino para se acclamar o Sr.D.Pedro IV Rei de Portugal e Algarves na fôrma do costume."

Ultrapassado o mero acto formal da resposta ao discurso do trono, o conde da Lapa toma a iniciativa de apresentar, logo na sessão de 7, uma bem clara proposição³¹¹, no sentido do envio duma mensagem da câmara a D.Pedro exprimindo a sua dívida para com aquele soberano, na qual constava a título de considerando:

"A Camara dos Pares, representando o corpo da nobreza do reino, sendo uma das classes que mais essencialmente ganhou com a Carta que El-Rei outorgou a este reino, não só por ter formado uma parte do corpo legislativo, como por se achar como classe legalmente constituída, faltaria a si se deixasse de testemunhar a Sua Magestade os seus sentimentos de adesão, respeito e gratidão pelas luminosas e prontas providências que Sua Magestade foi servido dar a favor da nação e de que aos Pares resultam tão grandes beneficios.[...]"

Na sessão de 13³¹², em que tem segunda leitura a proposta do conde da Lapa, este titular fundamenta a sua proposição, nela referindo a dado passo, os

"[...] sentimentos de gratidão ao bemfeitor que nos reuniu n'esta camara, fazendo-nos uma parte da organização do estado e mudando a essencia de uma classe que, sendo até agora nominal, passou a ter tão distintas atribuições."

Os condes da Ponte, de S.Miguel e de Linhares apoiaram a proposição do conde da Lapa, sendo nomeada uma comissão encarregada de a redigir³¹³.

O primeiro destes titulares, depois de afirmar que:

"Ninguém tem mais rezões do que a Câmara dos dignos Pares para agradecer ao Senhor D.Pedro IV o grande obséquio que fez à Nação Portuguesa dando a Carta Constitucional."

³¹¹ Lida pelo marquês de Tancos na sessão de 13 de Novembro. Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº268, de 14 de Novembro de 1826, p.1162, ou no extracto da sessão publicado in *O Portuguez*, v.I, nº13, de 14 de Novembro de 1826, p.1. Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.397.

³¹² Consulte-se in *O Portuguez*, v.I, nº13, de 14 de Novembro. Parcialmente transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.452-453.

³¹³ Para ela foram eleitos cinco membros: o cardeal patriarca, o bispo de Viseu, o marquês de Borba e os condes da Lapa e de Linhares.

e após sustentar que todas as classes da nação ganham com as novas instituições, refere-se à nobreza em particular:

"[...] se a nação em geral ganha, parece que nenhuma classe ganha mais que a nobreza. [...] a nobreza portuguesa [...] perdeu a sua representação, [...] em 1698, quando se convocaram as ultimas côrtes. Por consequência, a nobreza deixou de ter representação com os outros estados do reino, e se agora se acha constituida e reunida n'esta camara o deve à magnanimidade do senhor D.Pedro IV. Parece-me, portanto, que tenho bem provado que todas as classes ganham com as novas instituições, que a nobreza ganha muito mais, [...]"

A 14, a Câmara dos pares reúne-se, a requerimento do marquês de Vagos, em sessão secreta, para examinar a mensagem elaborada pela comissão na véspera, cujo trabalho não sofre alterações. Ei-la, pois:³¹⁴

"Senhor! - A camara dos pares, penetrada do mais profundo respeito, amor e veneração pela augusta pessoa de vossa magestade, considera como o seu primeiro dever tributar perante o throno sentimentos herdados de fidelidade ao soberano, que, empunhando o sceptro e cingindo a corôa, fundou um novo periodo na historia portugueza.

As sabias, promptas e luminosas providencias com que vossa magestade acudiu às calamidades do estado, extirparam os males existentes, despertando os sentimentos nacionaes, acudindo à orphandade em que jazia o reino, fazendo desaparecer uma crise ameaçadora, e concentrando os interesses separados de uma nação, que, para vossa magestade, sempre appellou como norte da sua salvação e unico legitimo soberano por direitos inauferiveis.

A camara dos pares, representando a nobreza e clero do reino, e formando os mais seguros degraus do excelso throno de vossa magestade, se esforçara para corresponder à expectação de vossa magestade e da nação, que vendo nos pares as recordações historicas da monarchia, e presentes os feitos que tanto assignalaram os augustos antecessores de vossa magestade, conhece a sua absoluta dedicação à real e augusta dynastia de Bragança.

Deus prospere e dilate a vida de vossa magestade quanto havemos mister para gloria e esplendor da monarchia portugueza."

A propósito duma passagem da citada mensagem do conde da Lapa:

"A camara dos pares *representando o corpo da nobreza* do reino, sendo uma das classes que mais ganhou..."³¹⁵,

³¹⁴ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.466-467.

³¹⁵ Vide a proposição no extracto da Sessão da Câmara dos pares publicado in *O Portuguez*, v.I, nº13, de 14 de Novembro de 1826, p.1.

reage o *Portuguez*:³¹⁶

"As Côrtes em uma e outra camara representam a nação portuguesa e não uma classe d'ella. Não ha aqui distincta ou aquinhoada partilha de representação, é uma so indivisa e solidariamente.

[...]

Mas dêmos (sem o conceder) por um momento que fosse a camara dos pares representante da nobreza e do clero: com que direito então votam e são votadas nas eleições para a outra camara a clerezia toda, os nobres todos que são pares? Se ja estão representados, a que vem votar connosco que o não sômos? Terão essas duas classes duplice representação, e o povo uma so, e essa em commum com elles?

Não diz isso a Carta, não o tolera assim a natureza do systema representativo. O Rei e as Côrtes são os representantes da nação. Para segurança e protecção se estabelecem agora varias familias investidas na authoridade legislativa.[...]

Estas são as altas funcções, a sublime cathegoria das camaras hereditarias; mas representante privativa de uma classe, nem o é, nem o póde ser. Todas aquellas augustas prerrogativas, todos aquelles attributos elevados, os perderia ella, desde o momento em que de alta representante da nação, de tribunal supremo do Estado, se amesquinhasse e abatesse a simples representante de uma classe. Não: os dignos pares do reino são *mais*, são *muito mais* que isso; a nobreza de seus nascimentos, a independencia de seus patrimonios, a liberal e prefeitissima educação que taes circumstancias deve acompanhar, os fez escolher d'entre os outros cidadãos para aquellas altissimas funcções: mas a lei que os escolheu, a lei que os collocou tão alto, o Rei que *individualmente* os nomeou, a nenhum disse que seu nascimento o chamava a representar uma classe.

Nem o disse nem o podia dizer, porque destruiria com suas mãos a propria e grande obra d'elles que o fará immortal na memoria das gerações, e o fará no mais longe futuro nomear entre os mais que dominarem as terras como exemplo raro e pouco imitado."

E na mesma toada afirma dois dias depois:³¹⁷

"Não sabemos, em muito duvidâmos se o tratamento de dignos compete individualmente a cada um dos exc. pares do Reino. A carta so o dá ao corpo colectivo da camara hereditaria das Côrtes; e em quanto não houver lei que declare o contrário, nos simples cidadãos nos não julgâmos autorizados a dar individualmente a ss.exc.este tractamento tão honroso quanto é simples, e nos faz recordar dos bons tempos do nosso Portugal."

³¹⁶ O *Portuguez*, v.I, nº23, de 25 de Novembro, p.1.

³¹⁷ O *Portuguez*, nº24, de 27 de Novembro de 1826, p.1, em nota.

Levanta, aliás, também *O Portuguez*³¹⁸ a questão da adequação da resposta separada da Câmara dos pares ao discurso da coroa:

"As duas camaras das nossas Côrtes discutiram em segredo cada uma por si, e sem se entenderem uma com a outra a resposta ao discurso da coroa. Duvidámos muito que esteja no espirito da Carta essa maneira porque o fizeram. Duvidámos muito que ainda quando o bem do estado exigisse o secreto d'essas sessões, fosse muito conveniente adoptá-lo assim tão sem discussão. Mas sôbre tudo grande é a nossa dúvida que seja constitucional e conveniente o responderem ellas em separado, quando o discurso, a que se dá resposta, a *ambas* juntas e reunidas em o so corpo de Côrtes foi dirigido. Este discurso da coroa, segundo a constituição do paiz, não é dirigido á camara dos pares ou dos deputados, nem ás Côrtes. Não falla o rei á parte hereditaria, ou á parte electiva da representação nacional; mas á unidade d'ella, ás côrtes geraes do Reino."

Já em 22 de Novembro de 1826, o marquês de Palmela em officio de Londres a D.Francisco de Almeida³¹⁹ afirmava sentir

"[...] que as primeiras sessões da camara dos pares não apresentassem toda aquela moderação que era de esperar [...]",

mas estar

"[...] firmemente persuadido que é este um tributo que indispensavelmente se paga quando ha falta de experiencia e que mui pouco tempo será necessario para acalmar esta primeira exaltação."

E ajuíza mesmo:

"Talvez seja ainda mais de temer para ao diante o extremo opposto n'essa mesma camara e que na dos deputados se gere uma effervescencia que venha a dar mais cuidados."

Em officio da mesma data, o ministro dos Negócios do Reino delimitava obrigações do seu cargo face à Câmara dos pares.³²⁰

³¹⁸ N°24, de 27 de Novembro, p.1.

³¹⁹ Officio n°96 reservado. Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.698-699.

³²⁰ Publicado in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.* t.II, p.500-501.

Mas em breve a Câmara se vai ver perante mais graves circunstâncias conjunturais.

I.C. A Câmara perante as Atribuições da Guerra Civil³²¹

(23 de Novembro - 23 de Dezembro)

1. A invasão conjugada do marquês de Chaves por Trás-os-Montes (23 de Novembro) e de Maggesi pelo Alentejo (26 de Novembro); 2. o pariato confrontado com a sublevação do marquês de Chaves; 3. boatos sobre a instauração duma Carta igual à portuguesa, em Espanha; 4. os relatórios do ministro dos Negócios estrangeiros e do conde de Vila Real nas câmaras; 5. a aprovação do projecto governamental de suspensão das garantias; 6. mudança ministerial; 7. manifestações dos pares em defesa das instituições e pró-ministro dos Negócios estrangeiros; 8. a câmara no julgamento da imprensa; 9. o encerramento da sessão, pelo par bispo de Viseu, ministro do Reino.

1. De 13 a 15 de Novembro os refugiados portugueses reúnem-se em Palência, sob o comando do general marquês de Chaves, e dirigem-se para Portugal, atravessando a província espanhola como um país aliado, passando a fronteira a 23, e iniciando uma invasão que porá em cheque o exército liberal até 9 de Janeiro.

Os soldados tinham prestado juramento de defender os direitos legítimos do rei D.Miguel I e tornar eficaz a aclamação que a 31 de Julho o proclamara, em Vila Viçosa, rei, e regente sua mãe, a imperatriz rainha, durante a sua ausência. E que, em caso de morte sem descendência legítima de D.Miguel, reconheciam como rainha de Portugal a princesa da Beira Maria Teresa, e em caso da morte desta, seu filho, o infante D.Sebastião de Bragança e Bourbon.

Depressa tomam Bragança, sem capacidade de opor longa resistência, onde se forma, a 28, um *Supremo governo provisório do Reino*, presidido pelo marquês de Chaves³²². Da cidade partem dois corpos, um para Chaves e o outro para Vila Real, com vista a atacar o Porto.

³²¹ Para a acção espanhola no período da guerra civil de 1826-1827 vide na bibliografia do país vizinho MARTIN, LUIZ FERNANDEZ, *El general Dom Francisco de Longa y la intervención española en Portugal: 1826-1827*, Viscaya, 1954, e JOAQUIM DEL MORAL RUIZ, *Realistas, miguelistas, y liberales. Contribucion al estudio de la intervencion española en Portugal (1826-1828)*, Barcelona, s.d.

³²² Composta além do presidente, por dois deputados, Manuel Velho da Cunha Sottomaior e Caetano de Melo da Gama Araújo, e por um secretário, José Maria Ferreira de Castro e Sousa. Cfr.Gen.RIBEIRO DE CARVALHO, *Chaves antiga. A Junta vem depois a alargar-se com mais dois deputados, um por Bragança, o cor.José Monteiro Guedes Mourão, e outro pela Beira, José de Melo Freire Pita Osório. Cfr.PEDRO VITORINO, História, nº1, p.43.*

Ao sul, o brigadeiro general Magessi entra no Alentejo pelo lado de Badajoz com 2.000 homens e chega, sem encontrar resistência, a Vila Viçosa em 26 de Novembro. Em breve, porém, o par conde de Vila Flor obriga-o a atravessar o Guadiana e a refugiar-se em Moura.

Entretanto, o conde de Vila Real, regressa da sua embaixada de Espanha, sem mesmo ter conseguido fazer reconhecer a sua missão. O de Espanha em Portugal, conde de Casa Flores, recebe notificação de que a regência cessava todo o contacto com ele e de que as relações estavam suspensas até que o governo espanhol desse satisfação dos atentados cometidos pelos rebeldes.

2. Na sessão de 23 de Novembro, o conde de Lumiares defendia medidas visando os dois parlamentares sublevados, um deles o par marquês de Chaves, contra o regime.³²³

"Na fôrma do § 1º do artigo 41º da Carta constitucional, é da attribuição d'esta camara conhecer dos delictos individuaes dos dignos pares, assim como dos senhores deputados, durante o periodo da legislatura. Nem a carta nem o regimento provisorio indicam a ordem que a camara ha de seguir em processos d'esta natureza, ao mesmo tempo que os acontecimentos de Traz os Montes e do Algarve, em que estão envolvidos um par e um deputado, reclamam a necessidade de se tratar sem demora de tão importante objecto."

Na sessão de 28 de Novembro de 1826, o conde da Taipa pede à câmara a tomada de decisão de que não se possa considerar como par de facto aquele que não tenha prestado o juramento a el-rei e à Carta constitucional, assim mostrando a sua adesão ao sistema com que está identificada a dignidade de par. E visando directo, afirma:³²⁴

"Porque, como pode ser considerado par de facto um traidor como o marquez de Chaves, que não tem mostrado de maneira alguma que acceitava a dignidade que sua magestade lhe conferiu, e que levantou vozes, que, pela primeira vez, horrorisaram os echos em Portugal e declarou-se contra o systema com o qual esta identificada a dignidade de par?"

³²³ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.* t.II, p.501.

³²⁴ Veja-se in *Gazeta de Lisboa*, nº281, de 29 de Novembro, e em transcrição parcial in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.* t.II, p.518-529.

E imediatamente a seguir invoca a lição inglesa:

"Em Inglaterra são Pares de direito todos os descendentes dos Barões que obrigarão a João Sem-Terra a jurar a Carta Magna, e todos os que tem sido nomeados depois d'esse tempo; mas não todos são considerados como Pares de facto, pois o não são os que depois da reforma da Religião não professarão o protestantismo, nem quizerão prestar o juramento que os Inglezes chamão *oath of alligeance*, e por isso a Camara os não reconhece aptos para preencher as funcções a que são chamados. Este não reconhecimento entre nós, não deve entender-se com os Pares que estão desempenhando empregos em benefício da Nação; mas para isto deve-se-lhes admitir o juramento por procuração, e não reconhecer Par de facto, nenhum que não tenha prestado o seu juramento, ou pessoalmente, ou por procuração."

A posição dos pares face à sublevação é objecto dum discurso de Canning na Câmara dos comuns, a dado passo do qual leu um extracto dum officio de William Á Court, do qual constava:³²⁵

"Lisboa, 29 de Novembro. No dia depois da chegada da noticia da entrada dos rebeldes em *Portugal*, pedio o Ministro ás Camaras a ampliação do poder executivo e permissão para pedir auxilio estrangeiro. Essa permissão foi concedida pelas Camaras por aclamação. Manifestou-se nesta occasião o maior enthusiasmo. Na Camara dos Pares levantarão-e todos - expressarão a maior adhesão á sua Patria, e declararão que estavam promptos, se necessario fosse, a prestar auxilio pessoal para repellir a invasão. O Duque de *Cadaval*, Presidente da Camara dos Pares, foi o primeiro que fez esta declaração, e o Ministro que me descreveo isto, disse, que fôra aquelle um momento digno dos bellos dias de Portugal"

Como afirma o ministro da guerra, Inácio da Costa Quintela:³²⁶

"A invasão do territorio portuguez, a guerra civil, acendida pela traição, e perfidia desses rebeldes, indignos do nome patrio, he patente [...]."

3. Entretanto, *O Português* de 27 de Novembro³²⁷ publica um *Extracto de uma carta particular que nos foi dirigida*, referenciada como de Sevilha 8 de Novembro, da qual consta:

³²⁵ Transcrita tradução do *Times* in *Gazeta de Lisboa*, nº303, de 26 de Dezembro de 1826, p.1383-1384.

³²⁶ Cfr. *O Português*, v.I, nº28, de 1 de Dezembro de 1826.

³²⁷ V.I, nº24.

"Há dias se espalhou a importante noticia, de uma breve mudança de *systhema* de governo, dizendo-se que as grandes potencias annuiram, particularmente a França e a Inglaterra, a que a Hespanha decrete uma Carta igual a que rege em Portugal, salvas as modificações que as circunstancias aconselharem."

Na sua parte official, a *Gazeta de Lisboa* de 2 de Dezembro³²⁸ procura pôr em relevo o empenho da nobreza:

"A Fidalguia *Portuguesa*, famosa sempre e corajosa, quando é mister defender a honra e independência nacional, tem nestes ultimos dias dado a Portugal um exemplo digno dos tempos dos *Nunos, Marialvas e Menezes*: a Câmara dos dignos Pares do Reino offereceu-se para ir pelejar immediatamente nas Fronteiras. Toda a nobreza tem corrido voluntariamente às armas. Luis de Mello e seus Irmãos, o Irmão do Conde de Ficalho, o Conde da *Taipa*, *Luiz da Silveira*, o Marquês de *Ponte de Lima*, e muitos outros, como *Antonio Manuel Lobo de Saldanha*, todos partiram voluntarios."



Não pode deixar de constatar-se, porém, que, malgrado o esforço noticioso, a relação dos fidalgos é assaz escassa... e dentre estes que minguia de pariato... Do conde de Alva, Governador das Armas do Reino do Algarve, já o seu comportamento em defesa do regime instituído apparecera elogiado numa carta, datada de Tavira, de 2 de Novembro, oportunamente publicada in *O Fiscal dos Abusos*.³²⁹

4. No dia 4 de Dezembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, D.Francisco de Almeida, apresenta-se em ambas as câmaras para fazer um relatório dos negócios públicos em que traça o ponto das relações exteriores.

No final da sessão na Câmara dos pares, o conde de Vila Real, regressado da sua infeliz missão a Madrid, usa da palavra para descrever detalhadamente a sua acção.

³²⁸ 1826, nº284, p.1261.

³²⁹ Nº41, de 11 de Novembro de 1826, p.3.

No dia 6, o marquês de Palmela dava conta, em officio para D.Francisco de Almeida, das diligências que effectuara junto de Canning para a execução dos tratados.³³⁰

5. Prova de não fazer opposição cerrada ao regime, dá-o a câmara quando, na sessão de 9 de Dezembro, aprova a suspensão das garantias, proposta do ministro da Justiça, que fora objecto de parecer daquela em 7 de Dezembro³³¹. Introduz-lhe, no entanto, duas emendas:

- a relativa ao art.1º, enquanto ao tempo por que a concede; limitando-a para já a 30 dias, ainda que prorrogável a pedido do governo, proposta pelo conde de S.Miguel; e
- a concernente à limitação a três dias da suspensão e demissão de magistrados e juizes sem dependência das formalidades consignadas, prevista no art.2º, apresentada pelo marquês de Alegrete

Nesta discussão patenteia-se em diversas intervenções a clara reprovação da sublevação do marquês de Chaves.

Aprovam as Emendas (27): cardeal patriarcha; arcebispo de Elbas; bispos do Algarve, Castelo Branco, Coimbra, Pinhel, Porto e Viseu; marqueses de Belas, Borba, Lavradio, Pombal, Torres Novas, Valada e Viana; condes de Almada, Ceia, Carvalhaes, Figueira, Galveias, Lapa, Linhares, Louzã, Óbidos, Paraty, Ponte e Sampaio.

Rejeitam as Emendas (13): duque de Cadaval; marqueses de Alegrete, Lourical, Olhão, Tancos e Vagos; condes da Anadia, Lumiares, Mesquitela, S.Miguel, Rio Pardo e Vila Real.

VOTAÇÃO NA CÂMARA DOS PARES DAS EMENDAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO AO PROJECTO DE SUSPENSÃO DAS GARANTIAS INDIVIDUAIS DOS CIDADÃOS APRESENTADO PELO MINISTRO DA JUSTIÇA

Sessão de 9 de Dezembro³³²

³³⁰ Vide este officio e a nota enviada por Palmela a Canning com a data de 2 de Dezembro, in *Despachos e correspondência*, também transcritos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.594-598

³³¹ Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº291, de 11 de Dezembro de 1826, p.1305. Vide a votação nominal *idem* p.1307. Pode também ver-se o parecer da Câmara dos deputados e a acta da sessão com a votação in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, respectivamente p.605-607 e p.611-615.

6. Entretanto, o ministério acossado pelos liberais exaltados na sessão da Câmara dos deputados de 6 de Dezembro, pede a demissão³³³. No dia 10 de Dezembro é nomeado o segundo governo sob o regime da Carta, em que entra como ministro do Reino, substituindo Trigoso de Aragão Morato, Luís de Moura Cabral, que no dia 16 passa para a Justiça, entrando para a pasta do Reino o par bispo de Viseu.

7. Por seu lado, o marquês de Vagos, futuro participante nas Cortes de 1828, ao fundamentar uma proposição que apresentará na sessão de 12 de Dezembro, refere na de 16:³³⁴

"É innegavel que o governo carece de uma força assas poderosa para se fazer obedecer de seus subditos e respeitar dos estranhos, que com manifesta violação dos mais sagrados principios do direito das gentes têm ousado accometter-nos. Desgraçadamente, as instituições de paz, de humanidade e de justiça, que el-rei o senhor D.Pedro IV foi servido dar a estes reinos, foram recebidos por animos inquietos e ambiciosos, com ma vontade e manifesto descontentamento, e pouco depois rejeitadas com insolente rebeldia e insulto feito a uma lei que, para ser observada, não carece do consenso dos povos, porque na sua formula e na sua função não differe das outras leis, às quaes, depois de publicadas, ninguém se pode subtrahir e muito menos oppor. [...]"

Sucedendo-lhe na discussão, o conde da Ponte é contundente:³³⁵

"É portanto o marquez de Chaves um rebelde, ingrato à memoria do senhor D.João VI, um revolucionario contra a legitimidade do senhor D.Pedro IV, contra este soberano que ainda se dignou mandar-lhe a nomeação de par, dignidade que elle não reconhece e a que não sabe dar valor:[...].

Que pretende, torno a perguntar, o marquez de Chaves? Pretende por acaso impor a Portugal um governo de facto, dictar leis à Europa contra a legitimidade, destruir o principio europeu declarado nos congressos de Vienna, de Laybach e Troppau? Dissolver a camara dos pares, onde se acham sentados os descendentes dos Menezes, dos Sousas, dos Saldanhas, dos Mascarenhas, dos Almeidas, etc., onde se acham os mais respeitaveis

³³² Acta da sessão, com a referida votação in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.611-615.

³³³ A este respeito vide o que escreve ERNESTO DE CAMPOS DE ANDRADA in *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato*, Coimbra, 1933, Appendice p.260.

³³⁴ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.636-637.

³³⁵ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.637-639.

representantes do clero e à qual preside o duque de Cadaval, fazendo trazer à memória os nomes dos seus antepassados, e de que se acham cheias todas as paginas da historia portugueza? Se o marquez de Chaves não fosse um ignorante, se tivesse um dia lido a historia portugueza, teria vindo no conhecimento de que, desde o principio da monarchia, todas as causas abraçadas pela nobreza foram as mais justas e as que venceram quasi sempre, [...]. Se o marquez de Chaves fosse coherente, se não fosse ignorante e de má fé, não havia de combater a legitimidade em 1826, por que tanto se expoz em 1823; havia de notar que às suas bandeiras se não alistaram d'esta vez todos os que o seguiram da primeira, incluindo n'este numero dois distinctos portuguezes, que foram os que conduziram a divisão transmontana [...]: fallo do conde de Villa Real e do barão de Sabroso. [...]. Digamol-o, senhores; saiam da camara dos pares verdades que o governo já deveria ter feito conhecer aos povos, para os dissuadir de seguir tão infames como degenerados portuguezes."

E, ainda na sessão de 16 de Dezembro, de novo o marquês de Vagos afirmava:³³⁶

"Desgraçadamente, as instituições de paz, de humanidade, e de justiça, que EIRei o Senhor DOM PEDRO IV foi servido dar a estes Reinos, forão recebidos por animos inquietos, e ambiciosos, com má vontade, e manifesto descontentamento, e pouco depois regeitadas com insolente rebeldia, e insulto feito a huma lei, que para ser observada, não carece de consenso dos Povos, por que na sua formula, e na sua força não differe das outras Leis, ás quaes depois de publicadas ninguem se póde subtrahir, e muito menos oppôr."

E quando na sessão de 19 o ministro dos Negócios estrangeiros, D.Francisco de Almeida Portugal, informa que na sequência do pedido de Portugal a Inglaterra estavam a chegar tropas ao país, a câmara não poupa elogios.

O arcebispo bispo de Elvas propõe que:

"[...] a camara dê os devidos applausos ao ex.mo ministro pelo comportamento fiel, honrado, nada equivoco e nobre com que tem tratado este negocio tão delicado e tão importante para a nação."

O conde de Vila Real propõe então que se mande uma deputação à infanta D.Isabel Maria, para lhe agradecer respeitosamente o seu interesse e desvelo a bem do Estado, o que é muito apoiado. A comissão fica composta pelo arcebispo bispo de Elvas, pelo bispo de Castelo Branco, pelos marqueses do Lavradio e de Valada, e pelos condes de Vila Real e da Anadia.

³³⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º297, de 18 de Dezembro de 1826, p.1339.

É um facto a registar que, em fins de Novembro, a Câmara dos pares escreve a D.Miguel para Viena a congratular-se com os seus esponsais com D.Maria da Glória, realizados em Viena em 29 de Outubro³³⁷, declarando dele esperar a salvaguarda da monarquia, mas tais afirmações estão na sequência e na lógica das disposições de D.Pedro. Note-se mesmo que, quando o presidente da Câmara propôs o envio duma mensagem a D.Miguel, o conde de Linhares observou ser mais prudente enviá-la primeiro a D.Pedro, o que teve unânime assentimento.³³⁸

8. Entretanto, qual o julgamento que da câmara fazia a imprensa no fim da sessão legislativa?

Em 17 de Dezembro, Almeida Garrett, como redactor de *O Português*, escrevia³³⁹, como intróito à crítica de certas intervenções de pares:

"É tal e tão bem merecido o respeito e gratidão de que toda a nação é credora à camara dos dignos pares do reino, que mui forçadamente e descontravontade temos por alguma vez notado esta ou aquella opinião, um ou outro *modo de dizer*, que nos pareceu menos correcto em algum de seus illustres membros. Tão seguros estamos todos os portuguezes de suas rectas intenções e patrioticos sentimentos, que a mais leve suspeita seria com justiça n'este caso encabeçada logo no feiissimo crime de ingratição. Devemos muito à camara hereditaria das côrtes; mui alto a collocou a lei do estado; não ha nem direito nem rasão da nossa parte, outra vez o dizemos, senão para gratidão e respeito. Já alguém nos inculpou de aristocratas. A sciencia das palavras (que não é nada menos que a sciencia das idéas) esta hoje muito adiantada em correção. Não é vicio nem culpa o *aristocracismo*, como o é o *philosophismo*, que ambos são abusos d'aquell'outras duas cousas."

E logo de seguida precisa o seu conceito de aristocracia legal:

"Mas nós com effeito respeitâmos a aristocracia legal porque a supomos e cremos unico freio que póde sopear a insurgente, crescente, ambiciosa e insaciavel aristocracia de todas as fórmãs, cores e ordens que por toda a parte nos cerca, envolve e opprime com seus orgulhos, pretensões e impertinente vaidade.

³³⁷ Vide o *Processo verbal do acto dos esponsaes do casamento entre a princeza D.Maria da Gloria, e seu tio o infante D.Miguel* in *H.C.G.*, 3ª epocha, t.VII, p.6-9.

³³⁸ Nomeou-se igualmente uma deputação para ir felicitar a Infanta Regente, composta pelo arcebispo bispo de Elvas, bispo de Pinhel, marquês de Pombal e condes de Vila Real, da Anadia e de S.Miguel.

³³⁹ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.688-692.

Entre o rei e o povo está constitucionalmente collocada a aristocracia legal, composta d'aquellas familias ou pessoas que por eminentes serviços, virtudes ou letras mereceram a honra, com que os premiou el-rei, de representarem a nação e manterem o equilibrio social.

Eis-aqui a aristocracia que nós venerámos.

Da camara hereditaria de nossas côrtes dizemos que, pelo muito que os portuguezes lhe devemos, nos custa summamente a notar qualquer cousa que, no dizer de algum de seus membros, por menos direito ou justo nos desagrade. Tanto assim é, que ha dias nos lucta a vontade com a obrigação, differindo fallar de alguns pontos importantes que n'aquella camara varios dos seus nobres membros tocaram por um modo que julgâmos mui incorrecto."³⁴⁰

9. Encerrando, no Palácio da Ajuda, a sessão em 23 de Dezembro de 1826, o ministro dos Negócios do Reino e bispo de Viseu, D.Francisco Lobo, lê, na falta da regente doente, o discurso de encerramento em que refere o estado político e militar do país.³⁴¹

Bispo de Viseu, D.Francisco Lobo, Ministro do Reino em 10 de Dezembro de 1826
 Conde da Louzã, D.Diogo Ministro dos Negocios da Fazenda* 8 de Junho de 1827
 Bispo do Algarve Ministro dos Negócios Ecclesiasticos e da Justiça 8 de Junho de 1827 Demitido a seu pedido por decreto de 14 de Agosto de 1827
 Marquês de Palmela Ministro dos Negócios Estrangeiros, ficando até ao seu regresso de Londres, interinamente o Conde da Lousã*.
 Conde de Vila Real Embaixador no Reino Unido 8 de Junho de 1827**

* Cargos de que foi desonerado por decreto da mesma data, sendo substituído pelo Monteiro-Mór.

** Sobre a recusa de Palmela entregar o seu cargo a Vila Real já em Londres, e sua relação com a demissão de Saldanha vide o *Imparcial*, nº80 de 25 de Agosto de 1827, p.386.

CARGOS DESEMPENHADOS POR ALGUNS PARES
 1826-1828

III. A Tranquilização Político-Diplomática entre Sessões

³⁴⁰ Refere-se a intervenções dos condes de Vila Real e de S.Miguel cuja referência detalhada não se justifica aqui.

³⁴¹ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.683.

Na semana e meia que medeia as sessões legislativas de 26 e 27, dois factos vêm tranquilizar os liberais: o retomar das suas funções pelo embaixador espanhol, conde de Casafleres, e o desembarque dum regimento inglês, o 4º de infantaria.

IV. A Sessão Legislativa de 1827 (2 de Janeiro - 30 de Março)

1. A abertura das Cortes e a defesa da legitimidade de D.Pedro; 2. esforços diplomáticos; 3. juízos de Palmela; 4. prosseguem as perturbações em Fevereiro; 5. protestos de fidelidade a D.Pedro por parte do pariatto; 6. novos juízos de Palmela sobre o pariatto; 7. o primeiro julgamento realizado na Câmara dos pares; 8. o discurso do encerramento das Cortes.

1. Abre a primeira sessão constitucional em 2 de Janeiro de 1827, apelando o discurso da coroa, lido pelo ministro do interior, em nome da infanta regente, à unidade e à defesa da legitimidade de D.Pedro IV.³⁴²

Na sua resposta os pares secundam a infanta.³⁴³

"A Camara dos Pares exulta de prazer com a esperança [...] de que dentre em pouco tempo, não haverá mais que huma opinião entre os *Portuguezes* sinceros; e confia que as sabias medidas [...] saberão dissipar o erro dos incautos, convencendo-os de que as actuaes Instituições Politicas não só são diversas, mas oppostas áquellas, que huma Facção produzio no desgraçado anno de 1822.

[...]

A Camara dos Pares não se afastará hum só instante do caminho, que a consciencia, e a honra lhe aponta, sustentando com zelo e justa liberdade, e combatendo os excessos com firmeza, e valor"

³⁴² Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº3, de 3 de Janeiro de 1827, p.9-10. Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.1-3.

³⁴³ Cfr. *Gazeta de Lisboa*, nº10, de 11 de Janeiro de 1827, p.46-47.

2. O âmbito da questão ia-se entretanto alargando internacionalmente. No início de Janeiro chegavam notícias dos gabinetes de Londres e Paris desaprovar a conduta espanhola de apoio aos insurrectos.³⁴⁴

Em 19 de Janeiro é assinado por Canning e Palmela uma convenção respeitante à manutenção das tropas inglesas em Portugal.

3. Bem impressionado com a conduta geral do pariato, Palmela escrevia em 9 de Janeiro a seu primo D.Francisco de Almeida Portugal:³⁴⁵

"Vejo com muita satisfação a conducta da nossa nobreza de Lisboa," conduta à qual contrapõe de imediato a da segunda nobreza, melindrada por um papel próprio na situação, entendendo ser necessário ligá-la à causa do regime através de nomeações no seu seio para o pariato:

"[...] e não me admira a da segunda nobreza, porque além das muitas causas que ha para inclinal-a ao partido que segue, acresce agora a inveja e o ciume que lhe inspira a criação da camara dos pares. Desde o principio previ que assim succederia; e creio que a senhora infanta deveria usar da sua prerogativa para crear alguns pares, tirados da segunda classe, comtanto que as escolhas fossem evidentemente boas, e não fundadas em valimento do paço. Acho que é util mostrar aberta a entrada da camara dos pares aos serviços e á illustração."

e acrescenta:

"A ida de Newmann ao Brazil é decididamente com o intento de fazer modificar a carta, mas não poderá elle já agora conseguir esse fim."

Na sessão de 26 de Janeiro, o secretário conde de Mesquitela dá notícia de um officio do ministro dos Negócios eclesiásticos e da Justiça, remetendo à documentação relativa ao processo do deputado eleito Manuel Cristóvão de Mascarenhas Figueiredo.

No último dia do mês é discutido o parecer entendendo-se que o réu deve ser considerado em prisão.³⁴⁶

³⁴⁴ Cfr. *Supplemento ao Imparcial*, nº2, de 4 de Janeiro, p.9 e o *Imparcial*, nº3, de 6 de Janeiro, p.13-14, que transcreve a intervenção de Damas nas Câmaras francesas.

³⁴⁵ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.680.

4. A viragem do mês de Janeiro para Fevereiro mostra-se agitada.

Em 30 de Janeiro D.Miguel é aclamado em Braga³⁴⁷, e em 31 em Guimarães.³⁴⁸ Neste último dia o marquês de Chaves "general em chefe do exército realista e presidente do governo provisional de Portugal" está em Braga a angariar fundos para a sua campanha.³⁴⁹

Nos três primeiros dias de Fevereiro D.Miguel I é aclamado em Viana, Espozende e Fão.³⁵⁰

Entretanto iam-se opondo militarmente à sublevação do norte dois pares, o marquês de Angeja e o conde de Vila-Flor, que no dia 3 tinham obrigado os sublevados a retirar-se de Santo Tirso.³⁵¹

5. Face à vasta sublevação, a câmara, longe de pactuar ou de se silenciar, sempre manifestando a sua fidelidade a D.Pedro e à Carta, toma a iniciativa de pedir a D.Pedro o envio de D.Maria II para Portugal.

Com efeito, na sessão de 5 de Fevereiro de 1827, depois da ordem do dia, a Câmara dos pares reúne-se em sessão secreta, aprovando um projecto de "Mensagem a el-rei"³⁵², cuja base tinha sido apresentada pelo conde da Lapa na sessão de 29 de Janeiro, tendo sido então aprovada por 23 contra 2 votos, na qual se afirmava:

"Senhor:- A mensagem que a camara dos pares respeitosa e submissamente teve a honra de levar à augusta presença de vossa magestade, como um tributo de gratidão, respeito e amor pela augusta pessoa de vossa magestade, confia a camara que vossa magestade pela sua alta grandeza se dignasse de a tomar em benigna consideração, por isso que era a expressão sincera de corações leaes.

Assim começou a camara dos pares a exercer as altas funções por vossa magestade prescriptas; mas apenas installada teve a camara logo que

³⁴⁶ Transcrita com os documentos correlativos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.158-173.

³⁴⁷ Auto in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.182-183.

³⁴⁸ Auto in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.184-185.

³⁴⁹ Cfr. S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.184.

³⁵⁰ Autos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.259-265.

³⁵¹ Cfr. S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.266-268.

³⁵² Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.202-203.

luctar com as crises mais violentas, e n'ellas trilhou com honra, zêlo e constancia aquella nobre e distincta carreira que vossa magestade lhe traçou.

A camara, tendo por divisa *rei e patria*, tem procurado fazer-se digna da confiança de vossa magestade [...]

A camara dos pares, com intima e firme adhesão ás instituições outorgadas por vossa magestade, renova o seu juramento a vossa magestade, renova o seu juramento a vossa magestade e á carta, mas faltaria a si se deixasse de levar á alta consideração de vossa magestade que a monarchia, dilacerada por partidos, gerará por muito se as cicatrizes de uma guerra civil não forem de prompto sanadas por aquelle dom incomparavel que vossa magestade nos conferiu, isto é, pela immediata presença da rainha fidelissima a senhora D.Maria II, [...]

Taes são os votos que a camara dos pares submissa e respeitosa se anima a levar á augusta presença do magnanimo monarcha, a quem Deus dilate a vida como havemos mister."

No dia 11 de Fevereiro a deputação da Câmara dos pares é recebida pela infanta regente, e o vice-presidente lê o seguinte discurso:³⁵³

"Serenissima Senhora - A camera dos pares teve por muito interessante á nação dirigir a Sua Magestade uma humilde e respeitosa mensagem, na qual depois de renovar os seus juramentos de inalteravel obediencia, fidelidade, amor, e firme adhesão á sua Augusta e Real Pessoa, depois de expor os seus incansaveis desvelos em promover a prompta execução das sabias instituições com que sua magestade se dignou felicitar a nação portugueza, apresenta o lastimoso quadro de miseria e da desgraça da patria, lacerada e massacrada pelo espirito vertiginoso das facções e dos partidos, e implora da magnanima generosidade do mesmo augusto senhor o único remedio que póde pôr termo a tantos males.

Entende a camara que não póde ser outro senão realizar-se promptamente o inapreciavel dom que sua magestade, nos excessos da sua generosa grandeza, se dignou conceder-nos, enviando-nos quanto antes a nossa augusta e fidelissima rainha, a senhora D.Maria II, esperanças da gloria e da felicidade de Portugal.

A camara está persuadida de que os encantos de tão augusta e preciosa senhotra, ainda mesmo na sua menor idade, chegando a Portugal, como a outros tantos filhos ao redor de sua mãe, que abençoarão o dia da sua chegada como o dia da sua ventura.

Que ella e só ella será o centro da união, cessarão logo as facções e os partidos, não haverá em todo o Portugal mais do que um só espirito e uma só vontade nacional.

[...]."

A infanta regente limita-se a responder que enviará a supplica a seu irmão D.Pedro IV.

³⁵³ Cfr. a acta da Sessão da Câmara dos pares do dia 12 de Fevereiro in *O Portuguez*, v.II, p.88.

Em 18 de Fevereiro, é a vez de um par eclesiástico, o arcebispo de Braga, Fr.Miguel da Madre de Deus, fazer lavrar um protesto claramente pró-regime³⁵⁴:

"Tendo-nos constado, no dia de hoje que no infeliz e tumultuario auto de Camara, a que se procedeo na manhã de 30 de Janeiro passado, quando as *tropas e rebeldes* se aproximavão a esta cidade, se menciona com escandalosa falsidade e atrevimento o nosso nome, como intervindo naquelle auto, por meio de hum chamado Representante [...], chegando a ousadia e temeridade dos collaboradores daquella infame obra a affirmar e declarar que nós havíamos relaxado o vinculo do juramento de fidelidade prestado voluntariamente por toda a nação ao nosso legitimo Soberano o Sr.D.Pedro IV, e à Carta constitucional dada e decretada pelo mesmo Augusto Soberano para gloria e felicidade da nação, para o fim de se poder prestar novo juramento de obediencia e fidelidade a outro Soberano e a outro governo; principio este o mais intoleravel, por ser opposto á pura e sã doutrina da Igreja, subversivo da ordem social, e huma verdadeira emanção da mais crassa ignorancia, e do espirito de rebelião, donde só podia nascer e prosperar nos seculos de lastimosa cegueira, e ignorancia dos melhores principios de boa theologia e do direito publico: [...]"

Atitude que renovará em pastoral de 10 de Março de 1827.³⁵⁵

6. Palmela, que permanece sempre crítico ao comportamento da Câmara dos pares, por sua vez, queixa-se de Londres, no respeitante à sua relação com a Câmara dos deputados:³⁵⁶

"Também não gosto de ver a câmara dos Pares rejeitar tantas leis da outra Câmara, sobretudo a do imposto³⁵⁷, *por mera ignorância*. Isto pode ter consequências funestas se continuar."

Em boa verdade, porém, poderia lembrar-se Palmela de que uns meses antes desta carta, em 12 de Junho de 26, também a Câmara dos lordes adoptara um aditamento de lorde Wellington que forçara os ministros a retirar o *bill* dos cereais.

³⁵⁴ Consulte-se o *Imparcial*, nº31, de 13 de Março de 1827, p.159-161.

³⁵⁵ Publicada in *O Portuguez*, v.II, nº135, de 9 de Abril, p.357-358.

³⁵⁶ Cfr. transcrição in ANTONIO VIANA, *op.cit.*, p.130.

³⁵⁷ Sobre a votação da lei do imposto na comissão mista, em 11 de Janeiro de 1827, vide S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.35-37.

E reinsistiria em 21 de Fevereiro:³⁵⁸

"É lamentavel a desunião que se vai manifestando entre as duas nossas duas Câmaras, e seria cruel que por culpa nossa se afogasse desde a nascença a esperança de estabelecer um governo representativo. Não te dissimularei que me parece que o ministerio deveria procurar os meios de dirigir, mais do que até agora tem feito, as deliberações das côrtes, tomando a iniciativa que lhe compete e propondo systematicamente uma serie de leis que tenham entre si a connexão necessaria. Se eu julgasse que podia a minha presença no fim da sessão contribuir para conciliar os animos e inspirar mais moderação á camara dos pares, não hesitaria um instante em me pôr a caminho, e na verdade parece-me que a farei, se tu renovares a insinuação que me fazes a esse respeito na tua ultima carta; seria porém conveniente n'esse caso que se prolongasse a sessão até ao fim de abril."

e referindo-se às intervenções do conde de Vila Real:

"Eu desejaria ver o conde de Villa Real com a pasta da guerra, porque é honrado e bastante firme, mas não te encubro que acho intempestivas e menos prudentes algumas das diatribes que elle fez na camara, porque se os liberaes ou os que querem a carta se não unirem entre si, se houver liberaes de 1820 e liberaes de 1826, de certo os absolutistas, que formam um batalhão cerrado, levarão sobre nós a vantagem."

e acrescentaria:

"A criação de novos pares é medida util e com o tempo necessaria, mas devia ser empregada pouco a pouco e com a mais escrupulosa escolha: é necessario que essa dignidade seja acessivel a todos os homens conspicios pelos serviços, pela instrucção, pela riqueza e pela influencia, mas não concedida a torto e a direito pelos valimentos; quando não, cairá por terra a camara alta, e com ella infallivelmente a carta; e n'esse ponto será melhor peccar por nimia cautela antes do que por imprudencia ou precipitação: digo isto, porque a escolha de alguns conselheiros de estado me parece haver sido pouco acertada e politica."

³⁵⁸ PALMELA, *Despachos...*, cit., p.61. Também transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.681.

Num.	Matéria	Deliberação	Fl.
1826			
1.	Suspensão das liberdades individ.dos cidadãos.	Adoptada c/em.	46
2.	Lei Marcial.	Apr.	47
3.	Creação das Guardas de Segurança Publica.	Rej.	49
4.	Para se fechar a Universidade, e armar-se o Corpo Académico.	Rej.	49
5.	Aumento do soldo dos voluntarios Milicianos.	Apr.pela CD c/em.da CP	50
6.	Emprestimo de dois mil contos de Rs.	Apr.c/em.	59
7.	Continuação do Soldo, dos que morreram na guerra contra os rebeldes, às viúvas, filhas, maes e irmas.	Apr.	62
1827			
1.	Dotações da Família e Casa Real.	Apr.c/em.	68
2.	Ordenados dos Conselheiros de Estado.	Rej.	19
3.	Liquidação da Divida Publica.	Apr.	14
4.	Isenção do recrut.dos Maiores e past.de gado.	Apr.	82
5.	Declaração do alvara de 1 de Fevereiro de 1825.	Apr.	82
6.	A favor da liberdade de comércio.	Pend.	81
7.	Revistas de Graça Especialissima.	Apr.	108
8.	Emprestimo de 4.000 contos de reis.	Apr.	100
9.	Aumento da congrua do cura da Igr.do Caniço.	Apr.	110
10.	Consagração dum monumento publico a D.Pedro IV.	Apr.	119
11.	Formula que devem usar os juizes, quando julgarem colegialmente.	Apr.	105
12.	Erecção dum colégio na universidade para alunos africanos.	Pend.	98
13.	Premios que se devem conceder aos autores dos codigos.	Apr.c/em.	104
14.	Admissão a Despacho na Ilha da Madeira das Mercadorias da América.	Pend.	104
15.	Eleições das Câmaras Municipais.	Pend.	112
16.	Inviolabilidade da Casa do Cidadão.	Pend.	113
17.	Criação de 3 cadeiras na Univ.de Coimbra, e supressão de outras 3.	Pend.	118
18.	Imposição do Selo.	Apr.c/em.	120
19.	Emprestimo de 8.000\$000 rs.ao Hosp.de S.José.	Apr.	119
20.	Rectificação dum erro na proposição n°6 a favor da liberdade de comércio.		107
Siglas: Apr.= Aprovado Pend.= Ficou pendente Rej.= Rejeitado c/em.= com emendas			
Sedes materiae: Actas da Camara dos Pares, anos de 1826 e 1827.			

POSIÇÃO DA CÂMARA DOS PARES FACE AS PROPOSTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
NAS SESSÕES LEGISLATIVAS DE 1826 E 1827

7. Em 1 de Março inicia-se o primeiro julgamento realizado na câmara, para o efeito constituída em tribunal de justiça³⁵⁹. Trata-se de julgar o deputado eleito Manuel Cristóvão de Mascarenhas Figueiredo, acusado de ser um dos membros da Junta provisória do reino do Algarve, que, em Tavira, jurara D.Miguel como rei em 8 de Outubro.³⁶⁰ Justificaram a sua falta, além de vários pares por carta, todos os bispos³⁶¹,

³⁵⁹ Vide *O Portuguez*, v.II, n°103, p.217-218 e n°105, de 5 de Março.

³⁶⁰ Para mais informações sobre o caso, vide o parecer da comissão e os documentos anexos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.234-s.

³⁶¹ Vide a justificação no número II do § 2º deste capítulo.

excepto o arcebispo de Elvas. Ao fim de 3 sessões³⁶², o acusado é absolvido do crime de rebelião e sedição de que vinha acusado.³⁶³

8. Em 31 de Março de 1827 o ministro do Interior lê em nome da Infanta regente o discurso de encerramento das Cortes, dando origem a um longo interregno que, pleno de vicissitudes, se prolongará até ao início de 1828.

§ 2º. A AUTO-ORGANIZAÇÃO DA CÂMARA

I. O Regimento Interno

II. O Regimento da Câmara Organizada em Tribunal de Justiça

III. Um Projecto de Lei das Honras, Privilégios e Prerrogativas dos Pares

Uma das primeiras preocupações da Câmara, vimo-lo, é regulamentar o seu funcionamento, dispensando o regulamento proposto pelo governo, dotando-se nomeadamente de regimento interno e de regimento quando constituída em tribunal de justiça.

I. O Regimento Interno

³⁶² Realizadas em 1, 3 e 17.

³⁶³ Sentença in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.467.

A 3 de Novembro, o conde de Linhares³⁶⁴ levanta a celeuma do regimento, a que já nos referimos.

Depois de rejeitar o oferecido pelo governo³⁶⁵, a Câmara elabora o seu regimento.

Nas sessões de 6 e 8 de Dezembro o projecto³⁶⁶ é discutido³⁶⁷. A 11 de Dezembro de 1826 aprovam-se os últimos artigos do regimento interno definitivo³⁶⁸.

Sem entrar na análise dos seus 123 artigos, sistematizados em XVI títulos³⁶⁹, refiram-se contudo alguns aspectos, que relevam das normas regimentais habituais.

a) Comissões ordinárias:

- existe uma comissão das proposições, cujos membros são eleitos no principio de cada sessão anual (art.73º), a quem incumbe examinar as proposições e os projectos de lei, antes de serem discutidas na câmara (art.38º). É composta de um presidente, dois secretários e dois relatores gerais, e de mais trinta membros, divididos em cinco mesas (art.74º), a saber: 1a., de legislação, administração interna e negócios de justiça; 2a., dos negócios externos; 3a., dos negócios da marinha e da guerra; 4a., dos negócios da fazenda; 5a., dos negócios eclesiásticos e de instrução pública (art.75º);

³⁶⁴ Cfr. *Gazeta de Lisboa*, nº260, de 4 de Novembro, p.1119-1120. Vide igualmente a longa intervenção do ministro dos Negócios do reino, Trigo, fundamentando o governo por haver dado o *Projecto de regulamento interno* da câmara.

³⁶⁵ Os projectos de regimento das Câmaras dos pares e dos deputados foram aprovados por Decreto de 23 de Outubro de 1826. Cfr. S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, respectivamente p.344 e 332.

Consulte-se o *Projecto de regimento interno* elaborado pelo governo e a discussão sobre o mesmo in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, respectivamente p.344-354 e 375-381.

³⁶⁶ Consta de 139 artigos, agrupados em 19 títulos.

³⁶⁷ Vide os extractos das sessões de 6 e 8, in *Gazeta Oficial*, nº288, de 7 de Dezembro de 1826, p.1288-1291 e nº289, de 8 de Dezembro, p.1294-1297 e nº292, de 12 de Dezembro, p.1312-1314.

³⁶⁸ Ao regimento porém ainda se fez um aditamento, e só foi publicado depois de encerrada a sessão legislativa extraordinária.

Consulte-se o regimento in *D.H.C.G.*, t.III, p.4-14. Para o processo de elaboração deste regimento, pode consultar-se o seu projecto, precedido do respectivo relatório in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.520-533.

³⁶⁹ I.Do Presidente e Vice-Presidente, II.Da sessão preparatoria, eleição dos secretarios e suas funcões, III.Da ordem das deliberações, IV.Das proposições feitas à camara por um dos pares, V.Da forma das discussões, VI.Da forma das votações, VII.Da comissão das proposições, VIII.Da comissão das petições, IX.Das deputações, X.Das actas da camara, XI.Da verificação da carta regia, admissão e juramento dos pares, XII.Da policia da camara, XIII.Da secretaria e archivo da camara dos pares, XIV.Artigos respectivos às galerias, XV.Da comissão administrativa e das sommas destinadas ao serviço da camara, XVI.Do vestuario dos pares.

- existe igualmente uma comissão das petições, de eleição mensal (art.88º), constituída por sete membros (art.83º), a quem compete receber e examinar as petições dirigidas à câmara, e que terá à consulta pública um registo das petições recebidas, com declaração dos destinos que lhes foram dados ou das resoluções sobre elas tomadas pela câmara (art.87º). Quando um dos pares adoptar uma petição sendo nisso sustentado por quatro mais, a petição deve ser considerada como proposição, seguindo os respectivos trâmites (art.86º);

b) a Câmara dos pares não recebe nenhuma deputação nem felicitações que lhe não sejam dirigidas pelo governo (art.89º);

c) nenhum discurso proferido, nenhuma peça lida na sessão devem ser lançadas na acta³⁷⁰, sem para isso preceder ordem da câmara; a acta, não precedendo esta ordem, indicará somente o título e a remissão ao registo no depósito em que se achar no arquivo da câmara (art.93º);

d) O processo de admissão dum novo membro é regido pelas seguintes disposições: o par nomeado dirige ao presidente da câmara a carta régia de nomeação, o qual informa a câmara na sessão seguinte (art.98º); uma comissão constituída por três pares designados pelo presidente examina a carta régia, idade, e demais circunstâncias do novo par, expressas na Carta constitucional; apresentado o relatório, e não havendo reclamação alguma, o presidente ordena que o par seja recebido na sessão seguinte (art.99º), cumprindo-se o cerimonial estipulado pelo regimento (arts.100º-101º);

e) Duas disposições sublinham a forma aristocrática da câmara:

- para além da galeria pública, haverá tribunas particulares, para os deputados, conselheiros de Estado, filhos segundos dos pares, títulos que não forem pares, filhos dos ditos títulos e membros do corpo diplomático (art.107º e 117º), bem como para os pares que, por menoridade, não têm assento na câmara, e para os primogénitos dos pares (art.117º).

³⁷⁰ A 12 de Janeiro de 1827, a câmara decidiu prescindir da existência dum *Diário*. Consulte-se um extracto da discussão respectiva in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.* t.III, p.39-40.

As intervenções na câmara foram sendo publicadas na *Gazeta* e em alguns outros periódicos, mas com frequente falta de exactidão, apresentando "lacunas consideráveis, supressão de opiniões de alguns dignos pares, erros de artigos citados nos discursos". Cfr.intervenção do conde de S.Miguel, na sessão de 12 de janeiro de 1827.

- é estabelecida a utilização de dois uniformes, "grande e pequeno", a utilizar consoante as circunstâncias (art.121º-123º).

II. O Regimento da Câmara Organizada em Tribunal de Justiça

1. A elaboração do regimento interno; 2. os bispos e a Câmara dos pares enquanto tribunal de justiça.

1. Outra das tarefas de que a câmara se incumbe, nos termos da competência que lhe é atribuída pela Carta, é do seu regimento enquanto organizada em tribunal de justiça.³⁷¹

Assim, o conde de Lumiares ofereceu à Câmara um projecto de lei sobre a ordem do processo que há de seguir quando se formar em tribunal de justiça ou supremo jurado nacional.³⁷²

Sobre este projecto veio a recair um parecer da mesa dos negócios de justiça e legislação, para o efeito encarregada, cuja discussão se veio a efectuar na reunião de 19 de Janeiro.³⁷³

Em 9 de Fevereiro a comissão de legislação emite novo parecer sobre a questão, tendo então organizado um projecto de lei tendo por epígrafe "Da ordem do juízo, que a câmara dos pares ha de seguir, quando se formar em tribunal de justiça criminal"³⁷⁴, o

³⁷¹ Já anteriormente aparece num *Catalogo das leis mais urgentes* como 7º ponto da Organização Social, o *Regimento da câmara dos pares como tribunal criminal* Cfr. S.CLEMENTE, *D.H.C.G.* t.II, p.469, Parecer apresentado por José António Guerreiro.

³⁷² Vide a este respeito S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.II, p.631-633.

³⁷³ Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº18, de 20 de Janeiro de 1827, p.102-104, e S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.100-104.

³⁷⁴ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.214-217.

qual viria a ser discutido na reunião de 14 de Fevereiro³⁷⁵. Foi rejeitado o projecto na generalidade, e aprovado que a mesa de legislação devia encarregar-se de apresentar um "somente pelo que respeita a disposição e arranjo da sala da câmara, quando haja de julgar o deputado eleito Manuel Cristóvão".

Na sessão de 19 eram apresentadas umas

"Instrucções provisórias redigidas em artigos para formarem hum additamento ao Regimento interno, e que devem servir de norma para quando a câmara se formar em Supremo Tribunal de Justiça."³⁷⁶

2. O componente episcopal na Câmara dos pares vai levantar dois problemas nas atribuições judiciais:

- a. a participação dos bispos na câmara constituída em tribunal de justiça;
- b. ser ou não a Câmara dos pares o foro próprio dos bispos que sejam pares, em detrimento do seu foro eclesiástico; questão que é espoletada por um officio do núncio apostólico de 19 de Janeiro de 1828 dirigido à Secretaria de Estado dos Negócios estrangeiros, face à pronúncia do arcebispo bispo de Elvas.³⁷⁷

Em sessão de 26 de Fevereiro, o conde de Lumiares disse que, estando a câmara prestes a formar-se em tribunal de justiça para julgar o deputado Manuel Christovão³⁷⁸, e fazendo parte da mesma assembleia os bispos, pedia que se decidisse naquela sessão se estes deviam ou não assistir ao processo.

³⁷⁵ Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº40, de 15 de Fevereiro de 1827, p.266, republicado mais circunstanciadamente na *Gazeta* nº42, de 17 de Fevereiro, p.280-287. Igualmente in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.234-243.

³⁷⁶ Consulte-se, bem como a respectiva discussão in *Gazeta de Lisboa*, nº45, de 21 de Fevereiro de 1827, p.308-309, e in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.286-298.

³⁷⁷ Vide a este respeito S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.183-193, questão que é objecto dum parecer duma comissão da Câmara dos pares de que é relator o bispo de Coimbra e objecto de discussão e votação no sentido afirmativo.

³⁷⁸ Sobre a razão do processo consulte-se S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.158-ss

O arcebispo bispo de Elvas e o bispo de Beja entraram em discordância quanto a esta matéria.³⁷⁹

O primeiro afirmou:

"Eu já sabia que o digno par faria esta reflexão. Emquanto à parte política não se pode duvidar que possam assistir ao processo, porque elles são pares. Emquanto as considerações como ecclesiasticos, tocam a consciência de cada um, mas para tirar todos os escrúpulos basta olhar para a historia de Portugal. O em.mo sr.cardeal patriarcha foi regedor das justiças, e como tal podia até assignar sentenças de morte. Já em outro tempo tinha sido regedor das justiças o cardeal da Cunha. A relação esta cheia de ecclesiasticos que assistem as sentenças, e isto não se faz por capricho. Temos duas bullas para os ecclesiasticos poderem ser desembargadores e assistirem as sentenças. E pois evidente que também os bispos têm o direito de sentenciar o réu n'esta camara; não me interessa nada o julgal-o ou não, isto é defender o direito dos ecclesiasticos e tirar qualquer duvida que possa haver.[...]."

Em sentido oposto pronuncia-se o bispo de Beja:

"E de meu dever representar a v.ex.a e aos dignos pares, que pede o decoro ecclesiastico que os bispos não sejam juizes nas causas criminaes, quando o crime de que os réus são accusados merece pena de morte natural ou civil. Os sacerdotes representam no altar a pessoa de Jesus Christo e devem imitar a sua mansidão. São ministros da paz, devem interceder pelos réus e não promover a sua condemnação; [...]. Não ignoro que no nosso reino os sacerdotes podem ser desembargadores nas relações, e podem sentenciar as causas criminaes e condemnar a pena ultima os réus d'aquelles crimes aos quaes a dita pena esta imposta pelas leis, e que para este fim se obtiveram bullas de dois pontifices, Paulo III e Julio III. Porém semelhante graça não se deve ampliar, é odiosa e contraria aos canones. [...] em consequencia é do seu espirito que os sacerdotes se abstenham de certos officios, empregos e funcções, as quaes, posto que sejam nobilissimas e utilissimas, não se ajustam com o caracter sacerdotal. [...] a unica rasão e fundamento a que recorro é deduzida do decoro. Portanto peço a camara me dispense de assistir a este processo."

A questão tem precedentes. Como afirma o conde de Lumiares, tendo por certo em mente essencialmente o Parlamento britânico,

³⁷⁹ Consulte-se a discussão in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.325-327.

"[...] esta pratica é usada mesmo nos parlamentos protestantes. Os bispos podem comparecer quando n'elles se trata de algum processo, mas não comparecem por decoro eclesiástico."³⁸⁰

Depois de várias intervenções e das observações dos bispos de Viseu, Algarve, Castelo Branco, Vila Viçosa, Porto e Coimbra, tendentes a serem dispensados de comparecer, resolveu-se que

"[...] a camara não obrigava nem dispensava nenhum digno par a assistir a esta ou aquella sessão, pois que a consciencia e honra de cada um é que devia regular o seu procedimento, como tinha declarado no artigo 14º. das instrucções aprovadas para quando se formasse em tribunal de justiça".

A Câmara virá a constituir-se, pela primeira vez, em tribunal de justiça em 1 de Março de 1827, a fim de resolver se um candidato a deputado eleito, o desembargador Manuel Mascarenhas de Figueiredo, arguido do crime de rebelião e sedição, por cumplicidade com a revolucionária junta governativa do Algarve, perdera o direito de representar a sua província e decidir se lhe devia mesmo ser imposta qualquer outra pena.³⁸¹

Foi absolvido por unanimidade.

Dos bispos, nesta primeira sessão, o único a comparecer foi o arcebispo bispo de Elvas, o que corresponde às posições sustentadas pelo episcopado na discussão sobre esta matéria.³⁸²

Foi clara neste processo a falta de experiência dos seus membros.

Volta a funcionar como tribunal de justiça no dia 7 de Fevereiro de 1828³⁸³, prosseguindo em mais nove sessões até 1 de Março³⁸⁴, para o julgamento dos quatro pares implicados nas *Archotadas*.³⁸⁵

³⁸⁰ Cfr.transcrição in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.325.

³⁸¹ Consultem-se as actas das três sessões, de 1,3 e 17, que durou o julgamento in *Gazeta de Lisboa*, nºs 54, 56 e 67, respectivamente de 3, 6 e 19 de Março, e S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, p.453-467.

³⁸² A primeira sessão da câmara formada em tribunal de justiça, dá-se antes de decorrida uma semana sobre a discussão.

³⁸³ *Gazeta de Lisboa*, nº35, de 9 de Fevereiro de 1828, p.282-284.

³⁸⁴ A 10 sessão, de 1 de Março encontra-se publicada in *O Constitucional, Periodico philosophico, politico e litterario*, nº7, de 8 de Março de 1828, p.145-154 e nº8, de 18 de Março de 1828, p.169-182 (NA BNL, J 52 não existe o número seguinte em que se concluirá).

III. Um Projecto de Lei das Honras, Prerrogativas e Privilégios dos Pares

Também das honras dos pares se procurou tratar com algum afinco. No parecer da Comissão de Legislação³⁸⁶ em 29 de Janeiro de 1827, sobre o projecto de lei das honras, prerrogativas e privilégios dos pares, o relator bispo do Algarve exarava a seguinte redacção:

"A Camara dos Pares, he, não só huma grande Dignidade, mas ao mesmo tempo huma Magistratura; e por suas altas funcções legislativas e judiciárias, he sem dúvida o 1º Corpo do Estado, e a 1ª Authoridade *depois* do Rei.",

palavras que foram contestadas na própria câmara.

§ 3º NOS BASTIDORES DE VIENA

1. O *memorandum* de D.Miguel a Metternich, de 19 de Novembro de 1826; 2. a memória a favor dos direitos de D.Pedro IV elaborada pela corte de Áustria, assinada por D.Miguel, no final de Novembro.

³⁸⁶ Vide a discussão do Parecer da Mesa de Legislação a respeito da Preposição do arcebispo bispo de Elvas sobre privilégios e honras dos pares na sessão da Câmara dos pares de 29 de Janeiro in *Gazeta de Lisboa*, nº27, de 31 de Dezembro de 1827.

1. António Ribeiro Saraiva, no seu *Memorandum d'une conference avec Lord Grey*, escreve em nota, na página 30, referindo-se a D.Miguel:

"Ce fut alors qu'il reçut des copies (envoyés, il paraît, par ses soeurs à Madrid) des articles des Cortès de Lamego, et de celles de Lisbonne de 1641, où ses droits incontestables au trône étaient fondés. Il fit traduire en Français ces articles, et dresser là-dessus un mémoire de Protestation et réclamation contre les actes qu'on lui avait extorqués au moyen de la signature, tous préjudiciables à ses droits de successeur légitime de son père à la couronne de Portugal, depuis la séparation du Brésil. Ce mémoire fut remis par Don Miguel lui-même en personne au prince de Metternich le 19 novembre 1826. Avec la connaissance de ce mémoire, M.Ghentz (qui d'accord avec le marquis de Rezende avait soutenu à Vienne, de vive voix et par écrit, les prétendus droits de Don Pedro au trône Portugais, et était peut-être ainsi la cause principale de l'injustice faite à Don Miguel, s'éleva furieusement contre une telle réclamation; et le Prince fut menacé de ne plus obtenir la permission de sortir des états Autrichiens s'il insistait sur cette Protestation!."

2. Em 28 de Novembro, a Corte da Áustria elabora uma memória reconhecendo os direitos de D.Pedro IV³⁸⁷, contrariando a que o visconde de Canelas publicara em favor do infante D.Miguel, sustentando os direitos que a este cabiam à sucessão da corôa de Portugal por morte de seu pai.

No dia seguinte, D.Miguel confirma o teor desta memória que Metternich lhe apresenta, assinando uma declaração em que reconhece:³⁸⁸

"[...] nouvellement les principes de la fidelité, que je dois au seigneur D.Pedro IV, mon légitime souverain, et dont je ne me suis jamais écarté."

§ 4º. DILIGÊNCIAS JUNTO DE D.PEDRO

³⁸⁷ Transcrita in LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3ª epocha, t.VII, p.15-19.

³⁸⁸ Transcrita in LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3ª epocha, t.VII, p.19.

1. D.Pedro; 2. a missão de Neumann e uma eventual tentativa de revisão da Carta;
3. a missão de Abrantes e Castro e as eventuais determinações de D.Pedro referentes ao
pariatio.

1. Nas encruzilhadas da vida política portuguesa havia sempre a possibilidade de um recurso de apelo que não se podia esquecer, D.Pedro, que não demorará muito a ser utilizado.

Sucessivamente, a diplomacia internacional, a princesa regente e o mais empenhado dos ministros liberais, vão enviar-lhe emissários e desenvolver diligências junto dele.

2. A primeira diligência significativa parte do concerto das potências da Santa Aliança. O barão de Neumann, meio irmão de Metternich, parte como embaixador da Inglaterra, França, Espanha, Rússia e Áustria para o Rio de Janeiro em fins do ano de 1826³⁸⁹, para obter de D.Pedro a revogação da ordem de ida de D.Miguel ao Brasil, a abdicação definitiva da coroa portuguesa, a ida de D.Maria para a Europa e a nomeação da regência de D.Miguel, negociações que se iniciarão no início de 1827³⁹⁰, e das quais o emissário se terá desempenhado com manifesta incapacidade³⁹¹. De caminho levava o juramento da Carta por D.Miguel, e o documento da sua celebração dos esponsais.

A ideia de revisão da Carta parece ter, então, andado no ar, embora seja difícil descortinar em que se concretizavam os rumores que nos ecoam.

Palmela, na sua já citada carta para D.Francisco de Almeida Portugal de 9 de Janeiro de 1827, dá conta duma eventual intenção de alteração da Carta, opinião aliás que está por provar:

³⁸⁹ Antes da partida de Neumann nos últimos dias de Novembro, o marquês de Rezende escreve a D.Pedro em 19 deste mês uma carta em que entre outras considerações lhe pede encarecidamente que não abdique e não nomeie D.Miguel regente.

³⁹⁰ Cfr. a *G.E.P.B.*, v.XVIII, p.642.

³⁹¹ METTERNICH, *Memoires*, v.IV, p.342, afirma que Neumann não praticou senão asneiras no Rio.

"A ida de Neumann ao Brazil é decididamente com o intento de fazer modificar a carta, mas não poderá elle já agora conseguir esse fim".

3. Terá sido precisamente para combater a ideia da regência de D.Miguel, em favor da sua manutenção, que a infanta D.Isabel Maria terá enviado ao Rio a figura controversa do Dr.José Bernardo de Abrantes e Castro?³⁹²

O que é facto que já a 15 de Janeiro este era recebido pelo imperador, acabado de chegar do sul³⁹³, e que nas reuniões que vão tendo lugar se consegue insinuar a ponto de ser nomeado secretário do gabinete da Infanta regente e conselheiro de Estado.³⁹⁴

De 29 de Janeiro datam dois decretos de D.Pedro, um sobre a organização diplomática portuguesa e outro fixando em dez o número de conselheiros de Estado e nomeando os que faltavam para completar este número.

§ 5º. ALTERAÇÕES AO RUMO DE D.MIGUEL

Em 8 de Março de 1827 chega a Viena o veador João da Rocha Pinto com a finalidade de tratar da partida do infante D.Miguel para o Rio de Janeiro a fim de concluir o casamento de D.Maria, para depois partir o casal para Portugal.

³⁹² Bernardo José de Abrantes e Castro (1771-1833) doutor em medicina e deputado fora preso em 30 de Março de 1809 acusado de jacobino e de maçom. Indo depois para Londres funda o *Investigador português* e publica uma memória em que declara ter-se associado à maçonaria em Coimbra em 1793.

A respeito desta discutida personagem, acusado de ser a sombra negra da Infanta D.Isabel Maria, chegando-se mesmo a serem lançadas suspeitas sobre a relação entre ambos, vide a brevíssima síntese da *G.E.P.B.*, v.I, p.112. Já em Agosto de 1822 integrara como médico de câmara a comitiva da infanta D.Maria Teresa e seu filho a Espanha, tendo escrito em 26 Outubro já de Lisboa à mesma infanta sobre a agitação política em Espanha. Carta transcrita in ÂNGELO PEREIRA, *Os Filhos de el-Rei D.João VI*, cit., p.375-377.

Para as cores negras com que o referem os seus contemporâneos vide ÂNGELO PEREIRA, *As senhoras infantas, filhas d'el-rei D.João VI*, Lisboa, 1937, p.116-118.

³⁹³ Cfr.officio do encarregado de negócios de Portugal, Carlos Mathias Pereira, para D.Francisco de Almeida, datado de 18 de Janeiro de 1827.

³⁹⁴ Por diplomas respectivamente de 28 e 29 de Janeiro de 1827.

Em 16 de Março, o infante escreve ao marquês de Rezende expondo-lhe a razão que tinha para não seguir viagem para o Rio, como seu irmão lhe ordenara. Invocava o facto do estado de nubilidade da sobrinha haver de demorar por tempo considerável a conclusão do casamento³⁹⁵. Recorde-se que D.Maria tinha ainda 7 anos.

Simultaneamente começa a colocar-se o problema de atingindo D.Miguel 25 anos, o que se verificaria no dia 26 de Maio, ter direito nos termos da Carta à regência.

³⁹⁵ Carta transcrita in *H.G.C.*, 3ª epocha, t.VII, p.31-34, doc.nº175.

CAPÍTULO II. O INTERREGNO ENTRE SESSÕES LEGISLATIVAS
(31 de Março de 1827 - Janeiro de 1828)
E A NOMEAÇÃO DE D.MIGUEL COMO REGENTE
(3 de Julho de 1827)

§ 1º. Os Decretos de que é Portador o Dr.Abrantes. Eventual Ideia de Revisão da Carta e de Primeiras Ideias de Alteração do Espírito do Pariato

§ 2º. O Prosseguir das Perturbações

§ 3º. A Nomeação dum Novo Governo (8 de Junho) e o Juízo de Palmela

§ 4º. A Nomeação de D.Miguel como Regente e as Reacções que a Ideia Provoca. As *Archotadas* e a Acusação do Envolvimento de Quatro Pares

§ 5º. A Espera de D.Miguel, depois da Publicação do Decreto de 3 de Julho (24 de Agosto)

§ 1º. OS DECRETOS DE QUE É PORTADOR O DR.ABRANTES.
EVENTUAL IDEIA DE REVISÃO DA CARTA E
DE PRIMEIRAS INTENÇÕES DE ALTERAÇÃO DO ESPÍRITO DO PARIATO

1. As eventuais determinações de D.Pedro; 2. a rejeição dos decretos pelo Conselho de Estado; 3. o afastamento do Dr.Abrantes para Londres.

1. Pouco depois do encerramento das Cortes, em 2 de Abril já está D. Pedro de regresso a Portugal, portador de vários decretos³⁹⁶, que jamais viriam a entrar em vigor³⁹⁷.

Muito se especulou sobre o conteúdo desses decretos. A dois já fizemos referência. Outros diriam respeito à prorrogação das Cortes até se concluírem as leis regulamentares a alguns artigos da Carta, à concessão de títulos nobiliárquicos, como recompensa de serviços à causa da liberdade, sendo um de marquês, ao conde de Vila Flor, e outro de conde, a Saldanha, títulos que aliás concederá a 14 de Janeiro de 1833.

Mas o que mais nos interessa aqui é que um dos decretos diria respeito ao pariato, embora as suposições feitas sobre o seu conteúdo não coincidam, orientando-se em dois sentidos:

- a anulação das nomeações de pares que não tivessem tomado posse;
- a nomeação de novos pares.

Para Oliveira Lima³⁹⁸, transpira que ele é portador de uma ordem para anular as nomeações de pares do reino que não tivessem até à data tomado posse das suas cadeiras.

Segundo Luz Soriano³⁹⁹ e Marques Gomes⁴⁰⁰, por um decreto, a fim de neutralizar a influência absolutista da Câmara dos pares⁴⁰¹, nomeavam-se para esta algumas personalidades liberais:

"[...] mais alguns pares que, não pertencendo á nobreza, nem ao alto clero, deviam contrabalançar a decidida preponderancia que estas duas classes tinham na camara alta." ⁴⁰²

³⁹⁶ Um dos decretos dizia respeito ao alargamento do Conselho de Estado com 5 membros, um dos quais era o par do reino arcebispo bispo de Elvas e outro o futuro par D. Fr. Francisco de S. Luiz.

³⁹⁷ Segundo OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.155, a regente ter-se-ia absterido de comunicar "*in extenso*" ao conselho de ministros as ordens recebidas. Sobre os decretos que Bernardo J. de Abrantes e Castro terá trazido por incumbência de D. Pedro, vide LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3a. Epocha, t.II, Parte II, Lisboa, 1882, p.117-118.

³⁹⁸ OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.155.

³⁹⁹ *H.G.C.*, t.II, Parte II, Lisboa, 1882, p.117.

⁴⁰⁰ *Luctas Caseiras...*, *cit.*, p.LXXXIX.

⁴⁰¹ LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3a. Epocha, t.II, Parte II, Lisboa, 1882, p.117-118, considera que a infanta, aconselhada por A'Court negara a execução, e que a Câmara dos pares teria recusado aceitar os novos membros no seu seio. Quanto a este ponto trata-se duma manifesta confusão com o caso do visconde de Rio Seco a que nos referiremos *infra*.

⁴⁰² *Luctas Caseiras...*, *cit.*, p.LXXXIX.

Para São Clemente⁴⁰³, elevava ao pariato:

"[...] individuos de reconhecida adhesão ao systema constitucional, a fim de se neutralisar a influencia dos partidarios do absolutismo, que na camara alta oppunham o seu veto ou excessivas delongas ás providencias reclamadas pela força das circunstancias."

e o quase coevo *Annuaire historique Universel pour 1827*⁴⁰⁴ afirmava que o terceiro dos decretos trazidos pelo Dr. Abrantes continha

"[...] uma promoção numerosa de pares escolhidos dentre as novas notabilidades sociais para contrabalançar a influência exclusiva das antigas notabilidades eclesiásticas ou feudais."

2. O que é facto é que os decretos são apresentados ao conselho de Estado que vota pela sua não execução, e por que se suplique ao rei que os tomasse de novo em Portugal.

3. O Dr. Abrantes, nomeado em 4 de Abril conselheiro da embaixada em Londres, é mandado sair para aquela cidade⁴⁰⁵, tendo seguido para esse destino a 15 de Abril⁴⁰⁶ e aí chegando a 28⁴⁰⁷.

⁴⁰³ S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.793.

⁴⁰⁴ *Cit.*, p.466-467.

⁴⁰⁵ Cfr. MARQUES GOMES, *Luctas Caseiras...*, *cit.*, p.LXXXIX-LXL. CARLOS PASSO, *D.Pedro e D.Miguel*, *cit.*, afirma que a regência desejando recompensar o velho intriguista Dr. Abrantes, nomeou-o em Abril de 1827 conselheiro da embaixada em Londres. ÂNGELO PEREIRA, *As senhoras infantas, filhas d'el-rei D.João VI*, Lisboa, 1937, p.117(1) refere ter escrito o marquês de Palmela, embaixador em Londres ao ministro dos negócios estrangeiros: "Cá está o Dr. Abrantes e não me queixo do presente que me mandaram, porque poderá ser *menos nocivo aqui, do que lá.*"

Vide a contestação do envio do Dr. Abrantes para fora do reino, dada a sua qualidade de deputado, feita por Almeida Garrett in *Chronista*, nº7.

⁴⁰⁶ Dois meses e meio depois publica uma *Carta do conselheiro Abrantes a Sir W. A'Court sobre a regência de Portugal, e a autoridade do sr. D.Pedro IV como rei de Portugal...*, Londres, 1827, datada de 5 de Julho, que será traduzida em francês *Lettre du conseiller Abrantès à sir William A'court, sur la régence du Portugal et l'autorité de Don Pèdre IV, en sa double qualité de roi de Portugal et de père de Dona Maria II, fidèlement traduite de l'original portugais publié à Londres, Paris, 1827*. Em resposta a esta obra surgirá anónima, mas que se sabe ser da autoria de D. Luís Antonio Carlos Furtado de Mendonça, Prior-mór da Ordem de Cristo e nomeado arcebispo de Braga, *As minhas observações á carta do doutor Abrantes*, Lisboa, 1828.

⁴⁰⁷ Aí chegará a 28. Cfr. CARLOS DE PASSOS, *D.Pedro IV e D.Miguel I*, *cit.*, p.122(2)

O conde do Lavradio, então ministro dos Negócios Estrangeiros, que não esconde a sua hostilidade a esta personagem a quem trata de "homem infame", "vil creatura", e "homem de exacrandia memória", escreve:

"Guerreiro sahiu do Ministerio [depois de envolvimento num movimento conspiratório], e o Abrantes foi resolvido, em consequencia disso e dalgumas representações energicas que fiz, que partisse para o Rio de Janeiro, onde foi fazer novas intrigas e diligenciar novas desgraças para Portugal. Contudo, à sua volta, tive a fortuna de poder annular todas as ordens que elle trazia do Imperador."

Entretanto, em Londres, a 12 de Abril Canning é nomeado primeiro ministro.⁴⁰⁸

§ 2º O PROSSEGUIR DAS PERTURBAÇÕES (Abril - Maio)

1. A amnistia concedida pela regente; 2. visão optimista de *O Portuguez*; 3. sublevação em Elvas controlada.

1. As perturbações políticas manifestam-se.

Em 13 de Abril, na tentativa de apaziguar os ânimos, a infanta regente D. Isabel Maria decreta uma amnistia e perdão geral a todos os súbditos culpados por opiniões políticas ou factos sediciosos cometidos desde 21 de Julho até à publicação deste decreto, amnistia da qual são exceptuados no entanto os principais responsáveis.⁴⁰⁹

2. O redactor do *Portuguez*, por ocasião do primeiro aniversário da Carta, mostrava-se optimista:

⁴⁰⁸ Vide o comentário de *O Portuguez* nº145 e nº146, de 23 e 24 de Abril.

⁴⁰⁹ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.695-696.

"Em Portugal toda a verdadeira nobreza, boa parte do clero [A melhor e mais digna parte d'elle: Deve-se fazer justiça a esta porção do povo portuguez, que tão injustamente tem sido calumniada, esclarece em nota] , toda a classe media, em cuja mão está a riqueza, o poder e a força no sentido de Bacon (*power is knowledge*), amam ardentemente a liberdade, conhecem-na e estão promptos a combater por ella. A plebe há de sempre seguir estas classes para onde quer que ellas forem."

3. Mas por essa mesma data, parte da guarnição de Elvas, a mais importante das praças portuguesas, sublevou-se, tendo sido apoiada pelo convento dos paulistas, mas acabando a situação por ser controlada no dia 30 de Abril⁴¹⁰.

§ 3º. A NOMEAÇÃO DUM NOVO GOVERNO (8 de Junho) E O JUÍZO DE PALMELA

Em 8 de Junho, D.Isabel Maria nomeia novo governo, de carácter eclético: visconde de Santarém, Reino; conde da Lousã, D.Diogo, Fazenda, em breve substituído por Manuel António de Carvalho; bispo do Algarve, Justiça; Saldanha, Guerra; Palmela, Estrangeiros, que de Londres recusou, sendo substituído pelo marquês de Olhão, que não a aceitando também é substituído por Saldanha.

Ao ter, em Londres, conhecimento da sua nomeação, Palmela escreve a Canning, fazendo uma apreciação da situação, e alegando os seus motivos para a recusa:⁴¹¹

"[...] Efectivamente qual será o homem sensato que consentirá em tomar a direcção dos negócios de Portugal no meio do caos de todos os princípios constitucionais do Estado, e sem haver um só ponto fixo sobre que se apoie para formar alguma espécie de governo? [...] Ora eu penso que não está no poder de nenhuma autoridade portuguesa o decidir agora as duas grandes questões que se oferecem, de que depende a tranquilidade do Reino, a saber: - 1.º, o Infante D.Miguel será chamado à regência ou será definitivamente excluído?; 2.º, quaes são de agora em diante as relações que hão-de existir entre o Imperador D.Pedro e a Nação Portuguesa, e entre o Brasil e Portugal? Não tomaria sobre mim o dizer a quem deverá pertencer *de direito* a decisão destas duas questões,

⁴¹⁰ Leia-se a narrativa feita em dois números de *O Portuguez*, transcritos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.707-710.

⁴¹¹ Carta transcrita in ANTONIO VIANNA, *A Carta e a reacção*, cit., p.152-154.

mas estou convencido de que elas não podem ser decididas *de facto* senão por um impulso superior e externo; [...].

Além dos obstáculos fundados no estado actual dos negócios de Portugal, apresenta-se um outro, que ainda em circunstâncias mais favoráveis me colocaria no caso de recusar o ministério pelo modo como me foi oferecido. Dirigindo-me a V.Ex.^a não necessito de mostrar que se pretende que a Carta subsista em Portugal, é necessário um ministério solidariamente responsável, formado de indevidos que se concertem e ponham de acordo sobre as bases do sistema que se propõem seguir: numa palavra, um ministério constitucional; mas por agora eu sou chamado não para estar à frente de uma administração, ou pelo menos para ser consultado na escolha dos meus colegas, porém para tomar uma pasta juntamente com outros ministros, dos quais uns me são totalmente desconhecidos, e alguns conhecidos desvantajosamente. [...]."

§ 4º. A NOMEAÇÃO DE D.MIGUEL COMO REGENTE, AS ARCHOTADAS E A AFIRMAÇÃO DE CLIVAGENS POLÍTICAS NO PARIATO (Julho de 1827)

1. A conduta de D.Pedro crente no seu plano; 2. reacções liberais; 3. a nomeação de D.Miguel como regente (3 de Julho); 4. um artigo no *Imparcial* contra os "sequazes do absolutismo"; 5. as *Archotadas* e o pariato (24-27 de Julho de 1827); 6. a acusação da implicação de pares liberais nos acontecimentos; 7. notícia da existência duma Câmara de senadores na Constituição das Províncias do Rio da Prata; 8. pela imprensa.

1. Nos nove meses de intervalo entre as sessões legislativas, iniciados com o encerramento da sessão legislativa de 1827, em 31 de Março⁴¹², as tensões, a radicalização e a tendência de regresso ao regime absoluto vão-se intensificar.

Passo determinante neste sentido é a nomeação por D.Pedro de seu irmão e genro como regente do reino. Entregando-lhe as chaves do poder, aproximando-o quer dos seus partidários convictos, alguns dos quais vinham proclamando as suas posições, quer duma massa da nação que não fazia da Carta nem do liberalismo profissão de fé, dá esperança aos defensores da manutenção do regime tradicional, e suscita reacções nos liberais mais convictos.

D.Pedro permanecia visivelmente confiante na fórmula cartista que traçara alicerçada no casamento de sua filha com seu irmão e no equilíbrio sócio-político que o pariato introduzia como facto moderador do Corpo legislativo. Afirmava-o, sem rodeios, no discurso do trono na abertura da Assembleia Legislativa do Brasil.⁴¹³

"Os Esponsaes do Cazamento da Rainha de Portugal [...] já forão celebrados em Viena d'Austria: e Eu espero ver em pouco tempo nesta Corte Meu Irmão, seu Esposo. A Causa Constitucional triunfa em Portugal, apesar dos immensos partidos, que a querem dilacerar: e seria impossivel que assim não acontecesse, tendo a Carta sido tão legitimamente dada."

Em boa verdade, colocando-nos no final das duas consecutivas sessões legislativas da Câmara, as razões para alarme não eram por ora evidentes.

Houvera, certo, tentativas de rebelião, mas não tinham sido debeladas? Não tinham as Cortes funcionado com normalidade e não tinha o pariato na sua esmagadora maioria manifestado expressamente o seu reconhecimento e a sua fidelidade a D.Pedro e à Carta? Não tinha a Câmara dos pares verberado e repudiado esse par trânsfuga, que se sublevava isolado, esse marquês de Chaves, que já não surpreenderia, pois no reinado de seu pai pegara em armas em defesa dos inauferíveis direitos?

Não tinha, por outro lado, seu irmão casado por procuração com sua filha Maria e não tinha jurado a Carta?

Certo, houvera dificuldades e atribulações, mas acreditaria D.Pedro que o seu programa se cumpria e que a regência de D.Miguel seria mais um laço do plano traçado.

Não tem, o distante D.Pedro, a plena compreensão do jogo, não avalia a carta que lança, nem mede os riscos da sua aposta.

2. A primeira perturbação que a sua opção suscita, é a dos partidários do liberalismo.

A alteração da rota de D.Miguel, desviando-o do longínquo e controlado Brasil, para o epicentro dum eventual redemoinho, causa apreensões.

⁴¹² Vide o *discurso do throno*, proferido pelo bispo de Viseu, dada a ausência da regente doente.

⁴¹³ Transcrito do *Diario Mercantil*, de 3 de Maio de 1827, pela *Gazeta de Lisboa*, nº172, de 23 de Julho de 1827.

Ainda no seu número de 5 de Junho, o *Imparcial*⁴¹⁴ inculca um correspondente do *Correio do Porto*, Macario, por colocar a questão "o Sr.D.Miguel virá para este reino, ou irá para o imperio do Brazil?=". Contudentemente, afirma:

"Esta questão só de per si apresenta assás veneno; pois, que havendo S.Mag.ordenado que o Snr.Infante *D.Miguel* fosse para o Rio de Janeiro, mandando para este fim a não D.João 6º. a Brest para o receber; pôr em duvida este facto (com vista de reanimar os nossos rebeldes) he duvidar se as Regias determinações se deverão cumprir, e obedecer ao legitimo Soberano."

E num parágrafo assaz sibilino, afirmará:

"Quem he que duvida da genealogia do Senhor Infante *D.Miguel*, e de suas boas qualidades? Por ventura já se ouviu na boca de algum constitucional, os verdadeiros amigos do Rei e da Lei, alguma expressão insultante, ou mesmo mal soante contra aquelle Principe? Não sem duvida. Estava reservado somente para esses infames, que ousão inculcar-se por verdadeiros do Senhor Infante, desacatarem a candida e virtuosa Regente, e levantarem gritos regicidas: para estes malvados não valem as qualidades de parentesco que unem o Senhor Infante áquellas Augustas Pessoas!!!"

Entretanto, Saldanha, o agitado e radicalizante Saldanha, enviara em Maio a D.Pedro um ajudante de campo, o capitão Praça, para lhe dar conta do estado do país, e expõe-lhe em carta os inconvenientes da regência ser entregue a D.Miguel:

"Não temo a infanta ausente, mas tenho tudo a recear da sua presença, pois muitos dos soldados e oficiais que não hesitariam em bater-se com os chefes da rebelião, deixariam de desembainhar as espadas contra o Infante."

Solicita, pois, ou a sua presença, ou a continuação da regência nas mãos da infanta D.Isabel Maria. O conhecimento desta diligência tem repercussões significativas. A intriga grassa e o político militar demite-se do governo, com as consequências que oportunamente referiremos.

A diligência era, além do mais, tardia. Quando o capitão chega junto de D.Pedro já este enviara a nomeação como regente do infante.

3. Entretanto, por decreto de 3 de Julho de 1827, D. Pedro consumara a sua ideia, nomeando seu irmão D. Miguel regente.⁴¹⁵

"Por muitos e ponderosos motivos que se fazem dignos de minha real contemplação, e attendendo a que a salvação e segurança do estado é e deve ser sempre a suprema lei para todo o soberano que só deseja a felicidade de deus subditos; e tomando na minha real consideração a intelligencia, actividade e firmeza de character do infante D. Miguel, meu muito amado e prezado irmão: hei por bem nomeal-o meu logar tenente, outorgando-lhe todos os poderes que, como rei de Portugal e dos Algarves, me competem e estão designados na carta constitucional, a fim de elle governar e reger aquelles reinos em conformidade á referida carta."

Nomeação que o imperador comunica em carta da mesma data a seu irmão, ao rei de Inglaterra e ao imperador da Áustria.⁴¹⁶

Decreto que o diplomata Carlos Mathias Pereira se apressa a levar do Rio de Janeiro para Inglaterra⁴¹⁷, mas que por ora resta desconhecido em Portugal.

D. Miguel acusará a sua recepção em cartas de 19 de Outubro para seu irmão, para o rei de Inglaterra e para a infanta regente D. Isabel Maria⁴¹⁸, afirmando a esta última:

"[...] Determinado a manter illesas as leis do reino, e as instituições legalmente outorgadas por nosso augusto irmão, e que todos jurámos de manter e fazer observar, e de por ellas reger os sobreditos reinos, cumpre-me que eu assim o declare, a fim de que a mana dê a esta solemne declaração a competente publicidade, e queira fazer constar ao mesmo tempo a firme intenção em que me acho de comprimir facções, que debaixo de qualquer pretexto tenham perturbado a tranquillidade publica n'esses reinos; desejando eu que erros e culpas passadas, que possam ter sido commettidas, sejam entregues a um total esquecimento, e que a concordia e um perfeito espirito de conciliação succedam ás deploraveis agitações que têm desunido uma nação celebre nos annaes da historia pelas suas virtudes, valor, lealdade e respeitoso apego para com os seus príncipes.

A fim de levar a effeito as regias intenções de nosso augusto irmão, fico-me dispondo para regressar a esse reino; e portanto rogo á

⁴¹⁴ N.º 57, p. 289-290.

⁴¹⁵ Transcrito in S. CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t. III, p. 899, e in *H.G.C.*, 3ª epocha, t. VII, p. 87-88, doc. 181.

⁴¹⁶ Consultem-se as 3 cartas in *H.G.C.*, 3ª epocha, t. VIII, p. 88-89.

⁴¹⁷ Cfr. noticia inserta na *Gazeta de Lisboa* de 22 Set. 1827, transcrita in S. CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t. III, p. 880-881.

⁴¹⁸ Cartas transcritas in *H.G.C.*, 3ª epocha, t. VII, p. 89-92.

mana que, sem a menor perda de tempo, mande apromptar e sair para o porto de Falmouth uma fragata de guerra e um brigue, a fim de seguir viagem d'aquelle para esse porto de Lisboa. [...]"

4. Em 3 de Julho, o *Imparcial*⁴¹⁹, denunciando os "sequazes do absolutismo", transcreve o "*Constitucional de Paris*":

"Hum poder legislativo exercido collectivamente por El-Rei e duas Camaras, *é a republica*;

[...]

Huma Camara de Pares, *parte essencia* do poder legislativo, cujos membros, hereditarios ou vitalicios, nomeados por El-Rei conhecem dos crimes de alta traição, e dos attentados á segurança do Estado, *é a republica*;

[...]

Luiz XVIII, que quiz que estas cousas existissem em França, não decretou *senão a republica*. Carlso X, pronunciando sobre o evangelho o juramento de Reims, não jurou *senão a manutenção da republica*."

E ajuíza:

"Não he esta a mesma linguagem dos nossos chamados apostolicos? [...]"

Que querem estes agentes apostolicos de Portugal e os congreganistas de França? Estes querem retrogradar ao seculo 12, que se renove o governo feudal, que appareça a inquisição, as provas do ferro ardente, d'agoa a ferver, os privilegios, e finalmentea ignorancia daquelle seculo barbaro, para os magnatas conservarem os povos na escravidão: aquelles (os portuguezes) querem, os chefes, entregar a sua patria á Hespanha para receberem, em premio de sua traição, velhos pergaminhos de antiga nobreza, titulos, placares, fitas, porque outra cousa não tem hoje que dar-a pobre Castella; os outros querem, os intrigantes empregos, os pobres serem ricos, os hypocritas extorquirem dinheiro aos credulos, os servis fazerem baixeiras para terem entrada com os grandes, a canalha a anarquia para roubar impunemente; e finalmente outros não sabem o que querem!";

e após mais dois parágrafos no mesmo estilo conclui:

"Oxalá que a sabedoria do Governo, ouvindo os nossos brados, mande povoar a Africa destes *incorregiveis*; só assim poderá consolidar-se a paz de que tanto precisamos, amalgamar e neutralizar os partidos!!"

⁴¹⁹ N°65, de 3 de Julho, p.322.

O mesmo periódico⁴²⁰ relatava ter declarado nas câmaras o visconde Dudley e Ward que

"[...] o exercito inglez não he conservado em Portugal para ali exercer influencia, ou impor qualquer fôrma particular de governo; e sim para o defender contra qualquer invazão estrangeira."

5. A exoneração, na sequência do seu pedido de demissão, do general Saldanha⁴²¹, da pasta da Guerra e da que desempenha interinamente de Ministro dos Negócios Estrangeiros⁴²², sendo substituído em ambas as funções por outro par, o conde da Ponte⁴²³, provoca forte reacção.

Visto por muitos liberais como o último sustentáculo liberal no governo, a sua exoneração provoca, na noite de 23, uma imponente manifestação de protesto, que por ter sido feita à luz de archotes fica conhecida como *Archotadas*.⁴²⁴

Na mesma data é também exonerado do lugar de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Liberato da Silva Carvalho que

"[...] tem manifestado na redacção da Gazeta de Lisboa, de quem o tinha incumbido, hum espirito contrario á boa ordem e ao socêgo público, dirigido a atacar a Minha Authoridade, opposto á opinião do Governo e á Carta Constitucional,[...]"⁴²⁵.

A linha mais radical, manifesta-se, entre 24 e 27 de Julho de 1827, aquando das "Archotadas", que levam mesmo ao aparecimento duma proclamação republicana, acontecimentos que têm aliás eco no Porto de 28 a 30 do mesmo mês.

⁴²⁰ N.º 65, p.323.

⁴²¹ Saldanha será o primeiro liberal a procurar o exílio em França, logo em Julho.

⁴²² *Gazeta de Lisboa*, n.º 181, de 2 de Agosto de 1827, p.1031.

⁴²³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 177, de 28 de Julho de 1827, p.1013.

⁴²⁴ Sobre este acontecimento consulte-se como síntese, RUBEN ARDERSEN LEITÃO, "Archotadas" in *D.H.P.*, v.I, Lisboa, 1971, p.177-178. Para a reacção da Infanta Regente à Archotada vide OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.215-216. Para a imprensa coeva vide *A Gazeta de Lisboa*, *O Periódico dos Pobres*, *O Cronista*, *O Português*, nomeadamente os n.ºs 225 e 227, respectivamente de 26 de Julho de 1827, p.715-716 e 718 e de 28, p.723, e o *Imparcial*.

Vide a *Circular dirigida aos Embaixadores, Ministros, e Encarregados dos Negocios de Portugal nas Côrtes estrangeiras*, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, datado das Caldas da Rainha, 28 de Julho de 1827, transcrito in *Imparcial*, n.º 74 de 4 de Agosto de 1827, p.362-363.

⁴²⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 180, de 1 de Agosto de 1827, p.1027.

Na Circular dirigida aos Embaixadores, Ministros, e Encarregados de Negocios de Portugal nas Cortes Estrangeiras⁴²⁶, datada das Caldas da Rainha, 28 de Julho, o conde da Ponte dá conta dos acontecimentos e da demissão de José Liberato Freire de Carvalho de redactor da Gazeta de Lisboa.⁴²⁷

6. E entre os pares liberais é fácil descortinar uma linha mais radical.

De implicação nos acontecimentos das *Archotadas* são acusados quatro pares: o arcebispo bispo de Elvas, D.Frei Joaquim de Athaide, o 7º marquês da Fronteira, o 4º conde da Cunha e o 1º conde da Taipa, que serão absolvidos em Julgamento da Câmara dos pares⁴²⁸. A estarem efectivamente inocentes, não deixa de ser de notar a escolha dos que foram objecto de acusação.

7. Pela mesma altura a *Gazeta de Lisboa*⁴²⁹ transcreve, do *Moniteur* de 29 de Junho, notícias da Constituição das Províncias do Rio da Prata a ser apresentado à aprovação das mesmas, em que dá conta da existência duma Câmara de senadores, eleitos por Juntas nomeadas pelo povo para esse único objecto em cada Província.

8. O *Portuguez* de 30 de Julho, no artigo *Lisboa*, expõe a absoluta necessidade de se convocarem Cortes extraordinárias da Nação.⁴³⁰

Em 21 de Agosto, o *Imparcial*⁴³¹ volta a questionar:

"Que querem o Marquez de *Chaves* e seus sequazes? [...] Impor a Portugal hum governo de facto, dictar leis contra a legitimidade, dissolver a

⁴²⁶ *Gazeta de Lisboa*, nº179, de 31 de Julho de 1827, p.1023.

⁴²⁷ A demissão é objecto único do *Supplemento ao número 177 da Gazeta de Lisboa*, de 28 de Julho de 1827, p.1017, sendo invocado:

"Tendo-se na Gazeta do dia 27, e continuado na de hoje a inserir Artigos, que pelo seu conteúdo demonstrão não só a falsidade delles, mas tambem no Redactor della, hum espirito contrario a toda a boa ordem, e opinião do Governo, socego publico, e Carta Constitucional, julgou-se de absoluta precisão encarregar-se a redacção da mesma Gazeta a quem não abuse da confiança que o Governo põe na pessoa que deve dirigir este tão importante trabalho."

⁴²⁸ Vide referência à respectiva documentação *infra* no Capítulo III, II, 6.

⁴²⁹ Nº174, de 25 de Julho de 1827, p.1002.

⁴³⁰ Vide o comentário a este artigo assinado "Hum amante da verdade" na *Gazeta de Lisboa*, nº197, de 21 de Agosto de 1827, p.1097-1098.

⁴³¹ Nº79, de 21 de Agosto de 1827, p.381-383.

Carta, e por consequencia a Camara dos Pares, aonde se achão sentados os descendentes dos *Menezes, Sousas, Castros, Almeidas, e Saldanhas*; reduzir a nossa patria á penuria e á miseria. Portugal já pobre, sem commercio, sem agricultura, ainda mesmo com as possessões que tem no ultramar, como poderia subsistir sem ellas? A Inglaterra garante ao Sr.D.*Pedro IV*, em quanto Rei de Portugal, a integridade da monarquia, tomaria logo posse das nossas ilhas para se conservar na obediencia daquelle Soberano: o brazil nos seria vedado; os portos de Lisboa e Porto seriam bloqueados; a anarquia se estabeleceria em todo o reino, e a maior desordem acabaria com elle, entregue nas mãos dos algozes do seu proprio paiz. São, por tanto, o Marquez de *Chaves* e seus sequazes ingratos á memoria do Sr.D.*João VI*, e revolucionarios contra a legitimidade do Sr.D.*Pedro IV*.

Tal he o extracto da eloquente falla que fez o Exc.Sr.Conde da *Ponte*, actual Ministro dos Negocios da Guerra e Estrangeiros, na Camara dos Dignos Pares na sessão do dia 16 de Dezembro de 1826.

Por ventura mudaria hoje de sentimentos este digno Par? Não sem duvida:[...]".

Em 12 de Setembro são presos seis colaboradores de *O Portuguez* que em 24 de Janeiro de 1828 enviarão uma representação à Câmara dos deputados, dois dos quais virão anos volvidos a ser pares: Joaquim Larcher e Almeida Garrett.⁴³²

§ 5º. À ESPERA DE D.MIGUEL,
DEPOIS DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO DE 3 DE JULHO
(24 de Agosto)

"Chegará o Sr.Infante D.Miguel para acclamar-se Rei absoluto de Portugal? Ou primeiro chegará o Sr.D.Pedro IV?"
O Imparcial, nº81 de 28 de Agosto, editorial, p.389-392.

- I. Torna-se Publica a Notícia da Nomeação de D.Miguel como Regente
- II. As Diligências em Viena

⁴³² Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.398

III. Prepara-se a Chegada de D.Miguel e o seu Juramento como Regente.

I. Torna-se Publica a Notícia da Nomeação de D.Miguel como Regente

1. Publicita-se oficialmente a notícia da nomeação do infante como regente; 2. reacções à notícia.

1. Não se preocupara D.Pedro em dar conhecimento a sua irmã, D.Isabel Maria, da nomeação como regente de D.Miguel. A infanta regente terá que esperar uma tardia notícia oficial vinda do embaixador em Londres, Palmela, que só chegará por volta de 10 de Outubro.

Porém, antecipara-se. Sendo a notícia já conhecida, fá-la publicar na *Gazeta de Lisboa* de 24 de Agosto, o que dá aso a inquietações nos liberais e a que os miguelistas recobrem ânimo.

2. Em 28 de Agosto, o *Imparcial*⁴³³ publica o editorial com o significativo enunciado: "Chegará o Sr.Infante D.Miguel para acclamar-se Rei absoluto de Portugal? Ou primeiro chegará o Sr.D.Pedro IV?"

Do apoio com que D.Miguel conta, e de que a *Gazeta de Lisboa* de 1 de Outubro se fará eco⁴³⁴, reza o insuspeito testemunho de Luz Soriano:⁴³⁵

"Sabedor como de tudo isto se achava D.Pedro, e do verdadeiro estado de Portugal, parece incrível que elle abruptamente annuisse a nomear, sem seguras garantias, seu irmão regente do reino, porque dominado pela paixão de ser rei, tendo para este fim o apoio de sua mãe, o da côrte de Madrid e o do gabinete de Vienna, e sobre tudo isto um grande partido no paiz, não podia deixar de com taes elementos atraçoar a carta constitucional, e a causa da joven rainha D.Maria II ."

⁴³³ N°81, de 28 de Agosto, p.389-392.

⁴³⁴ Pode consultar-se transcrição in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.881-882.

⁴³⁵ *H.G.C.*, 3ª Epocha, t.II, II, p.160-161.

A notícia da regência do infante não traz acalmia

Face à aproximação do regresso de D.Miguel, a afirmação dos seus direitos faz-se ouvir.⁴³⁶ Surgem panfletos e multiplicam-se as proclamações.

Tome-se como exemplo a proclamação feita em Guimarães logo a 17 de Outubro.⁴³⁷

"Às armas, ó defensores do throno; o tempo chegou; já os inimigos do nosso legitimo rei o senhor D.Miguel desappareceram; já podemos sem receio levantar o grito da sua acclamação, pois que a provincia de Traz os Montes o fez; [...]

Acabe-se por uma vez a impostura constitucional, visto que é vontade geral da nação, e faça o povo um dia justiça e represente de soberano, e este soberano approvará nossa deliberação.

Segure-se o campo; haja morte nos mais perigosos constitucionaes e nos que têm prendido os nossos agentes; vá-se á cadeia, sejam soltos; morra o corregedor; viva o nosso rei absoluto D.Miguel; morram os constitucionaes; vivam os que se têm distinguido; é tempo vingemos affrontas."

II. As Diligências em Viena

1. Chega a Viena a notícia da nomeação de D.Miguel como regente; 2. diligências para a partida do infante para Portugal.

1. Entretanto, a notícia da nomeação do infante como regente chega, pela mão de Carlos Mathias Pereira, a 11 de Setembro.⁴³⁸

⁴³⁶ É o caso vg.da obra *Examen de la constitution de dom Pèdre et des droits de don Miguel. Dedié aux fidèles Portugais*, Paris, 1827, e do folheto do mesmo ano *Post-scriptum, Notes sur les prétendus droits de la princesse du Gran-Pará à la succession portugaise*, s.l., reeditado em 1829.

⁴³⁷ S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.909.

No mesmo sentido vejam-se as proclamações de Guimarães, e do Quartel de S.Gregório, respectivamente de 21 e 24 de Outubro.

⁴³⁸ Segundo o marquês de Rezende, no *Extracto* citado, p.472, a notícia chegou nos fins de Agosto.

Já depois de chegada a notícia da regência, chega ao marquês de Rezende uma carta que lhe fora enviada por D.Pedro, datada de 29 de Junho de 1827⁴³⁹, trazida pelo coronel de l'Hoste, da qual constava entre outras instruções a de declarar ao infante D.Miguel que aquele

"[...] revogaria a nomeação, que lhe tinha mandado, de regente, no caso em que elle, cedendo às insinuações de uma facção, violasse os direitos de vossa magestade imperial, da rainha sua augusta filha e da carta constitucional da monarchia portugueza"

2. Em Viena começa a tratar-se da partida de D.Miguel. No dia 8 de Outubro, Metternich desloca-se à residência do infante para regular e determinar definitivamente a viagem. Participava-lhe, porém, que qualquer que fosse o percurso que escolhesse, o imperador em caso algum poderia consentir na sua passagem por Espanha. O infante aceitou a proposta de nomear o barão de Vila Seca e o conde de Vila Real para tratarem da deslocação.⁴⁴⁰

Mas em breve o príncipe vai manifestar duas intenções: não embarcar em navio que não fosse português e não saltar em terra entre Áustria e Portugal.

Metternich opôs-lhe os meses de demora que implicariam preparar navios em Portugal e fazê-los chegar a Liorna, e aconselha-o a passar por Paris e em especial por Londres.

A insistência do infante levou à intervenção do próprio imperador no dia 12, em longa conversa, em que o não conseguiu demover, insistindo aquele que estava persuadido que se consentisse em embarcar em navio estrangeiro ofenderia a opinião e feriria o amor próprio da sua nação.

Realizam-se três reuniões, em 18, 20 e 23 de Outubro⁴⁴¹, em que estão presentes, por parte da Áustria, Metternich, o conde de Lebzeltern, Neuman e o conde de Bombelles; por parte da Inglaterra, o respectivo embaixador Sir Henry Wellesley; e por parte de D.Miguel, o barão de Vila Seca e o conde de Vila Real.

⁴³⁹ Transcrita no *Extracto da exposição do marquês de Rezende, cit.*, p.472.

⁴⁴⁰ Cfr. Despacho de sua alteza o príncipe de Metternich a sua alteza o príncipe de Esterhazy, datado de Viena, 18 de Outubro de 1827, transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.900-904..

⁴⁴¹ Os respectivos protocolos encontram-se publicados na versão original em francês in VISCONDE DE BORGES DE CASTRO, *Collecção de tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a corôa de Portugal e as mais potencias*, t.VI, e em tradução portuguesa in *Manifesto dos direitos de sua magestade fidelissima a senhora D.Maria II e exposição da questão portuguesa* e in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.897-899, 905-908..

Em 19 de Outubro o infante D.Miguel escreve a sua irmã regente uma carta em que se afirma:⁴⁴²

"Determinado a manter illesas as leis do reino, e as instituições legalmente outorgadas por nosso augusto irmão, e que todos jurámos de manter e fazer observar, e de por ellas reger os sobreditos reinos; cumpre-me que eu assim o declare, a fim de que a mana dê esta solemne declaração a competente publicidade, e queira fazer constar ao mesmo tempo a firme intenção em que me acho de comprimir facções, que debaixo de qualquer pretexto tentem perturbar a tranquillidade publica n'esses reinos; desejando eu que erros e culpas passadas, que possam ter sido commettidas, sejam entregues a um total esquecimento, e que a concordia e um perfeito espirito de conciliação succedam ás deploraveis agitações que têm desunido uma nação celebre nos annaes da historia pelas suas virtudes, valor, lealdade e respeitoso apego para com os seus principes."

Nesta mesma carta pede à infanta que sem a menor perda de tempo, mande aprontar e sair para o porto de Falmouth uma fragata de guerra e um brigue a fim de seguir viagem para Lisboa.

III. Prepara-se a Chegada de D.Miguel e o seu Juramento como Regente

Em 4 de Novembro, a infanta regente officia ao duque de Cadaval e ao bispo titular de Coimbra, como presidentes respectivamente das Câmaras dos pares e dos deputados, para dado as câmaras se encontrarem fechadas, convocarem Cortes gerais extraordinárias para o juramento de D.Miguel como regente⁴⁴³, determinação que aliás se vem a mostrar inútil dado o infante apenas chegar em pleno funcionamento da segunda legislatura ordinária, uma vez que só sai de Viena em 6 de Dezembro.

⁴⁴² Transcrita in *H.G.C.*, 3ª Epocha, t.VII, p.91-92.

⁴⁴³ Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº263 e *O Defensor da Liberdade*, nº53, de 1 de Dezembro de 1727, p.2.

**CAPÍTULO III. A SESSÃO LEGISLATIVA DE 1828, A CHEGADA DE
D.MIGUEL, E O PREÂMBULO DA DERROCADA DO REGIME DA CARTA
(2 de Janeiro - 13 de Março)**

§ 1º. Nos Últimos Dias da Regência de D.Isabel Maria (até 26 de Fevereiro de 1828)

§ 2º. A Regência de D.Miguel e a Rápida Dissolução das Cortes (26 de Fevereiro -13 de Março de 1828)

§ 3º. A Abdicação Definitiva de D.Pedro (3 de Março)

**§ 1º. NOS ÚLTIMOS DIAS DA REGÊNCIA DE D.ISABEL MARIA
(até 26 de Fevereiro de 1828)**

I. As Câmara dos Pares e os seus Trabalhos

II. O "Regimento das Duas Câmaras"

III. D.Miguel de Regresso Via Londres

I. As Câmara dos Pares e os seus Trabalhos

1. O início da sessão legislativa de 1828; 2. novos juramentos na Câmara dos pares e a recusa desta de admissão do recém nomeado visconde de Rio Seco (Janeiro de 1828); 3. o processo dos pares acusados de envolvimento nas *Archotadas*; 4. mudanças governamentais em França e Inglaterra; 5. a infanta regente informa as autoridades da próxima chegada do infante D.Miguel (21 de Janeiro).

1. A sessão legislativa de 1828 abre num ambiente de maior expectativa, dado aguardar-se o regresso do infante D.Miguel. No discurso do Trono⁴⁴⁴, a 2 de Janeiro, a infanta regente dava conta do itinerário de seu irmão que, saído de Viena de Áustria no dia 6 de Dezembro, chegara a Munique em 9, a Paris em 18, e já teria desembarcado em Inglaterra.

Na resposta ao discurso do Trono os pares⁴⁴⁵ afirmarão que

"A presença do serenissimo senhor infante D.Miguel, chamado á regencia d'estes reinos, desarmará partidos, e, reunindo em torno de si todos os portuguezes, lhes afiançará, com as insignes qualidades de sua alteza, um prospero futuro, cheio de paz e felicidade",

atitude que aliás é partilhada pela Câmara dos deputados na sua resposta ao mencionado Discurso.⁴⁴⁶

2. Na sessão de 3 comparecem 36 pares e, dos 41 faltosos, 7 justificam o impedimento. Prestam juramento os condes de Alva e de Penafiel, mas levantam-se problemas quanto ao marquês da Fronteira, facilmente ultrapassáveis, e ao recém nomeado, por carta régia exarada no Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1827⁴⁴⁷, o visconde de Rio Seco, com grandeza.

Merece-nos atenção este caso por ser o único par nomeado durante a primeira vigência da Carta.⁴⁴⁸

A relação com o poder moderador teve, com efeito, na recusa da admissão deste último titular, uma marca de dissonância, que nos parece insustentável como argumentação de fricção intencional contra o imperador. A câmara tinha uma razão constitucional óbvia para recusar a entrada do visconde de Rio Seco⁴⁴⁹, que de facto não

⁴⁴⁴ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.2.

⁴⁴⁵ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.18.

⁴⁴⁶ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.38-39.

⁴⁴⁷ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.3.

⁴⁴⁸ A ter havido o decreto de nomeação de pares trazido pelo Dr.Abrantes, não teve qualquer eficácia.

⁴⁴⁹ Sobre este incidente vide A.H.P., Secção V, caixa 1, doc. 28.

viria a ser admitido, falecendo em 7 de Abril de 1835: a falta de audição do Conselho de Estado⁴⁵⁰, que a Carta impunha aos actos do poder moderador.

O nomeado virá a contestar esta deliberação, em requerimento datado de 9 de Janeiro dirigido à câmara⁴⁵¹, e apresentado pelo conde de Linhares, invocando nomeadamente que:

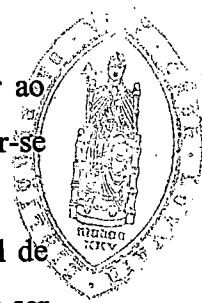
1º D.Pedro nomeou os pares em 1826 sem audição do Conselho do Estado, porque não o podia ter junto de si, e as cartas foram aceites, encontrando-se o recorrente na mesma situação;

2º deve entender-se que, D.Pedro tendo delegado a regência em D.Isabel Maria, reservou para si algumas das atribuições;

3º o recorrente goza das honras da grandeza, estando consequentemente na mesma situação dos outros pares que foram nomeados, pelo que falta apenas uma formalidade externa;

4º muito maiores e perigosos inconvenientes decorrem de se obstar ao cumprimento das obrigações constitucionais de el-rei do que há em suprir-se actualmente uma simples formalidade, que é impossível preencher-se;

5º considerando-se a nomeação como falta de um acessório possível de suprir-se é à câmara que pertence propor e determinar os meios por que há de ser substituído.



O marquês de Abrantes ainda defendeu a posição do visconde de Rio Seco, mas não teve apoio suficiente na câmara, não tendo o requerimento conseguido demover a câmara do seu zelo.

Não se conteste que houvesse pares a regozijar-se com a desautorização de D.Pedro. Somente, deste facto não é legítimo tirar conclusões institucionais que resultam dum acto que efectivamente não preenchia plenamente as determinações constitucionais. Repare-se, aliás, que, por questão bem menor, a idade do marquês da

Sobre a intriga atribuída à elevação de Rio Seco, e da promoção de seu genro Luis do Rego Barreto vide OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.192, que se baseia no Despacho de Mareschal a Metternich, datado de 28 de agosto de 1826, existente no Arquivo de Viena.

⁴⁵⁰ Vide o Parecer in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.3. Para a discussão deste, *idem*, p.4-5. O officio de restituição da Carta Régia ao visconde de Rio Seco, pode consultar-se *idem*, p.5-6. Vide ainda sobre o requerimento enviado à câmara pelo visconde de Rio Seco em 9 de Jan.de 1828, *idem*, p.22-24.

⁴⁵¹ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.23-24.

Fronteira, que era do conhecimento de alguns pares ser já 26 anos, se obrigou a apresentar a respectiva certidão para tomar posse.

3. No dia 7 de Janeiro a Câmara dos pares toma conhecimento de um ofício do desembargador do crime da corte e casa dando conta da pronúncia dos quatro pares presumivelmente implicados nos acontecimentos das *archotadas*.

Sobre este assunto recai um parecer da comissão nomeada par o efeito, datado de 15 de Janeiro.⁴⁵²

Depois de breve discussão resolve-se proceder à leitura dos processos.

Discutido o parecer, a câmara acaba por deliberar por 27 contra 7 votos⁴⁵³ que:

"A camara dos pares, por votação nominal, resolveu que as pronuncias que lhe foram apresentadas são procedentes, e que os dignos pares ficam suspensos das suas funções."

Assim, a 25 de Janeiro, a câmara oficia ao procurador real da coroa para promover a acusação em conformidade do art.42º da Carta.⁴⁵⁴

No dia 7 de Fevereiro realiza-se a primeira sessão do julgamento⁴⁵⁵ A sentença será pronunciada em 1 de Março.⁴⁵⁶

Do depoimento do marquês da Fronteira, um dos implicados, nas suas *Memórias*⁴⁵⁷, parece lícito tirar conclusões sobre a natureza das relações internas da câmara aquando do julgamento dos pares envolvidos:⁴⁵⁸

"As intrigas, cabalas e toda a casta de esforços empregados pelo Duque de Cadaval, Marquez de Tancos e Condes de Mesquitella e de S.Miguel, para que nos fossemos condemnados ou para que o processo se

⁴⁵² Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.41-42.

⁴⁵³ Rejeitam o parecer os bispos do Algarve e de Beja, o marquês de Abrantes, os condes de Linhares, de òbidos, Rio Pardo, e de Sampaio.

⁴⁵⁴ Offício in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.101.

⁴⁵⁵ S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.298-s..

⁴⁵⁶ S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.360.

⁴⁵⁷ *Op.cit.*, v.II, p.164-165.

⁴⁵⁸ Consulte-se o processo "do bairro do Rocio" in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.41-42, 90-100, 183-192, 291-360. Veja-se a apreciação que da questão faz LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3a.Ephoca, t.II, Parte II, Lisboa, 1882, p.209-210.

demorasse até à chegada do Infante D.Miguel⁴⁵⁹ denunciavam-se a todo os momentos, chegando até ao ponto dum d'estes cavalheiros, o Conde de S.Miguel, ir ter com o Procurador Geral da Corôa, [...] dizendo-lhe que nos desejavamos que se demorasse o processo, sabendo eu isto por acaso, [...]."

4. Entretanto, na Europa central tinham-se dado importantes alterações políticas. Em 4 de Janeiro Martignac assumia a liderança do ministério em França e quatro dias depois lorde Goderich renunciava, pelo que o governo de Inglaterra passava para as mãos dos torys, chefiados por Wellington.

5. Em 21 de Janeiro, a princesa regente informa as autoridades da próxima chegada de D.Miguel para governar e reger o reino, convidando todas as autoridades a tomar todas as medidas para que os festejos não sejam perturbados por desordens.

A precaução denuncia os receios. E com razão, porque já se publicam então libelos e *placards* ameaçadores para os defensores da Carta.

II. O "Regimento das Duas Câmaras"

Entretanto, a Câmara dos deputados prepara o "Regimento das Duas Câmaras".

Nas sessões de 23, 25, 26, 28 e 29 de Janeiro de 1828 está em discussão na Câmara dos deputados o *Projecto de Regimento externo das duas Camaras* e, nas sessões de 4 e 5 de Fevereiro de 1828, discutem-se os *Artigos addicionaes ao projecto de Regimento das duas Camaras*.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ Vide a este respeito MARQUÊS .DE FRONTEIRA, *Memorias....cit.*, v.II, p.165.

⁴⁶⁰ Vide os artigos adicionais ao regimento das duas câmaras apresentados na sessão da Câmara dos deputados de 29 de Janeiro in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.153-154.

III. D.Miguel de Regresso, Via Londres⁴⁶¹

Entretanto, D.Miguel, depois de uma afável estadia de seis semanas em Inglaterra⁴⁶², entrecortados por uma ida a Paris, embarca em Plymouth, onde tivera de esperar a mudança de ventos até 9 de Fevereiro.

É de referir, o episódio relatado por Saldanha a D.Pedro, em carta de 5 de Janeiro, de que D.Miguel com dificuldade lhe permitiu que fosse ao beija mão e sob a condição de não mais o incomodar com a sua presença.⁴⁶³

Durante a estadia em Inglaterra, é de assinalar que se reúnem em Londres em 12 de Janeiro, por parte da Inglaterra lorde Dudley, por parte da Áustria o príncipe Esterhazy e o conde de Bombelles, e por parte de Portugal o conde de Vila Real, par do reino de Portugal, e o marquês de Palmela, par do reino de Portugal⁴⁶⁴ e embaixador extraordinário junto à corte de Londres, abordando três assuntos.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ É o seguinte o itinerário de D.Miguel, que decorre durante dois meses e meio, de 6 de Dezembro a 22 de Fevereiro:

Dezembro:

- 6 - partida de Viena
- 9 - em Munique janta com o rei da Baviera
- 10 - em Stuttgart janta com o rei do Wurtemberg
- 13 - em Calruhe é sumptuosamente hospedado pelo duque de Baden
- 20 - chega a Paris
- 26 - parte de Paris para Londres

Janeiro:

- 1 - hospedado por Jorge IV participa numa caçada em Londres
- 3 - em sua honra realiza-se um grande banquete na embaixada de Londres
- 9 - assiste a um concerto
- 13 - parte de Londres para Paris
- 17 - chega a Plymouth
- 19 - chega a Paris
- 20 - visita Luís XVIII nas Tulherias
- 27 - parte de Paris
- 29 - embarca em Calais regressando a Londres

Fevereiro

- 9 - parte para Lisboa na fragata *Pérola*
- 22 - depois duma viagem tempestuosa, desembarca em Lisboa, no cais de Belém

⁴⁶² Sobre os primeiros dias da estadia do infante vide o ofício de Palmela para Cândido José Xavier, datado de Londres, 2 de Janeiro de 1828 in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.155-157 e o ofício do mesmo datado de 14 de Janeiro, datado de 14 de Janeiro in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.158-159.

⁴⁶³ Cfr.CONDE DA CARNOTA, *Memoirs... by the -*, London, v.I, 1880.

⁴⁶⁴ Sublinhado nosso. A expressão "par do Reino de Portugal" é tal como consta do respectivo protocolo.

⁴⁶⁵ Cfr.*Protocolo de Londres*, de 12 de Janeiro de 1828, transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.158.

- que lorde Dudley desenvolveria os seus bons ofícios para facilitar um empréstimo contratado pelo governo português em Londres;
- que lorde Dudley providenciaria que as tropas britânicas regressassem quanto antes de Portugal;
- os representantes da Inglaterra e da Áustria enunciam de novo, em conformidade com o que já fora consignado nas conferências de Viena, os votos dos seus respectivos governos, para que a abdicação da coroa de Portugal por D. Pedro fosse completada quanto mais depressa possível e sem restrição.

§ 2º. A REGÊNCIA DE D. MIGUEL E A RÁPIDA DISSOLUÇÃO DAS CORTES

(26 de Fevereiro - 13 de Março de 1828)

1. O entusiástico acolhimento a D. Miguel; 2. conversas com várias personalidades; 3. o infante assume a regência em 26 de Fevereiro e nomeia novo governo presidido pelo duque de Cadaval; 4. arruaça em prol do "rei" D. Miguel; 5. os pares na movimentação dos comandos militares; 6. o pariatto na tensão política: a derrota da proposição do conde da Taipa; 7. movimentações nos comandos militares; 8. rumores políticos e pedidos de explicações ao príncipe do ministro inglês Lamb; 9. o receio de vários pares liberais e o caminho do exílio; 10. D. Miguel houve o Conselho de Estado sobre a dissolução das Cortes.

1. Em 22 de Fevereiro de 1828 D. Miguel, depois de uma viagem tempestuosa, chega na fragata *Perola*, desembarcando no cais de Belém, registando-se manifestações absolutistas entusiásticas.

Logo no percurso para o Palácio da Ajuda, o príncipe houve gritar frequentemente:

"Viva o rei D. Miguel II!

e uma ou outra vez:

"Viva a Carta!"

No dia seguinte a caminho do *Te Deum* que se celebra na Sé, os gritos a D.Miguel I repetem-se.⁴⁶⁶

Que sentiria no seu íntimo o infante? Ser-lhe-ia difícil não sentir que era considerado "O Desejado".

O *Correio do Porto*, entusiasta das ideias absolutistas, publica um número extraordinário em que dá uma apologética notícia do desembarque e da ida do infante no dia seguinte ao *Te Deum*, que se inicia com "Gloria in excelsis Deo, et in terra pax hominibus."

2. Ouvida a voz das ruas, qual terá sido o sentido das diversas conversas que o príncipe tem com a sua mãe, com a infanta regente, com o ministro da Inglaterra William A'Court, que acabava de ser substituído por Lamb⁴⁶⁷, que viera de Londres no mesmo dia que o infante⁴⁶⁸, e com diversas personagens políticas, nos dias 24 e 25 que antecedem o seu juramento como regente? Que ideias se iriam sucedendo no seu espírito? Seguiria as ideias que atribuíam a sua mãe? Temeraria que essas ideias trouxesse graves perturbações?

3. Quatro dias depois, a 26 de Fevereiro, D.Miguel assume com grande solenidade a regência⁴⁶⁹. Após a infanta, regente cessante, ter lido o seu discurso, que

⁴⁶⁶ Sir Frederick Lamb, em carta, datada de 1 de Março, para o conde de Dudley, afirma que nos dias que se seguiram ao desembarque do infante houve alguns vivas a D.Miguel I, e que se trabalhou, ainda que em vão, para que os soldados os dessem também. E depois constata: "Estes gritos não foram reprimidos nem punidos, como deviam ser; todavia, apesar da grande desconfiança que reina, ainda não houve maior explosão. Conta-se que nas províncias se tem pretendido excitar alguns movimentos ultra-realistas, os quaes foram reprimidos com grande facilidade, por não tomarem parte n'elles os militares." Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.289.

Podem consultar-se vários documentos de felicitações pelo regresso de D.Miguel de várias personalidades e terras, bem como autos de aclamação in ANTT, *Ministério do Reino*, maço 9, I série.

⁴⁶⁷ James Frederick Lamb, criado par com o título de barão Beauvais em 1839, e 3º visconde de Melbourn em 1848, sucedendo a seu irmão, o influente lorde William Lamb, 2º visconde do título, a que oportunamente faremos várias referências. De 18 de Fevereiro de 1825 a 1827 é ministro plenipotenciário em Espanha. Em 28 de Dezembro de 1827 é enviado para Lisboa como embaixador, apresentando credenciais em 5 de Março. Em Agosto de 1828 encontra-se em Inglaterra. A seu respeito *The Dictionary of national biography*, cit., v.XI, vox Lamb, Frederick James, p.429-430.

⁴⁶⁸ Também com o infante viera, desde um Viena, um outro diplomata: o conde de Bombelles. Este era criatura de Metternich e gozava segundo lorde Dudley da confiança de D.Miguel num garu superior ao mais favorecido dos seus partidários. Cfr. OLIVEIRA LIMA, *Dom Pedro e Dom Miguel. A Querela da sucessão (1826-1828)*, São Paulo, 1925, p.245-246.

⁴⁶⁹ O decreto que nomeia o infante regente do reino fora promulgado a 3 de Julho de 1827.

fora previamente podado nas referências a D.Pedro IV pelo conde de Vila Real⁴⁷⁰, o infante jura, nos termos da Carta, perante as Cortes, nas mãos do Presidente da Câmara dos pares:⁴⁷¹

"Juro fidelidade ao senhor D.Pedro IV e à senhora D.Maria II, legítimos reis de Portugal, e entregar o reino à senhora D.Maria II logo que ella chegue à maioridade. Juro igualmente manter a religião catholica apostolica romana e a integridade do reino, observar e fazer observar a Constituição Política da nação portuguesa, e mais leis do Reino, e prover ao bem geral da nação, quanto em mim couber".⁴⁷²

Cá fora permanece uma multidão, enquanto a música toca o hino da Carta. O partido constitucional parece tranquilizado com a celebração da cerimónia.

No mesmo dia, o novo regente nomeia um novo ministério⁴⁷³ de tendência anticartista, no qual três dos cinco membros são pares do reino⁴⁷⁴: o ministro Assistente ao Despacho, ou seja, na prática, o presidente, o duque de Cadaval⁴⁷⁵, presidente da Câmara dos pares, o da Fazenda conde da Louzã, D.Diogo, o dos Estrangeiros e Guerra, conde de Vila Real. Este último, a 13 de Maio pedirá a demissão⁴⁷⁶, manifestando em data posterior claramente a sua feição liberal.

A nomeação é comunicada à Câmara dos pares em 29 de Fevereiro pelo próprio duque de Cadaval, que promete concorrer às sessões sempre que possa⁴⁷⁷, e saudada pelo conde de S.Miguel.⁴⁷⁸

Pode consultar-se o discurso da infanta regente nesta cerimónia in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.262-263.

⁴⁷⁰ Vide a este respeito os documentos fornecidos in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.VIII, p.827-831.

⁴⁷¹ Depressa correrá que o patriarca o teria coberto o infante com o seu traje e que este não tinha posto as mãos no Evangelho. Neste sentido *Annuaire pour 1828*, cit.

⁴⁷² Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Legislação Portuguesa*, 40: Lisboa, 26 de Fevereiro de 1828, e S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.263.

⁴⁷³ Cfr. Suplemento à *Gazeta*, de 28 de fevereiro de 1828.

⁴⁷⁴ Os outros dois são Furtado do Rio de Mendonça, incumbido da Justiça e assuntos eclesiásticos, e J.A.Leite de Barros, Interior.

⁴⁷⁵ Consulte-se a Carta Régia da nomeação in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.263..

⁴⁷⁶ Vira a ser substituído nessa data pelo visconde de Santarem, atendendo ao "prestimo, zelo e fidelidade" deste.

⁴⁷⁷ Com efeito o duque de Cadaval ainda presidiria às sessões de 1 e 8 de Março.

4. No domingo seguinte, 1 de Março, um número considerável de populares e oficiais desempregados dirige-se ao Palácio da Ajuda, força a entrada até à Sala dos Archeiros, aos gritos:

"Viva o rei absoluto! Viva dom Miguel! Abaixo a Constituição!
Morram os liberais!

Os pares do reino Vila Flor e conde da Cunha são obrigados a repetir os gritos para evitar riscos. O general Caula, comandante geral da província, é injuriado e só se salva com uma simples contusão no braço, devido à intervenção duma patrulha. O par Vila Real e o príncipe de Schwarzenberg, ministro da Áustria, fazem também parte dos que são injuriados.

O general Caula no dia seguinte queixa-se ao príncipe que o recebe friamente e que não demorará a tirar-lhe o comando.

5. A 13 de Março o conde de Vila Real demite-se de ministro da Guerra, permanecendo contudo na pasta dos Estrangeiros, que detinha a título interino. É substituído na Guerra por outro par, o primeiro conde de Rio Pardo⁴⁷⁹, personalidade próxima da rainha D.Carlotia Joaquina, e nos Estrangeiros pelo visconde de Santarém. No próprio dia da posse, o novo ministro começa a proceder a um significativo movimento nos postos militares. No respeitante aos pares é de notar a exoneração, por decreto de 8 de Maio, do conde de Lumiares e do marquês de Valença de comandantes de regimentos de cavalaria, e por decreto de 10, do conde de Alva, do marquês de Valença e do conde de Lumiares respectivamente de governadores de armas do Algarve, de Trás-os-Montes e do Minho.

Em contrapartida o conde de S.Lourenço assumia um comando de cavalaria.

6. O ambiente encontra-se tenso. O conde da Taipa apresenta mesmo uma moção para pedir contas ao ministério dos actos de D.Miguel contrários aos direitos de

⁴⁷⁸ Este pede a leitura da respectiva carta régia inserida na *Gazeta de Lisboa*.

⁴⁷⁹ LUZ SORIANO, H.G.C., 3ª Ephoca, t.II - Parte II, p.224-225, afirma que se mostrava "um dos mais escarniçados inimigos do partido liberal, o que fez com que alguns dos d'este partido lhe chamassem, em vez de conde do Rio Pardo, o conde *Leopardo*."

D.Maria e da Carta constitucional, seguindo-lhe aliás o exemplo no dia seguinte na câmara baixa Joaquim António de Magalhães.⁴⁸⁰

É veemente, a 6 de Março, na Câmara dos pares:⁴⁸¹

"[...] quero chamar a atenção d'esta camara sobre os acontecimentos ocorridos n'esta capital, depois que os ardentes desejos de todos os portuguezes se cumpriram com a chegada do senhor infante D.Miguel, chamado á regencia d'estes reinos por seu augusto irmão e rei o senhor D.Pedro IV.

Estes acontecimentos têm espalhado o terror n'esta capital, e vão fazer saír do reino centenaes de familias e com ellas grossos cabedaes; não se ouve fallar senão em emigração a quem tem alguns meios de subsistir em paizes estrangeiros, o que póde trazer a Portugal uma ephoca tão funesta como a que trouxe a perda do senhor rei D.Sebastião em Africa, e talvez para isso se machine, se a lealdade d'esta camara não romper a escura atmospherá de que uma facção tem rodeado o senhor infante regente, fazendo chegar ao seu conhecimento o verdadeiro estado da nação, para que este principe seja, como deseja ser, o anjo conciliador da desgraçada e dividida familia portugueza.

Logo depois da chegada do senhor infante regente principiaram-se a juntar em torno do palacio real grupos assalariados gritando "viva el-rei D.Miguel absoluto, morra a carta"; foi insultado e maltratado um par do reino⁴⁸² ao saír do paço, e teve de fugir para salvar a vida; igual sorte foi a do general Caula, quando em rasão do seu emprego de governador das armas d'esta côrte ia tomar as ordens de sua alteza. O principe de Schwartzemberg tambem foi insultado. De todos estes acontecimentos tem o governo sido espectador passivo e silencioso, sem que, como o caso pedia, por uma proclamação os desaprovasse, e sem que, como a justiça e a dignidade do throno o requereria, mandasse proceder contra os traidores que promoviam estas atrocidades. Digo traidores, porque tão traidor é o que grita por uma republica, como o traidor que grita por um rei que não é o seu legitimo rei."

E depois de afirmar ser voz corrente ter D.Miguel reagido violentamente quando os ministros, em 1822, na época da separação do Brasil, lhe disseram que o queriam reconhecer como principe real de Portugal, prossegue:

⁴⁸⁰ Desta, transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.381, constava a dado passo:

"Gritos sediciosos, ultrajes feitos ás pessoas mais respeitáveis, aos funcionários de maior consideração; gritos offensivos do principio da legitimidade, principio que faz hoje a base do direito publico da Europa; gritos que teriam feito brotar os horrores de uma anarchia, a não ser o comportamento leal e nobre dos habitantes d'esta capital e da tropa residente na mesma; gritos de que os echos podem retumbar nos angulos oppostos do reino e chamar sobre elle de novo as calamidadesde que ainda há pouco o livrára a Providencia, devem despertar aquelles que têm por obrigação velar na guarda da constituição e no bem estar dos portuguezes."

⁴⁸¹ Cfr...*Actas das Sessões Publicas da Camara dos Pares*, 1828. S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.III, p.376.

⁴⁸² Trata-se do conde da Cunha.

"Proponho, portanto, que seja convidado o ministerio para vir a esta camara para ser perguntado a este respeito, que tanto interessa o principio da monarchia em geral e a honra do senhor infante regente em particular."

O único ministro presente, o conde de Vila Real, julga que deve

"[...] considerar ao menos intempestativa a asserção que fez" - o conde da Taipa - "de haver uma facção que cerca o throno. Eu não conheço facção que cerque o throno; [...] Alem d'isso, tendo passado tão poucos dias desde que este ministerio se formou, e devendo-se tomar tantas medidas que as circumstancias exigem imperiosamente, inculpar o ministerio pela conducta que tem tido até aqui, me parece uma medida precipitada. Eu, comtudo, estou prompto a responder pelas minhas acções e pela marcha do ministerio em geral, e creio que n'esta camara, nas sessões passadas, tenho dito a minha opinião com bastante franqueza, para que o digno par não possa duvidar dos meus sentimentos."

A proposta de Taipa acaba por ser derrotada por 24 contra 7 votos, ao contrário da proposta da outra câmara que vem parte a ser aprovada, parte a ser retirada pelo próprio autor.

Não passaria mais de um semana sobre a derrota da proposição do conde da Taipa, sem que as Cortes fossem encerradas.

7. Em 8 de Março, Lamb escreve para Londres que Bombelles tinha empregue todos os esforços para induzir o duque de Cadaval a adoptar processos mais moderados e que, uma vez que tivesse chamado aquele às suas vistas, tencionava influenciar directamente o Infante regente.⁴⁸³

8. O controlo do país não podia deixar de ser preocupação do novo governo. Em 11 de Março a *Gazeta de Lisboa* publicava um decreto com nova movimentação de comandos, e no dia seguinte um decreto muda todos os governadores das províncias, entre os quais o par do reino conde de Alva, cunhado do conde de Vila Real.⁴⁸⁴

Frederick Lamb apressa-se a escrever ao conde de Dudley.⁴⁸⁵

⁴⁸³ B.R.O.F.O., Despacho confidencial de 8 de Março de 1828. Citado in OLIVEIRA LIMA, *Dom Pedro e Dom Miguel ...*, cit., p.284.

⁴⁸⁴ Cfr. também *Colecção das ordens do dia ano de 1828*, Lisboa, 1828. Os condes de Alva terão embarcado para o exílio já no início de Abril, cfr. ANTÓNIO VENTURA, *O Exílio...*, cit., p.26.

⁴⁸⁵ Carta datada de Lisboa, 12 de Março in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.474-475.

"Estas mudanças valem de facto por uma nova revolução, e são directamente contrárias a todas as promessas do infante. São, além d'sso, perfeitamente desnecessárias, a não ser para prepararem o caminho para mais violentas medidas, porque a tropa está perfeitamente obediente, e não tem dado o mais leve signal de falta de adesão ao infante ou aos seus deveres."

8. Corre já que D.Miguel prepara uma viagem a Vila Viçosa onde se fará coroar rei, e que daí regressaria a Lisboa para destruir a Carta e expulsar os ingleses.

A 12, em conversa presumivelmente agreste, o ministro inglês Frederic Lamb, que uma semana antes apresentara credenciais, substituindo A'Court, pede explicações ao príncipe sobre os rumores e lembra-lhe os compromissos que assumira.

9. A 13 de Março, já a ordem do dia autoriza ao "brigadeiro Conde de Alva, um ano de licença para ir a países estrangeiros tratar de sua saúde" e, ao seu filho conde de Alva, D.Vicente⁴⁸⁶, "um ano de licença para fora do reino".⁴⁸⁷

O pedido de licença dos condes de Alva espelha a sensibilidade política à situação que se vai espalhando nos meios liberais. A tensão intensifica-se nestes dias, como relata o conde do Lavradio:⁴⁸⁸

"Na noite de 13 para 14 haviam numerosas partidas de Cavalaria e Infantaria percorrido as ruas de Lisboa, e o Marquês de Valença, e os Condes de Lumiares, Alva, Ficalho, D.Tomás de Mascarenhas, etc., foram avisados de que os queriam prender. Este aviso, dado por oficiais ingleses, junto ao aparato militar que apresentavam as ruas de Lisboa, atemorizou sobremaneira as senhoras, que, mais com lágrimas do que com razões, obrigaram os homens a procurar asilo, uns em casa do general Clinton, outros em casa de oficiais ingleses e de membros do Corpo diplomático, outros a bordo de navios ingleses."

No mesmo dia 13, Lamb escreve ao conde de Vila Real:⁴⁸⁹

⁴⁸⁶ Este filho primogénito do 3º conde de Alva, que aparece confundido por vezes com o pai, é casara em 1826 com uma irmã do marquês da Fronteira, D.Leonor de Mascarenhas.

⁴⁸⁷ *Colecção das Ordens do Dia Ano de 1828, cit., p.25.*

⁴⁸⁸ *Memórias..., cit., Parte Primeira (1796-1833), p.191.*

⁴⁸⁹ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.489.

"The undersigned his britanic majesty's ambassador extraordinary and plenipotentiary has received informations that upon the invitation of a culpable party in this kingdom the portuguese refugees have formed the project of returning in a body with the view of forcing his royal highness the regent to adopt a cause not less opposed to his solemn engagements than to his intentions.

As this intelligence has reached the undersigned in a shape which leaves no doubt of its cottoctness, he loses no time in bringing it to the knowledge os the portuguese government in order that it may take immediate and efficacious measures for the prevention of na enterprize fraught with such dangerous results."

O mesmo faz, em simultâneo, o conde de Bombelles, referindo a dado passo:⁴⁹⁰

"Au commencement d'octobre de l'année passée ces hommes avaient conçu le même projet coupable, et alors, ainsi que le prouve le 3e protocole des conférences de Vienne, monseigneur l'infant D.Miguel avait été le premier à temoigner ces craintes à cet égard, en exprimant le voeu qu'on s'occupât des moyens de prevenir un mouvement qui, s'il éclatait avant l'arrivée de son altesse royale à Lisbonne, pourrait la placer dans la situation la plus difficile et la plus compromettante."

10. Reagindo às moções da câmara dos deputados para votar agradecimentos pela boa conduta das tropas inglesas e para declarar a "patria em perigo", D.Miguel coloca, nos termos constitucionais, a questão da dissolução das Cortes ao Conselho de Estado, onde encontra alguma oposição, nomeadamente, segundo constou então, do conde de Vila Real⁴⁹¹ e do cardeal patriarca.

Fevereiro	Março
29	1
	6
	8
	10
	12
	14

SESSÕES DA CÂMARA DOS PARES DURANTE A REGÊNCIA DE D.MIGUEL

26 Fevereiro - 14 de Março

(7 sessões)

⁴⁹⁰ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.489-490.

⁴⁹¹ Segundo SOUSA MONTEIRO, *op.cit.*, t.III, p.408, esta medida discutida em Conselho de Estado apenas teria sido combatida, "segundo se dice", pelo Conde de Vila-Real.

§ 3º. A ABDICAÇÃO DEFINITIVA DE D.PEDRO
(3 de Março)

1. A abdicação incondicional de D.Pedro em 3 de Março: 2. a regulação das relações entre Portugal e Brasil.

1. Entretanto, a 3 de Março⁴⁹², D.Pedro, desconhecendo os caminhos que se começavam a trilhar no país⁴⁹³, crente na normalização do processo português, pelo regresso de D.Miguel, abdica em termos definitivos da coroa em favor de sua filha:

"[...] a fim de dar á nação portugueza, sempre ciosa da sua independencia, uma prova irrefragavel do seu desejo de vê-la definitivamente separada da brasileira [...] de um modo que torne impraticavel até qualquer idéa de reunião: hei por bem, de minha livre e espontanea vontade, depois de ter ponderado este tão importante negocio, ordenar [...] que o reino de Portugal seja governado em nome da minha muito amada e querida filha D.Maria II, já anteriormente sua rainha, na fôrma da carta constitucional por mim decretada, dada, mandada jurar e jurada; e outrosim, declarar muito expressamente; que não tenho mais pretensão ou direito algum á corôa portuguesa e seus dominios."

Em carta da mesma data ao infante, D.Pedro dá-lhe alguns conselhos, nomeadamente que sustenha de todas as suas forças

"[...] esta carta constitucional jurada por vós e por todos os portugueses; é a âncora da salvação do barco do estado, no meio desta vasta tempestade política que o ameaça duma ruína total."⁴⁹⁴

⁴⁹² Cfr.o Decreto datado do Palácio da Boa Vista, 3 de Março de 1828 e a carta escrita a seu irmão D.Miguel nessa mesma data. Arq.do Castelo d'Eu, maço LXXII, doc.3437. Vide estes e outros documentos e as considerações feitas in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.473-474. Pode consultar-se também o acto da abdicação definitiva in *A Revista*, nº38, de 7 de Julho de 1834, p.157.

⁴⁹³ Refira-se contudo que D.Pedro recebe regularmente informações críticas sobre o que se passa em Portugal, nomeadamente de Saldanha, de Carlos Matias Pereira e do conde dos Arcos.

⁴⁹⁴ Transcrita em tradução francesa in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.470-471.

2. A abdicação integra-se, aliás, numa questão mais vasta que a diplomacia europeia acompanha atentamente, que é a regulação das relações entre Portugal e Brasil. Em 5 de Março escrevia o marquês de Palmela para Cândido José Xavier que constava que o marquês de Barbacena, que estava em Londres de passagem para o Rio de Janeiro, discutira em Viena um projecto de tratado entre Portugal e Brasil, para se concluir depois de completada a abdicação de D. Pedro IV. Palmela cria que o projecto era mais ou menos o mesmo que já se redigira em Londres, com a adição da reversão eventual das duas corôas.⁴⁹⁵

⁴⁹⁵ Consulte-se a carta e o que dela consta a este respeito in S. CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.472.

TÍTULO III

NA SENDA DA SUPRESSÃO DA CARTA E CONSEQUENTEMENTE DA CÂMARA DOS PARES (14 de Março - 30 de Junho de 1828)

Capítulo I. Do Encerramento das Cortes por D.Miguel à Convocação das Cortes Tradicionais (14 de Março - 3 de Maio)

Capítulo II. O Corte do Nó Górdio: A Convocação das Cortes Tradicionais (3 de Maio) e as Reacções que Provoca

Capítulo III. A Argumentação em Prol da Legitimidade de D.Miguel

Capítulo IV. Preparativos para as Cortes

Capítulo V. As Cortes de 1828, o Reconhecimento de D.Miguel como Rei Legítimo e a Destacada Adesão dos Ex-Pares a Elas (Junho-Julho de 1828)

Capítulo VI. O Eco da Revolta do Porto na Oposição e Pariato Liberal Emigrados em Londres

**CAPÍTULO I. DO ENCERRAMENTO DAS CORTES POR D.MIGUEL
À CONVOCAÇÃO DAS CORTES TRADICIONAIS
(14 de Março - 3 de Maio)**

§ 1º. O Encerramento das Cortes, Primeiro Passo para o Restabelecimento da Constituição Tradicional

§ 2º. A Rejeição Aristocrática da Carta. A Esmagadora Maioria do Pariato na Senda da Restauração do Regime Tradicional

**§ 1º. O ENCERRAMENTO DAS CORTES, PRIMEIRO PASSO PARA O
RESTABELECIMENTO DA CONSTITUIÇÃO TRADICIONAL**

"Seria um desdouro nacional que continuasse a existir uma camara onde se achavam trinta e seis deputados, que assignaram o famoso protesto contra quaesquer innovações, que se fizessem na constituição democratica de 1822 [...] camara onde, além d'aquelles protestantes, a maioria de sessenta e tantos era de deputados das extinctas côrtes; camara que, em rigor de principios e pelo modo com que foram feitas as eleições, era antes composta dos representantes da revolução do anno de 1820 do que dos representantes da nação."

VISCONDE DE SANTARÉM

1. O encerramento das Cortes (14 de Março de 1828); 2. a nomeação duma comissão presidida pelo bispo de Viseu para elaboração de novas instruções eleitorais; 3. uma revolta liberal, projectada para 16 de Março, fracassada prematuramente; 4. o regozijo das hostes absolutistas; 5. o movimento para a aclamação de D.Miguel.

1. A 14 de Março, enfim, D.Miguel dissolve a câmara electiva⁴⁹⁶. Na sessão do mesmo dia da Câmara dos pares, o cardeal patriarca lê a carta régia⁴⁹⁷ que o infante enviara ao presidente da câmara, comunicando-lhe a dissolução da outra câmara.

Estavam assim encerradas as Cortes durante o primeiro período de vigência da Carta constitucional, sem qualquer resistência por parte das mesmas.

"A câmara dos pares recebeu esta participação como se há muito a houvesse esperado; a dos deputados com uma resignação pasmoza, e uma cobardia, que não é possível explicar-se, da parte de *alguns* homens que depois affectarão um liberalismo, e uma coragem a toda a prova. Nem uma voz se elevou contra um Decreto, que invocando a Charta feria a mesma Charta, e que ou devia ser declarado nullo, ou pelo menos ser origem d'um Protesto; por que a Charta ordenava mui expressamente que o Decreto que dissolvesse a Camara dos Deputados *mandasse proceder immediatamente a nova eleição*; clausula que não se achava no de que tratamos."⁴⁹⁸

2. Na mesma data⁴⁹⁹, considerando impraticável a imediata convocação duma nova câmara, por falta duma lei regulamentar sobre as eleições, e por o decreto de 7 de Agosto de 1826 ser "reconhecidamente defeituoso, como a pratica provou", o infante decreta a derrogação deste e manda

"[...] imediatamente proceder à organização de novas instrucções, que, sendo conformes ao que se acha disposto na carta constitucional, sejam

⁴⁹⁶ Vide o decreto de dissolução, datado de 13 de Março, in *Gazeta de Lisboa*, nº68, de 19 de Março de 1828, p.495, e in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.452.

⁴⁹⁷ Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº65, de 15 de Março, p.481, e S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.453.

⁴⁹⁸ SOUSA MONTEIRO, *Historia...*, cit., t.III, p.409. OLIVEIRA MARTINS, *op.cit.*, invoca este texto pela forma que se segue: "As pobres câmaras caíram sem um grito: os pares quase aplaudiam, os deputados sumiam-se ou submetiam-se."

⁴⁹⁹ Decreto de 13 de Março de 1828. Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.475-476.

PARTE I. A Câmara Aristocrática (1825-1828)

igualmente analogas aos antigos usos e louváveis costumes d'estes reinos, próprias de uma monarchia, e isentas, quanto é possível, de serem illudidas e fraudadas, felicitando-se por este modo à leal nação portugueza o meio de ser dignamente representada,[...]",

para o que nomeia uma comissão presidida pelo par do reino bispo de Viseu, e na qual entra o visconde de Santarém.

3. Os liberais ainda projectam uma revolta para o dia 16 de Março, que tinha por finalidade fazer com que se procedesse imediatamente à eleição duma nova Câmara de deputados, nos termos constitucionais, se nomeassem ministros de reconhecida fidelidade a D.Pedro e que se designasse o conde de Vila Flor comandante em chefe de todas as forças do exército, até que chegassem ordens do Rio de Janeiro, solicitadas por uma comissão que seria de imediato enviada.

A desistência de Vila Flor, que não encontrara, da parte do general Clinton, o apoio que lhe solicitara das forças inglesas, faz fracassar prematuramente a tentativa.

4. Entretanto, o entusiasmo manifesta-se nas hostes absolutistas. Num libelo podia ler-se:

"Morrão todos os ingleses, por serem eles que roubam Portugal e protegem os pedreiros livres! Morra o embaixador inglez, protector dos pedreiros livres em Portugal! Viva o Silveira, que há de cortar as orelhas a todos os pedreiros livres e a todo o exercito inglez, se não fugir antes da sua chegada! Viva D.Miguel I, rei de Portugal! Morra Jorge IV, rei de Inglaterra, rei de protestantes e de pedreiros livres! Viva a imperatriz-rainha, a senhora D.Carlotta Joaquina!"

Sucedem-se as manifestações, que terminam no dia 17 com um auto de fé em que se queimam as effigies de figuras gradas do partido liberal, e com o enterro no Campo de Santa Ana dum manequim que representa a Carta.

5. Simultaneamente aos acontecimentos mencionados, o príncipe é solicitado para assumir a coroa⁵⁰⁰, em nome das leis fundamentais do reino, em contestação à entrada em vigor da Carta.

Na capital é grande o empenho de promover a aclamação. Para evitar demoras, podê-lo-iam fazer, segundo alguns, as próprias câmaras parlamentares. O duque de Cadaval e o bispo de Viseu defendiam, porém, a ideia da convocação dos três estados, que viria a prevalecer.⁵⁰¹

Como afirmava António Augusto Teixeira de Vasconcellos,⁵⁰²

"O partido de D.Miguel contava nas suas fileiras quase todos os grandes do reino, toda a nobreza das provincias, todo o clero e membros das ordens religiosas e todo o povo. A classe média que por instinto da sua conservação própria foi sempre em Portugal afeiçoada a causa da liberdade, não amava o príncipe; mas a influência das outras classes a alliciava um pouco ou a forçava a conservar-se n'essa tranquillidade, que o burguez com quanto faccioso estima mais que tudo."

A alma portuguesa estava efectivamente com D.Miguel. Onde em D.Pedro viam o separador do Brasil, o opositor às tradições do reino e à religião, em D.Miguel encontravam as raízes portuguesas e católicas. O seu próprio carácter o ajudava. Gozava de grande aura popular "pela lanheza de convívio e por actos de coragem que traduziam, muitas vezes, formas de irreverência perante as situações [...]."⁵⁰³

E na imprensa, o *Paquete de Portugal*, o periódico político dos emigrantes portugueses em Londres⁵⁰⁴, elaborado sob o auspício do então marquês de Palmela, escreveria:⁵⁰⁵

⁵⁰⁰ Vide sobre o desenrolar do ambiente político durante a regência de D.Miguel, J. VERÍSSIMO SERRÃO, *H.P.*, t.VII, p.404-408.

⁵⁰¹ Cfr. CARLOS PASSOS, *Regência e Reinado de D.Miguel*, in *H.P.(B.)*, v.VII, p.162, e LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3a. Ephoca, t.III, Parte III, Lisboa, 1882, p.230.

⁵⁰² *Les Contemporains Portugais, Espagnols et Brésiliens. Le Portugal et la Maison de Bragance*, Paris, 1859, p.213.

⁵⁰³ J. VERÍSSIMO SERRÃO, *H.P.*, v.VII, p.402.

⁵⁰⁴ Iniciado a 24 de Agosto de 1829, e publicado semanalmente às terças-feiras, nele trabalham mais assiduamente Rodrigo da Fonseca Magalhães, P. Marcos Vaz Preto 1862, e, no início, José Liberato Freire de Carvalho.

Sucede-lhe em 1831 o *Aurora*, de que continua a ser principal redactor Rodrigo da Fonseca Magalhães. Cfr. INOCÊNCIO, *D.B.P.*, v.VI, 1862, p.338-339.

⁵⁰⁵ v.II, p.141.

PARTE I. A Câmara Aristocrática (1825-1828)

"As Câmaras não serviram nem podiam servir de utilidade alguma, no meio de um caos de incoerência e de incertezas, sem guia alguma de governo em a marcha da discussão dos negocios mais interessantes; sem esclarecimentos que só este lhe podia dar, e que não queria. Em tal caso gastou-se o tempo em leituras de projectos destacados e sem nexos algum com o melhoramento da administração: e o pouco util que se fez na Câmara dos Deputados foi sepultar-se na dos Pares."

**§ 2º. A REJEIÇÃO ARISTOCRÁTICA DA CARTA.
A ESMAGADORA MAIORIA DO PARIATO NA SENDA DO RESTABELECIMENTO
DO REGIME TRADICIONAL**

- I. De 14 de Março a 25 de Abril
- II. O Dia 25 de Abril e o Apelo da
Maioria do Pariato à Convocação das
Cortes Tradicionais
- III. De 25 de Abril a 3 de Maio

I. De 14 de Março a 25 de Abril

1. Uma minoria que se exila; 2. a perda de Canning segundo Palmela; 3. juízo crítico da conduta de D.Miguel num despacho do príncipe de Metternich para Bombelles, datado de 7 de Abril; 4. a "matança dos lentes" (18 de Março); 5. a invocação da legitimidade de D.Miguel.

1. Várias personalidades liberais, dentre os quais alguns pares, como os condes de Vila Flor, da Taipa e de Lumiares, temendo as perseguições dirigem-se para bordo de

Título III. Na Senda da Supressão da Câmara dos Pares (Março-Junho de 1828)

navios ingleses e franceses, começando a aparecer em Londres na segunda quinzena de Março.

Do lado liberal, um escasso sector de pares hereditários tomara posição na Câmara dos pares contra as primeiras iniciativas de D.Miguel conducentes à sua realeza⁵⁰⁶. O conde da Taipa apresentara mesmo como vimos uma moção para pedir contas ao ministério dos actos de D.Miguel contrários aos direitos de D.Maria e da Carta constitucional.

Cerca de uma quinzena de pares emigrará durante o reinado de D.Miguel⁵⁰⁷, quer para Inglaterra e França, quer para os Açores, onde vão reforçar as forças liberais, integrando grande parte o exército que aí se forma.

2. Em 26 de Março, Palmela escrevia a uma das suas irmãs.⁵⁰⁸

"Perdemos com a morte de Canning o nosso sustentatuculo, aquelle que embarcara a sua fortuna com a do partido liberal portuguez. Os inglezes não querem nada connosco, senão talvez dar-nos algum conselho, mas de certo não se vão metter em difficuldades ou complicações politicas por nossa causa [...]".

3. Em despacho para Bombelles, datado de Viena, 7 de Abril de 1828, escreve Metternich.⁵⁰⁹

⁵⁰⁶ Nomeadamente os marqueses de Fronteira e de Lavradio, e os condes de Alva, da Taipa, e de Vila Flor.

Fora da câmara tomaram marcada posição o marquês de Palmela e o conde de Vila Real, que se demitiu do ministério.

⁵⁰⁷ Contam-se nesse número os marqueses da Fronteira, do Lavradio, de Loulé, de Palmela, de Ponte de Lima, e de Valença, e os condes de Alva, da Cunha, de Ficalho, do Funchal, de Linhares, de Lumiares, de Óbidos e do Sabugal, da Taipa, de Vila Flôr, e de Vila Real.

Podem encontrar-se sintéticas referências biográficas à posição destes pares numa memória enviada em 1832 pelo conde do Lavradio ao conde de Laborde sobre a "questão portugueza", publicada nas *Memorias, cit.*, daquele titular, v.II, p.217-240, *maxime* p.233-235.

⁵⁰⁸ Transcrito in MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO, *Vida do duque de Palmela, cit.*, v.II,

⁵⁰⁹ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.495-496.

"Il serait superflu de vous dire que le compte que vous nous rendez de la conduite faible, et sous tous les rapports regrettable, qu'a tenue l'infant depuis le premier moment de son arrivée à Lisbonne, a profondément affecté sa majesté l'empereur et ne nous permet malheureusement plus de douter que ce jeune prince, qui avait entre les mains tous les moyens de fonder sur une base solide et durable la restauration de la monarchie portugaise, et qui de plus avait la certitude d'être appuyé et soutenu dans cette noble entreprise par toutes les grandes puissances de l'Europe, va devenir l'artisan de sa propre ruine, en s'abandonnant à des conseils perfides qui, s'il les suit aveuglement, comme il n'y paraît malheureusement pas trop disposé, l'entraîneront infailliblement à être parjure à ses serments et à se placer dans l'attitude d'un usurpateur.

Rien ne saurait, en effet, justifier l'hésitation et le retard qu'a mis l'infant à prêter le serment voulu par la charte; la manière louche dont il a procédé à cet acte solennel; celle dont il a porté à la connaissance du public; la coupable faiblesse avec laquelle on a toléré, dès le premier jour, les cris séditieux d'une vile populace qui, enhardie par l'impunité, n'a pas tardé à s'emparer des avenues du palais et à y dicter la loi; l'opiniâtreté enfin avec laquelle l'infant s'est refusé à donner une proclamation qui, en calmant toutes les craintes, aurait fait connaître au public la ligne de conduite qu'il se proposait de suivre, et sa ferme résolution de contenir tous les partis et de sévir avec rigueur contre les factieux.

Telles sont cependant les fautes irréparables qu'a commises le jeune prince à son début, et dont il nous paraît bien difficile qu'il puisse se relever. Il semblerait même, d'après les feuilles publiques, qui contiennent des nouvelles de Lisbonne jusqu'à la date du 16 mars, que ces premières fautes ont été suivies de fautes plus graves encore, et qu'une crise imminente menace l'existence du gouvernement portugais; la dissolution des chambres que l'infant s'est permis, à ce qu'il paraît, de prononcer, doit en hâter le moment; et si le comte de Villa Real a effectivement donné sa démission de ministre des affaires étrangères, je ne vois plus personne dans le ministère qui puisse ou qui veuille mettre quelque barrière aux réactions dont le Portugal est menacé."

4. Em 17 de Março é a vez de partir para Lisboa uma delegação do partido miguelista de Coimbra, que tinha como finalidade convidar D.Miguel a aclamar-se como rei. A delegação compunha-se de duas representações: a do corpo catedrático e a do cabido da diocese. No dia seguinte, de madrugada, membros duma sociedade secreta, denominada *divodignos*, matam dois dos lentes e ferem o deão da catedral, um cônego e o sobrinho dum

dos lentes mortos⁵¹⁰. O episódio, que ficou conhecido como *a matança dos lentes*, contribuiu para a exaltação dos ânimos contra os liberais.

5. Em 21 de Abril, a *Trombeta final* transcreve um extracto da *Quotidiana* de 27 de Março, em que baseando-se numa brochura intitulada *D.Miguel e seus direitos*, recentemente publicada, sustenta a legitimidade do infante à coroa.

E conclui mesmo:

"E posto que o infante rei renunciasse, com effeito, por seus actos aos direitos que lhe são legalmente adquiridos, estes direitos não pertenceriam a D.Pedro, estrangeiro e ausente; outros membros da casa de Bragança há que não são nem estrangeiros, nem ausentes."

II. O Dia 25 de Abril

e o Apelo da Maioria do Pariato à Convocação das Cortes Tradicionais⁵¹¹

1. Os acontecimentos de Lisboa; 2. acontecimentos noutras localidades; 3. a representação da nobreza do reino; a esmagadora maioria solicitando expressamente a convocação das Cortes tradicionais no dia 25 de Abril; 4. a reacção do infante.

1. O dia 25 de Abril, data do 53º aniversário da rainha, é um dia de afirmação absolutista.

Em frente da câmara de Lisboa, cerca de meia centena de cavaleiros liderados pelo comandante da guarda da polícia e um grupo de populares dão gritos de

"Viva dom Miguel I, rei absoluto de Portugal! Viva a Imperatriz sua mãe!"

⁵¹⁰ Vide sobre estes factos o *Conimbricense* nº3:307, de 12 de Abril de 1879.

⁵¹¹ Sobre os acontecimentos de 25 de Abril vide J.M.SOUSA MONTEIRO, *História de Portugal*, cit., e os artigos coevos na imprensa da *Gazeta de Lisboa*, do *Correio do Porto*, da *Estrella Lusitana*, e da *Trombeta*, bem como as *Memórias do Conde do Lavradio*, v.I, p.194-195.

PARTE I. A Câmara Aristocrática (1825-1828)

Simultaneamente, o Senado municipal faz içar a bandeira nacional e proclama rei D.Miguel. Ao meio dia, o mesmo senado abre um registo com um pedido a D.Miguel para que tome o título de rei de Portugal.

2. Movimentos no mesmo sentido repetem-se em várias terras do país.

Em Coimbra, os estudantes realistas fazem celebrar na catedral uma solene função pelo feliz regresso de D.Miguel, pregando Fr.Fortunato de São Boaventura.⁵¹²

Relata a *Estrella Lusitana*:⁵¹³

"Quando se canta o - *Agnus Dei* - sahirão todos os Realistas ao largo da Sé, e alli aclamarão o Senhor D.Miguel Primeiro, Rei absoluto destes reinos."

E informa mais o dito periódico:

"Seguiu-se depois o auto da postulação ao Senhor D.Miguel pedindo-Lhe que satisfaça aos puros votos de seus fieis Vassalos, aclamando-Se Legitimo Rei destes reinos. Este auto foi assignado pelo Excellentissimo Bispo Conde⁵¹⁴, por seu digno Irmão, pelo Vice-reitor da Universidade, pelos Lentes, e por huma infinidade de Pessoas de diferentes Ordens, prestando-se todas do melhor grado possível a este acto de tanta justiça e fidelidade."

Antonio Ribeiro Saraiva⁵¹⁵ publica mesmo em Paris um opúsculo congratulório: *A Nação Portuguesa por ocasião do dia anniversario do fausto nascimento de S.M.I. e R., a Senhora D.Carlotia Joaquina de Bourbon, Imperatriz e Rainha Fidelissima depois do*

⁵¹² Vide a *Relação das festas com que os estudantes Realistas da Universidade de Coimbra renderam no feliz dia 25 de Abril de 1828 e alguns acontecimentos que precederão e seguirão a mesma festa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1828.

⁵¹³ N.ºs 39 e 44, respectivamente de 5 e 16 de Maio de 1828.

⁵¹⁴ Sublinhado nosso. Trata-se do par do reino assumidamente miguelista D.fr.Joaquim de Nazareth.

⁵¹⁵ Sernancelhe, 1800? - Londres, 15 de Dezembro de 1890. Filho do desembargador e conselheiro José Ribeiro Saraiva. Bacharel em Direito. Encarregado por D.Miguel de várias missões diplomáticas. Autor de numerosos panfletos defendendo a causa deste monarca. Colaborou em diversos jornais portugueses e estrangeiros.

A seu respeito, INOCÊNCIO, *D.B.P.*, t.I, p.256, t.VIII, p.296, t.XX, p.264 e XXII, p.349-351. As suas memórias, que se iniciam em 1831 foram publicadas pela imprensa nacional em 2 tomos, mas a edição deu lugar a severas críticas de Anselmo Braamcamp Freire, críticas contestadas por Júlio Dantas. Cfr. *D.B.P.*, t.XXII, p.350-351.

regresso a Portugal de seu Augusto Filho o Infante D.Miguel sucessor Legítimo na Corôa do mesmo Reino. Ode seguida de um breve commentário politico-moral.

3. Ora, nesta mesma data de 25 de Abril de 1828, aparece uma representação em nome da nobreza do reino, reunida em casa do duque de Lafões⁵¹⁶, pedindo ao infante D.Miguel que convoque os três estados do reino para assumir a coroa e

"[...] abolir a intitulada Carta Constitucional da monarchia portugueza, por isso que foi dada por um monarcha antes de ser jurado e reconhecido pela nação como Rei de Portugal, e que alterou essencialmente a forma de sucessão do reino contra as leis fundamentais do mesmo."⁵¹⁷

Nela se encontram as assinaturas, além da do duque, de 14 marqueses, 38 condes, 7 principais, 2 priores, 13 viscondes, 8 barões e de outros que não, sendo titulares, fazem parte da nobreza do reino.⁵¹⁸

A esmagadora maioria do pariato, porém, não se faz esperar para apoiar a restauração das instituições tradicionais do reino.⁵¹⁹

⁵¹⁶ O duque de Lafões não teria perdoado a D.Pedro a forma como fora tratado quando se deslocara, em 1826, ao Rio na delegação encarregada de ir participar àquele a morte de seu pai.

⁵¹⁷ Consulte-se a representação in *Manifesto dos Direitos da Sr.ª D.Maria II*, p.78, prova 36, ou in LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3a.Epoca, t.VII, p.96, Documento nº186-A, ou em S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.531-532.

⁵¹⁸ Além dos pares do reino, que indicamos no quadro, assinam-na os condes de Redondo, Viana, Atalaia, S.Lourenço, Castro Marim, Valladares, Alhandra, Povolide, Redinha, Pombeiro, Subserra, o conde-barão do Alvito, os Principais Silva, Freire, Menezes, Lencastre, Côte Real, Camara e Furtado, o D.Prior de Guimaraes e o Prior Mor de Aviz, os viscondes de Bahia, Souzel, Torre Bela, Magé, Vila Nova da Rainha, Extremoz, Juromenha, Vila Nova de Souto de El-Rei, Azurara, Manique, Beire e Veiros, os barões de Sobral (Geraldo), Beduido, Sande, Portela, Queluz, Tavarade e Quintela, D.Fernando de Almeida, e outros que não sendo titulares fazem parte da nobreza do reino.

S.CLEMENTE levanta a dúvida da autenticidade do documento. Informa que sir Frederick Lamb, remetendo ao governo britânico uma cópia deste, em carta de 3 de Maio, diz que "muitos são amigos da carta, os quaes, se assinaram, foi só por medo." O MARQUEZ DE REZENDE, *Eclaircissemens historiques sur mes négociations relatives aux affaires de Portugal*, afirma em nota: "Dans la copie de cette adresse, envoyée par sir Frederick Lamb à son gouvernement et présentée ensuite au parlement, il se trouve parmi les signataires les noms du marquis de Valença et de Dom Francisco d'Almeida qui, bien loin d'avoir engagé Don Miguel à se faire déclarer roi, se sont montrés constamment fidèles à la reine légitime Dona Maria II. S'étant plaints à sir Frederick Lamb de l'erreur comise à leur égard, celui-ci leur à répondu par écrit en leur témoignant ses regrets d'avoir été trompé par une liste inexacte qu'on lui donna pour authentique, et dans laquelle se trouvaient ces deux noms, et de n'avoir pas constaté le fait assez tôt pour empêcher cette faute de se reproduire dans les pièces imprimées par ordre du gouvernement britannique relatives aux affaires de Portugal."

⁵¹⁹ Sobre a posição do pariato face ao absolutismo e suas consequências vide BRAGA PAIXÃO, *Câmara dos Pares*, in *op.e loc.cit.*, p.272-ss. Consulte-se igualmente LOPES PRAÇA, *Direito Constitucional Portuguez*, 2ªParte, v.I, p.177-180.

PARTE I. A Câmara Aristocrática (1825-1828)

PARES	POSSE	REPR.	REUN.TRES ESTADOS	1834	SETEMB.	FALEC.
6ºD. Cadaval	31.Out.26		A			14.Fev.37
3ºD. Lafões	4.Jan.28	A	A			27.Mai.67
3ºM. Abrantes	31.Out.26				-----	25.Mar.29
5ºM. Alegrete	31.Out.26				-----	21.Jan.28
3ºM. Alvito	7.Nov.26	A	A			3.Mar.44
6ºM. Angeja	N[29.Nov.26] f				-----	23.Jun.27
2ºM. Bellas	31.Out.26	A	A*		-----	20.Mar.34
2ºM. Borba	31.Out.26	A	A+		-----	5.Mar.34
3ºM. Cast.Melhor	N[9.Dez.26]				-----	27.Ago.27
1ºM. Chaves	N					7.Mar.30
7ºM. Front.e Al.	5.Jan.28			E	P	C S
1ºM. Lavradio	31.Out.26	A(y)	A+			19.Fev.81
2ºM. Loulé	16.Ago.34/I.			E	P	C S
4ºM. Lourical	31.Out.26	A	A			23.Mai.75
9ºM. Niza	11.Jul.42/I.					3.Jun.44
2ºM. Olhão	31.Out.26	A	A(1)			11.Ago.73
1ºM. Palmela	16.Ago.34°			E	P	S
4ºM. Penalva	N /I.	A	A*			23.Mai.75
4ºM. Pombal	31.Out.26	A	A			22.Fev.34
3ºM. Ponte de L.	16.Ago.34/I.			E	P	21.Dec.77
1ºM. Sabugosa	31.Out.26	A	A			10.Dec.39
4ºM. Tancos	31.Out.26	A	A			18.Ago.33
1ºM. Torr.Novas	31.Out.26	A				9.Mar.51
2ºM. Vagos	31.Out.26	A	A			24.Jan.34
5ºM. Valença	13.Nov.26	A		E	P	26.Fev.40
1ºM. Valada	31.Out.26		A			22.Jul.34
1ºM. Viana	31.Out.26	A	A			20.Abr.31
M. D.Jaim.*P.M.	N[7.Dez.26]/I.		A*			17.Fev.77
2ºC. Almada	23.Nov.26"	A	A			5.Abr.34
2ºC. Alva	3.Jan.28			E		5.Abr.50
3ºC. Anadia	31.Out.26	A	A			
	7.Jan.50					28.Mai.58
8ºC. Arcos	31.Out.26	A(w)	A			6.Mai.28
1ºC. Barbacena	N[22.Dez.26]	A	A*			17.Abr.30
1ºC. Belmonte	31.Out.26	A(w)	A			10.Nov.30
3ºC. Bobadela	N[22.Dez.26]		A*			28.Sep.31
1ºC. Carvalhaes	31.Out.26	A	A*			20.Jul.54
1ºC. Ceia	31.Out.26	A	A*			2.Dec.48
1ºC. Cintra	N[9.Jan.27]	A	A			4.Jan.61
4ºC. Cunha	31.Out.26			E	P	16.Mar.67
4ºC. Ega	31.Out.26	A	A			29.Abr.55
1ºC. Feira	N					6.Nov.27
2ºC. Ficalho	16.Ago.34/I.			E	P	27.Abr.93
1ºC. Figueira	31.Out.26	A	A*			16.Mar.72
1ºC. Funchal	N[14.Mar.27] _					29.Nov.33
6ºC. Galveias	31.Out.26	A	A			14.Fev.71
1ºC. Lapa	31.Out.26	A	A			29.Jul.32
2ºC. Linhares	31.Out.26			E		S
3ºC. Louza	31.Out.26	A(w)	A			29.Jun.57
4ºC. Lumiares	16.Nov.26			E	P	C
1ºC. Mesquitela	31.Out.26	A	A*			4.Fev.62
1ºC. Murça	9.Jan.28	A	A			24.Out.49
5ºC. Obidos	29.Nov.26			E		27.Nov.53
						7.Ago.36
						5.Fev.39

Título III. Na Senda da Supressão da Câmara dos Pares (Março-Junho de 1828)

7°C. Oriola	N[12.Jan.27] z		A (2)					28.Abr.46
1°C. Paraty	31.Out.26	A		E	P=			24.Jul.49
1°C. Penafiel	3.Jan.28		A			S		5.Nov.59
1°C. Peniche	N	A	A					
7°C. Ponte	11.Nov.26	A						30.Mai.52
1°C. Porto Santo	18.Nov.26	A	A					23.Jul.39
1°C. Pova	31.Out.26	A	A*					28.Mar.33
4°C. Rezende	20.Abr.50/I.	A						24.Abr.65
8°C. Rib.Grande	20.Nov.43/I.							1.Out.72
3°C. Rio Maior	5.Jan.36/I.	A	A*					27.Ago.72
1°C. Rio Pardo	31.Out.26		A					12.Jul.29
6°C. S.Miguel	31.Out.26	A	A					21.Ago.50
3°C. Sampaio	31.Out.26		A*					31.Mar.42
8°C. S.Vicente	N[28.Nov.26]	A	A					14.Nov.35
7°C. Soure	N	A	A*					1.Jun.38
1°C. Taipa	31.Out.26			E	P=	C		27.Mar.66
7°C. Vila Flor	13.Nov.26			E	P		S	26.Abr.60
1°C. Vila Real	23.Nov.26			E	P		S	26.Sep.55
6°V. Asseca	N[22.Dez.26]	A	A					5.Jun.44
2°V. Balsemão	14.Nov.26							15.Fev.42
<hr/>								
72	57 (51+6) z					4	7	
100%	%	%	%	%	%	%	%	

* por procurador +

E emigrado para os Açores ou para o estrangeiro

P=

N Não tomou posse nem apresentou a Carta régia para registo.

N[] Não tomou posse, mas apresentou a Carta régia em [].

/I. Falta de idade legal para tomar posse na legislatura de 1826-28.

£Quando apresenta a carta régia pede dispensa de assistir às sessões enquanto estivesse governando as armas da provincia do Minho; °Durante a legislatura de 1826-28 exerce as funções de embaixador extraordinario e plenipotenciario em Londres; °Dia seguinte a atingir a idade legal; °Quando da apresentação da Carta régia exerce as funções de embaixador extraordinario e plenipotenciario em Roma; ¿Quando da apresentação da Carta régia exerce as funções de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Berlim. Naturalizou-se depois prussiano onde veio a ser conde. (1) (2) z 6 tomaram assento depois de 1834.

Sedes materiae: S.CLEMENTE, Estatísticas..., cit, I.II.I parte, p.171-174.

COMPORTAMENTO DO PARIATO FACE AO ABSOLUTISMO,
BEM COMO MAIS TARDE FACE AO SETEMBRISMO

3. A 15 de Junho, da Quinta da Boa Vista, D.Pedro excluirá do pariato os pares que não se mantivessem fiéis ao juramento feito⁵²⁰. Mas com que autoridade, depois de ter abdicado em termos definitivos?

A *Gazeta de Lisboa*, assim vem comentar a situação:

⁵²⁰ Cfr.infra.

"No acto decretal de 25 do corrente abril, dirigido ao senado da camara de Lisboa, se declara que elle devia preceder nos termos que sómente lhes cumpria, lembrando-lhes ou advertindo-lhes que devia ter em vista *as leis fundamentais da monarchia*. E n'este caso, em que se tratava de regular a successão pelos principios adoptados pela aliança ou associação europêa, devia a camara propor a convocação dos tres estados do reino, conforme as leis fundamentaes, lembrando-se oitrosim que o senhor D.João IV, em seu ultimo acto de 6 de março de 1826, deixou unicamente á lei o cuidado de regular a sucessão, sem nomear expressamente o herdeiro. [...]."

4. Como reage o infante?

D.Miguel reage no próprio dia com um decreto, que por si é claro:⁵²¹

"Sendo-me presente a representação que em data de hoje fez subir á minha augusta presença o senado de Lisboa, como representante d'esta nobre e sempre leal cidade: sou servido responder-lhe que, exigindo a minha propria dignidade e a honra da nação portugueza que objectos tão graves, como o que faz assumpto da referida representação, sejam tratadas pelos meios legaes que estabelecem as leis fundamentaes da monarchia, e não pela maneira tumultuosa que infelizmente teve logar no anno de 1820, tenho por certo que o senado e os honrados habitantes d'esta cidade, depois de haverem representado nos termos que sómente lhes cumpria, darão ao mundo e á posteridade mais uma prova de sua fidelidade, esperando tranquillos em suas casas as ultiores medidas que só a mim pertence dar."

Ou seja, o que havia a reprovar era a forma. Lorde Dudley, informado dos factos por sir Frederick Lamb, observará para este, em despacho de 12 de Maio:⁵²²

"Parece que n'esse dia o senado de Lisboa, apresentou a sua alteza real uma representação, na qual o convidava a assumir o título de rei.

É inteiramente obvio que tal representação não póde deixar de considerar-se como um acto traiçoeiro e como convite a sua alteza para se tornar criminoso de rebeldia e usurpação, violando o seu dever e o compromisso para com seu irmão, o imperador D.Pedro.

Tão flagrante e publico ultrage ás leis do paiz, aggravado pela tentativa de fazer cunplice d'elle sua alteza real, indubitavelmente pedia a

⁵²¹ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.518.

⁵²² Transcrito in in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.546-547.

immediata reprovação por parte de sua alteza real, e que desse as necessarias providencias a fim de se applicar aos seus auctores o condigno castigo.

Sua magestade, por isso, nota com surpresa que o único acto de sua alteza ácerca d'essa traição, que se approxima da rebeldia, fosse apenas um decreto, no qual sem censurar o assumpto mais recommendado da representação do senado, se limita a desapprovar os meis por que este procedeu para conseguir os seus fins, cuja escolha (dá a entender) só a elle compete.[...]"

III. De 25 de Abril a 3 de Maio

Em 28 de Abril um edital anuncia:⁵²³

"O senado da camara, correspondendo aos fieis desejos de toda a capital, por quem representou ao throno em data de 25 do corrente, cuja representação foi paternamente acolhida pelo real decreto já publicado da mesma data; e sendo tal o concurso das assignaturas, referidas áquella única representação, que não poderam concluir-se no primeiro dia, como era da vontade geral; faz publicar que nas manhãs dos dias que não forem santificados póde continuar a mesma assignatura, guardando-se impreterivelmente o mais silencioso respeito, como convem á fiel obediencia, pois que assim o manda o dito real decreto, e pertencem ao throno as ultimas medidas que o senado espera não hão de tardar."

E efectivamente não tardaram.

A 2 de Maio, D.Miguel convoca um conselho composto de alguns conselheiros de Estado, dos membros do ministério e de várias outras pessoas do conselho, para se tomar um acordo sobre os apelos feitos a D.Miguel.

⁵²³ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.529.

**CAPÍTULO II. O CORTE DO NÓ GÓRDIO:
A CONVOCAÇÃO DAS CORTES TRADICIONAIS
(3 de Maio)
E AS REACÇÕES QUE PROVOCA**

§ 1º. A Convocação e a sua Natureza
§ 2º. As Reacções Imediatas
§ 3º. A Argumentação Pró Legitimidade de D.Miguel

§ 1º. A CONVOCAÇÃO E A SUA NATUREZA

1. A convocação das Cortes; 2. as cartas de convocação.

1. Na senda do caminho que já se desenhava, uma semana após a representação dos pares, a 3 de Maio, perante uma pressão crescente, o infante regente ordena a convocação dos três estados do reino para a cidade de Lisboa dentro de 30 dias: —

"Tendo-se acrescentado muito mais, em rasão dos sucessos posteriores, a necessidade de convocar os tres estados do reino, já reconhecida por el-rei meu senhor e pae, que santa gloria haja, na carta de lei de 4 de junho de 1824, e querendo eu satisfazer ás urgentes representações que sobre esta materia têm feito subir á minha real presença o clero e a nobreza, os tribunais e todas as camaras: sou servido, conformando-me com o parecer de pessoas doutas, zelosas do serviço de Deus e do bem da nação, convocar os ditos tres estados do reino para esta cidade de Lisboa dentro de trinta dias, contados desde a data das cartas de convocação, a fim de que elles por modo solemne e legal, segundo os usos e estylos d'esta monarchia, e na forma praticada em semelhantes occasiões, reconheçam a applicação de graves pontos do direito portuguez, e por este modo se restituam a concordia e socego publico, e possam tomar assento e boa direcção todos os importantes negocios do estado.⁵²⁴"

Para a preparação das Cortes, não deixaram seguramente de ser elemento de referência as obras do, agora ministro, visconde de Santarém, preparadas em 1824 e agora objecto de publicação: *Memorias para a historia e theoria das Cortes geraes, que em Portugal se celebraram pelos Tres-estados do reino: ordenadas e compostas no anno de 1824, Parte I, 1827, Parte II, 1828*, complementadas com *Alguns documentos para servirem de provas á primeira parte* e *Alguns documentos para servirem de provas á segunda parte*, ambos publicados em 1828.⁵²⁵

2. Três dias depois, a 6, são expedidas as cartas de convocação⁵²⁶. O formulário para os grandes é o seguinte:

"Duque (marquez ou conde) de ... Amigo. Eu o infante regente vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Para reconhecer a applicação de graves pontos de direito portuguez, e por este modo se restituirem a concordia e socego publico, e poderem tomar assento e boa direcção todos os importantes negocios do estado, tenho resolutto celebrar côrtes n'esta cidade de Lisboa, dentro de trinta dias contados desde a data d'esta; e devendo vós assistir a ellas, conforme as reaes disposições dos senhores reis d'estes reinos dadas a similhante respeito, e usos e costumes antigos desde o principio da monarchia, e para um acto em que se deverão tratar tão importantes e interessantes materias, vos envio esta [...]."

⁵²⁴ Consulte-se o decreto de convocação in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.537.

⁵²⁵ Viria a ser publicada pelo, 3º visconde de Santarém, uma nova edição em 1924, com um célebre prefácio de António Sardinha, intitulado *A Teoria das Côrtes Geraes*, depois objecto de publicação separada.

⁵²⁶ As cartas de convocação, enviadas a 6, podem consultar-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.539-542.

Março 26

Após a morte de D.João VI sustenta a reunião dos Três Estados para deliberar sobre a questão da sucessão

Junho 26

Ao tomar conhecimento da Carta constitucional recém chegada defende no Conselho de Estado nas Caldas da Rainha a reunião dos Três Estados para decidir da sua adopção

Março 28

Ministro assistente ao despacho desde o início da regência de D.Miguel, a 26 de Fev., e encerradas as Cortes em 14 de Março, sustenta a reunião dos Três Estados

25 Abril 28

Na reunião realizada em casa de seu irmão, o duque de Lafões, assina a representação solicitando a reunião dos Três Estados

A PERSISTÊNCIA DA POSIÇÃO DO DUQUE DE CADAVAL,
Presidente da Câmara dos Pares,
NA REUNIÃO DOS TRÊS ESTADOS

Seguia-se, pois, para a composição dos braços das Cortes, a tradição do reino⁵²⁷. A estrutura do pariato contrapunha-se a orgânica tradicional do clero e da nobreza.

A convocação dos dois primeiros braços é feita, porém, no entanto, desviando-se da pura tradição, por cartas de convocação dirigidas individualmente⁵²⁸. Privilegiam-se naturalmente os membros já comprometidos e cujas opiniões são bem conhecidas, o que não deixará de vir a merecer críticas:

"Antigamente o direito de ser deputado às côrtes pela nobreza pertencia a todos os titulares, aos senhores de terras, aos membros do conselho de el-rei e a todos os alcaides mores, os quaes todos, se a assembléa era muito numerosa, se faziam representar n'ella por *definidores*, que elles nomeavam. A convocação, porém, não se fez assim, mas dirigiram-se cartas de convocação individualmente aquelles fidalgos já comprometidos na usurpação, ou cujas opiniões e docilidade eram bem conhecidas. O mesmo se fez com o clero, que foi convocado

⁵²⁷ No entendimento da tradição pesou o importante estudo do VISCONDE DE SANTAREM, *Memoria para a historia e teoria das cortes gerais, que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino; ordenado e composto no ano de 1824*, Lisboa, Parte I, 1827, Parte II, 1828. Esta obra foi seguida de *Alguns documentos para servirem de prova à Parte I*, Lisboa, 1828, e *Alguns documentos para servirem de prova à Parte II*, Lisboa, 1828.

⁵²⁸ Transcritas in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.540.

individualmente contra o costume, e no qual excluíram muitos membros para se convocarem os principaes da igreja patriarchal, entidade muito posterior as côrtes e que não devia ter n'ellas assento." ⁵²⁹

De qualquer forma, os pares aparecem em peso nas Cortes.

§ 2º. AS REACÇÕES IMEDIATAS AO DECRETO DE 3 DE MAIO

I. Protesto e Suspensão de Funções do
Corpo Diplomático Acreditado em
Lisboa (8 de Maio)

II. Acréscimo do Surto de Emigração

III. Sublevação Militar no Porto (16 de
Maio)

IV. Reacção do Corpo Diplomático
Português Acreditado no Estrangeiro

I. Protesto e Suspensão de Funções do Corpo Diplomático Acreditado em Lisboa

No mesmo dia seis, da expedição da convocatória, o ministro dos Negócios Estrangeiros, visconde de Santarém, envia uma nota circular ao corpo diplomático⁵³⁰, cujos

⁵²⁹ MONTEIRO, *op.cit.*, entre várias outras críticas dirigidas à legitimidade destas Cortes.

⁵³⁰ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.542.

membros decidem assinar um protesto contra o procedimento do infante, suspendendo, por carta de 8 de Maio, as suas funções⁵³¹.

II. Acréscimo do Surto de Emigração

Também, devido a este desenrolar dos acontecimentos, na primeira quinzena de Maio pedem passaporte para partir para o exílio várias personalidades entre as quais os pares condes da Cunha, e de Alva, e o marquês de Valença.

III. Sublevação Militar no Porto (16 de Maio)

A reacção que maior amplitude terá inicia-se com uma sublevação no Porto, a 16 de Maio⁵³², semana e meia depois da convocatória das Cortes, sublevação que serve de rastilho a vários pronunciamentos, sendo secundada por várias terras.

No dia 17, o conselho militar, então criado, emite uma proclamação e no dia 18 um manifesto em que justifica a sua atitude.⁵³³

⁵³¹ O arcebispo de Petra da Santa Sé, Lamb da Inglaterra, Bombelles da Áustria, barão de Maurice da França, Zea Bermudez da Espanha, e o príncipe Pignatelli Ruffo de Nápoles. Vide as notas das legações in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.542-544.

Também uma parte do corpo diplomático acreditado nas côrtes europeias se demitirá: o barão de Vila Sêca em Viena, Rafael da Cruz Guerreiro em S.Petersburgo, o conde do Funchal em Roma, e os ministros em Copenhaga, Madrid, Paris e Turim. Abreu e Lima na Holanda e Palmela em Londres declaram considerar-se legítimos representantes de D.Pedro. Reconhecem a situação António Lopes da Cunha em Stockolmo e o conde de Oriola em Berlim.

⁵³² A seu respeito, para uma visão global, J.VERÍSSIMO SERRÃO, *H.P.*, v.VII, p.407-408. Para maiores detalhes vide a obra póstuma de JOAQUIM JOSÉ DA SILVA MAIA, *Memorias historicas, politicas e philosophicas da revolução do Porto em maio de 1828, e dos emigrados portuguezes pela Hespanha, Inglaterra, França e Belgica*, Rio de Janeiro, 1841. No prefácio datado do Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1830, o autor diz ter presenciado a maior parte dos factos a que se refere.

⁵³³ *H.C.G.*, 3ª epocha, t.VII, p.131-136, doc.194.

No dia 20 organiza-se uma *Junta revolucionária liberal*⁵³⁴, do que é lavrado o respectivo auto. Nesse mesmo dia instala-se a junta, que tem duas longas sessões, mandando expedir diversas ordens.

ELEVACÃO AO PARIATO	
Presidente: Antonio Hypolito da Costa, dep.VC.de Alhos Vedros	
Vice Presidente: Duarte Guilherme Ferreri dep.B.de S.Martinho de Dume	
Francisco da Gama Lobo Botelho dep.B.de Argamassa	2 de Setembro de 1834
José Joaquim Gerardo de Sampaio dep.Vc.de Laborim	2 de Setembro de 1834
Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento dep.Vc.do Banho	
Francisco Ignacio Van-Zeller Christiano Nicolau Kopke	
Secretários: Manuel Ant. Vellez Caldeira Castello Branco Joaquim	27 de Maio de 1861

O GOVERNO PROVISÓRIO CONSTITUÍDO NO PORTO
E
A ELEVACÃO DE ALGUNS DOS SEUS MEMBROS AO PARIATO

No dia 22 é feita uma proclamação aos habitantes de Coimbra.⁵³⁵ A 23 segue-se uma proclamação aos habitantes de Viseu.⁵³⁶

Em 26 de Maio a Junta determina publicar uma *Gazeta official*⁵³⁷, e em 28 de Maio publica um *Manifesto*⁵³⁸ em defesa de D.Pedro IV, que se inicia com a seguinte afirmação:

⁵³⁴ Cfr. *Diário do Porto*, nº3, de 21 de Maio de 1828. O Manifesto da Junta é publicado na *Gazeta Official Extraordinaria*, Porto, 28 de Maio de 1828. A *Gazeta Official* é a continuação do *Diário do Porto*, que a partir de 27 toma esta nova designação. Cessará a sua publicação, sendo o último número o 30º, de 2 de Julho de 1828, com a derrota da *belfestada*.

⁵³⁵ Consulte-se in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, 1828, p.568.

⁵³⁶ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, 1828, p.571.

⁵³⁷ Vide a respectiva portaria in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, 1828, p.585.

"A junta provisoria encarregada de manter a legitima auctoridade de el-rei o senhor D.Pedro IV, faltaria a um dos seus mais importantes deveres, se deixasse de manifestar á nação portugueza, ás nações da Europa e ao mundo inteiro, os verdadeiros motivos que a determinaram em tão sisudo empenho: se deixasse no silencio as graves rasões que justificam o nobre e denodado esforço com que o brioso e leal exercito, unido em sentimentos a um povo fiel, correu ás armas para coadjuval-o na justa empreza de manter illesos os direitos de um soberano adorado, de salvar a nação d'um opprobrio, que nunca maculára as páginas da nossa história."

e que, depois de uma longa análise da situação, conclui:

"Os direitos, pois, do senhor D.Pedro IV; a tentativa de quebrantal-os; os males da nação; a perspectiva de uma guerra civil, de uma dissolução geral; a impossibilidade, em que tanta distancia collocára o senhor D.Pedro IV de vindicar aquelles mesmos direitos, determinaram a junta a sustentar um movimento que fará sempre a gloria da nação portugueza, e de um exercito que offerece ao mundo o mais pasmoso exemplo de valor, lealdade e virtude, defendendo o seu rei e as liberdades nacionaes.

Taes são os principios da junta provisoria; e seus membros perderão antes a vida, do que faltar a tão sagradas obrigações."

O *Manifesto* é objecto de refutação in *Falsidades do manifesto dos revolucionarios do Porto, ou refutação analytica de todas as falsidades, erros e embustes que se contêm no mesmo manifesto*.⁵³⁹

No início do verão encontrar-se-á quase subjugada, vindo a acabar, malgrado o apoio dalguns dos mais ilustres exilados, de forma menos honrosa nos inícios de Julho, tendo a sua última sessão no dia 2 deste mês, como oportunamente referiremos.

A insurreição do Algarve, entretanto, fora rapidamente dominada.

⁵³⁸ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, 1828, p.591-594.

⁵³⁹ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, 1828, p.695-715.

IV. Reacções do Corpo Diplomático Português Acreditado no Estrangeiro

Ao conhecer o decreto de 3 de Maio convocando as Cortes tradicionais, Palmela, embaixador extraordinário e plenipotenciário em Londres, juntando cópia deste, envia a 23 de Maio de 1828 uma nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros do rei da Grã-Bretanha, conde de Dudley⁵⁴⁰, noticiando e reprovando os acontecimentos que estão ocorrendo em Portugal:

"O teor, assim com a fôrma d'este decreto, não permitindo ao abaixo assignado illudir-se por mais tempo sobre a natureza dos acontecimentos, que se passam em Portugal, nem de n'elles tomar parte, a não transgredir o juramento, que prestára a sua magestade el-rei D.Pedro IV, aos seus legitimos sucessores e à carta constitucional, outorgada por este monarcha á nação portugueza, nenhum outro partido lhe resta senão o de deixar de se considerar como mandatario do governo, que rege actualmente Portugal, até que possa receber as ordens, que vae directamente solicitar de el-rei seu senhor, dando-lhe conta d'esta sua resolução.",

do que dá conhecimento em officio do dia seguinte ao chefe da diplomacia portuguesa, visconde de Santarém.

No mesmo sentido escreve três dias depois, a 26, uma circular ao corpo diplomático acreditado em Londres, e outra aos chefes das diplomacias das nações com que Portugal mantinha relações diplomáticas⁵⁴¹.

São dez os diplomatas, em funções em 6 Estados, que aderem à posição de Palmela⁵⁴², sendo por esse motivo nomeados pelo governo de D.Miguel substitutos, dentre

⁵⁴⁰ O marquês de Palmela recebera aliás uma longa nota deste em que se queixava da attitude de D.Miguel que faltava às suas anteriores promessas e juramentos. Consulte-se in *H.G.C.*, 3ª epocha, t.VII, p.120-126, doc.121.

⁵⁴¹ Documentos transcritos in J.J.REIS E VASCONCELLOS, *Despachos e correspondencia do duque de Palmella*, cit., t.III, p.523-527 e 530-531.

⁵⁴² Conde do Funchal (Roma), Nuno Barbosa de Figueiredo (Paris), Luis Antonio de Abreu Lima (Holanda), Francisco José Rodrigues (Turim), Cristóvão Pinto de Moraes Sarmiento (Copenhaga), João Pedro Migueis (Roma), José Guilherme de Lima (Madrid), Bernardo Daupias (Paris), Pedro Cardoso Casado Geraldès (Havre), e Antonio Cândido de Faria (Marselha).

PARTE I. A Câmara Aristocrática (1825-1828)

os quais três pares em três postos fucrais: visconde de Asseca em Londres, conde da Ponte em Paris e conde da Figueira em Madrid.⁵⁴³

PARES DEMARCANDO-SE DE D.MIGUEL DEPOIS DO DECRETO DE 3 DE MAIO

Marquês de Palmela (Londres)

Conde do Funchal (Roma)

PARES QUE ADOPTAM A CAUSA MIGUELISTA

Conde de Oriola* (Berlim)

PARES NOMEADOS PARA SUBSTITUIR OS DIPLOMATAS DESAFECTOS

Visconde de Asseca (Londres)

Conde da Ponte (Paris)

Conde da Figueira (Madrid)

* Inicialmente o conde de Oriola protestou fidelidade a D.Maria II e desenvolveu diligências para que esta se fosse instalar em Viena de Áustria.

POSIÇÃO DOS PARES NA DIPLOMACIA EM 1828

⁵⁴³ Para os acontecimentos diplomáticos posteriores a 3 de Maio vide LUZ SORIANO, *H.G.C.*, t.II, Parte II, p.270-s.

CAPÍTULO III. A ARGUMENTAÇÃO EM PROL DA LEGITIMIDADE DE D.MIGUEL

1. Uma pastoral do par bispo do Algarve; 2. a doutrina da *Gazeta de Lisboa*; 3. opúsculos em prol de realza de D.Miguel.

1. Em 31 de Maio o par bispo do Algarve, D.Bernardo de Figueiredo escreve uma pastoral dirigida "Aos nossos amados filhos e diocesanos, fieis vassalos do senhor D.Miguel I"⁵⁴⁴

2. A *Gazeta de Lisboa* lança-se nas subtilezas do direito público, indiciando com clareza a sua posição no início de Junho.⁵⁴⁵

"Os radicaes na Inglaterra, e os liberaes no Continente, são os mesmos em principios revolucionários, e trabalham unidos em suas maquinações: [...]"

Quando os Monarcas da Sancta Alliança se unirão para governar seus Estados conforme Leis fundamentaes destes e segundo os principios da Sancta Religião de Jesu Christo; gritou o Radicalismo e o Liberalismo contra os Monarcas, que assim querião unidos opprimir os Povos, pondo elles pelo contrario hum freio por esta união á rebeldia, que desde a Revolução Franceza consagrava a Soberania do Povo como hum principio incontestavel entre os Filósofos Niveladores, principio que até entre nós os seus discipulos canonisarão na Constituição filha da rebellião de 24 de Agosto de 1820.

[...]

Passão da pretextada Soberania do Povo, em que convertem as mais submissas e justas supplicas, a invocar o Direito publico da Europa hoje admittido desde o Congresso de Vienna como o mais salutar para os Reis e para os Povos, que dá unicamente o juz de fazerem Constituições, Cartas

⁵⁴⁴ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.607-608.

⁵⁴⁵ *Gazeta de Lisboa*, nº134, de 7 de Junho de 1828, p.767-768.

Constitucionaes, ou Leis Fundamentaes para o regimen de seus Estados: e dahi desfechão contra a Nação Portuguesa por se declarar desobediente e não querer admittir, huma vez que se vio livre para o poder fazer, a Carta outorgada a este Reino em 29 de Abril de 1826 pelo Sr.D.Pedro, e jurada por não se poder eximir disso ainda a Nação.

Em 1º lugar, Senhores politicos radicaes e liberaes, onde estabeleceo o Congresso de Vienna, ou quando declararão os Monarcas da Europa, o direito de annullar, e anniquillar as Leis Fundamentaes das Monarquias, a cujos Thronos tinham subido por essas leis fundamentaes? Que diria o Mundo se no Congresso de Vienna houvesse a loucura, por exemplo, de permittir a ElRei de Portugal, então Principe Regente, o Sr.D.João VI, que destruísse por huma nova lei fundamental, ou Carta Constitucional, aquelle Pacto das Cortes de Lamego, e outras relativas ao mesmo objecto, de que lhe vinha o direito á Coroa destes Reinos, que de seus Avós herdara? Por ventura o Direito actual publico da Europa tem abolido a Lei Salica em França e nos outros Estados? Acaso podia ElRei Jorge IV, pela permissão aos Monarcas e direito por estes reconhecido, de darem Constituições aos seus Povos, dar huma nova Carta, ou impor huma nova Constituição ao Povo Britannico, ainda quando o Parlamento se não tivesse juntado há cem ou mais annos! Quem terá a audacia de o affirmar, e querer escapar do epitheto de tolo? - Logo como podia jámais hum Soberano de Portugal, que estivesse mesmo entre nós, transtornar e anniquillar aquelle mesmo Pacto, que, fundando a Monarquia, e sua Lei de Sucessão pela qual viera ao summo Imperio, foi feito solemnissimamente entre o primeiro Rei destes Reinos e os Povos delle, como contrato *in perpetuum*, de que nem os Portugueses nem os seus Reis pódem resilir, senão do mais mutuo accordo unanime?["..."]

E uns dias mais tarde, a 11 de Junho.⁵⁴⁶

"Os adversarios desta heroica *Nação Portuguesa*, que pugna pelos seus Direitos, e pelos dos seus Reis, anniquilados illegitimamente por huma Carta, liberal e liberalissimamente outorgada, liberal e liberalissimamente trazida e embutida por estrangeiros, liberal e liberalissimamente sustentada contra a vontade nacional e contra novos fôros á força d'armas, e até obrigada a publicar pelas ameaças de huns poucos de estouvados fautores do liberalismo, e manobras de hum atrevido filho d'Esculapio, os adversarios desta illustre Nação, escrevêrão, e rosnão ainda por entre os dentes huma tal ou qual resposta ao qual expendemos naquelle artigo, e vem a ser: E *Luiz 18* não deo huma Carta? E os Reis dos *Paizes-Baixos*, de *Baviera*, e *Wurtemberg*, e o mesmo Imperador *Alexandre* á *Polonia*, e mais alguns outros Soberanos, não tem dado Constituição aos seus Estados? Que muito he logo, e que razão poderia impedir, que o Senhor Dom Pedro, julgando-se legitimo Rei de Portugal, desse a este Reino huma Carta Constitucional?"

⁵⁴⁶ N°137, p.781-782.

E depois de argumentar a diferença das situações, conclui:

"E ainda mesmo quando abandonando a Coroa do Brazil, viesse reinar em Portugal, se quizesse dar huma Carta como a que deo, poderia sim achar meios de a impor á força, e com o apoio de alguma Nação nossa encoberta inimiga que nisso lucrasse para seus fins; mas nunca poderia considerar justo direito e boa medida fazer huma Instituição, que destruia os fundamentos do seu direito á Coroa, e que desligava a Nação do Pacto pelo qual se acha ligada á obediencia aos Monarcas da Dynastia de Bragança. Ora o direito que não existe no Pai, jámais o pode herdar delle nenhum dos Filhos. Logo, por tudo quanto foi expellido, só póde ser nosso Legitimo Rei aquelle Augusto Principe, que entre nós gozamos, como toda a Nação reconhece e acclama, e que em breve há de ser reconhecido por todo o Mundo, pelos inauferiveis direitos, que tem ao Throno."

3. Vão também surgindo os opúsculos, como o do padre Francisco Recreio, *Quem é o legitimo rei de Portugal? Investigação política sobre o legitimo successor da corôa de Portugal*⁵⁴⁷, e a *Carta ao redactor da trombeta sobre o artigo communicado da Gazeta n.º203 em que se mostra que a acclamação do senhor D.Miguel I póde proceder á reunião dos tres estados, que é nullo o juramento da carta constitucional, e que não são perigosas as consequencias da acclamação do mesmo augusto senhor*, Imprensa régia, Lisboa.⁵⁴⁸

⁵⁴⁷ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.V, p.10-18.

⁵⁴⁸ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.609-621

CAPÍTULO IV

PREPARATIVOS PARA AS CORTES

A escolha dos procuradores do povo, que não é solicitada à cidade do Porto então sublevada, decorre em ambiente de turbulência, conquanto o regente domine a situação militar.

Em 17 de Maio, são dadas instruções precisas para as eleições.⁵⁴⁹

"Podendo acontecer que por ocasião das eleições dos procuradores das camaras, conovocados a côrtes dos tres estados do reino, em conformidade do decreto de 3 de Maio [...] pessoas mal intencionadas, facciosas e inimigas das instituições e leis fundamentaes da monarchia, premeditarem subornar os eleitores para obterem votos com o particular fim de perturbar e transtornar o importante objecto de similhante convocação dos tres estados: cumpre que v.m.ce, em observancia da lei, proceda immediatamente á devassa de suborno, que por ocasião de taes e outras eleições a mesma lei tem decretado, devendo considerar e classificar como subornados os votos que recaírem em individuos facciosos, e que pelos seus sentimentos e opiniões politicas se tenham pronunciado inimigos dos verdadeiros principios da legitimidade, e sectarios das novas instituições; por isso que taes individuos não podem fazer e constituir a verdadeira representação nacional. [...]."

⁵⁴⁹ Transcrita in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.552-553

"la légitimité ne consiste pas seulement en ce que Don Miguel soit la personne qui occupe le trône, mais en ce que les véritables contrats sociaux, le véritable Droit Public Portugais, la véritable ancienne Constitution National soient observés."

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA,
Memorandum d'une conference

**CAPÍTULO V. AS CORTES DE 1828,
O RECONHECIMENTO DE D.MIGUEL COMO REI LEGÍTIMO
E A DESTACADA ADESÃO DOS EX-PARES A ELAS
(Junho-Julho de 1828)**

1. A sessão de abertura e o discurso de proposição recitado pelo par bispo de Viseu; 2. a reunião separada dos três braços em 25 de Junho e a unânime deliberação do reconhecimento de D.Miguel como rei legítimo desde 10 de Março de 1826; 3. a aceitação régia e o auto de 11 de Junho; 4. a reacção dos publicistas à deliberação das Cortes; 5. o pariato face ao restabelecimento das instituições tradicionais.

1. A 23 de Junho reúnem-se com efeito os três estados do reino no palácio da Ajuda⁵⁵⁰. Como descreveu a folha oficial do governo⁵⁵¹, realiza-se a

"Respeitavel e verdadeiramente augusta assembléa da nação portugueza, que desde a sua primeira reunião em Lamego, em 1143, até agora, tem sido perto de cem vezes congregada para relevantes casos, o que o senhor D. João VI, que Deus haja, queria pelos justos motivos fazer, como do seu immortal diploma de 4 de junho de 1824 se esperava, mas que não pode levar a effeito,

⁵⁵⁰ Vide o *Auto de abertura das Cortes* in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.716-726.

⁵⁵¹ Do próprio dia 23.

reservando Deus essa gloria a seu augusto filho o senhor D. Miguel I, seu legitimo sucessor na coroa destes reinos de Portugal e Algarves e seus dominios, não quando, para confusão dos seus e nossos inimigos, assumir ou empenhar o sceptro, que tão claros como solemnes titulos lhe asseguram, senão depois de ponderados seus incontrovertidos direitos pelo congresso nacional, reunido na forma legal estabelecida logo na fundação d'esta monarchia".

Na cerimónia, a que os participantes concorreram vestidos ao antigo uso da corte, desempenham funções de relevo vários pares, conforme consta do auto de abertura:

"O conde de Belmonte, camarista da semana, que servia de camareiro-mór, ficou em pé detraz da cadeira de sua alteza. [...] no mesmo degrau do lado direito estiveram o marquez de Bellas, servindo de guarda mór de sua alteza, e o duque de Cadaval, condestavel do reino, com o estoque levantado; e do lado esquerdo o marquês de Torres Novas, mordomo mór, e o conde do Redondo, servindo de meirinho mór, todos de pé."

O *discurso de Proposição* é recitado pelo bispo de Viseu, D.Francisco Alexandre Lobo⁵⁵², o mesmo que fizera a abertura e o encerramento da sessão legislativa de 1827, em nome da infanta regente, discurso de circunstância, alheio a argumentos jurídicos. Respondeu, nos termos do estilo antigo, José Acúrsio das Neves, um dos procuradores da cidade de Lisboa, que faz longas e contundentes considerações políticas, cuja tónica é clara:

"Aquelle hydra, que há cinco annos vossa alteza esmagou em Santarem, tem sido a origem e causa de todas as nossas desgraças. Vossa alteza real pisou-lhe a cabeça com um heroismo que immortalisou seu nome; porém ella, sendo de uma vida tão tenaz, como pintam a hydra da fabula, e ainda mais perigosa por seus ardis, comprimiu-se, humilhou-se, fez-se morta, e, passados alguns instantes, levantou de novo o collo, tomou diversa figura, empregou novos agentes, e os seus primeiros tiros dirigiram-se contra aquelle que a tinha esmagado."

e tece longas considerações jurídicas:

"Não é propria do presente discurso a discussão plena dos direitos de vossa alteza real á corôa de Portugal; mas eu vou estabelecer alguns principios para abrir o caminho ás deliberações do congresso antes que se separem os seus differentes braços."

⁵⁵² Consulte-se in *Gazeta de Lisboa*, nº149, de 25 de Junho de 1828, p.834-835.

O primeiro argumento aduzido é de que um príncipe estrangeiro não pode suceder à coroa portuguesa.⁵⁵³

"Os illustres fundadores d'esta monarchia estabeleceram em Lamego, como fundamento da ordem da sucessão do reino, que a corôa nunca passasse a pessoa estrangeira:[...]"

Os illustres restauradores de 1640, para corroborarem ainda mais esta lei fundamental, propozeram outra nas côrtes de 1641, para que não só a corôa nunca passasse a príncipe estrangeiro nem filhos seus, ainda que fossem os parentes mais chegados do ultimo rei; mas que aquelle que houvesse de succeder no reino, alem de ser nascido, fosse tambem creado n'elle, palavras do capitulo do estado da nobreza, para conhecer seus vassallos e os amar como taes, e tivesse obrigação de residir dentro d'elle; e acrescentarm que, acontecendo succeder o rei em alçgum outro reino ou senhorio maior, fosse obrigago a residir sempre no de Portugal, e tendo dois ou mais filhos varões, o maior succedesse no estranho e o segundo no de Portugal.

Toda esta doutrina foi approvada pelo senhor rei D.João IV nas suas respostas aos respectivos capitulos dos tres estados, e collectivamente ratificada na sua carta patente de 12 de setembro de 1642, e por consequencia tambem constitui uma lei fundamental do estado, que o proprio rei não póde alterar sem o concurso da nação."

Ora, invoca Acúrsio das Neves, no momento da morte do *de cujus* já a independência do Brasil estava reconhecida e D.Pedro investido no imperio "por sua livre escolha e vontade".

E precisa, quanto ao conceito de nacionalidade aplicável:

"A qualidade de nacional ou estrangeiro, segundo o direito publico universal e o particular do nosso reino, deriva-se mais do estabelecimento do que do nascimento, á maneira de que se acha determinado a respeito dos direitos de vizinhança pela ordenação, livro II, titulo LVI. Todo aquele que se estabelece em paiz estrangeiro e n'elle acceita empegos publicos (quanto mais um imperio?) fica sendo estrangeiro ao paiz em que nasceu. N'este caso se acha o senhor D.Pedro, que não podia ser imperador do Brazil sem ser brasileiro e ao mesmo tempo portuguez, residente e estabelecido no Brazil, e ao mesmo tempo em Portugal, pois são qualidades repugnantes."

⁵⁵³ A este respeito, relembra ANTONIO SARDINHA, *A Teoria das Côrtes Geraes* in VISCONDE DE SANTARÉM, *Memórias e alguns documentos...*, cit., p.CXCV, que MONTESQUIEU no seu *Esprit des Lois*, Liv.XXVI, cap.233, já escrevia: "Ainsi la loi de Russie faite au commencement du règne d'Elisabeth, exclut-elle très prudemment tout héritier

Dos pressuposto expostos, infere que D.Pedro jamais teve direito à coroa portuguesa, não a podendo consequentemente transmitir:

"Logo o senhor D.Pedro nunca chegou a ter direito á corôa de Portugal, e, não o tendo, não o podia transmitir a sua augusta filha a senhora D.Maria da Gloria, nem por cessão, nem por direito hereditário. Não por cessão, porque ninguém pôde ceder a outrem uma propriedade que não é sua, e muito menos um reino, que não é propriedade allodial, de que se possa dispor livremente cpontra a ordem regular da sucessão. Não por direito hereditario, porque, alem de que as côrtes de 1641 excluíram da successão da corôa, não só a qualquer principe estrangeiro, mas conjunctamente os filhos d'elle, interrompida no pae a linha, interrompida fica para toda a sua descendencia."

Mas vai mais longe o procurador quando passa à análise da "lógica revolucionaria". Depois de se indignar com

"[...] os portuguezes degenerados, que têm a baixeza e o servilismo de querer sujeitar a metropole, esta rainha dos mares, a receber as leis de uma das suas colonias! A uma colonia que se rebellou, que lhe fez a guerra, que lhe tem apresado seus navios, usurpado as suas propriedades e tratado os portuguezes com tanta ignominia como trataria os seus escravos!"

ajuiza:

"Porém outros são seus fins. Elles não querem rei, nem natural nem estrangeiro; nem querem leis, nem da metropole nem da colonia. O que elles querem é um rei nominal, que esteja a 2:000 leguas de distancia, que não tenha forças para obstar ás suas machinações e de que se possam descartar em um momento. O que querem, primeiro que tudo, é desviar do throno a vossa alteza real, porque conhecem os sentimentos e as virtudes de que se adorna, e já provaram o valor do seu braço; pois esta facção é a mesma, e até surgiu dos mesmos subterraneos que a de 1820.

Eis aqui a razão por que elles tanto se têm esforçado para evitar a reunião dos tres estados, prevendo que lhes havia de ser fatal. Proclamadores sempiternos dos direitos do povo e da representação nacional, logo que o povo manifesta os seus desejos por acclamações espontaneas, tratam de o suffocar e sujeitar a seus caprichos. Logo que se cogita de reunir a legitima representação nacional, segundo as leis e usos da monarchia, não há meio que não empreguem para obstar a esta reunião,

qui posséderait une autre monarchie; ainsi la loi de Portugal rejette-t-elle tout étranger qui serait appelé à la couronne par le droit de sang.", acrescentando: "Que si nation peut exclure, elle à a plus forte raison le droit de faire renoncer."

como fizeram em 1820. Invocam hoje a carta, como n'aquellwe tempo invocaram as côrtes, e affectaram chorar a perda de nossas antigas instituições, porque lhes serviria de degrau para proclamarem ámanhã a república, como então proclamaram a soberania do povo."

2. Na manhã seguinte reúnem-se separadamente os três braços, o do clero na Igreja de Santo António, o da nobreza na de S.Roque, o do povo em S.Francisco, demonstrando neste último o procurador de Torres Vedras, o par do reino marquês do Lavradio, a ilegitimidade de D.Pedro:⁵⁵⁴

"[...] o senhor D.Miguel portuguez, o senhor D.Pedro estrangeiro. O senhor D.Miguel tendo por mais de uma vez livrado a nação do pêlago de desgraças em que se achava submersa; o senhor D.Pedro declarando a esta mesma nação guerra como seu inimigo. Escusavamos de d'este segundo caso para mostrar claramente a exclusão legal da pessoa de senhor D.Pedro para rei dos portuguezes, porque logo a achámos no primeiro, lançando um golpe de vista sobre os capitulos das côrtes de Lamego, [...]. O segundo caso, comtudo, não é de desprezar, porque me lembro que foi um dos motivos fortes que João das Regras deu para que nem o infante D.Diniz, nem o infante D.João, [...] podessem succeder n'estes reinos."

e de D.Maria da Glória:

"Quero suppor por um pouco que o imperador do Brazil tinha direito á corôa de Portugal; n'esse caso podia abdicar, se quizesse, naquelle que alei designasse como seu sucessor, mas nunca ter a opção a eleger quem bem lhe parecesse, porque a nossa monarchia é hereditaria, e não electiva."

Contestando o possível argumento de D.Maria ter ainda nascido quando o Brasil era português, afirma:

"[...] a condição era ser portuguesa ao tempo em que lhe recaisse o direito do império; o que facilmente se prova que não acontecia pela ordenação do reino, que diz no livro II, titulo LV § 3º: "Se alguns naturaes se saírem do reino e senhorios d'elle por sua vontade e se forem morar a outra provincia, ou qualquer parte sós, ou com suas familias os filhos que lhes nascerem fóra do reino e senhorios d'elle não

⁵⁵⁴ Vide o Discurso repetido pelo marquez do Lavradio D.Antonio, prócurador eleito dos povos de Torres Vedras, na primeira conferencia, que o Braço dos Povos celebrou em S.Francisco da Cidade, impresso na Impressão Régia, e que anda encadernado anexo à Gazeta de Lisboa coeva.

serão havidos por naturaes, pois o pae se ausentou por sua *vontade* do reino em que nasceu e os seus filhos não *nasceram* n'elle.”

De mais, D.Pedro já não tinha então direito ao trono de Portugal e como tal não o podia transmitir a sua filha.

É unânime, nos três braços, a decisão de que D.Miguel é o legítimo rei de Portugal desde 10 de Março de 1826, pelo que fica irrito e nulo tudo o que se decretara e efectuara em nome de D.Pedro.

3. Entregues as declarações dos Estados ao duque de Cadaval, este apresenta-as em Conselho. D.Miguel aceita-as e ordena por decreto do dia 30 a sua redução a um auto único, que as Cortes viriam a lavrar em 11 de Julho.⁵⁵⁵

Aclamado a 30 de Junho⁵⁵⁶, D.Miguel presta enfim, a 7 de Julho, o juramento perante os representantes dos Três Estados.

4. A 11 de Julho, é exarado o assento dos Três Estados do reino, juntos em Cortes na cidade de Lisboa, com a mesma formalidade do assento de 5 de Março de 1641, sobre os direitos do oitavo duque de Bragança D.João ao trono de Portugal. Dele consta a dado passo:

"Se as leis do reino haviam excluído o senhor D.Pedro da successão á corôa, pelo menos desde 15 de novembro de 1825, a corôa portugueza, em 10 de março de 1826, pertenceu incontestavelmente ao muito alto e muito poderoso rei e senhor nosso, o senhor D.Miguel I. [...]"

O que tudo bem entendido, e gravemente ponderado, os tres estados do reino, achando que leis clarissimas e terminantes excluíram da corôa portugueza, antes do dia 10 de março de 1826, o senhor D.Pedro e seus descendentes, e por isso msmo chamaram, na pessoa do senhor D.Miguel, a segunda linha; e que tudo o que se allega, ou póde allegar em contrario, é de nenhum momento, reconheceram

⁵⁵⁵ Vide o *Assento dos Três Estados do Reino*, que contém a assinatura de grande número de pares, in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.789-790. Seria editado em inglês, *Solemn declaration of the Three Estates of Portugal, assembled to considerer the claims of Dom Miguel to the Crown of Portugal*, s.d.[1829?].

⁵⁵⁶ A noticia encontra-se na *Gazeta de Lisboa*, nº154, de 1 Julho. Vide o texto in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, p.746. Vide os decretos de S.M. remetidos aos três Estados in *Gazeta de Lisboa*, nº159, de 7 Julho 1828, p.875.

unanimemente, e declararam em seus assentos especiaes, e n'este geral reconhecem e declaram que a el-rei nosso senhor, o senhor D.Miguel, primeiro do nome, pertence a dita corôa portugueza, desde o dia 10 de março de 1826; o que, portanto, se deve reputar e declarar nullo o que o senhor D.Pedro, na qualidade de rei de Portugal, que não lhe competia, praticou e decretou, e nomeadamente a chamada carta constitucional da monarchia portugueza, datada de 29 de abril do dito anno de 1826.[...]"

No documento renova-se a recente posição do pariato⁵⁵⁷. Estão presentes ou assinam, por mão própria ou representante, 41 pares hereditários, o que, dado o seu cômputo inicial, no qual há a subtrair dois falecimentos, é um número concludente.

O pariato eclesiástico também não falta. Comparecem o cardeal patriarca e os bispos de Coimbra, Castelo Branco, Viseu e Beja, este último como representante pelo braço popular da sua cidade episcopal. Igualmente assinam os dois prelados titulares: o arcebispo de Adrianopolis, que aparece como procurador pela vila de Chaves, e o bispo de Nemesis. O de Leiria faz-se representar pelo de Viseu.

⁵⁵⁷ Consulte-se in LUZ SORIANO, *H.G.C.*, 3a.Epocha, t.VII, p.174, doc.nº 205.

	TOMADA DE POSSE	R. TRES. ESTADOS	FAL.
Card. Patriarca	31.Out.26	A	3.Jan.40
Arc.Adrianopolis(t)	AC,PE[27.Nov.26]	A+ ?	26.Mar.29
Arc. Braga -----	AC,PE[20.Nov.26]	-----	20.Ago.27
Arc. Évora -----	SV até -----	-----	-----
Arc. B. Elvas	31.Out.26		5.Nov.28
B. Algarve	31.Out.26		2.Jan.33
B. Aveiro -----	AC,PE[20.Nov.26]		--- 27.Mar.37
B. Beja	4.Jan.27	A(y)	9.Ago.33
B. Brag. e Mir.	N		24.Dec.29
B. Cast. Branco	27.Nov.26 (NE 7.Jan.27)	A	6.Abr.31
B.-C. Coimbra	7.Nov.26	A	31.Ago.51
B. Guarda	31.Out.26		5.Abr.28
B. Lamego	-----SEDES VACANTE até -----	-----	-----
B. Leiria -----	-----PE-----	A*	11.Jan.34
B. Deão Vila Viç.£	31.Out.26	A	15.Dec.46
B. Pinhel	31.Out.26		19.Jul.28
B. Portalegre	----Não recebeu a C.Régia por ter falecido a --		17.Jul.26
B. Porto	29.Nov.26		16.Mai.33
B. Vizeu	31.Out.26	A	8.Sep.44
19	14 - 3 (x) = 11	8	
AC,PE apresenta a carta régia, mas pede escusa N não toma posse nem apresenta Carta régia. PE pediu escusa NE da nota de escusa * por procurador (y) como representante de Beja pelo braço dos povos + como procurador do braço popular (t) titular. Foi nomeado na série de Cartas régias respeitantes à nobreza. £ bispo titular de Nemesis			
Sedes materiae: S.CLEMENTE, <i>Estatísticas...</i> , cit., Livro I, p.147.			

ATTITUDE DO PARIATO ECLESIASTICO FACE AO ABSOLUTISMO

Pela diocese vacante de Évora está presente o bispo titular de Bugia, D.António, então vigário capitular de Évora, e, no braço popular, pela cidade de Pinhel, cujo bispo residente se encontra a poucos dias da morte, aparece como representante um bispo D.Manuel da Silveira Gama Castello Branco⁵⁵⁸. Atendendo a que se encontram vacantes quatro das dezassete dioceses, a que se comprometem com a Acta seis prelados residentes e dois titulares, e que dos cinco restantes um não tomara posse, Bragança-Miranda, um pedira

⁵⁵⁸ Não conseguimos, malgrado as buscas efectuadas, identificar a identidade deste personagem. Nenhuma das escassas obras que se refere à diocese de Pinhel esclarece este ponto.

escusa, Aveiro, e outro se encontra a escassos dias da morte, Pinhel, o cômputo não se pode considerar de modo algum favorável ao liberalismo.

Restam como notoriamente liberais o bispo do Porto, que se comprometera com a sublevação liberal de Maio de 1828 naquela cidade⁵⁵⁹, e o arcebispo-bispo de Elvas, que já vimos acusado de envolvimento nas *Archotadas*, nenhum dos quais durará até à reimplantação liberal.

A posição dos antigos estados do clero e da nobreza é de mais a mais compreensível. O pariato aparece mais como uma exclusão humilhante para a pequena nobreza e para parte do clero, do que como uma vantagem positiva para a alta nobreza e o alto clero incorporados. Tem assim o condão de desagradar profundamente aos que exclui, sem que consiga, por si, trazer ao campo liberal a massa dos que engloba.

A pequena nobreza e os que não pertencem à ordem episcopal no primeiro braço, vêem-se assim feridos, no regime da Carta, de nulidade política. Afastados de forma humilhante do pariato, não querendo confundir-se com a massa da burguesia, sujeitando-se a concorrer com ela, desdenham em regra fazer parte da câmara baixa.

E o amor próprio do sub-extracto excluído do segundo braço sofre ainda segundo ferimento. Como clarivamente observa lorde Porchester⁵⁶⁰, em estudo que é objecto duma análise coeva de William Walton⁵⁶¹, era cavada uma separação no estatuto jurídico dos seus títulos. Pelo pariato a alta nobreza emancipa a sua hereditariedade face ao rei, seu chefe natural. Deixa de carecer da mercê do soberano, que se afirma em cada nova e

⁵⁵⁹ Consulte-se a este respeito a documentação publicada in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.IV, nomeadamente p.561.

⁵⁶⁰ *The last days of the portuguese constitution*, Londres, 1830. Veja-se na linha do seu pensamento OLIVEIRA LIMA, *op.cit.*, p.205-207 e 273.

A obra será também editada em francês, LORD PORCHESTER, *Les derniers jours de la Constitution portugaise*, par -. Traduit par J.CORDIER, Paris, 1832. Será objecto de análise in *A Reply to two pamphlets, entitled "Illustrations of the Portuguese question, by a portuguese lawyer, and the last days of the portuguese constitution. By an English Civilian [WILLIAM WALTON]*, Londres, 1830.

Publicou também, referente a Portugal, *Portugal and Galicia, with a review of the social and political state of the Basque Provinces*, 1830, reeditado em 1836, 1837 e 1848.

Tory. Membro do parlamento em 1831-32 opõe-se ao *Reform bill*.

Sobre Henry J.G.Herbert (1800-1849), visconde Porchester, e após a morte de seu pai, ocorrida em 16 de Abril de 1833, 3º conde de Carnaveron vide *The Dictionary of National Biography*, cit, v.IX, p.652-653, vox HERBER, HENRY JOHN GEORGE.

⁵⁶¹ 1784-1857. Filho de William Walton que foi cônsul da Espanha em Liverpool, é enviado bastante novo para Espanha e Portugal para estudar as línguas e se preparar para uma carreira comercial. Prolixo autor de obras sobre os países peninsulares, a maior parte dos seus trabalhos são contrários à política seguida pelos ministros ingleses. Cfr. *The Dictionary of National Biography*, v.XXI, p.737-738.

indispensável investidura. Ultrapassa, pois, o carácter da vitalidade renovável dos seus títulos.

Ora, a influência real pertencia à pequena nobreza, e cada vez menos à alta, que não constitui já uma força decisiva da nação. Esta, cada vez mais um ornamento da corte, vive na capital, longe das suas propriedades e desligada da sua administração directa.

Argutamente traçou o quadro, na linha de lorde Porchester, Oliveira Martins:⁵⁶²

"Era aquela, que ao contrario dos grandes do reino vivia nos campos, lavrava as propriedades, estava em contacto intimo com as populações, dirigindo-as, e cuja vida e sentimentos partilhavam. Além dos inconvenientes comuns à grande nobreza, devido à inovação juridico-constitucional, sem os beneficios desta, além de feridos na sua consciência catolica e monarquica, a nova ordem ofendia-os e atacava-lhes a influência. Por um lado, eram humilhados pela linha divisoria agora criada, face à alta nobreza. Por outro lado, viam-se na necessidade de concorrer com a burguesia letrada e os proprietarios não nobres, em circunstâncias iguais, ao sufragio, para poderem manter agora a sua influência socio-economica, que tinha efectivamente e de facto detido até então. "

E quanto à alta nobreza⁵⁶³?

Compunham-na, no dizer de Oliveira Lima⁵⁶⁴, dois grupos:

"[...] os mais perspicazes, [que] se empenhavam em não perder o todo e se apegavam ao que se lhes concedia, com receio de serem despojados do resto" [e os] " que na sua ignorancia e saturados de prejuizos, deploravam a perda de uma influencia exclusiva que podia na verdade acarretar riqueza, mas que o espirito do tempo não mais permitia que assim se exercesse."

Aos dois extractos das duas ordens privilegiadas em geral desagrada a mudança. Não simpatizam com as novas ideias religiosas e políticas, e temem o futuro da estrutura em que assenta a sua vida. Não lhes passa desapercibido, entre outros sintomas, o sentimento democrático que quer entregar ao Estado, para as suas necessidades sempre crescentes, as comendas e os dízimos cobrados sobre os domínios da coroa, donde retiram a melhor parte dos seus rendimentos.

⁵⁶² Portugal contemporâneo, 8a.ed., v.I, p.87-89.

⁵⁶³ Vide a este respeito os elementos fornecidos por MARIA ALEXANDRA LOUSADA, *D.Pedro ou D.Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa* in *Penélope*, nº4, Nov.de 1989, p.81-117.

D. Pedro, ao ter de abandonar o Brasil e vir para Portugal, ao adquirir mais profundo conhecimento do país, parece ter-se convencido que teria sido preferível estabelecer um Senado, como o havia feito na Constituição do Brasil, em lugar de uma câmara de pares, porque por um lado o regime liberal evoluíra nas nações europeias mais influentes e mais intimamente relacionadas com Portugal e, por outro, porque as duas ordens privilegiadas tinham perdido a sua antiga importância.⁵⁶⁵

5. A questão da legitimidade e das Cortes faz correr caudais de tinta, entre partidários de D. Miguel, não só em Portugal, como em França⁵⁶⁶ e Inglaterra. Citem-se, entre outros, nomeadamente, os opúsculos da citada casa impressora Delaforest, AYRES VICENTE DE ANDRADE, *Origem da Monarchia Luzitana, vantagens que o Governo Monarchico Hereditario tem sobre toda, e qualquer outra fôrma de Governo, direitos de legitimidade que mostram evidentemente, que nas actuaes circunstancias, o Muito Augusto Senhor D. Miguel he o legitimo herdeiro desta Monarchia, C.O. e D. ao Mesmo Augusto*

⁵⁶⁴ *Op.cit.*, p.206.

⁵⁶⁵ OLIVEIRA MARTINS, *op.cit.*, v.I, p.273-275, pensa que a Carta deveria ter garantido à aristocracia o seu fundamento territorial, e por conseguinte a sua existência económica, mas simultaneamente dado satisfação ao povo mediante a supressão da numerosos serviços obrigatórios e uma distribuição mais equitativa das vantagens da grande nobreza, a qual receando como classe uma expropriação por via parlamentar tão radical quanto a que o clero regular veio a sofrer em 1833, só cogitava de embaraçar a possível actividade da Câmara dos deputados.

⁵⁶⁶ Tome-se como exemplo significativo a actividade editorial, em Paris, da casa impressora de Ange Augustin Thomas Pihan Delaforest (1791 - Nov.1842), filho do magistrado e escritor Paul François Pihan de Laforest, que obtém em 1827 o título de "imprimeur-libraire du dauphin", e que foi autor de várias obras. A seu respeito HOEFER, *Nouvelle biographie générale*, Paris, t.41, 1862, c.225-226, e LARROUSSE, *Grand dictionnaire universel du XIXe Siècle*, t.12, 1874, p.1006.

Mencionada como Delaforest, e a partir de 1830 como impr.de Pihan Delaforest, por vezes com o acrescento (Morinval), edita várias obras *L'Angleterre et Don Miguel*, 1827, *Examen de la brochure intitulée "Un mot sur la crise de Portugal"*, 1827 [nesta obra o impressor aparece A.Pihan Delaforest], *Examen de la constitution de don Pèdre et des droits de don Miguel. Dédié aux fidèles Portugais*, 1827, *Don Miguel 1.er et ses droits*, 1828, *Don Miguel 1.er*, Agosto 1828, ANTONIO RIBEIRO SARAIVA, *Traduction d'une lettre d'un individu à son ami sur les affaires actuelles du Portugal, publiée par un ami de la légitimité et de la justice*, 1828, *Traduction d'une lettre d'un individu à son ami sur les affaires actuelles du Portugal, publiée par un ami de la légitimité et de la justice*, 1828 [prefácio assinado A.R.SARAIVA], ANTONIO RIBEIRO SARAIVA, *Injustice et mauvaise foi de la plupart des journaux de Londres et de Paris au sujet de la question du Portugal, des droits de la nation portugaise et de ceux de Don Miguel par - émigré portugais*, 1828, *Serments de Don Miguel*, 1828, *Post-scriptum. Notes sur les prétendus droits de la princesse du Grand Para à la succession portugaise* [tem a indicação imp.de Pihan Delaforest (Morinval)], *Quelques réflexions sur les droits au trône de Portugal*, 1829, WILLIAM WALTON, *Lettre à Sir James Mackintosh, sur sa motion relative aux affaires du Portugal du 1.er juin 1829*, par -. *Traduit par A.LARDIER, C.te DE BORDIGNÉ, Légitimité portugaise*, 1830, *Remarques sur la déclaration du marquis de Barbacena relativement au retour de la princesse du Gram-Pará à Rio de Janeiro*, 1830, *Manifeste de S.M.T.F.le roi de Portugal Dom Miguel 1.er* [datado de 28 de Março de 1832].

Fora estas obras de carácter miguelista, só encontramos uma deste editor relacionada com Portugal, aliás pequeno opúsculo de 7 p., de ADOLPHE PUIBUSQUE, *Le naufrage de Camoens, ode couronnée par l'Académie des jeux floraux, dans sa séance publique, et solennelle, du 3 mai 1828*, par -, que será aliás reimpressa no Porto em 1885.

Senhor hum jovem portuguez de 11 annos, Lisboa, 1828; C.P.C. DE S.M., *Demonstração politica ou ensaio dos extinctos direitos do Imperador do Brasil á sucessão, e á Coroa de Portugal*, Lisboa, 1828; FILIPPE N.S.DE AVELLAR, *A Legitimidade da exaltação do muito alto e muito poderoso Rei o Senhor D.Miguel I ao throno de Portugal, demonstrada por principios de direito natural e das gentes*, Lisboa, 1828⁵⁶⁷; D.Miguel I. *Obra a mais completa e concludente que tem apparecido na Europa sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do Senhor D.Miguel I ao throno de Portugal traduzida do original francez*, Lisboa, 1828, com tradução prefaciada por JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO, FRANCISCO FREIRE DE MELLO, *Exercitação na qual plenamente se prova que D.Pedro I, Imperador do Brasil, É estrangeiro para Portugal, que nenhum direito tem á Coroa portugueza, e que esta pertence ao Senhor D.Miguel I pelas Leis fundamentaes do Estado*, Lisboa, 1828, ANTONIO J.DE GOUVEA PINTO, *Demonstração dos direitos, que competem ao Senhor D.Miguel I sobre a Sucessão da Coroa de Portugal: legitimidade da sua acclamação feita pelas Camaras do Reino com o Clero, Nobreza, e Povo: authoridade destas Camaras, e das Côrtes em Portugal a este mesmo respeito*, Lisboa, 1828; bem como os anónimos, *Demonstração dos direitos do senhor D.Miguel á Coroa de Portugal*, Lisboa, 1828; *Exame da Constituição de D.Pedro e dos direitos do senhor D.Miguel*, Lisboa, 1828; *O folheto quem he o legitimo Rei?, Vitoriosamente vindicado das Frivolas Impugnações de hum Portuguez residente em Londres: confutação politica*, Lisboa, 1828; *Quem he o legitimo Rei? Investigação politica sobre o legitimo sucessor á Coroa de Portugal*, Lisboa, 1828; *A legitima sucessão comprovada pela legalidade dos factos: Analyse politica*, Lisboa, 1828; A.RIBEIRO SARAIVA, *D.Miguel I. Obra a mais completa e concludente que tem apparecido na Europa sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do senhor D.Miguel I ao throno de Portugal. Traduzida do original francez [...]*, Lisboa, 1828; e *Exame da Constituição de D.Pedro e dos Direitos de D.Miguel dedicado aos fieis portuguezes, traduzido do francez por J.P.C.B.F.*, Lisboa, 1829.

E de D.Pedro-D.Maria, nos dois países onde os exilados se acolhem em maior número, Inglaterra e França, numerosos são os estudos e ensaios coevos, de direito público, sobre a questão da legitimidade, publicados mormente no ano de 1828, nomeadamente:

⁵⁶⁷ Encontra-se transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, cit., t.V, p.423-436.

Manifesto dos direitos de Sua Magestade Fidelissima a Senhora D.Maria Segunda e exposição da questão portugueza, Londres, 1829, reimpresso em Rennes em 1831 e em Coimbra em 1833 e 1841⁵⁶⁸, D.FR.FRANCISCO DE S.LUIZ, *Breves reflexões sobre o Assento chamado das Côrtes dos Tres Estados de 1828*⁵⁶⁹; *Quem he o legitimo rey de Portugal? Questão portugueza, submettida ao juizo dos homens imparciaes. Por um portuguez residente em Londres* [Paulo Midosi], 1828, de que foi impressa a tradução inglesa *Who is the legitimate King of Portugal? A Portuguese question, submitted to impartial men. By a portuguese residing in London, transleted from the portuguese*, Londres, 1828; *Desengano ao povo Portuguez, ou paralelo entre o governo legitimo* [o de D.Pedro] *e o poder usurpado*, Londres, 1832; *Duas palavras sobre o chamado Assento dos Tres Estados do Reino juntos em Cortes na cidade de Lisboa feito a 11 de Julho de 1828* [J.Ferreira Borges?], 1828, traduzido em inglez, *A few words on the subject os the "Denominated Act" of the three estates of the kingdom of Portugal, assembled in Cortes, in Lisbon, on the 11th of July, 1828. Translated from the Portuguese*, Plymouth, 1828; *Réfutation du monstrueux et révolutionnaire écrit imprimé, à Londres intitulé: "Quel est le roi légitime de Portugal? Question portugaise soumise au jugement des Hommes impartiaux* Londres 1828, par Joze Agostinho de Macedo. Traduit du portugais par le colonel Fort, marquis de Guarany", Paris, 1829.

⁵⁶⁸ Inédito, mas sabe-se ser obra de JOSÉ ANTONIO GUERREIRO, na matéria legal, e do MARQUEZ DE PALMELLA, na matéria histórica e diplomática, cfr., entre outros, *G.P.E.H.*, v.XII, p.886 e INOCÊNCIO, *D.B.P.*, t.IV, p.240-241.

⁵⁶⁹ Transcrito in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, t.V, p.520-541.

CAPÍTULO VI. O ECO DA REVOLTA DO PORTO NA OPOSIÇÃO E NO PARIATO LIBERAL EMIGRADOS EM LONDRES E O PROJECTO INSTITUCIONAL DE PALMELA

1. Chegada da notícia da revolta do Porto de 16 de Maio a Londres (24 de Maio), comunicação da junta a Palmela e decisão duma intervenção; 2. o pariato no *memorandum* de Palmela de 10 de Junho; o projecto institucional de Palmela a aplicar *post* vitória; 3. rumo ao Porto; 4. a afirmação da legitimidade de D. Pedro IV por várias personalidades, dentre as quais vários pares e futuros pares.

1. A revolta do Porto de 16 de Maio é conhecida, no círculo da emigração em Londres em 24 de Maio, que, como é natural, lhe dá particular atenção. Em 3 de Junho, o marquês de Palmela recebe despachos da Junta provisória estabelecida na cidade cabeça da revolta

"[...] e como ella obra em nome de el-rei seu amo, ao mesmo tempo que o governo de Lisboa o não faz, s.ex.^a sem hesitação reconheceu a auctoridade da junta, respondeu aos despachos e obedece ás suas instrucções."⁵⁷⁰

É hora de passar à acção. Prepara-se uma incursão⁵⁷¹, liderada por Palmela, um dos poucos pares que segue a causa liberal que vai assumir o primeiro plano na resistência no exílio, que efectivamente sairá de Plymouth em 16 de Junho.

⁵⁷⁰ *Gazeta extraordinaria* nº18, nos artigos officiaes, traduzindo o *Evening Mail* de 4 de Junho. Também transcrito na Sentença da alçada do Porto de 21 de Agosto de 1829, nº6º, a que aludimos *infra*.

⁵⁷¹ Para os differendos logo surgidos entre Saldanha e Palmela que teima em acompanhar a expedição vide *H.P.(B.)*, v.VII, p.170.

2. Palmela, virado por natureza para os problemas constitucionais, poucos dias antes de partir para o Porto, consigna num *Memorandum*⁵⁷² um conjunto de medidas que tencionava ver executadas caso vencesse a causa liberal, nas quais se englobava a transformação da Câmara dos pares.

Uma preocupação inicial é obviamente o problema da atribuição regência, devendo a seu ver o governo provisório chamar à sua presidência a princesa D.Maria Benedicta, até D.Pedro dar ordens (2º).

O manuscrito do seu próprio punho⁵⁷³ datado de Londres, 10 de Junho de 1828, enunciava várias medidas institucionais, em quinze artigos dos quais quatro dizem precisamente respeito ao pariato.

Sustenta a renovação da Câmara dos pares, que se processaria pela nomeação de pares vitalícios, tirados da nobresa das Provincias e Ilhas, e alta magistratura, assim como das notabilidades que existem em Portugal (3º), e pela privação de funções dos pares que assinaram a petição para D.Miguel assumir a corôa, "em quanto não merecerem ser reabilitados por S.M." (7º).

Três medidas complementares, a ser desenvolvidas pelo Governo provisório, têm a ver com a câmara alta:

- a convocação quanto antes das câmaras (8º);
- a elaboração dum projecto de lei, declarando que certos empregos da magistratura são inerentes á dignidade de par (9º);
- a elaboração de uma nova lei eleitoral, com a cláusula de que nenhum par vitalício poderá ter essa dignidade sem ter sido previamente deputado (10º).

3. Seis dias depois de elaborar estas notas partia Palmela na aventura desastrada da *belfestada*⁵⁷⁴, do nome do *Belfast*⁵⁷⁵, a bordo do qual vêm de Falmouth para o Porto, em 16

⁵⁷² Consulte-se in J.J.REIS E VASCONCELLOS, *Despachos e correspondencia do duque de Palmella*, cit., t.III, p.542-544. Também transcrito in in S.CLEMENTE, *D.H.C.G.*, cit., t.IV, 1828, p.656.

⁵⁷³ Encontra-se transcrito in *Despachos e correspondencia do duque de Palmella*, cit., t.III, p.542-543.

⁵⁷⁴ Sobre este evento A.A.DÓRIA, *Belfestada*, in *D.H.P.*, v.I, p.325-326 e *G.E.P.B.*, v.IV, p.473.

PARTE I. A Câmara Aristocrática (1825-1828)

de Junho de 1828, ou seja 7 dias antes da abertura das Cortes tradicionais e 14 dias antes da aclamação de D.Miguel, entre outros exilados, os pares Palmela, Vila Flor e Taipa. Da sequência daremos a devida notícia

A Junta, porém, fracassará, e terá a sua última sessão em 2 de Julho, como veremos.

⁵⁷⁵ Vide a notícia de terem ajustado um barco a vapor para passarem ao Porto in *Courier* de 9 Junho 1828. Vide também notícia in *Gazeta de Lisboa*, n.º148, de 24 Junho 1828, p.832.8